

*Esta é minha*  
**HISTÓRIA**

Volume II

Relatos de servidores aposentados do Senado Federal



No primeiro volume desta obra, lançada em 2019, a Diretora-Geral do Senado Federal, Ilana Trombka, afirma: “Juntos somos mais”. Inspirada nos valores da Carta de Compromissos do Senado Federal, Ilana considerou a possibilidade de criar um novo volume do livro de resgate da memória dos servidores aposentados da instituição. Essa iniciativa ganhou forma por meio de uma parceria com o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis). A proposta foi acolhida com carinho e entusiasmo pela Presidência do Senado e pelo Conselho Editorial da instituição, mostrando que, de fato, juntos, fomos mais.

O objetivo, assim, era a editoração de uma obra na qual continuassem retratadas as memórias de diversos personagens da história do Senado Federal, hoje aposentados. Buscava-se um livro que resgatasse a história do Senado pela perspectiva dos servidores que contribuíram para a instituição ao longo dos anos. Este segundo volume, com a presença de novos(as) colaboradores(as), busca valorizar a atuação dos servidores em diversos momentos da instituição por meio de textos e imagens.

O projeto está em consonância com o Compromisso com a Memória do Senado Federal e com as diretrizes estratégicas da Casa, assim como com a aspiração de valorização do servidor público, apontada pela Diretoria do Sindilegis em diversas entrevistas, bem como se amplia a oferta de informação para jornalistas, historiadores e cidadãos em geral.

Durante a cerimônia de posse dos novos membros do Conselho Editorial do Senado Federal, o Senador Randolfe Rodrigues, presidente do Conselho, lançou um desafio aos novos conselheiros: “As senhoras e os senhores conselheiros serão caçadores de tesouros cujo valor deve ser visto não de forma amesquinhada, imediata, mas sempre na perspectiva do legado que queremos deixar. Vamos ser caçadores de tesouros”. Com a reiterada receptividade do Conselho a esta iniciativa, vê-se que missão foi novamente bem-sucedida. Neste segundo volume, temos muitos novos tesouros a descobrir em sua leitura. São histórias de vida de nomes conhecidos, mas também de muitos heróis anônimos que dedicaram suas vidas a tornar o Senado uma instituição melhor. Renovamos nosso agradecimento a cada autor desta edição, cujos relatos são uma singela devolutiva de tamanho empenho e dedicação em suas trajetórias.

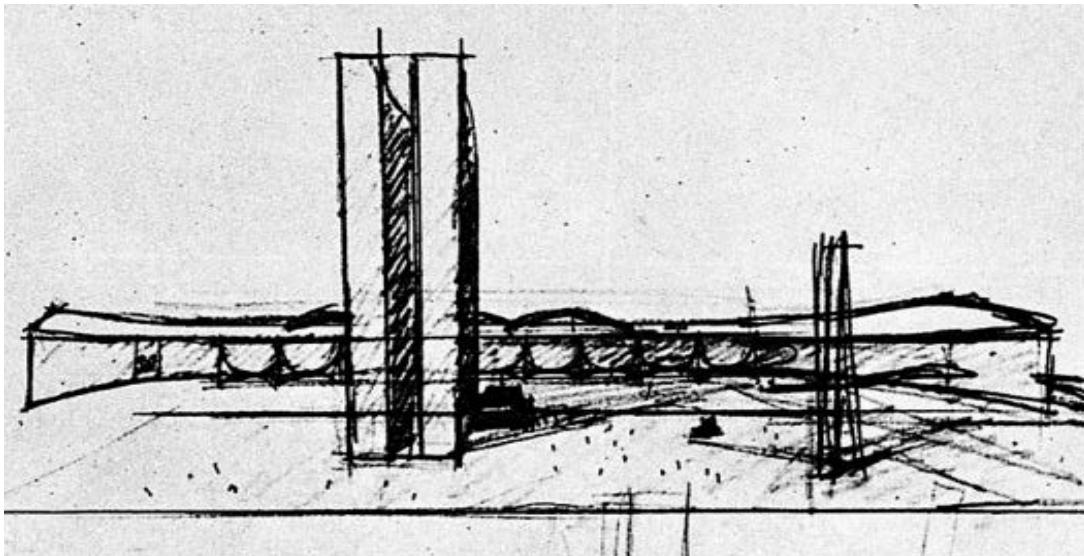
Paulo Ricardo Meira,  
Organizador,  
Secretaria de Gestão de Pessoas.



*Esta é minha*  
**HISTÓRIA**

Volume II

Relatos de servidores aposentados do Senado Federal



**SENADO FEDERAL**  
**MESA**

Biênio 2023-2024

Senador **Rodrigo Pacheco**  
PRESIDENTE

Senador **Veneziano Vital do Rêgo**  
1º VICE-PRESIDENTE

Senador **Rodrigo Cunha**  
2º VICE-PRESIDENTE

Senador **Rogério Carvalho**  
1º SECRETÁRIO

Senador **Weverton**  
2º SECRETÁRIO

Senador **Chico Rodrigues**  
3º SECRETÁRIO

Senador **Styvenson Valentim**  
4º SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senadora **Mara Gabrilli**  
1º SUPLENTE

Senadora **Ivete da Silveira**  
2º SUPLENTE

Senador **Dr. Hiran**  
3º SUPLENTE

Senador **Mecias de Jesus**  
4º SUPLENTE

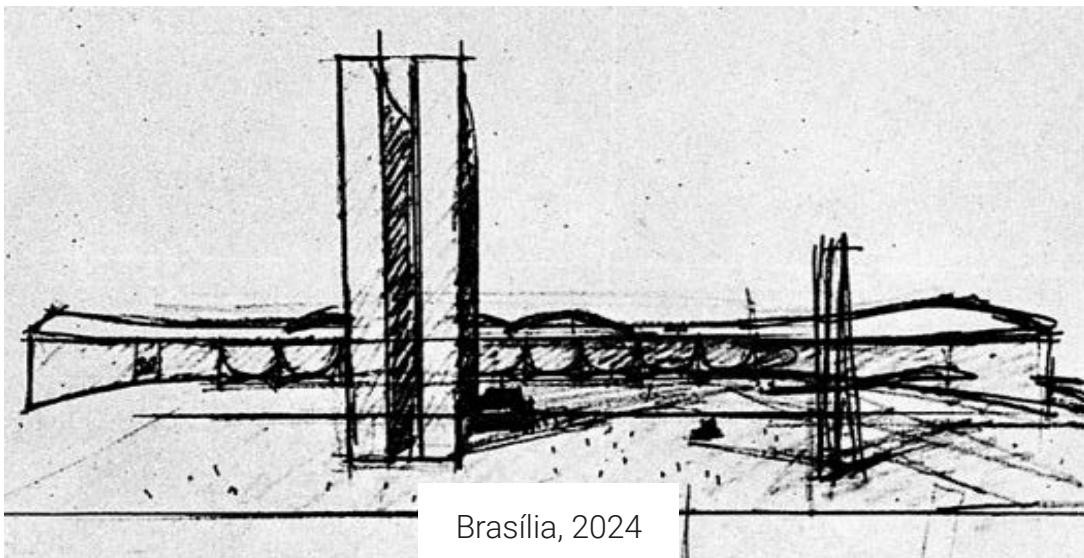
**Ilana Trombka**  
DIRETORA-GERAL

**Gustavo A. Sabóia Vieira**  
SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

*Esta é minha*  
**HISTÓRIA**

Volume II

Relatos de servidores aposentados do Senado Federal



Brasília, 2024

SENADO  
FEDERAL



Esta é minha história : relatos de servidores aposentados do  
Senado Federal : volume II. -- Brasília : Senado Federal, 2024.  
409 p. : il., fots. color.

ISBN 978-65-5676-557-0

1. Servidor público federal, memórias, Brasil, coletânea. 2.  
Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal.

CDD 328.81071

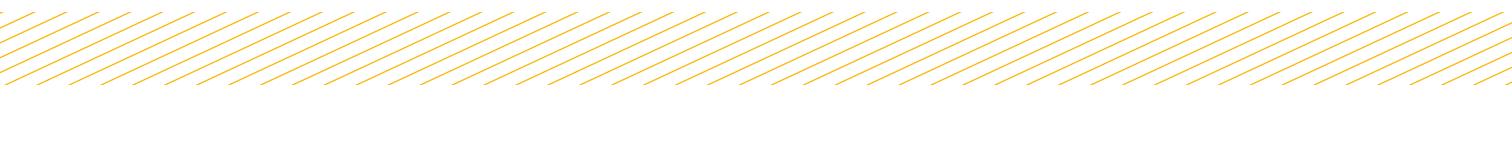
# SUMÁRIO

## ABERTURA

<b>APRESENTAÇÃO – PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL.....</b>	<b>11</b>
<i>Rodrigo Pacheco</i> <i>Presidente do Senado Federal</i>	
<b>PREFÁCIO – SENADOR RANDOLFE RODRIGUES .....</b>	<b>13</b>
<i>Senador Randolfe Rodrigues</i> <i>Presidente do Conselho Editorial</i>	
<b>APRESENTAÇÃO – DIRETORIA-GERAL.....</b>	<b>17</b>
<i>Ilana Trombka</i> <i>Diretora-Geral do Senado Federal</i>	
<b>APRESENTAÇÃO – SINDILEGIS.....</b>	<b>21</b>
<i>Alison Souza</i> <i>Presidente do Sindilegis</i>	

## AS HISTÓRIAS

<b>ADRIANO BEZERRA DE FARIA.....</b>	<b>25</b>
<b>AFRANIO ERASMO FERNANDES MOREIRA .....</b>	<b>35</b>
<b>ALVARO ARAUJO SOUZA .....</b>	<b>45</b>
<b>ANNA CAROLINA RABELLO DE LUCENA CASTRO.....</b>	<b>55</b>



ARNALDO GOMES.....	69
CEFAS GONÇALVES DE SIQUEIRA .....	81
DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO .....	97
CLAYLTON ZANLORENCI .....	111
JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO.....	121
KAIRALA JOSÉ KAIRALA FILHO .....	127
VICENTE LIMONGI NETTO .....	139
JOSE MAURICIO LIMA DE SOUZA.....	151
RUI OSCAR DIAS JANIQUES.....	163
ANTÔNIO VANDIR DE FREITAS LIMA .....	179
LEDA MARIA SALES BRAUNA BRAGA.....	193
EDUARDO AUGUSTO LOPES .....	199
HELIO LOPES DE AZEVEDO .....	205
INAIARA DE SOUZA GOLOB .....	213
JOÃO RIOS MENDES.....	223
LIZETE DE ALMEIDA CASTRO.....	231
MARCELO SILVA CORRÊA .....	239
MARIA JOSÉ BEZERRA DA SILVA .....	247

NARCISO MORI JUNIOR.....	259
PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO .....	269
PETRUS ELESBÃO LIMA DA SILVA.....	281
ANTONIO JOSÉ BARBOSA .....	289
JOSÉ MENDONÇA DE ARAÚJO FILHO .....	299
ANTÔNIO FLÁVIO TESTA.....	309
REGINA CÉLIA PERES BORGES .....	319
ROBSON AURELIO NERI.....	339
SEBASTIÃO DA SILVA AZEVEDO .....	361
SIMONE BASTOS VIEIRA .....	375
SIMONE FIGUEIRA DOURADO .....	387
TERESA ROMANO CAVALCANTI PIRES .....	401





**ABERTURA**







## APRESENTAÇÃO – PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

Em visita de cortesia que fiz este ano à Associação dos Servidores do Senado Federal, afirmei ao seu Presidente, Joberto Sant’Anna, e colegas de Diretoria, que a essência e a alma do Senado Federal são seus servidores. Os trinta e quatro relatos desta obra, que tenho a honra de apresentar, mostrarão que não houve exageros em minhas palavras.

É com grande satisfação que, no ano em que o Senado Federal se torna uma Casa bicentenária, apresentamos o segundo volume da obra “Esta é Minha História”, na qual servidores aposentados deste órgão contam, a partir de suas perspectivas pessoais, um pouco da história recente da instituição e de sua participação na Casa. São servidoras e servidores que atuaram na Secretaria-Geral da Mesa, Diretoria-Geral, Gráfica, Consultoria, Polícia, Prodasen, enfim, nas diferentes e imprescindíveis áreas do Senado, que aqui contam o que viram, fizeram e viveram como agentes de importantes episódios de nossa história contemporânea. Pessoas que viveram e serviram à Democracia, participando no dia a dia dos corredores da Câmara Alta.

Este segundo volume da obra, em parceria com o Sindilegis, demonstra o nosso reconhecimento e gratidão a todos eles, que se dedicaram – e se dedicam, como cidadãos – à construção e à defesa da instituição Senado Federal. É uma alegria, igualmente, que este livro seja lançado justamente na passagem dos 60 anos da valorosa Gráfica do Senado.

Que seja uma excelente leitura aos servidores ativos e aposentados, pesquisadores, historiadores, jornalistas e público em geral.

*Rodrigo Pacheco*  
*Presidente do Senado Federal*



Foto: Wenderson Araújo.



## PREFÁCIO – SENADOR RANDOLFE RODRIGUES

Mais uma vez, memórias e narrativas desta Casa nos chegam às mãos, em uma delicada etnografia da história dos que contribuíram para elevar e tornar possível o cumprimento da nossa missão e a dos que nos antecederam, em prol da democracia. São discursos que remetem ao futuro reflexões profundas, reelaborações do cotidiano pessoal vivido nas lutas pela construção do país em diferentes e desafiadores contextos políticos.

Em 2023, a dedicação dos servidores do Senado foi colocada à prova com os atos antidemocráticos do 8 de janeiro. A resposta foi célere e competente, desde a mobilização da polícia legislativa na contenção dos criminosos que invadiram a nossa Sede, passando pelos que entenderam rapidamente a dimensão da tragédia, até os restauradores. Imediatamente, todos tomaram para si o dever da reconstrução!

Recuperar a integridade física das obras de arte, do mobiliário e dos espaços vandalizados tornou-se prioridade, com a compreensão de que ali se encerrava não apenas a materialidade do patrimônio, mas também o testemunho simbólico da democracia a ser preservada. Com agilidade e paixão atuaram todos e todas para recuperar as condições de normalidade do parlamento e para que as atividades legislativas não fossem prejudicadas. A resposta dos trabalhadores desta Casa ao nefasto episódio nos orgulha e o seu exemplo é mais uma das barreiras erguidas contra futuras investidas fascistas.

Outra demonstração da vitalidade do corpo de funcionários do Sendo se comprovou agora na solidariedade ao Rio Grande do Sul. A Liga do Bem, criada a partir de uma ideia dos servidores, em 2015, foi um dos principais instrumentos de mobilização do Senado e de Brasília para enviar donativos ao estado que enfrenta a maior calamidade da sua história. O evento climático extremo iniciado em abril deste ano atingiu 450, dos 497 municípios gaúchos, alcançando cerca de dois milhões de pessoas, deixando oitenta e uma mil desabrigadas.

Neste momento, vencidas tão complexas tarefas, só nos cabe confraternizar e parabenizar aos que nos deixam, registrados neste livro, como aprendizado, o legado de compromisso, solidariedade e defesa corajosa e intransigente da democracia.

*Senador Randolfe Rodrigues  
Presidente do Conselho Editorial*







## APRESENTAÇÃO – DIRETORIA-GERAL

Este ano de 2024 é muito especial para nós. É a celebração de 200 anos do Senado Federal, e entre tantos eventos para marcar essa passagem, estamos lançando, em parceria com o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União – Sindilegis, o segundo volume da obra “Esta é Minha História: Relatos de servidores aposentados do Senado Federal”.

Por meio dos diversos olhares de 34 servidores(as) aposentados(as) da Casa, é apresentado um pouco da história recente da instituição, com a trajetória profissional e fatos marcantes que esses colegas vivenciaram em sua caminhada pelos corredores do Senado.

O Compromisso com a Memória do Senado Federal é um dos 11 compromissos institucionalizados pelo Ato da Comissão Diretora nº 5, de 5 de maio de 2015. Sabíamos à época, e comprovamos ao longo destes quase dez anos à frente da Administração da Casa, que não foi a publicação do Ato que faria os compromissos saírem do papel e serem apropriados pelos servidores. Essa apropriação se deu porque os colegas do Senado Federal acreditavam - e ainda creem - que esses valores balizadores da atuação de cada um fariam, de fato, um Senado melhor. O zelo pela Memória do Senado Federal foi sacudido brutalmente com a invasão ao Congresso em 8 de janeiro de 2023, mas, juntos, reconstruímos o que foi destruído.

Esta obra é, igualmente, uma forma de reconstrução do passado recente da instituição pelos belos relatos desses dedicados e destacados servidores públicos, que fizeram parte de uma instituição basilar para a democracia e para a história de nossa República.

A todas e a todos, votos de uma prazerosa leitura das ricas histórias a seguir.

*Ilana Trombka*  
*Diretora-Geral do Senado Federal*







## APRESENTAÇÃO – SINDILEGIS

Nasce a segunda edição do livro “Esta é minha história”, fruto de uma sinfonia de esforços entre a Presidência, o Conselho Editorial, a Diretoria-Geral, a Secretaria de Gestão de Pessoas do Senado Federal e o Sindilegis. Ao folhear estas páginas, somos convidados a embarcar numa viagem repleta de memórias e vivências únicas, contadas por aqueles que dedicaram suas vidas ao serviço público nesta Casa.

A primeira edição, lançada em 2019, contou com a contribuição inspiradora de Petrus Elesbão, então presidente do Sindilegis e servidor do Senado, que escreveu uma abertura tão poética que me deixou com a impossível missão de tentar alcançar a mesma beleza literária. Petrus, que continua a contribuir como diretor do Sindicato e agora participa como um dos personagens desta edição, nos lembra da importância de valorizar e preservar essas memórias. Sua dedicação é um testemunho do compromisso e da paixão que temos pelo nosso trabalho.

Ao longo dos anos e de muitas andanças pelos corredores e carpetes azuis, tive a oportunidade de construir grandes amizades e testemunhar o comprometimento de muitos colegas, e é com grande respeito e admiração que vejo seus relatos ganharem vida neste livro. Quero destacar, de maneira especial, a recente aposentadoria do nosso vice-presidente Antônio Vandir de Freitas Lima, da Secretaria de Polícia, e dos diretores Pedro Enéas Guimarães Coelho Mascarenhas, do Prodasen, e Narciso Mori Júnior, da Secretaria de Comunicação Social. Engana-se quem pensa que a aposentadoria os desacelerou; ela apenas lhes deu

mais tempo para se dedicarem ainda mais à defesa dos direitos dos colegas, com a mesma paixão de sempre.

Ler as histórias contadas aqui é como revisitar momentos preciosos do passado, momentos que nos fazem sentir saudade, gratidão e, acima de tudo, esperança no futuro. Cada narrativa é um testemunho da entrega e do amor ao serviço público, mostrando como cada um, à sua maneira, contribuiu para o engrandecimento do Senado Federal. Tenho a mais absoluta certeza de que é o espírito humano, o compromisso e o trabalho árduo dos nossos servidores que realmente fazem a diferença.

Aos nossos colegas aposentados, minha gratidão eterna. Vocês são os pilares sobre os quais construímos o presente e planejamos o futuro. Suas contribuições não apenas ajudaram a moldar o Senado, mas também deixaram um legado duradouro para as novas gerações de servidores que agora têm a missão de dar continuidade ao trabalho com a mesma excelência.

Que este livro seja um tributo ao passado, uma celebração do presente e uma fonte de inspiração para o futuro.

*Alison Souza*  
*Presidente do Sindilegis*



# AS HISTÓRIAS







## ADRIANO BEZERRA DE FARIA

Em 1976, pousei em Brasília enquanto estava de passagem para Foz do Iguaçu (PR), onde seria contratado pela Itaipu Binacional, mas o destino mudou minha vida. Após encontros e entendimentos na capital, fui contratado pelo Senado Federal como profissional de Engenharia. Antes de chegar nela, trabalhei como engenheiro no Sesi-Senac e no INSS, recebendo a minha formação acadêmica, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, em Engenharia Civil com pós-graduação na área de Engenharia de Segurança e do Trabalho.

Ao chegar para trabalhar na mais alta Casa Legislativa, encontrei inúmeros desafios ao longo das atividades profissionais que desenvolvi no complexo do Senado Federal e nas residências oficiais.

## **Anexo II - Bloco B**

O primeiro grande desafio foi concluir as obras do Anexo II - Bloco B que se encontravam paralisadas. O projeto original, do arquiteto Oscar Niemeyer, tinha a seguinte distribuição:

Subsolo - almoxarifado;

Térreo - somente jardins;

1º Pavimento - 4 salas de comissões;

2º Pavimento - Auditório Petrônio Portela e salão para recepções.

Ao longo das tratativas para a execução, foi decidida a substituição do concreto armado convencional por concreto protendido, garantindo maior segurança e leveza arquitetônica ao prédio, devido às imensas vigas em balanço de 10 metros por 2,5 metros de altura.

## **Anexo II - Bloco C**

Devido à transformação das salas de comissões do Anexo II - Bloco A - Ala Tancredo Neves em gabinetes, fez-se necessário encomendar ao arquiteto Oscar um prédio específico para salas de comissões com os respectivos gabinetes no subsolo. O projeto foi elaborado e, então, ficou definido que se localizaria entre o Anexo II - Bloco A e o eixo monumental, pois, assim, estaria perto do plenário. Devido à construção, fizemos aberturas estruturais no túnel do tempo e reforçamos estruturalmente o túnel que apresentava recalques nas juntas de dilatação.

Visita do arquiteto Oscar Niemeyer para estudos e projetos do Anexo II - Bloco C. Da esquerda para a direita, senador Alexandre Costa, Oscar Niemeyer, engenheiro Adriano Bezerra de Faria, arquiteto Ayrton José Abrita e arquiteto Carlos Magalhães.



## **Anexo I**

Um segundo desafio surgiu da incapacidade do Anexo I de um combate a incêndio, pois as divisórias de madeira e o piso em taco eram inflamáveis e não havia sistema adequado em caso de fogo que fosse eficaz

no tratamento a esses elementos. Assim, foi elaborado projeto para suprir essa iminente necessidade tendo em vista o risco aos funcionários e aos senadores. Dessa maneira, foi efetuada a substituição das divisórias em gesso acartonado e o piso por granito, além disso, o combate a incêndio foi atendido por sistema de *sprinkler* e portas corta-fogo nas escadas. Na época, constou em projeto uma escada de incêndio independente, conforme normas, que seria feita na fachada leste, não afetando o aspecto arquitetônico do prédio.

## Plenário

Outro desafio ocorreu no plenário, uma reivindicação antiga. Senadores reportavam que a acústica era de baixa qualidade, dificultando o pleno exercício da oratória durante os trabalhos. O projeto elaborado contemplou a colocação de placas de lã de vidro revestidas em tecido. Ocorreu que, ao longo do tempo, com o desgaste natural, essas estruturas ficaram muito desgastadas e caíam detritos do revestimento. Estudos demonstraram serem cancerígenos para os usuários do ambiente; além disso, as placas da estrutura do forro metálico também caíam em plenário, o que poderia ter resultado em fatalidade, tendo vista que houve a queda em uma bancada de um dos senadores; por sorte, não havia ninguém no recinto. Assim, uma nova solução foi proposta com a inteira reforma do local cujo projeto ficou a cargo do escritório de Oscar Niemeyer. A execução foi configurada com a instalação de placas acústicas do tipo Sonex, e as placas do forro foram recolocadas em total segurança; aproveitando o período, uma nova iluminação em LED e um novo sistema de ar-condicionado foram instalados. Sendo o tempo exíguo, e tratando-se do cerne

da alta Casa Legislativa, essa obra foi executada com três turnos de trabalho durante o recesso de final de ano. No projeto também constava uma nova distribuição das bancadas, púlpito e mesa de presidência, no entanto, não foram executados. Esses projetos encontram-se na engenharia do Senado.

## **Acessibilidade**

Em um outro momento relevante, com a ascensão do tema da acessibilidade em ambientes públicos, foi formada uma comissão de acessibilidade, da qual fui o presidente, para estudar e apontar soluções para o acesso dos deficientes físicos, auditivos e visuais. Com o desenvolvimento dos trabalhos, foram feitas diversas modificações, como: rampas de acesso dentro do Senado, calçadas em área externa, instalação de elevador com acesso ao plenário, sanitários especiais para deficientes. Em especial, nas principais portarias, há uma pessoa qualificada para atender o deficiente auditivo em libras e, caso necessário, um guia para os deficientes visuais.

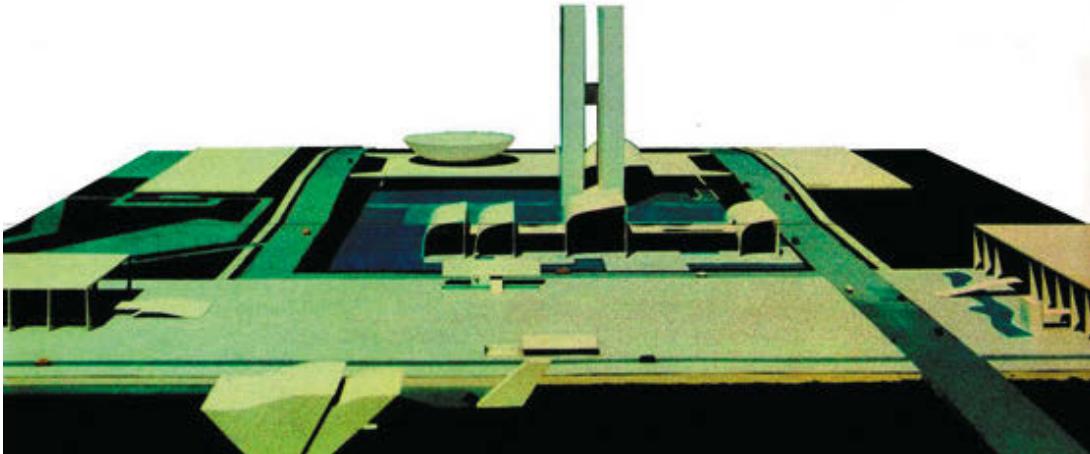
## **Residência oficial do presidente**

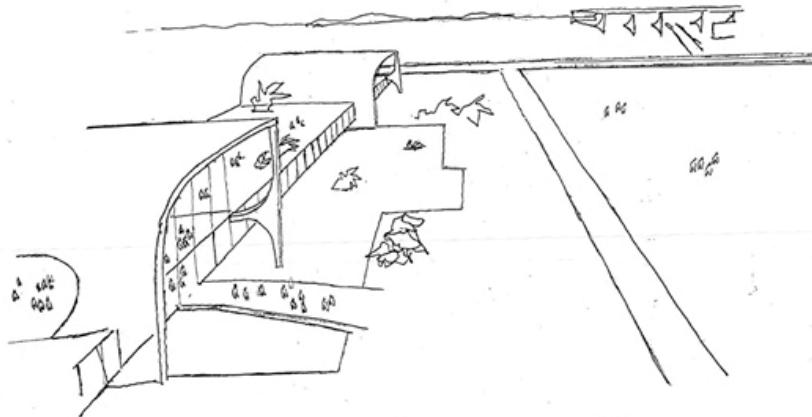
Outro destaque era a sempre premente urgência em realizar as obras em um curto espaço de tempo, um exemplo disso foi a execução da reforma da residência oficial do presidente do Senado Federal, que triplicou a área construída, implementando inclusive o paisagismo e a urbanização, durante o período de recesso parlamentar. No Senado, quando se tratava de reforma nas edificações, tudo era urgente. O mesmo ocorria

com as demais obras de reforma, o que incluía os gabinetes e apartamentos oficiais na SQS 309.

## Projetos

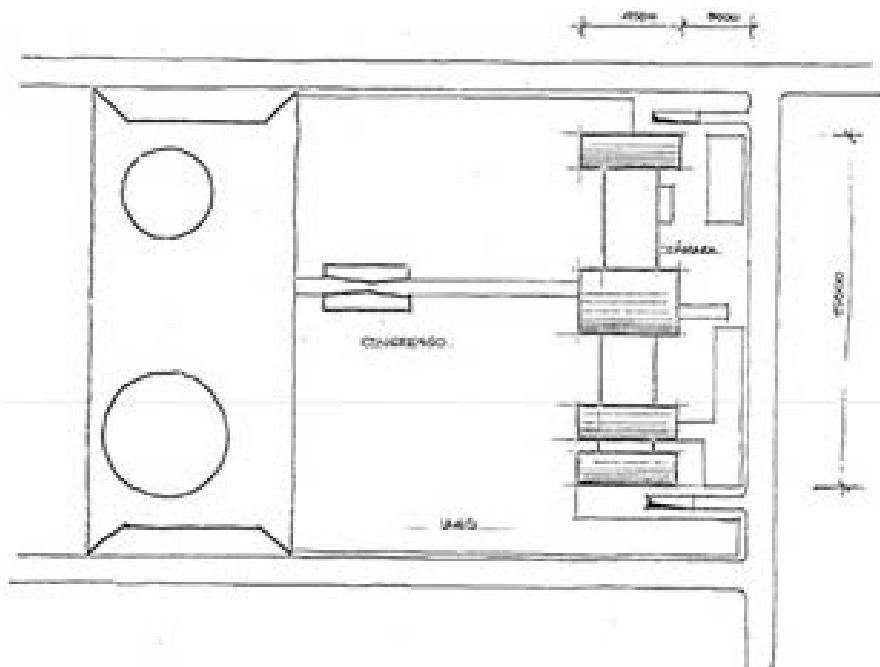
Por fim, é importante frisar que o escritório Oscar Niemeyer realizou diversos estudos, apontando soluções e projetos que abarcam toda a área do Senado Federal. Todos eles encontram-se na Engenharia do Senado e foram enviados ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN) para guarda. Entre os mais relevantes, citam-se: Projeto de construção para abrigar as presidências da Câmara e do Senado, localizado em frente à Praça dos Três Poderes, acima do espelho d'água existente com túnel de ligação ao Anexo I;





reforma do plenário com novo estudo de bancadas, da Mesa Diretora e dos púlpitos; Projeto do Anexo III, localizado na avenida N2, na área da atual gráfica, com túnel aéreo de ligação ao Anexo II - Bloco B com objetivo de absorver e centralizar toda a estrutura administrativa da Casa; Projeto para um novo auditório com capacidade para 600 pessoas e 3 subsolos de garagem, cuja finalidade seria diminuir a circulação de pessoas perto do auditório Petrônio Portela; e Projeto restritivo para circulação de pessoas no salão azul apenas para parlamentares e funcionários.

No Senado Federal, tive a honra de trabalhar de 1976 a 2013, por 37 anos, tendo ocupado cargos em: Sessão de Obras; Serviços de Obras; Subsecretaria de Engenharia e Secretaria de Engenharia.



CÂMARA 1  
 C/PLANTAÇÃO: ENG. CARLOS  
 PROJETOS: OSCAR ALBERTINI, ENG.





*“...Andar por corredores, alas, elevadores e Plenários foi uma das experiências inesquecíveis que guardo. Por esses caminhos, presenciei muitos momentos marcantes...”*

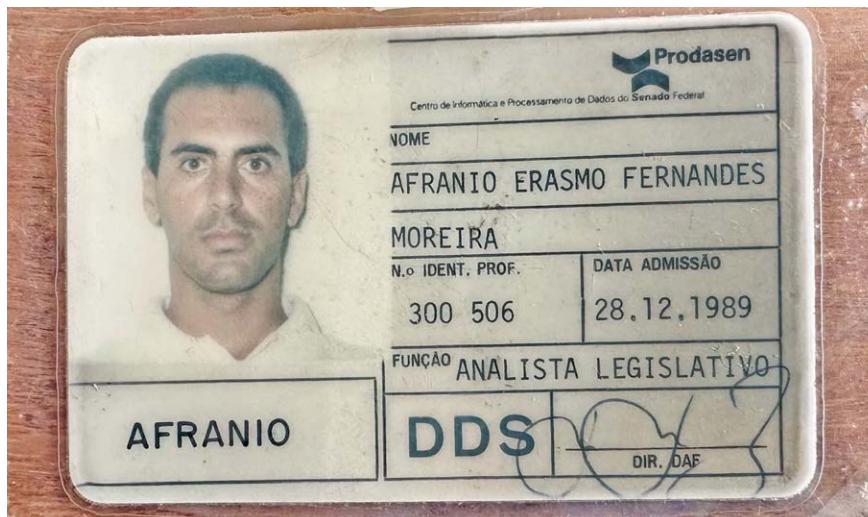


## **AFRANIO ERASMO FERNANDES MOREIRA**

No momento em que redijo alguns capítulos da minha história no Senado Federal, sinto uma enorme gratidão a todos que, direta ou indiretamente, participam para a consecução da publicação deste trabalho, uma oportunidade para expor algumas memórias da minha jornada profissional, como servidor da Alta Câmara do Poder Legislativo. Aqui registro meu agradecimento e meu carinho a todos vocês.

Então, volto a 1989. Muitas mudanças aconteceram nesse ano. Na minha vida então nem se fala. Logo no mês de janeiro, tomei conhecimento da publicação do edital para concurso público ao Senado Federal, em cumprimento a recente dispositivo constitucional para preenchimento de cargos públicos, aprovado na Constituição brasileira de 1988. E especificamente havia em seu bojo a disponibilidade de cargo para o órgão em

que eu sonhava um dia trabalhar, o Prodasen. Depois de alguns meses, de várias etapas de provas e, por fim, a publicação final do resultado do certame, em abril, ingressei no quadro de servidores do Senado Federal em dezembro de 1989, após aguardar o presidente da Casa, Exmo. senador Nelson Carneiro, autorizar a contratação dos aprovados. Assim iniciei a jornada como analista legislativo na área de tecnologia da informação, que mais tarde se tornaria, com muito mérito e reconhecimento, em Informática Legislativa.



O movimento no meio político fervilhava. Todos ansiosos pelo novo presidente, muitas mudanças possíveis. A mudança de trabalho significaria muito mais que podia imaginar. Advindo poder executivo, cujo ambiente profissional e metodologias de trabalho eram bastante diferentes, tudo parecia estranho. Chegava com certa experiência em organização e

métodos, e logo fui destinado para uma coordenação de biblioteca de *softwares*. Foi como se conhecesse um mundo completamente diferente na área de tecnologia, com produtos e soluções desenvolvidas por profissionais de extrema competência e extraordinária capacidade. E as grandes mudanças só estavam começando.

Pouco tempo depois, tive a oportunidade de conhecer outros ambientes que compunham a estrutura técnica e administrativa. O conceito de desenvolvimento baseado em equipamentos de grande porte, com linguagens muito pesadas e extensas folhas impressas com códigos estavam prestes a dar lugar a novos conceitos de *hardware*, com a chegada dos microcomputadores, de servidores, e a integração em rede de todo o ambiente. Para isso, o engajamento dos novos servidores somados pelo último concurso alavancou por demais toda a demanda de soluções que estavam sobrestadas, sem contar as novas áreas que surgiam na estrutura do Senado Federal. Áreas como a comunicação social, a ampliação dos trabalhos da Secretaria-Geral da Mesa, das áreas administrativas e o apoio aos demais órgãos do legislativo, como Câmara Federal, TCU e Câmaras Legislativas, rapidamente demandaram o crescimento vertiginoso da presença do Prodasen. Nessa etapa, a exigência de treinamento e de investimento era gigante. Muitos servidores participaram exaustivamente de cursos e de busca de soluções para tantas novas demandas. Com a instalação das primeiras CPI's e CPMI's, a demanda de processamento de informações açodaram ainda mais a presença da informática por toda a Casa. E concomitante ao momento, diversas evoluções ocorreram, como a troca de terminais por microcomputadores, o conceito de trabalho em rede, equipamentos compartilhados, recursos de impressão, aplicativos no ambiente MS Windows e a chegada da internet para toda a rede.

Com as mudanças ocorrendo rapidamente, fui para uma coordenação para a disseminação das ferramentas, em especial os processadores de texto. Trabalhava com a produção e a documentação de exemplares para treinamento, especialmente produzidos dentro do Prodasen, e aulas que eram ministradas a todos os servidores da Casa. Por esse trabalho surgiu uma nova mudança. A Coordenação de Atendimento a Gabinetes Parlamentares, ou simplesmente “GAB”, precisava de um novo gerente de atendimento, fruto do efeito de diversas aposentadorias que ocorreram à época, criando espaços para novas nomeações.

Essencialmente, o trabalho de um gerente de contas era, no mínimo, representar tudo e todo o Prodasen. Ser um gerente de contas – cada gabinete a ser atendido significava uma conta – era conhecer, saber e apresentar tudo o que poderia ser oferecido, em termos de solução, para demandas específicas de gabinetes, que poderiam se utilizar da informática como maneira de agilizar suas tarefas e atender a todas as demandas que um gabinete parlamentar poderia ter, fosse aquele localizado dentro da própria Casa, fosse aquele localizado nos estados de origem. Esse trabalho requereu muitas pesquisas, muitas horas de laboratório, muitos cursos sobre soluções e, mais especificamente, muito estudo de caso. Isso porque cada gabinete era um “cliente” único, diferente e com demandas muitas vezes nada parecidas entre elas. Foi uma dificuldade só, um verdadeiro trabalho de organização e métodos para que tudo que fosse elaborado, como levantamento de quesitos e muitas entrevistas, fosse levado à área de desenvolvimento do Prodasen, de modo que pudesse ser otimizada uma solução para atender a um número maior de usuários.

Em resumo, os gerentes para atendimento a gabinetes parlamentares representaram, por muitos anos, a principal interface entre as demandas parlamentares e o desenvolvimento da informática legislativa destinada a gabinetes. Do mesmo modo, esse modelo de atendimento era estendido para outras áreas da estrutura da Casa, como a Mesa Diretora, Presidência, Secretaria-Geral da Mesa, Diretoria-Geral e demais órgãos.

Entre 1998 até 2001, atuei como coordenador dessa área de atendimento, o que me deu a oportunidade de conhecer muito a Casa, sem contar a infinidade de amigos e colegas que amealhei. Andar por corredores, alas, elevadores e plenários foi uma das experiências inesquecíveis que guardo. Por esses caminhos, presenciei muitos momentos marcantes, e pude ver de perto a atuação de muitos profissionais, de diversas áreas de conhecimento, que colocaram toda a sua capacidade intelectual e profissional, oferecendo informações, experiências e soluções para diferentes demandas, de diversas atividades que envolveram o contexto da atividade parlamentar, em seus diversos ambientes e diversas responsabilidades.

Numa visão técnica do momento, com o advento da internet e da sua transformação em ferramenta imprescindível, muitas soluções foram desenvolvidas, ou adquiridas, criando-se um conjunto de programas específicos para as atividades legislativa, parlamentar e administrativa, e, em sua maioria, encontravam-se instalados e seguros em servidores localizados na sala-cofre. E todo esse ambiente foi possível com uma grande parceria técnica entre muitos. Mesmo conhecendo a dificuldade de manter um nível de comunicação entre áreas numa Casa muito grande, ainda assim foi possível transformar a Informática Legislativa do Senado Federal em referência nacional e internacional.

Num dado momento, logo após uma reforma administrativa ocorrida no âmbito do Prodasen, fui trabalhar novamente em uma área de treinamento técnico, então instalada numa área próxima ao Serviço Médico do Senado, o nosso SAMS. Era um prédio que funcionava também o depósito de material de informática. Além de salas de treinamento, foi montada a primeira central de atendimento unificado para a área técnica. Havia ainda muita demanda por treinamento com a entrada de novos servidores nos quadros do Senado Federal que crescia, assim como a instalação de novos equipamentos em rede, novos programas e soluções disponibilizadas. Anoto aqui que o princípio adotado pela Casa, até então, de fomentar e disponibilizar diversos treinamentos, locais ou não, sempre foi o diferencial técnico que mantinha nossos servidores como destacados profissionais. Nesse contínuo ambiente de treinamento, brilharam diversos resultados, e esse foi um enorme diferencial.

Em 2003, fui convidado para atuar na assessoria da Primeira-Secretaria do Senado Federal. À época, o titular era o Exmo. senador Romeu Tuma, e tive a oportunidade de conhecer um dos mais emblemáticos senadores da República. Como assessor técnico, me juntei à equipe que desempenhava diversas atividades, pois representava a instância da Mesa Diretora que funcionava como uma “Prefeitura” de todo Senado Federal, onde decisões administrativas eram tomadas, de todas as vertentes, ou dali seriam encaminhadas para a decisão junto à Mesa Diretora.

A assessoria técnica era um time de servidores oriundos de diversas áreas, como a Advocacia, Consultoria Legislativa e de Orçamento. Por lá tramitavam processos de cunho administrativo e legislativo, conforme as competências do Regimento Interno da Casa na época. Nesse período

ocorreram diversas mudanças, como a aprovação de reformas administrativas, políticas, orçamentárias e de cunho social.

Por lá atuei até 2012, podendo participar de diversas comissões administrativas, entre elas, destaco a comissão que formalizou as normas para gestão de contratos, a comissão que reformou a maioria dos contratos de prestação de serviços terceirizados, a formalização e utilização do Pregão Eletrônico para as compras e aquisições, a terceirização de serviços (denominado *outsourcing*) de impressão, que resultaram em substancial economia orçamentária.

Minha jornada no Senado Federal alcançou o ápice em meados de 2012, quando fui designado para a função de Diretor Executivo do Prodasen. Certamente, e sem sombra de dúvida, foi a emoção mais difícil de controlar em anos. Havia regressado de férias, ocorria uma situação crítica na estrutura operacional elétrica do Prodasen, atingindo em cheio o desempenho da sala cofre (nosso *datacenter*), comprometendo bastante a segurança. Muitas medidas emergenciais já estavam em andamento, outras precisavam ser tomadas com critérios e cuidados ainda não experimentados naquele centro. Uma enorme força-tarefa tinha sido constituída. E foram momentos bastante tensos. O comprometimento da segurança e a continuidade na prestação dos serviços informatizados deram a considerável conotação do quanto era um momento diferente e extenuante, principalmente pelo fato de que, naquele ano, o Prodasen completaria 40 anos, e ainda tinha muitos desafios pela frente.

Como diretor da área de tecnologia não foram poucos os dias desafiantes. Se aqui fosse enumerar as principais dificuldades, não caberia no limite do capítulo. O certo é que sabia que estava ao lado de um

fantástico quadro de servidores e, apesar do grande acúmulo de entregas devidas, de manutenções, aos poucos consegui recolocar a grande máquina tecnológica do Senado Federal nos seus trilhos. E ainda naquele ano de 2012 não foram poucos os sucessos obtidos, a consecução de resultados, a melhoria no ambiente relacional, humano e físico. Finalmente respirei um pouco.

O desafio transformador durante a gestão ocorreu nos primeiros meses de 2013, com a grande reforma na estrutura administrativa, sob a batuta da Diretoria-Geral. A exigência transformadora da reforma reduziu cargos, setores, coordenações, serviços, contratos e muitos, muitos colegas acabaram migrando para outras áreas. Tal enxugamento ainda levaria alguns meses para ser assimilado, mas aí já foi sob o comando de um novo diretor executivo.

Ao sair do cargo ainda permaneci no Prodasen, vivenciando um período de retorno ao quadro de atendimento a gabinetes parlamentares, mas de certo modo, estranhando muito as mudanças que os anos trouxeram para aquele setor. As responsabilidades pelo atendimento eram agora divididas entre muitos outros servidores, como comissionados ou terceirizados, e com uma central de serviços agrupando as principais ocorrências. Mas como o mundo dá muitas voltas, e já perto de completar meu tempo de serviço, recebi com muita satisfação e gratidão um especial convite para retornar à Primeira-Secretaria, e lá atuei como subchefe de gabinete até 2017, ano em que pude começar um novo caminho pessoal.

Ao encerrar, é-me impossível registrar meus agradecimentos sem cometer a falha pelo esquecimento que os anos nos trazem, mas àqueles que de mim ainda se lembram remeto meu muito obrigado. A minha



gratidão por tanto aprendizado, pelos desafios vencidos, ou de outros que simplesmente não eram para ser. Dos antigos que me acolheram, ou dos novos que pude ajudar, e do que pude realizar, hoje me sinto muito satisfeito e orgulhoso de ter uma história junto ao Senado Federal.





## ALVARO ARAUJO SOUZA

Com alegria e rejúbilo recebi o honroso convite para participar desta tão importante publicação: “Esta é a Minha História: relatos de servidores aposentados do Senado Federal”.

Em que pese o universo emocional tocado por aqueles dias, difícil dimensionar, como situações de manifestação de amizade; solidariedade, muitas vezes; hilariantes, por que não dizer?; tensas em altos níveis; abnegada; mas também muito prazerosas; agradáveis; virtuosas; generosas; abundantes e amorosas. Sim, “porque, se não houver amor, de nada valerá” (Apóstolo Paulo).

Assumi imediatamente minhas funções na Subsecretaria de Pessoal, onde encontrei a figura interessante de D. Maria Rondon! Tenho

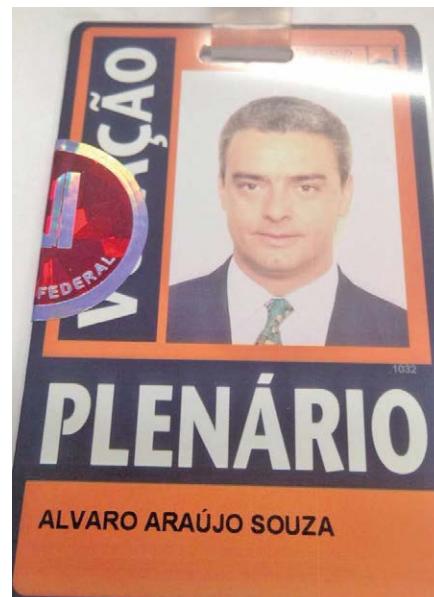
que admitir que muitos aprendizados pude absorver. Num tempo em que, no caso dela, por exemplo, os diretores pareciam possuir cargos vitalícios, e aqui não há qualquer julgamento, é apenas uma observação dos fatos no tempo!

Pude testemunhar o “nascimento” da tecnologia, da informática, das instalações de terminais (ligados a um computador central no Prodasen). Começava ali a era da microcomputação.

Todo o trabalho era manual. Iniciei meu ofício na Seção de Registro de Frequência, do Departamento de Administração da Subsecretaria de Pessoal. Possibilitou-me essa posição tomar conhecimento de todas as seções, departamentos e lotações existentes na Casa. Uma visão, diria, privilegiada.

Tempos iniciais normalmente proporcionam espaços, sendo assim, decidi pegar, abraçar e aproveitar todas as oportunidades que se apresentassem. Fiz cerca de 45 cursos oferecidos pelo então Centro de Treinamento (que depois viria a ser o Cedesen, o qual se transformaria tempos depois em nosso já renomado ILB). Uma trajetória de absoluto sucesso no desenvolvimento dessas funções.

Chegando a assumir a chefia da Seção de Registro de Frequência, graças ao inesquecível amigo de primeira hora



(já falecido) Demerval Gomes Ferreira. Meu primeiro chefe direto, a quem devoto imensa gratidão especialmente como um mestre que conduz o aprendiz, apoiando-o e ensinando-o nas tradições e formas de ser daquele universo que encantava este narrador, na época, com cerca de 23 anos de idade. Minha gratidão! Outro trabalho pioneiro à época foi desenvolvermos o Tesauros (uma espécie de inteligência do computador) para a área administrativa. O amigo (já falecido) Frederico Augusto Rondon Neto – e aí minhas homenagens e agradecimentos ao amigo – levou-me a esse trabalho: Descrevemos à mão toda a estrutura administrativa do Senado Federal (vale dizer todo o Regulamento Administrativo).

Decido ir para a área legislativa, passei a me movimentar...!

A oportunidade que se apresentou não poderia ser melhor: Gabinete do senador Jarbas Passarinho. Local onde pude aprender tudo sobre o funcionamento de um gabinete parlamentar. Não somente pela envergadura de seu titular, Jarbas Passarinho, homem de rara cultura, grande sabedoria, retidão a toda prova, ético e de uma inteligência e conhecimento verdadeiramente raros. Tempo em que, no plenário da Casa, assistíamos a grandes debates travados no mais alto nível vernacular. Um verdadeiro digladiar onde os debatedores esgrimiam seus conhecimentos e ironias. Grande parte desse aprendizado tributo à querida amiga (já falecida) Eleonora Passarinho. Minha chefe imediata, todo meu carinho e gratidão por tanto! Pessoa com a qual desenvolvemos um trabalho fabuloso, o índice circunstancial, que hoje instrui nosso Regimento Interno! Está aí a autora desse belíssimo trabalho, elaborado pela incrível amiga Eleonora, com nossa participação. Valeu profundo conhecimento de nosso Regimento Interno.

Até aí preparava-me para voos mais apropriados. Agora, com conhecimento das regras administrativas e também com conhecimento profundo de nosso Regimento Interno, considero todo esse período como preparo básico e elementar para o que estaria por vir.

Começa então a jornada por gabinetes parlamentares. O primeiro gabinete a chefiar foi de um parlamentar do DF, Maurício Correa, para, em seguida, como que retornar ao território conhecido, vir a chefiar e montar o Gabinete da Liderança do então PDS, aquele que já foi o maior partido do ocidente. Desafio grande. Mas iríamos em frente. Com uma grande bancada (cerca de 30 senadores). Hoje parece algo distante, e difícil de ser na realidade.

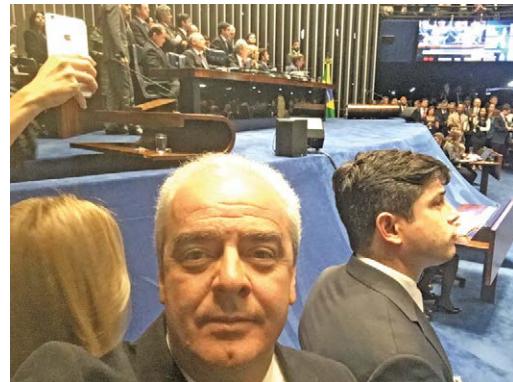
Muitas vivências no dia a dia da política nacional. E, na prática, com trabalho efetivo tanto no contexto parlamentar (plenário), quanto no contexto da vida político-administrativa do País. Assistir a como se dá a dinâmica na vida decisória do País, sempre é, e será, um privilégio de aprendizado como também uma alegria de poder participar de momentos importantes da vida nacional, acessando a verdade de nossa história. Mesmo que ainda não contada.

Testemunhando fatos como dois impeachments, passando por decisões que afetariam a vida de todos os brasileiros, como diversas reformas (previdenciária, trabalhista, agrária, financeira e outras), sendo algumas delas recorrentes no tempo, acontecendo por mais de uma vez. A vivência no dia a dia do plenário, e durante algum tempo com permanente interação com a Câmara, especialmente devido às Sessões do Congresso Nacional. Exercer ofício dentro desses templos representativos da democracia revestia-se de algo muito especial para a minha vida.

Iniciando uma nova quadra na vida funcional, vou para as Comissões do Senado. Oportunidade que chega pelas mãos de duas queridas amigas: Martha Lyra e Gisele Ribeiro, a quem agradeço pela parceria e aprendizado mútuo nesse novo braço da atividade legislativa. Devo confessar que talvez tenha sido o lugar, a lotação, que mais me proporcionou especial "satisfação institucional". Onde pude sentir-me verdadeiramente Senado.

Trabalhando com um colegiado, sempre eclético, lidávamos nesse extrato da Casa com todas as forças representadas e com assento na Câmara Alta.

Minha gratidão a todos(as) aqueles(as) que, como titulares dessas Comissões, bem como os demais com que tivemos a oportunidade de trabalhar próximo, a desincumbirmos de nossas atribuições. As áreas foram diversas, começando pela CAS - Comissão de Assuntos Sociais (trabalho, previdência, saúde e minorias); posteriormente a CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura (transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações,



parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes); por duas oportunidades; CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Relações Exteriores e Defesa Nacional – vale dizer nossas Forças Armadas e Missões Diplomáticas) também por duas oportunidades.

No exercício dessas funções compartilho com os colegas duas experiências insólitas.

A primeira foi participar como ponto focal para o Senado, junto ao Itamaraty, da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, a Rio+20, em 2012 – nome decorrente da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ocorrida em 1992, quando o Brasil foi sede. Ambos são eventos promovidos pela ONU (Organização das Nações Unidas).

Estávamos em 2012, daí a cunha do nome Rio + 20 (anos). Cerca de 110 chefes de governo e chefes de Estado compareceram ao evento. Participar da realização de algo com grandeza mundial foi, para minha experiência pessoal, algo muito rico. Com aprendizados e oportunidades de contribuir para que uma grande roda girasse bem. De logística a segurança; administrando fluxo de demandas (informações gerais sobre o evento, transporte, hospedagem, locais de suporte etc.) que tocavam em especial aos senhores senadores. Foi uma maratona. Equipe trabalhando mais de 15 horas por dia. Laços que se formam com a descoberta de uma nova vivência. Memórias afetivas. Boas lembranças.

Outra vivência que reputo revestir-se de especial privilégio foi a viagem à Antártica. Chamados a testemunhar o grande trabalho

desenvolvido pela Marinha do Brasil, na manutenção das instalações de nossa Estação Antártica Comandante Ferraz.



Assistir de perto aos desafios que envolvem uma movimentação dessa envergadura é algo marcante, além de auspicioso, uma vez que olha para o futuro. Como um posto avançado no tempo. Na ponta da ciência. Parabéns à Marinha do Brasil!

Meus caros colegas, busquei compartilhar, nestas poucas linhas, uma visão pessoal do enredo que observava, principalmente, com um viés emocional. A ideia é estimular esperança e tempos venturosos àqueles que continuam em seus postos a trilhar esse digno e nobre ofício, a dias muito auspiciosos e realizadores.

Meus melhores agradecimentos, inicialmente, a Deus, a todos os colegas, senadores, deputados e autoridades que permearam toda essa caminhada.

Muito obrigado!









## **ANNA CAROLINA RABELLO DE LUCENA CASTRO**

Entrei no Senado em 7/1/1983, assustada, jovem, cheia de expectativas e disposta a absorver tudo o que pudesse naquela que seria minha segunda casa por quase quarenta anos! Sim, pois me aposentei faltando apenas 10 dias para completar os 40 anos de serviço. E essa sede de saber, de aprender, me foi dita, sabiamente, por minha mãe: “minha filha, faça todos os cursos que puder fazer no seu trabalho, não se canse nunca de aprender e mostrar vontade de conhecer coisas novas”. Assim, seguindo seu conselho “ao pé da letra”, fiz todos os cursos que pude, dentro e fora do Senado, para que pudesse me capacitar cada vez mais e me sentir segura quanto ao meu desempenho.

Foram quarenta anos de muitas transformações no Senado e pude, em algumas delas, não só acompanhar, como participar efetivamente das mudanças.

Comecei trabalhando no gabinete do Senador Mauro Borges (PMDB/GO), que, para mim, foi um exemplo de parlamentar. Lembro-me de que ele tinha dias marcados para atender seus eleitores no gabinete. Nestes dias, após o plenário, ele tirava o paletó, afrouxava a gravata, arregaçava as mangas da camisa e ia atendendo um a um e dando encaminhamento a cada pedido feito. Achava admirável como ele atendia seus eleitores pacientemente. Seus discursos inflamados (ainda em um período final de ditadura) me emocionavam. Quando não falava de improviso (o que era muito frequente), ele escrevia, dividindo a folha na vertical, em quatro laudas, e eu datilografava (em máquina elétrica ainda), contando os espaços para que o alinhamento pudesse ser perfeito, sem precisar usar hífen ao final de cada linha (trabalhoso demais, vocês não podem imaginar!). Como tinha uma letra muito difícil de decifrar, por diversas vezes eu não conseguia entender e tinha que recorrer à sua secretária, ao assessor e às vezes até a ele mesmo. Ia, cheia de receio, que valentemente enfrentava, e ele, sempre muito gentil, às vezes decifrava e às vezes nem ele próprio conseguia entender o que tinha escrito e mudava toda a frase ou até mesmo o parágrafo inteiro! E eu que, geralmente, tinha deixado o espaço mais ou menos da palavra para não perder tempo esperando sua vinda do plenário, tinha que datilografar novamente daquela página em diante! Ufa! Uma canseira! Cada discurso era arquivado juntamente com as notas taquigráficas, que esperávamos alguns dias para ter acesso, pois eram revisadas na taquigrafia e no gabinete.

Du jornal  
 Du não jornal  
 Não mesclar

No este não jornal não ha-  
 ver o "Exemplares" e em caso,  
 nem "Sociedade"  
 das agências, nem nos. Juntas e  
 este o "Exemplares" em original

Concurso  
 Pode ser mais jogos = final  
 "de onde a casa e de onde  
 a "condução"  
 Mas não sou

Auto assinado

Informar-se na Lide-  
 rença do PMOB re o  
 Governo já encaminhar  
 ao Senado alguma infor-  
 mação em matéria de aco-  
 do de Lide rença.

Se encaminhar, obter  
 cópia (talvez o Sen.  
 Benedito tenha isso. Com-  
 binar-me para q em nossos  
 telefones para ele).

Quando, na Subsecretaria de Expediente, despertei para o processo legislativo e comecei a me dedicar mais ao estudo dessa área que sempre me fascinou. Nessa época, instalou-se a Assembleia Nacional Constituinte, a qual tive orgulho de acompanhar e da qual participamos, mesmo que nos bastidores. Saíamos tarde quase todos os dias, pois os trabalhos iam madrugada adentro e, cabe aqui o meu agradecimento ao meu marido, Afrânio, que juntamente com os meus filhos, Renato e Nathalia, sempre compreenderam minha jornada pesada de trabalho e me apoiaram durante toda a minha carreira. Lembro que minha mãe, muitas vezes, levava meu filho para eu amamentar no trabalho, pois não conseguia sair no horário certo da amamentação. Trabalhava no setor de revisão e, na época, tínhamos umas máquinas processadoras de textos, onde os colegas da mecanografia inseriam os textos com alguns códigos

próprios e as máquinas ficavam reproduzindo as cópias. Depois tínhamos que revisar em grupo, cada um com uma cópia; um ficava lendo em voz alta o texto, chamando a atenção quando tinha letra maiúscula, caixa alta, acentos, pontuações etc., e cada qual revisando sua cópia, pois muitas vezes saía errado em uma delas e não nas outras. Tínhamos que ter muita atenção porque o que sai do expediente vai à publicação no DOU e/ou no Diário do Senado Federal ou, ainda, no Diário do Congresso Nacional.

As proposições legislativas formavam os processados em pastas de cartolina grossa, com cores diferentes de acordo com o tipo de proposição e, muitas vezes, formavam volumes enormes de acordo com o tamanho, comissões despachadas e pareceres. A cada movimentação, era feito um BAL (Boletim de Acompanhamento Legislativo), registro feito à mão, com carbono (sim, sou da época do carbono ainda no Senado, rs-rsrs...) Tínhamos um arquivo gigantesco, redondo, que chamávamos de "Jumbão", onde ficavam todos os processados arquivados de acordo com o tipo e que só saíam dali para o arquivo definitivo. Foi um período gratificante, em que fiz bons amigos e tive um aprendizado riquíssimo também.

Após o período da Subsecretaria de Expediente, fui trabalhar com o senador Antonio Mariz, um mestre para mim, tanto na política, na postura pessoal e parlamentar, como também na sua atuação como chefe. Foi com ele que assumi a minha primeira chefia de gabinete, a qual me pegou de surpresa, pois não esperava e não me sentia preparada para tal. Extremamente paciente, um professor. Foi um desafio assumir essa função e me esforcei ao máximo para corresponder à sua confiança. O êxito que alcancei devo também à equipe que tive. Lembro-me que ele despachava as respostas às correspondências com bilhetinhos para mim, com orientações e conselhos, ainda tenho alguns guardados como lembrança.

Certa vez, a respeito de uma carta que estávamos enviando e o nome da pessoa era bem estranho, ele me disse assim: “você tem certeza de que o nome está correto? Porque a coisa mais importante que a pessoa tem é o seu nome, se já começamos errando, começamos mal...”. Nunca me esqueci disso e mantenho esse cuidado até hoje.

Ele foi relator do impeachment do ex-presidente Fernando Collor, o primeiro processo dessa natureza no Senado pós ditadura militar. Lembro-me da sua luta para fazer valer a cassação do presidente Collor com suspensão de seus direitos políticos, apesar da renúncia à presidência. O senador era promotor e um grande estudioso do Direito e convenceu a todos da sua teoria, saindo vencedor dessa batalha.





Durante os trabalhos do impeachment, o senador Mariz ficava até madrugada na comissão, cujo acesso era restrito e não tínhamos como acompanhar o que estava acontecendo, pois não havia TV Senado, Rádio Senado, nada disso, tínhamos apenas o DIN-DON, sistema de alto-falantes instalado em cada gabinete e em vários pontos do Senado, que além de transmitir as sessões plenárias, tocava uma campainha estridente chamando os senadores para completar quórum. Nas horas em que não havia sessão, eram transmitidos músicas e recados da administração para os servidores, inclusive notícias de falecimentos.

O senador Mariz, juntamente com os consultores e técnicos, trabalhavam diretamente no Prodasen, por falta de estrutura no gabinete. Nessa época, contávamos apenas com terminais dos computadores do Prodasen. Sabem aqueles, com letrinhas verdes na tela preta? Pois é,

limitadíssimos, com poucos recursos. Mas, mesmo então, o Senado já engatinhava na vanguarda da tecnologia e tínhamos nesses terminais, alguns sistemas como controle de correspondência (CACR) e pesquisa de matérias legislativas (MATE). Vejam só como evoluímos, temos hoje sistemas muito mais modernos e dos quais prescindimos de guardar papéis, pois digitalizamos tudo, quando já não vem eletronicamente, maravilha!!! Aliás, o que temos hoje de acompanhamento de matéria legislativa, que podemos cadastrar e acompanhar cada movimentação, partiu de uma sementinha que ajudei a plantar. Foi ideia de um grande colega nosso, que também foi para mim um professor na área legislativa, o Rogério Portal. Lembro-me quando ele sugeriu aos técnicos do Prodasen a criação de um sistema deste tipo, eles olharam para nós com estranheza e ficaram de estudar (eu, particularmente, achei que ele estava pedindo o impossível he he he), mas os técnicos já visualizaram a possibilidade. Essa ideia surgiu porque, quando trabalhamos na Liderança do PSDB, fazíamos um acompanhamento legislativo de matérias selecionadas e que ao final da semana atualizávamos numa tabela Word, que dava um trabalho enorme para configurar.

Na Liderança do PSDB, abriu-se um novo horizonte para mim na área que tanto tinha me dedicado, pois passei a acompanhar todo o trabalho legislativo junto às comissões e ao plenário. Tínhamos debates políticos bastante interessantes e onde acompanhei o processo democrático amadurecer.

No plenário, havia toda uma pompa e rito a ser cumprido. Servidores não podiam ficar dentro do plenário, apenas na tribuna de honra e sentados, em pé nem pensar! Nada de ficar de costas para a Mesa Diretora e

muito menos ficar de bate papo lá dentro. Fiz bons amigos na segurança do Senado (na época, não era Polícia Legislativa) e eles guardavam lugar para mim, para que eu não ficasse de fora do plenário. Era muito engraçado, pois, quando eu demorava e a sessão ia ser daquelas polêmicas, com tribuna cheia, eles me ligavam no ramal da liderança (que era bem em frente ao plenário) e falavam: “corre, Carolzinha, senão você vai ficar sem poder entrar!” E eu saía correndo para não ficar de fora, pois, quando estava cheia a tribuna, ninguém entrava até que vagasse algum lugar.

E os discursos daqueles oradores respeitadíssimos? Podia se dizer que se ouvia até zumbido de mosquito! Tive a oportunidade de ouvir grandes discursos, por exemplo, dos senadores Darcy Ribeiro, Artur da Távola, Lauro Campos, Mário Covas, Paulo Brossard, João Calmon e tantos outros... Nessa época, as mulheres que trabalhavam nas áreas legislativas da Casa só podiam usar saia, nada de calça comprida e a regra também valia para entrar no plenário e comissões. O senador Antônio Carlos Magalhães foi quem autorizou o uso de calças compridas, mas tinham algumas regras, não podia jeans, por exemplo. Foram mudanças gradativas e que foram tornando o nosso ambiente de trabalho cada vez melhor, mais leve, evoluindo paulatinamente até chegarmos aonde estamos hoje.

Um fato interessante da minha trajetória é que em 2003, quando ocorreu a primeira eleição do Presidente Lula, eu estava chefiando o gabinete da Liderança do PSDB, o líder na época era o senador Geraldo Melo (PSDB/RN), outro com quem tenho orgulho de ter trabalhado. Eu já tinha decidido que não queria mais continuar no cargo, comuniquei ao líder minha decisão e saí de férias. Estava numa fazenda, no interior de Minas Gerais, quando recebo um telefonema com um convite para uma

entrevista com o senador eleito Aloizio Mercadante, a fim de assumir a chefia de gabinete da Liderança do Governo no Senado, da qual ele seria o líder. Levei um susto, seria eu mesma? Sair da chefia da Liderança do PSDB, partido que tinha disputado a eleição com o Lula, e assumir a chefia de gabinete da Liderança do Governo Lula? Mas foi isso mesmo! Trabalhei com o senador Aloizio Mercadante, com muito orgulho, durante os seus oito anos de mandato; na liderança, durante seu exercício como líder, e depois em seu gabinete parlamentar.

Início do governo Lula, outro desafio, o líder montou uma equipe de assessores de primeira linha e foram tempos duros, aprovar reformas significativas e importantes para o Brasil, com políticas voltadas para a população mais pobre e sofrida. Era tipo matar um leão por dia! Lembro de uma ocasião em que estávamos saindo do plenário por volta das seis da manhã, após uma noite duríssima de uma sessão de debates da PEC da Previdência, fomos para casa para logo mais, por volta das 9h30, já estávamos de volta para nova reunião de comissão a que não podíamos deixar de comparecer e continuar a luta!

Foi um período gratificante tanto pelo aprendizado legislativo e político, como também pelas amizades que conquistei e que cultivo até hoje.

Nessa época pude participar de grandes conquistas para os servidores da Casa, como por exemplo, o nosso plano de carreira e a conquista do banco de horas, que não existia. Foi numa reunião de chefes de gabinetes com o diretor-geral da época que sugerimos a implantação do banco de horas, que foi aceito e segue até hoje com sucesso.

Depois, quando o senador Aloizio Mercadante assumiu o MCTI, convidou-me para ir com ele e lá fui eu assumir novos desafios. Poder Executivo, não só uma área completamente diferente, como também ambiente e trabalho totalmente diversos do que estava acostumada até então, um mundo novo de descobertas e aprendizados. Aceitei a nova empreitada e acabei acompanhando-o não só no MCTI, mas também no MEC, Casa Civil e novamente MEC.

Nesse período, resolvi me aposentar no Senado. Achei que ficaria até o final do segundo mandato da presidenta Dilma e me preparei para, ao final, me aposentar de verdade. No entanto, veio o Impeachment e eu percebi que ainda não estava pronta para parar de vez, ainda me sentia muito ativa e disposta a seguir trabalhando. Pedi a reversão da aposentadoria e voltei a trabalhar no Senado. Desta vez, resolvi ficar um pouco afastada da política e dos gabinetes parlamentares e fui para a Secretaria de Gestão de Pessoas, com o Diretor James. Outra mudança de ares, trabalhar na área administrativa da Casa, o que nunca tinha feito e, mais uma vez, achei que era ali que iria encerrar minha vida no Senado, me dedicando a uma área empolgante como a gestão de pessoas.

Encontrei um Senado bem diferente, muitas caras novas, gente jovem, cheia de novas ideias e maneiras de trabalhar, foi ótimo. Fiz novos cursos, encarei uma pós-graduação na área de recursos humanos (viram como não estava pronta ainda para a aposentadoria?). Novos amigos, uma juventude querida e fantástica. Continuei seguindo o conselho da minha mãe e me abri para novos aprendizados, fiz cursos até na área de tecnologia, aprendizados inovadores, Programa de Formação Gerencial, Gestão do Conhecimento, cursos curtos do ILB de

Relações Internacionais e Ciência Política, enfim, aproveitei ao máximo as oportunidades.

O Senado, mais uma vez, estava avançando na tecnologia da informação e tínhamos novos sistemas de automação de fluxos de trabalho, com eliminação de papel e ofertas de serviços em celular e geração de relatórios diversos, que tornavam nossas rotinas de trabalho muito mais dinâmicas e eficientes. Aprendi muito também com minha grande amiga Ana Lúcia Melo, referência de profissionalismo e dedicação ao Senado, foi com ela que comecei na área administrativa, incansável no cuidado e zelo com a coisa pública, exemplo para todos os servidores da Casa, que só aposentou aos 75 anos, neste ano de 2023.

Mas não foi na área administrativa que encerrei meu ciclo no Senado. Ainda cheia de gás (risos...) fui trabalhar com o senador Jaques Wagner. Neste gabinete, vivi os últimos quatro anos de serviço dedicados ao Senado e dos quais muito me orgulho, pois sei que participei de grandes momentos da vida política do país e pude contribuir com grandes conquistas para o povo brasileiro.

Em 2020 vivemos a pandemia do coronavírus, fase que afetou a todos e, especialmente, mudou a nossa forma de trabalhar. O Senado, mais uma vez na vanguarda, foi o primeiro parlamento no planeta a realizar uma sessão legislativa remota e colocar mais de seis mil colaboradores para trabalhar remotamente, tarefa empreendida e cumprida brilhantemente pelo nosso Prodasen. Nós, gestores, tivemos que enfrentar uma situação inusitada e desafiante: manter a equipe unida e estimulada a distância, com novas ferramentas de trabalho, inovações tecnológicas a que tínhamos que nos adaptar. Encarei como um obstáculo a ser vencido e utilizei

ferramentas que aprendi no tempo da Secretaria de Gestão de Pessoas, procurei também novos instrumentos de estímulo à equipe. Conseguimos até mesmo fazer uma confraternização virtual no final do ano, que contou com a participação inclusive do senador Jaques Wagner. Cada um em sua casa, com brincadeiras a distância. Foi um período duro, desafiador, mas vencemos, a equipe se manteve estimulada e unida e agradeço a todos pelo apoio.

Para fechar ainda a minha história no Senado Federal, me candidatei ao cargo de conselheira do nosso plano de saúde, SIS. Foi excelente poder conhecer por dentro o funcionamento e a dinâmica do nosso plano, com a dedicação extraordinária dos servidores que ali trabalham. Sou muito grata aos colegas que me elegeram e à equipe do SIS, onde também fiz boas amizades. Dei o melhor de mim como conselheira, não só por tratar-se de defender algo que é nosso, como também por acreditar cada vez mais no grupo de servidores que ali dedicam esforço, zelo e cuidado pelos beneficiários e pela coisa pública.

Devo tudo que tenho ao Senado e o defendo com afinco, agradecendo sempre a Deus a oportunidade de ter trabalhado nesta Casa.

Quero agradecer à diretora Ilana Trombka, ao Gustavo Ponce e ao Sindilegis o convite para participar desta edição, fiquei muito emocionada e lisonjeada com a lembrança do meu nome. Espero que a minha trajetória possa inspirar nossos colegas mais novos que estão começando sua carreira no Senado Federal. Tenham sempre orgulho e vistam a camisa da nossa Casa, deem o seu melhor e saibam que estão contribuindo para tornar o Brasil um país mais justo e igualitário.







## ARNALDO GOMES

Fui nomeado como servidor pró-labore da Secretaria do Senado em 6 de junho de 1962, lotado na Contabilidade, Seção Financeira, onde se faziam as prestações de contas das viagens de funcionários e dos senadores, assim como os balancetes mensais, classificando as despesas com as respectivas rubricas orçamentárias. O chefe da seção era o dr. Jorge Paiva.

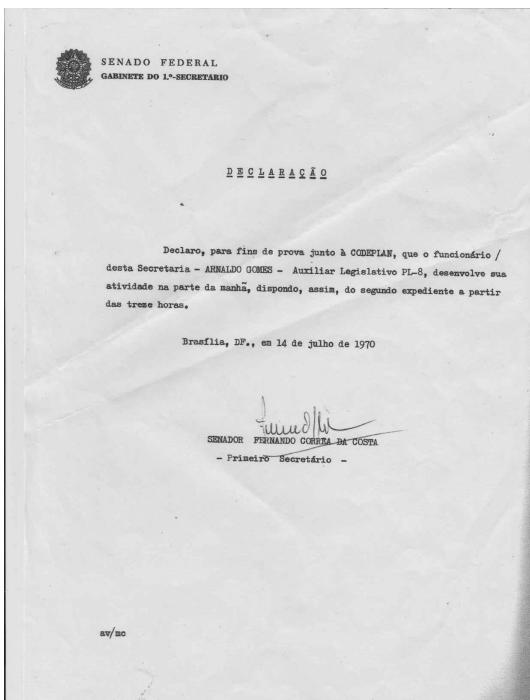
Naquela época, todo o trabalho era realizado em uma máquina de datilografia e em outra de somar, ambas manuais. O interessante é que eu não podia assinar os balancetes, porque não era funcionário efetivo do Senado. Mas, a partir de dezembro de 1964, tomei posse como Auxiliar Legislativo (PL-9), após ter sido aprovado no concurso público do Senado, em 11º lugar na classificação geral. Assim, a partir da minha nomeação, comecei a assinar os balancetes.

Vale acrescentar que todos os trabalhos e o expediente eram das 13h às 19h, sendo que os funcionários batiam cartão de ponto, exceto os chefes de seções e os diretores. O diretor da Contabilidade era o dr. Luiz Monteiro, que sabia o número da matrícula e o nome completo de cada servidor; o senhor Max conferia os trabalhos sem precisar usar uma máquina de somar; o diretor-geral era o dr. Evandro Mendes Vianna.

Permaneci na Contabilidade até fins de 1968, quando fui contratado pela Codeplan, como economista. Naquela época, o expediente das diretorias do Senado era a partir das 13h. Assim, para ajustar o

meu horário de trabalho, saí da Contabilidade e fui para o Serviço de Transportes, onde o expediente iniciava às 7h horas e terminava às 13h.

Em 14 de julho de 1970, o primeiro secretário do Senado, senador Fernando Corrêa da Costa, assinou uma declaração à CODEPLAN, informando que eu desenvolvia minha atividade no Senado no período da manhã e dispo do segundo expediente a partir das 13h.



Assim, trabalhei na CODEPLAN, de dezembro de 1968 a maio de 1971, como economista, a partir das 13h, e na Garagem, das 7h às 13h, no mesmo período. O chefe do Serviço de Transportes era o senhor Ciro.

É interessante registrar que, nessa minha passagem pela Garagem, realizei diversos trabalhos, criando a ficha mensal de controle, na qual constava o número da placa do veículo, os dias de cada mês, o total de litros abastecidos por carro, os quilômetros rodados e a assinatura do motorista em cada dia que abastecia. No final de cada mês, a ficha era somada e realizada a média mensal, trimestral, semestral e anual dos km/L com os respectivos gráficos que, ao final de cada ano, o chefe da Garagem encaminhava ao presidente e ao diretor-geral do Senado.

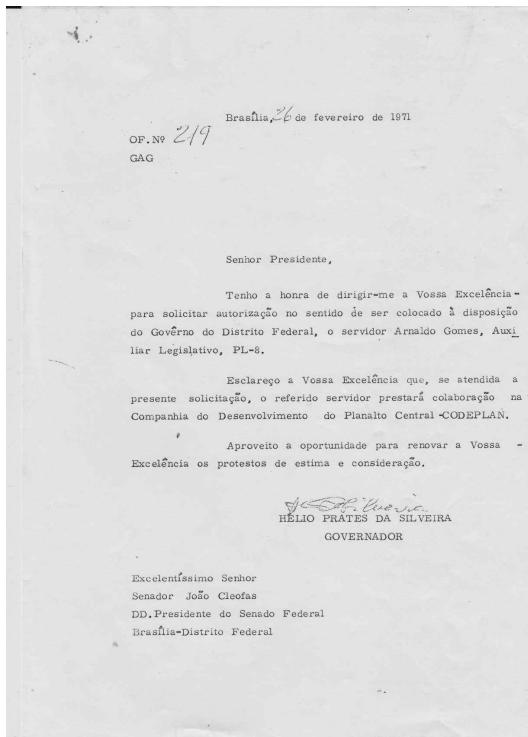
Nessa ocasião, também, sugeri ao chefe do Serviço de Transportes a compra de 5 (cinco) carros iguais aos que serviam aos senadores, permitindo que, quando o carro completasse 5.000 km, automaticamente o motorista deixava-o para manutenção e pegava outro carro reserva, idêntico ao que servia ao senador.

O presidente do Senado, em dezembro de 1969, senador Gilberto Marinho, realizou uma visita à Garagem do Senado e elogiou o trabalho de controle de combustível por mim implantado, sendo: mensal, trimestral, semestral e anual, com os respectivos gráficos e a manutenção preventiva da frota.

### **A minha nomeação para a Gráfica do Senado**

Jamais imaginei ser nomeado superintendente da Gráfica do Senado em meados de 1971, no episódio em que passo a narrar. Sobre isso,

ainda tenho a cópia do ofício nº 219, datado de 26 de fevereiro de 1971, em que o então governador do Distrito Federal, Hélio Prates da Silveira, solicitava ao presidente do Senado, senador João Cleofas, a minha requisição para a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN.



Três meses depois daquela requisição, em maio de 1971, o presidente do Senado, senador Petrônio Portella, o qual eu não conhecia, solicitou-me ir ao seu gabinete. E, para a minha surpresa, disse-me: "Estou negando a sua requisição para a CODEPLAN, porque você terá uma nova missão. Não é um convite, pois vou te nomear superintendente da Gráfica do Senado".

Surpreso com aquela notícia, argumentei que eu seria prejudicado. Mas o senador Petrônio Portella repetiu que eu não estava entendendo o que era uma missão. No dia seguinte, voltei ao seu gabinete, de onde me levou à Gráfica do Senado, reuniu todos os servidores e me empossou no cargo de superintendente daquele setor.

Na reforma administrativa do Senado, em 1972, o cargo de superintendente foi transformado para diretor-executivo do Centro Gráfico do Senado Federal - CEGRAF.

Assim, fui o último superintendente e o primeiro diretor-executivo da Gráfica do Senado, no período de maio de 1971 a agosto de 1981, regido pela CLT.

Quando assumi, solicitei uma reunião com o presidente para tratarmos da contratação de um assessor técnico em artes gráficas e um analista de sistema para o CEGRAF. O senador Petrônio ligou para o presidente do Grupo Manchete, o dr. Adolpho Bloch, que, pouco tempo depois, me recebeu e seu gabinete, no Rio de Janeiro, indicando um técnico de artes gráficas formado na Alemanha, o senhor Bernard Smith, que foi nomeado como assessor técnico do CEGRAF.

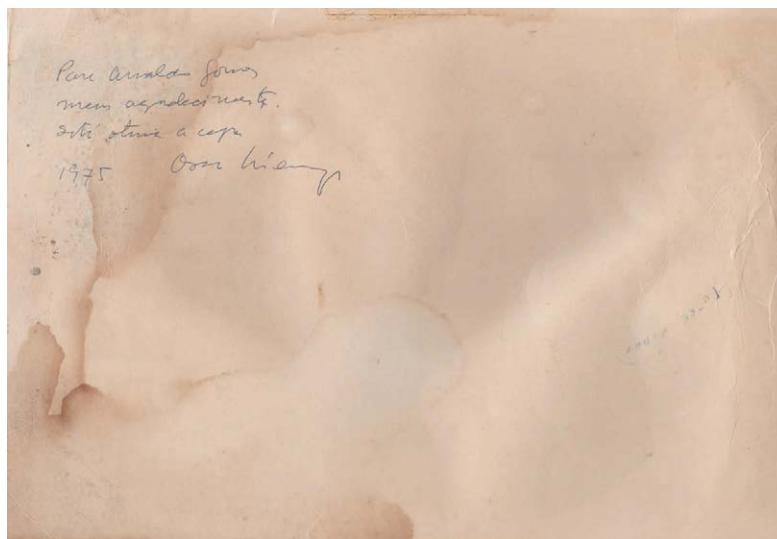
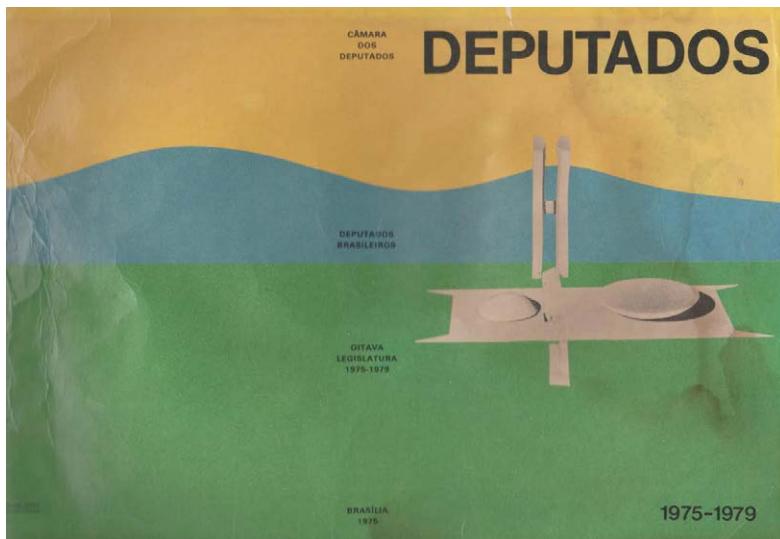
Já o analista foi uma indicação minha, o professor na área de processamento de dados na CODEPLAN, o dr. João Steck, que desenvolveu diversos trabalhos, sendo o mais importante o controle de material do CEGRAF e que, depois de alguns anos, ele foi contratado pelo PRODASEN.

A minha passagem pela Gráfica foi por mais de 10 (dez) anos. Nesse tempo, com o apoio do Setor de Engenharia do Senado, por meio do dr. Abrita e com a contratação de 2 (dois) engenheiros, em 1975, pude realizar diversas obras e concluir outras. As mais importantes foram: depósito de papel, acabamento, modificação da entrada da Diretoria Industrial, o prédio da parte administrativa, garagem, carpintaria e remanejamento de diversos setores da Gráfica.

A Gráfica foi pioneira na implantação no Brasil da composição a frio, na seleção a 4 cores e na importação de diversas máquinas de acabamento, como a trilateral e a martini.

### **Registros importantes**

O primeiro registro que muito me honra até hoje foi com o arquiteto Oscar Niemeyer, quando, em 1975, ele desenhou a capa do livro da Oitava Legislatura, período de 1975 a 1979, da Câmara dos Deputados. Informaram ao dr. Oscar que a Gráfica do Senado não tinha condições técnicas para imprimir aquela publicação, quando o dr. Luciano Brandão, diretor-geral da Câmara dos Deputados, convidou-me para ir ao seu gabinete tratar sobre o assunto. Lá chegando, estava o renomado arquiteto Oscar Niemeyer com o desenho original da capa. E disse-me que tinha a informação de que somente uma gráfica, em São Paulo, poderia imprimir aquela capa. Em resposta, garanti a ele que o CEGRAF tinha condições para tal trabalho. Daí, ele me entregou o desenho da capa, mas disse que gostaria de ver uma prova antes da impressão final. E concluiu: “Estarei novamente em Brasília na próxima semana. A Gráfica tem condições de fazer uma prova até lá? Respondi que sim. Quando retornou a Brasília, na semana seguinte, mostrei a impressão da capa a 4 (quatro) cores e ele aprovou na hora. Em seguida, perguntou o meu nome e escreveu a seguinte dedicatória na própria capa, ainda em prova: “Para Arnaldo Gomes meus agradecimentos. Está ótima a capa”. E assinou: Oscar Niemeyer, 1975.

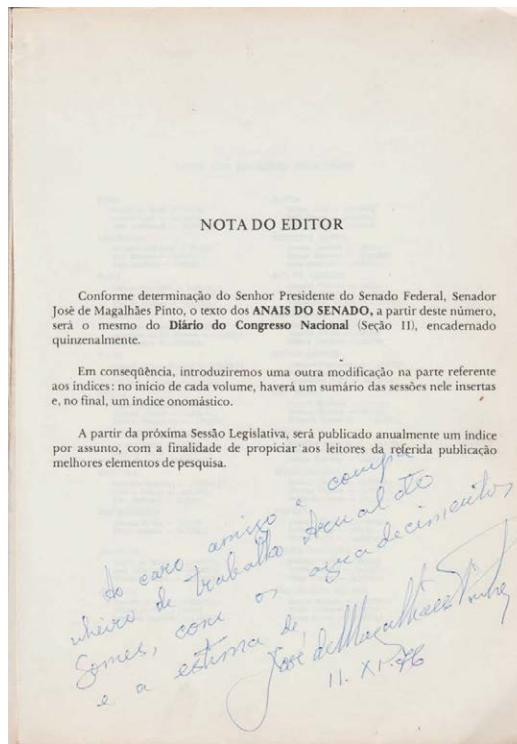
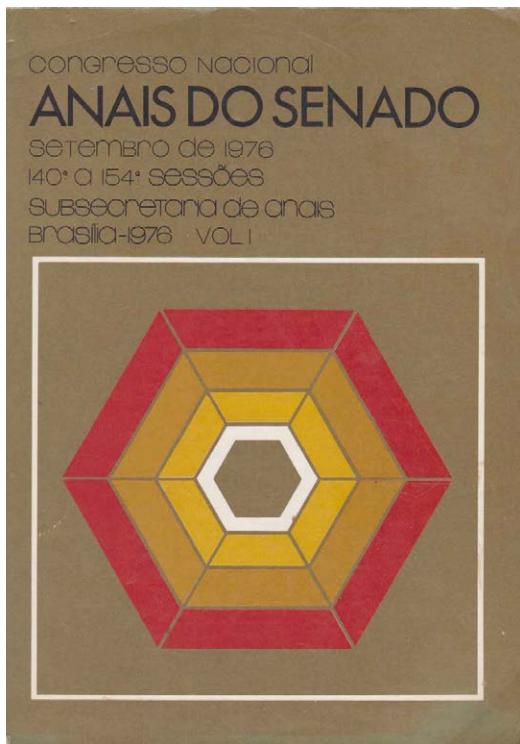


O segundo registro refere-se a mais importante sugestão que apresentei, quer para a racionalização de serviço, quer para a economia de tempo, dinheiro, etc., nos serviços da Gráfica do Senado. Foi quando sugeri, ao presidente do Senado, senador Magalhães Pinto, no início de setembro de 1976, a encadernação dos anais. Vale dizer que os anais estavam atrasados há muitos anos e jamais conseguiríamos colocar em dia a sua impressão, que seria quinzenal, tendo em vista que era composto, paginado e impresso em outro formato. Assim, sem perder a qualidade, uns 1000 (mil) exemplares eram impressos em papel da melhor qualidade, sendo que o primeiro "Anais do Senado" impresso no formato de tabloide foi em setembro de 1976, quando o entreguei ao presidente Magalhães Pinto. No dia 11/11/1976, o presidente do Senado pediu que fosse ao seu gabinete, agradecendo a minha gentileza e me devolveu o mesmo livro com a seguinte dedicatória escrita e assinada na minha presença: "Ao caro amigo e companheiro de trabalho Arnaldo Gomes, com os agradecimentos e a estima de José de Magalhães Pinto", datando 11. X1.76.

Fui diretor-executivo da Gráfica com os seguintes presidentes do Senado Federal: período 1971 - 1973, senador Petrônio Portella; 1973 - 1973, senador Filinto Muller; 1973 - 1975, senador Paulo Torres; 1975 - 1977, senador Magalhães Pinto; 1977 - 1979, senador Petrônio Portella; 1979 - 1981, senador Luiz Viana Filho; e até final de agosto de 1981, senador Jarbas Passarinho.

A Gráfica, no ano do sesquicentenário do Senado, imprimiu muitos livros históricos. Para isso, precisou trabalhar inclusive aos sábados e aos domingos, dia e noite. Para dar conta do trabalho, foi preciso contratar o serviço de composição de diversas gráficas pelo Brasil, registrando, assim, a maior quantidade de livros impressos em toda a sua existência.

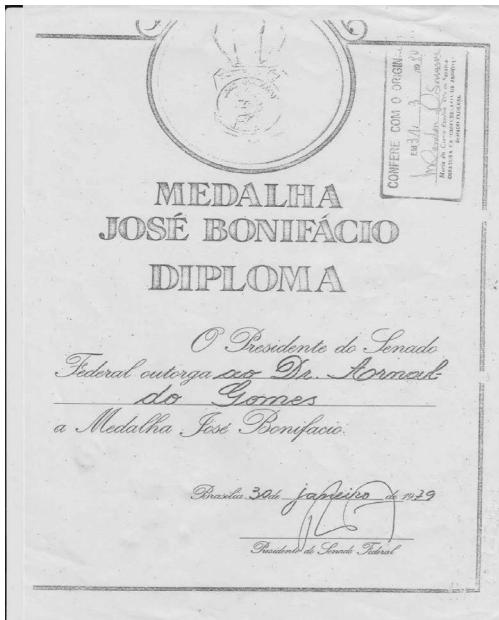
Pelo trabalho que desenvolvi no Centro Gráfico fui agraciado pelo presidente do Senado, senador Petrônio Portella, com a “Medalha e Diploma José Bonifácio”, em 30 de janeiro de 1979.



## Informações gerais

Recebi diversas comendas e homenagens ao longo da minha vida no Senado, tais como: Senado Federal, Marinha, Aeronáutica, Superior Tribunal Militar, governo do Distrito Federal, etc.

Também fui indicado pelo Senado para participar, no Rio de Janeiro, do curso de especialização na Escola Superior de Guerra (ESG) e, em Brasília, na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG); viagem em 1972 à Alemanha para participar da maior feira mundial de artes gráficas na cidade de Dusseldorf, visitando indústrias gráficas e jornais em várias cidades daquele país. Também participei de visitas às gráficas, à sede da IBM, e Imprensa Oficial dos Estados Unidos a fim de conhecer a técnica de composição a frio e implantá-la na Gráfica do Senado.



Após a minha saída, a pedido do CEGRAF, em agosto de 1981, trabalhei nos gabinetes dos senadores Hugo Ramos, Nelson Carneiro e Olavo Pires e fui requisitado para o Instituto de Previdência dos Congressistas, como diretor-executivo em 15/5/1987, quando realizei a automação de todas as rotinas do IPC, com o apoio do Prodasen.

Finalmente, a todos os funcionários, diretores, deputados e senadores, com os quais trabalhei e convivi durante a minha permanência no Senado Federal e Câmara dos Deputados, registro o meu eterno agradecimento e respeito, pois sem a colaboração de todos, jamais cumpriria a "Missão" que o então presidente do Senado, senador Petrônio Portella, me confiou, quando me nomeou superintendente do Serviço Gráfico do Senado Federal.







## CEFAS GONÇALVES DE SIQUEIRA

Minha história no Senado começou no ano de 2001, quando tomei posse no dia 16 de novembro daquele ano. Foi uma chegada meio tumultuada, porque eu trabalhava há 23 anos numa empresa de economia mista. Já era um profissional no topo da carreira, satisfeito com o trabalho que desempenhava e não me via fora dali. Mas eu tinha feito concurso no ano de 1998 e não mais esperava ser nomeado para o Senado Federal, quando aconteceu de surpresa o chamado no ano de 2001.

Depois de muito refletir e de sofrer com a tomada de decisão de deixar aquela empresa e ir pra um lugar completamente novo, para fazer um novo trabalho, tomei essa decisão e resolvi meter as caras e tentar o futuro. Na época, a secretária do secretário-geral do Senado Federal, que nos dava posse, me disse que eu teria até o dia 16 de novembro daquele ano para tomar posse, e eu fiquei tranquilo. Viajei e fui para o “fim

do mundo”, literalmente, na cidade de Ushuaia, na Patagônia argentina. Naquela época, não existia ainda a telefonia e a comunicação que existem hoje em dia. Eu estava totalmente fora do alcance de qualquer pessoa no mundo.

Meus futuros colegas de trabalho tentaram de todas as formas me encontrar e não conseguiram. Só que a secretária se equivocou e a posse deveria ter sido no último dia útil antes do feriado.

Isso fez com que eu quase perdesse a vaga no Senado Federal. O futuro se encarregaria de me mostrar que tinha sido a decisão mais acertada da minha vida.

Tomei posse no dia 16 de novembro e assumi, junto com uma colega de trabalho, a coordenação do Serviço 0800, a Central de Atendimento do Senado Federal. Ainda não tínhamos as tecnologias que existem hoje e tínhamos que criar as condições para que o cidadão entrasse em contato com o Senado Federal, de forma gratuita. Era a novidade da época que começava a surgir. Éramos eu, a coordenadora do 0800, um ou outro servidor que passava uma temporada conosco e os estagiários que recebiam as mensagens pelo telefone e as respondiam.

Foi muito difícil para mim essa chegada, porque eu era um trabalhador da área ambiental, acostumado a andar pela floresta amazônica e por todo o Norte do Brasil, sempre na aventura e sem muita formalidade no trajar. Quando cheguei no Senado, a primeira surpresa foi que eu teria que usar terno e gravata, que era obrigatoriedade naquela época.

Durante a minha permanência no 0800, houve a posse presidencial no ano de 2003, e foi uma posse bastante diferente de tudo o que aconteceu antes e depois, em termos de posse presidencial no país. O presidente eleito era completamente fora dos padrões que estávamos acostumados no Brasil. Era popular, carismático, era uma liderança mundial e uma esperança de mudança nos comportamentos políticos do país. Por isso, a posse foi absolutamente fora dos padrões e foram quebrados todos os protocolos para aquele tipo de evento no Brasil. Era gente demais, eram chefes de Estado demais, e foi uma dificuldade muito grande conter toda aquela gente.

E esse foi um dos marcos da minha vida dentro do Senado Federal. Apesar de não fazer parte diretamente da montagem da coordenação dessa posse, eu fui convocado para trabalhar nela, já que era um especialista naquele tipo de evento.

Enquanto trabalhávamos no Serviço 0800, buscávamos a autorização da instituição para que pudéssemos transformá-lo em algo mais moderno, que deixasse de ser apenas um recebedor de mensagem do cidadão que quisesse falar com o Senado Federal.

Então, começamos a fazer acordos e tratativas de convencimento junto às áreas da casa, para que o serviço fosse expandido e transformado num serviço de inteligência de informação e numa estrutura de pesquisa de opinião pública que atendesse às demandas da instituição.

Conseguimos convencer a Casa de que o 0800 deveria se transformar em algo mais moderno, que tivesse mais abertura e oferecesse mais ao cidadão brasileiro. Então, começamos a trabalhar numa proposta de

mudança, de modificação do serviço existente para uma proposta completamente diferente.

Juntamente com a coordenadora do Serviço 0800 na época, eu e mais alguns colegas de trabalho nos juntamos para montar uma equipe que pudesse pensar um projeto de Serviço de Atendimento ao Cidadão que modificasse muito o que estava sendo feito naquele momento.

Foi então que começamos a pensar e a trabalhar no arcabouço de um projeto que transformasse o Serviço 0800 numa estrutura de pesquisa de opinião pública que seria uma novidade no serviço público brasileiro.

Apesar de não dominarmos o conhecimento das tecnologias que estavam surgindo naquele momento, contávamos com a colaboração valiosa do pessoal da Telefonia, da Infraestrutura Tecnológica, e da Tecnologia da Informação do Senado Federal, que nos ajudaram absurdamente a desenvolver um projeto viável.

Ficou sob nossa responsabilidade a determinação de como seria essa tecnologia e de como seria a estrutura de atendimento para o cidadão. Não conhecíamos tecnologia da informação, tínhamos pouco conhecimento de tecnologia de telefonia, que naquele momento deixava de ser simplesmente telefonia e passava ser tecnologia da informação, e então descrevíamos para os parceiros nesse trabalho as nossas necessidades e eles desenvolviam soluções que nos atendiam.

Todo o descritivo intelectual e também físico da nova estrutura foi desenvolvido pela equipe que trabalhava conosco.

O trabalho foi andando e o Serviço de Arquitetura, para atender nossas demandas, começou a pensar na estrutura física do que seria a futura central. Participamos de todo o processo, desde a descrição de como seriam as áreas de atendimento; como seriam as estações de trabalho, as mesas e as cadeiras; os ambientes especiais que precisaríamos providenciar para atender às necessidades de quem fosse trabalhar conosco, como o ambiente de decompressão e até o atendimento psicológico que deveríamos ter para oferecer suporte aos atendentes.

Foi quando inscrevemos o trabalho que havíamos feito sobre o antigo Estatuto do Idoso (hoje denominado Estatuto da Pessoa Idosa), sob o nome de “Terceira Idade: o Desafio da Inclusão Social”, assunto em discussão na Casa, no Prêmio Opinião Pública 2003. Uma iniciativa do Conselho Regional de Relações Públicas de São Paulo. E vencemos na categoria de comunicação governamental.

Terminado o processo intelectual e físico da montagem da nova secretaria que viria a se chamar Secretaria de Pesquisa de Opinião Pública e do DataSenado, estrutura de pesquisa, que faria parte da estrutura organizacional do Senado Federal, esperávamos que membros da equipe se tornassem os comandantes dessa nova área, o que não aconteceu.

Discordando dos rumos que tinha tomado a administração da secretaria, eu resolvi sair da área e buscar novos rumos pra minha vida dentro do Senado.

Procurei então o diretor da TV Senado e ofereci meus conhecimentos na área ambiental a ele, pois fiz mestrado em meio ambiente na Universidade Federal do Amazonas e tinha trabalhado durante 15 anos

com o tema. Então, ofereci-me para ser o consultor ambiental do programa que existia na TV, o EcoSenado.

Fui aceito e mudei para a TV Senado. Nunca tinha entrado num estúdio de TV e tive que aprender rapidamente como tudo funcionava numa televisão pública.

O que mais me chamou a atenção na chegada foi a briga de egos que encontrei. Eu não estava acostumado com comportamentos daquele tipo, mas tive que aprender rapidamente para poder sobreviver naquele ambiente.

Foi o que fiz. Comecei a produzir, aprender a produzir, e comecei a fazer a consultoria ambiental para o programa.

A equipe do programa era de excelente qualidade, apesar de ser minúscula em relação ao que a gente pode imaginar que seja necessário para produção de um programa de TV.

Um programa de relevância como o EcoSenado precisaria de um pouco mais estrutura para poder ser realizado, mas, como não tínhamos, nós fizemos da maneira que era preciso fazer e da melhor forma. Qual era o diferencial entre o nosso programa sobre meio ambiente e os programas das vias abertas? Não tínhamos a pressão de patrocinadores, então nós conseguíamos entregar muito mais conteúdo de qualidade do que imagens bonitas, que é o que a maioria das TVs abertas oferecem.

Foram anos muito interessantes trabalhando com esse programa, e realizamos episódios com temas associados aos que eram demandados

pela Casa, pelas comissões e outras áreas, e fizemos programas no Brasil inteiro, de Norte a Sul e de Leste a Oeste.

Alguns dos programas do EcoSenado foram marcantes para mim, como os programas que trataram da produção de energia elétrica com base em biomassa no Rio Solimões, na comunidade do Barroso, que foi onde eu fiz o meu mestrado, e o programa que fizemos no Arquipélago de São Pedro e São Paulo.

Este último foi um programa absolutamente fora do comum. Fomos ao arquipélago a convite da Marinha do Brasil e viajamos durante quatro dias para chegar até lá, num navio balizador chamado Comandante Manhães.

A viagem não foi fácil. Todos da equipe, bem como a maioria dos marujos que estavam a bordo, passaram muito mal. Foram três dias em que nada parava nos nossos estômagos. Temos isso registrado nas imagens que foram realizadas. Foram finalizados dois programas sobre os trabalhos que eram desenvolvidos no arquipélago.

Para que o arquipélago seja considerado território brasileiro, é necessário que haja a presença brasileira 365 dias no ano. A Marinha do Brasil faz isso mantendo um projeto de pesquisa na ilha, que trabalha com todos os tipos de estudos da vida marinha e de vida na ilha de São Pedro e São Paulo.

Tenho certeza que essa viagem não foi marcante só para mim.

Mas a TV tinha outras demandas e eu acabei sendo convidado a ser o produtor de um outro programa de reportagem da TV, chamado

Repórter Senado. Programa de qualidade excepcional, com conteúdos que tratavam sempre de temas de interesse do país e da própria instituição. Realizamos matérias e reportagens em locais onde poucas pessoas no Brasil poderiam frequentar, e que foram extremamente necessários e aplaudidos pelo público.

Por exemplo, estivemos no coração de um reator nuclear em São Paulo, na base da USP, onde são feitas as radiações para uso medicinal. Trabalhamos com temas como o Estatuto da Criança do Adolescente, Lei Maria da Penha, capacidade brasileira de produção de conhecimento para saúde, e muitos outros assuntos.

Um desses programas que eu mais gostei, pela poesia que o envolveu, foi o “Guardiã da Memória”, sobre a atuação e a importância da Biblioteca Nacional.

Um outro programa que foi laureado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil foi sobre a dependência química no país. Fomos agraciados com o Prêmio Clara de Assis.

Mudanças na orientação da instituição fizeram com que o programa Repórter Senado tivesse que ser encerrado pela TV.

Fui então convidado, pela direção da TV, a me tornar o produtor e diretor de dois programas de estúdio, fundamentais para o entendimento dos assuntos mais importantes do momento no cenário nacional. Foram os programas Cidadania e Agenda Econômica. Comecei também a produzir o programa Diplomacia, que tratava de questões relacionadas à

inserção do Brasil no cenário mundial, a partir dos temas em discussão no parlamento.

Tive então que aprender a dirigir um estúdio, coisa que eu ainda não sabia fazer, mas que aprendi muito rapidamente. A equipe com quem eu trabalhava, desde os apresentadores jornalistas até os profissionais de estúdio e suíte de gravação da TV, era espetacular. Então, os comandos eram absolutamente entendidos por todos os operadores de câmera, operadores de áudio, operadores de mesa e diretores de imagem. Tudo era muito fácil de ser entendido.

Mas eu era um criador de caso, eu sempre queria o melhor para a equipe. Eu queria o melhor cenário, os melhores equipamentos na hora da gravação e sempre os melhores profissionais para trabalhar comigo. Então eu deveria ser uma pessoa meio ranzinza e meio chata no trabalho que desenvolvia. Não me arrependo, foram ótimos os resultados.

Passados alguns anos, fui convidado pela diretora da Secretaria de Relações Públicas da época a ser o coordenador-geral de Relações Públicas, Publicidade e Marketing daquela secretaria.

Hesitei em aceitar o convite, porque eu gostava muito do trabalho que desenvolvia na TV. Mas disse à diretora que assumiria a função caso ela não conseguisse nenhuma outra pessoa para o posto. Passados dois meses, ela me chamou e disse que não tinha encontrado ninguém para assumir as funções, então eu honrei minha palavra e fui trabalhar na secretaria.

O povo da TV não entendeu nada e me pressionou muito a não aceitar o convite. Como é que eu ia sair de um local onde trabalhava com prazer, onde eu me realizava, para trabalhar num novo projeto.

Mas eu sempre fui assim. Sempre fui de me reinventar e de abraçar novas possibilidades, sempre fui adepto da novidade, da nova experiência e dos novos desafios.

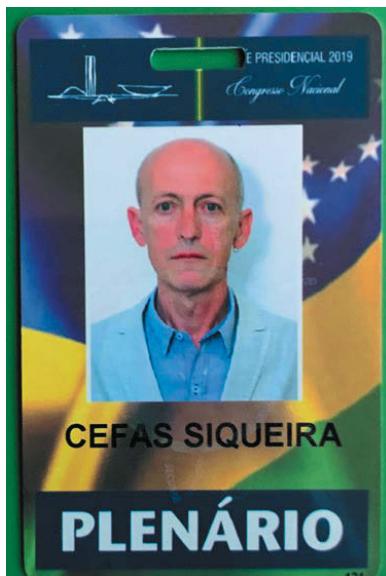
O desafio maior que eu enfrentaria seria colaborar na preparação da posse presidencial de 2019.

Os desafios eram grandes, porque nós não dispúnhamos, naquela época, de instrumentos de controle de um evento de tamanha envergadura. Não havia *softwares* disponíveis, não havia pessoal treinado para lidar com um evento tão grandioso. A posse presencial brasileira talvez seja um dos maiores eventos cívicos da América Latina.

De pessoal sobre nossa orientação direta eram cerca de 90 pessoas, além dos colaboradores indiretos de outras áreas do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, da Presidência da República, das Polícias, das Forças Armadas e do Ministério do Itamaraty, que estariam envolvidos naquela posse.

Além de tudo, éramos responsáveis pela demanda geral da casa, por projetos e por campanhas de *marketing* e de publicidade e propaganda. Era muito trabalho.

Mas fomos desempenhando e a equipe era da melhor qualidade. A grande dificuldade era tratar todo mundo com igualdade, apesar das disparidades que existiam no tratamento administrativo. A Secretaria de



Crachá da posse presidencial de 2019. Imagens poderão ser obtidas na Agência Senado.

Relações Públicas, Publicidade e Marketing contava em seus quadros com servidores concursados, em minoria, e um grande quadro de terceirizados. Estes últimos não recebiam o mesmo tratamento que era dado a nós concursados. Isso era um problema sério que tínhamos que enfrentar.

Enfrentamos e fomos felizes nas estratégias adotadas, apesar das críticas de alguns, que nos chamavam de “humanos demais”.

A posse presidencial aconteceu e continuamos na nossa rotina.

Eu poderia ter me aposentado muito antes do prazo que me aposentei, ao menos dois anos antes. Mas me pediram que ficasse para ajudar no andamento da secretaria e eu fiquei.

Além da posse presidencial de 2019, um momento marcante foi a comemoração dos 60 anos de existência da estrutura de Relações Públicas no Senado Federal. Foi ela que permitiu a criação da TV Senado e de toda estrutura de comunicação social que hoje existe no Senado Federal.

Mas aí veio a pandemia da covid em 2020. Foi um baque nas nossas esperanças de fazer mais mudanças, além das que já tínhamos feito.

O início do trabalho virtual/remoto, usando tecnologia face a face de vídeo, uma novidade até então, foi realmente muito difícil para nós.

Tínhamos o costume de fazer reuniões semanais com todas as equipes. Cada semana uma delas era convidada a participar das reuniões comigo e com a diretora da Secretaria. Foi então que passamos a descobrir que existiam, além das dificuldades de trabalho de cada um dos colaboradores, dificuldades pessoais. Dificuldades de relacionamento, assédios morais e psicológicos, e até financeiros, com colaboradores que nós não tínhamos noção que acontecesse. Foi um momento muito difícil para mim ir para a diretora da área. Terminamos por encaminhar alguns dos casos para a Secretaria de Qualidade de Vida do Senado Federal, que tinha mais competências e pessoal preparado para poder atender àqueles casos.

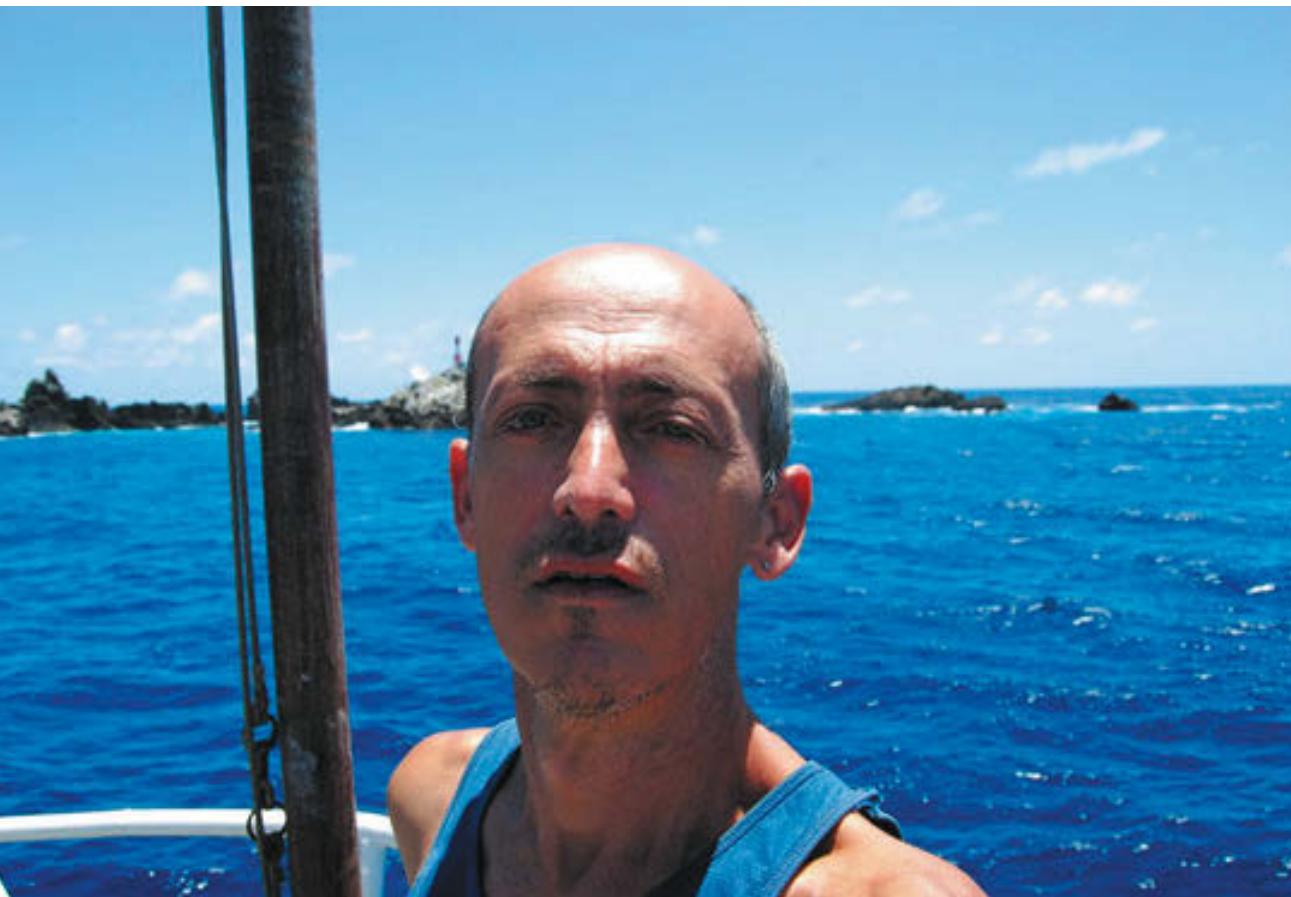
Passado algum tempo, e como eu já tinha tempo de aposentadoria há mais de dois anos, resolvi me aposentar. E assim foi. No dia 8 de dezembro de 2020, saiu a minha portaria de aposentadoria.

E assim é que foi minha história no Senado Federal. Tenho orgulho de cada momento que vivi nessa casa, não me arrependo de nada. Os momentos de angústia que passei durante a decisão de tomar posse se esvaíram muito rápido com tudo que aconteceu na minha vida conturbada daquele momento. Sou grato. Aprendi demais.

Valeu demais!



Com a repórter Dinalva Ferreira em "Guardiã da Memória".



No Arquipélago de São Pedro e São Paulo.







## DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO

Era o ano de 1984 e eu, Doris Marize Romariz Peixoto, formada em Administração Pública pela Universidade de Brasília - UnB, com trinta anos e família constituída - um casamento de 9 anos e 3 filhos - tive a honra de ingressar no Senado Federal. Na verdade, na Gráfica do Senado, como era chamado o Centro Gráfico do Senado Federal - CEGRAF, antes de tornar-se Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP. Lembro da enorme emoção que senti e, movida por ela, assumi um compromisso comigo mesma: eu daria o meu melhor naquele lugar!

Quanto mais me dedicava a conhecer a missão institucional, daquele que era - e ainda é - o mais participativo Poder da República, mais me inquietava, ao identificar uma estrutura organizacional antiquada, ancorada em modelo centralizado, onde a transparência administrativa praticamente não existia. Confesso que não conseguia entender aquele

formato. Também causava estranheza a existência, em paralelo, de três órgãos: o Senado propriamente dito, a Gráfica e o Prodasen. Afinal não éramos um? Os benefícios trazidos por estarmos sob uma só direção foram claramente percebidos, quando, anos mais tarde, ao assumir a Secretaria de Recursos Humanos do Senado Federal, promovi a unificação das áreas de pessoal. A tão sonhada unificação de outras áreas administrativas da Casa, como compras, infraestrutura, documentação e informação, também foi implementada na minha gestão como diretora-geral, a partir de 2012.

Um mês depois de minha posse, fui chamada pelo novo diretor do Cegraf, que recrutava uma secretária executiva. A vontade de contribuir era imensa, mas não era aquilo que eu queria. Como diversificar, se minha carreira nem começara? Procurei o diretor, agradei o convite, mas informei que não poderia aceitar, pois tinha convicção de que minha vocação era ser administradora. Continuei trabalhando na Seção de Obras Civis, onde fui lotada, e fiz a primeira proposta de reforma administrativa daquela unidade. Mesmo sendo um organograma simples, adotando uma lógica aplicada, eliminando a sobreposição de tarefas, penso que foi atingida a desejada convergência do desempenho de cada atividade para o produto final. Parece simples, mas não era! A cultura da ingerência política predominante e a competência, que nem sempre se sobressaía devido à forte centralização, deixavam pouco espaço para a criatividade.

O tempo passou e fui chamada pela diretoria para estruturar o Setor de Cargos e Salários da Coordenação de Recursos Humanos, no Cegraf. Estávamos em 1985 e enxerguei, ali, o início da realização do meu sonho como administradora. Neste setor, a atividade de levantar uma a

uma as atribuições e entender as interações de poder, me agregou um conhecimento profundo das relações de trabalho, tornando-se referencial em minha carreira.

Um dos grandes orgulhos que sinto é o de ter ocupado todos os cargos de comando da estrutura administrativa: assistente de direção; chefe de núcleo, de seção/serviço e de gabinete; coordenadora; diretora de secretaria; e diretora-geral. Como chefe de dois gabinetes parlamentares e da liderança do governo no Congresso, vivenciei as demandas legislativas. Finalmente compreendi o papel do que é ser cliente da área meio. Foi uma carreira consolidada passo a passo, nível a nível, e adequada àquela ambiência, cultura e estrutura, diferentes de tudo o que já havia visto, ou estudado. Este conhecimento organizacional permitiu-me propor avanços em prol dos servidores não como concessão, mas como direito! Os servidores trabalhavam muito, mas nem sempre tinham o trabalho reconhecido. Outro efeito da centralização.

Participei, presidindo ou como membro, das comissões do auxílio escola e pré-escola, auxílio-transporte, auxílio alimentação, unificação das folhas de pagamento, implantação do banco de horas, estruturação da praça de alimentação, contratação do Senac para gerir o restaurante dos senadores e o cafezinho do Plenário, plano de cargos e salários, modernização do sistema dos transportes dos senadores, criação do Sistema Integrado de Saúde – SIS, e de muito mais.

A experiência do SIS foi gratificante e inovadora por seu modelo associativista, garantindo a igualdade do direito e o acesso amplo aos benefícios. Cada um contribuía de acordo com a sua faixa salarial para o custeio mensal do plano e ainda pagava pela utilização individual.

Ressalte se que, até então, instalava-se anualmente, em junho, a escassez de recursos orçamentários e, a partir daí, qualquer procedimento era autorizado pelo diretor, que decidia quem poderia ser atendido. Essa modalidade de responsabilização coletiva permitiu abolir a ingerência política e administrativa, um ganho sem precedente. Outro momento de avanço foi a nacionalização do atendimento, através do convênio com o Saúde Caixa, sem custo de contratação, permitindo economias significativas no uso dos recursos públicos. É importante ressaltar que foram mantidos os contratos do Senado com entidades de notória especialização. À época, foi a melhor decisão a ser tomada.

Em 2009, presidi a Comissão para investigar os “Boletins de Pessoal publicados a partir de 1995”. Os atos eram impressos, e alguns não publicizados. Na madrugada da conclusão do relatório, mais um ato foi encontrado, o que poderia comprometer a seriedade do documento final da comissão. Como saída estratégica, propus, e a comissão aceitou, que fosse declarado ser impossível afirmar que todos os atos haviam sido encontrados.

Esta situação exemplifica o norte da minha carreira, onde a construção do futuro perpassa pela visão de expor e resolver situações problemáticas ou dúbias, e não escondê-las. Sempre busquei soluções compartilhadas, ouvindo, incentivando a participação de quem detinha o conhecimento técnico, e, ao mesmo tempo, me responsabilizando pela decisão final.

Logo em seguida, assumi a Secretaria de Recursos Humanos, onde enfrentamos tempos difíceis. Àquela época ficávamos constrangidos em nos declarar servidores do Senado porque erámos considerados

os “bandidos” da administração pública. Jornalistas cercavam os servidores nas escadas do Anexo I onde funcionava o RH, entravam nos setores e remexiam os papéis nas mesas, no afã de descobrir escândalos. Uma das minhas primeiras ações foi solicitar ao presidente da Casa editar ato estabelecendo regras de acesso ao RH. Foi triste reconhecer os indícios de que disputas internas entre servidores alimentavam o clima de terror instalado à época.

Na Secretaria de Recursos Humanos, a atuação participativa e determinada agregou ganhos efetivos na resolução de problemas. Como exemplo, vejamos a criação do Boletim Eletrônico de Pessoal, de autoria de servidores da área, que até então não havia sido implantado por impedir interferências externas ao processo de publicação dos atos administrativos. No processo eletrônico, facilmente auditável e utilizado até hoje, tão logo o documento é criado no sistema, recebe um número sequencial e segue para publicação automática.

Eliminar a burocracia irracional foi um desafio. A solicitação de férias gerava 14 passos burocráticos, com a interveniência de diversas áreas, exigindo a produção de um trabalho mecânico e irracional. A equipe do Prodasen foi acionada. Perguntei: “a quem interessa as férias de um servidor? Àquele que requer; à área de pessoal que declara o direito e ao chefe que a autoriza.”, respondi. Em três passos nascia a solicitação eletrônica de férias. Estando abertos a enxergar as soluções que a própria organização nos aponta, tudo se torna mais simples!

Naquela diretoria pude testar, através de amplo embasamento teórico e contemporâneo, modelos práticos que fossem apoiadores das mudanças que estavam sendo implementadas. Assim, criamos

um canal efetivo de Comunicação Interna, o Alô Servidor, o Banco de Talentos, o Serviço de Recrutamento Interno, o Opine, o Portal dos Servidores, a primeira pesquisa de Clima Organizacional, o primeiro Recadastramento de Servidores Ativos, o Guia para a Aposentadoria, o Manual do Servidor, a Sala de Amamentação, a Readaptação Funcional, o Programa de Gerenciamento de Stress, Caminhos para Preparação para a Aposentadoria, Ginástica Laboral, Programa Integrar Novos Servidores, o Programa de Desenvolvimento Gerencial, a Introdução à Gestão por Competência e o Transporte Integrado, dentre muitos outros projetos inovadores. Foi feita a unificação das folhas de pagamento do Senado, PRODASEN e Gráfica e a consolidação das normas de pessoal.

Ações contundentes foram necessárias. Não havia outro caminho. Mas a diretriz era olhar em frente e construir uma nova forma de gestão!

A cada dois anos, em fevereiro, costuma ocorrer a troca de direção, quando a instituição fervilha com as candidaturas e a busca de apoio político. Em 2011 não foi diferente. Me afastei. Fui a São Paulo para o nascimento de minha primeira neta. Uma sensação boa de dever cumprido me acompanhava.

No dia 2 de fevereiro, ainda na maternidade, recebo ligação do presidente da Casa. Educadamente perguntou quando eu voltaria ao mesmo tempo em que marcou para dali a dois dias uma reunião na residência oficial do Senado. Na hora marcada lá estava eu, tensa. Ele questionou: “Dra. Doris, o que a senhora anda fazendo?” Eu, assustada, perguntei: “o que eu fiz?” Comentou algumas ações da Secretaria de Recursos Humanos e declarou: “quero que a senhora assuma a Diretoria-Geral desta Casa e que coloque o Senado nos trilhos de onde ele nunca deveria ter saído!” Uma

mistura de susto, medo e satisfação tomou conta de mim. Aos 57 anos, 28 anos depois de ingressar na Instituição, seria a primeira mulher diretora-geral do Senado Federal. Lembrei do meu compromisso de “dar o meu melhor” e senti um calor na alma e no coração. Não tinha receio do trabalho, nada poderia ser mais exaustivo do que atravessar a crise de 2009 – gerada pelos “atos não publicados”; unificar as atividades de recursos humanos dos 3 órgãos e trabalhar com informações incompletas e sem padronização, relacionadas à administração de pessoas.

Em meu discurso de posse como diretora-geral prometi observar e honrar os cinco princípios da Administração Pública: a legalidade; a impessoalidade; a moralidade; a publicidade e a eficiência. Esses princípios se tornaram meu mantra, minha reza e minha oração. E em cada uma de minhas ações e decisões é possível identificar a base sólida desses princípios. Atravessei ileso os três anos da minha gestão: sem questionamentos judiciais, mesmo promovendo uma modernidade ímpar, alterando rotinas, processos, procedimentos, e gerindo quase 3.6 bilhões de reais/ano.

Ao assumir a Diretoria-Geral, a reforma administrativa estava em andamento, e a Fundação Getúlio Vargas foi chamada para apresentar uma proposta. Montei equipe que interagisse com a consultoria externa, com vistas a encurtar os caminhos e as descobertas de quem não conhecia a Casa! Transpusemos o desafio enorme de enxugar a estrutura organizacional, unificando atividades semelhantes realizadas por setores diferentes, estabelecendo critérios para a definição da hierarquia de comando das unidades, o que reduziu drasticamente o número de funções gratificadas. Conseguimos fazer muito em pouco tempo, e isto prova que a organização do Senado havia começado a mudar.

A elaboração do Plano de Cargos e Salários foi um dos momentos mais delicados. O grande desafio? Fortalecer uma organização que, muitas vezes, ao invés de somar esforços, trabalhava na desconstrução da importância do coletivo. Enfrentamos o que parecia intransponível: a hierarquia dos empregos. Colocar consultores, advogados, analistas, técnicos e auxiliares interagindo em prol do ordenamento do trabalho trouxe, mesmo com alguns desgastes, avanços significativos. Ao final, imperou a conscientização de que todos tinham importância, espaço e um papel a desempenhar.

Dentro das iniciativas emblemáticas relato o lançamento da Intranet em um novo modelo, seguido até os dias atuais, funcionando como ferramenta de comunicação e de trabalho. Foi pensado como um espaço para informar, ouvir, amparar, acolher e avançar com maturidade e muito respeito aos servidores.

Na área de contratações, houve uma inédita maneira de gerenciamento, trazendo economicidade, racionalidade e transparência, na gestão de contratos de serviços e de mão de obra, frota de veículos, energia elétrica, telefonia e patrimônio. Na Gráfica do Senado, economizamos em torno de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) com uma nova gestão dos insumos gráficos.

Além do desenvolvimento da nova intranet, o Prodasen atuou na busca de soluções que aproximassem a tecnologia da real demanda institucional. Relaciono a adoção do domínio “.leg”, que permitiu maior facilidade e autonomia na gestão das páginas dos órgãos legislativos; o desenvolvimento do LexEdit, facilitando a edição e padronização dos textos legislativos. Também podemos ressaltar a implantação do Sistema de

Gerenciamento de Gestão Arquivística – SIGAD para documentos digitais, e a contratação de um novo sistema para controle de material e patrimônio – SAMP. A implantação da rede wi-fi em todas as áreas do Senado Federal e a adoção de tablets nas comissões e plenário eliminou a necessidade da utilização de avulsos, diários e ordem do dia impressos, trazendo economia e modernidade no desenvolvimento dos trabalhos da Casa.

Em 2011, o Senado aderiu ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), então vinculado à Presidência da República. Ainda em minha gestão foi criado o Comitê-Gestor, incumbido de elaborar e executar um Plano de Ação para promover internamente a equidade. O programa está consolidado no Senado Federal e, desde 2013, vem recebendo o Selo Equidade, como reconhecimento pelas ações desenvolvidas.

Foi necessário cortar horas extras da ordem de quase R\$ 43 milhões no ano de 2010 para R\$ 7,2 milhões em 2011 sem prejuízos aos serviços essenciais. Fiz questão de dar o exemplo: nem eu, nem ninguém de minha equipe recebemos horas extras, embora trabalhássemos em média 12 horas por dia. Muitos sacrifícios foram feitos, mas o ganho para a instituição foi inegável. Nesse processo tive aliados de peso: a alta administração, os servidores e servidoras do Senado, o Tribunal de Contas da União – TCU, o Portal da Transparência e a Lei de Acesso à Informação – LAI.

A segurança e transparência implementada pela administração talvez já permitisse a flexibilização da gestão. Talvez! Mas não era o momento de correr riscos. A maturidade se adquire com o tempo e com o

exercício diário, coerente e respaldado em um projeto claro onde os objetivos conduzem às ações.

Realizamos um grande concurso público! Novamente a Fundação Getúlio Vargas foi convocada. Pela primeira vez no Brasil foram aplicadas provas nos 26 estados da federação e no Distrito Federal, a um custo zero para o orçamento do Senado. A FGV foi remunerada apenas com as taxas de inscrição. Revitalizamos a instituição com a posse de 295 servidores, egressos de 158 mil inscritos: foram selecionados os melhores dos melhores. O concurso trouxe vitalidade para a instituição. Cada posse era um momento de reflexão e de acreditar no futuro promissor que estava por vir.

Inovamos na administração pública federal ao propor a criação, com a posterior adoção na Reforma Administrativa, do Sistema de Governança Corporativa e Gestão Estratégica do Senado Federal. Implementamos uma abordagem sistêmica de governança, estratégia, gestão de riscos, responsabilidade socioambiental, entre outros temas da boa prática da gestão pública. A adoção da governança e a alteração de procedimentos permitiram entregar as economias necessárias ao alinhamento moral dos gastos públicos! As economias nos últimos cinco meses da gestão, em setembro de 2013, foram da ordem de R\$ 159 milhões de reais, o que representou 50% da meta fixada para o final de 2014.

Ainda sob a ótica da moralidade e coerência de gestão, há um exemplo emblemático. Após uma decisão judicial que reconheceu o direito ao pagamento de um benefício aos servidores, me reuni com o primeiro-secretário e com o presidente, separadamente, e lhes disse que era importante fazer o pagamento. Com base no ato do presidente, que

transferia para o primeiro-secretário e para a Diretoria-Geral a responsabilidade decorrente de todos os atos e ações administrativas, entendi o reconhecimento do muito que vinha sendo realizado. Resguardar o presidente da Casa, autoridade máxima daquele poder, era salutar. Assim, com a anuência do primeiro-secretário, assumi a responsabilidade e autorizei o pagamento.

Uma das minhas maiores virtudes foi saber escolher equipes. Selecionar quem e onde trabalharia comigo. A identidade com os projetos, a visão de futuro, o compromisso com a instituição e a correção de conduta eram os requisitos observados. Nada poderia ter sido feito se não fosse a equipe de servidores(as) e colaboradores(as) competentes e dedicados que, como eu, acreditavam que o Senado valia a pena. E como valia.



E vale! Foi uma experiência única! Deixei a Diretoria-Geral em setembro de 2013 e retornei à SEEP, onde me aposentei em dezembro de 2015.

Se me arrependo de alguma coisa? Talvez, mas este seria um outro capítulo. Tenho certeza de que as organizações não erram, mas, sim, em alguns momentos, as pessoas que detêm o seu comando. Não se constrói o novo destruindo o passado, mas aprendendo com ele. Também sofri grandes pressões. Mas a crise que se abateu no Senado em 2009 conduziu minhas escolhas. E assim, com muita responsabilidade, fomos desatando os nós que prejudicavam sobremaneira nossa instituição. Incluo, para os interessados, o link do “Relatório Administrativo 2011-2012/Senado Federal, Diretoria-Geral.”

<https://www12.senado.leg.br/transparencia/adm/arquivos/RelatorioAdministrativo20112012.pdf>

Tenho convicção de que escrevi uma parte importante da história administrativa do Senado Federal. Foram promovidas mudanças profundas, coordenadas e duradouras, cujas bases foram firmemente fincadas e marcaram o início de uma nova era de gestão. Para finalizar, agradeço a cada um e uma, que, com seu trabalho, criatividade, apoio, críticas e sugestões, permitiram escrever minha história nesta instituição. Continuo grata e orgulhosa por pertencer ao Senado Federal.







## CLAYLTON ZANLORENCI

Sou Claylton Zanlorenci e nasci em 1º de agosto de 1951, na cidade de Curitiba (PR). Filho de Benjamin Zanlorenci e Terezinha Vergínia Zanlorenci, sou o mais velho de quatro irmãos e cresci ao lado de Luiz Carlos, Nilceu e Benjamin Filho. Tenho três filhos, Tatyanna, Claylton Júnior e Leonardo, e dois netos – Matheus e Lucas.

Os primeiros anos escolares foram feitos na Colégio Estadual Professor Lysímaco Ferreira da Costa, situado no bairro da Água Verde em Curitiba, cidade em que morei até os 17 anos, quando vim para o Distrito Federal para prestar o serviço militar obrigatório em 1970.

Iniciei minha vida profissional quando saí do Exército, em 1971, para trabalhar na Caderneta de Poupança Vitória Minas, onde cuidava da contabilidade.

Em 1974, exatamente no dia 12 de agosto, fui admitido como empregado regido pela CLT, como todos que ingressaram naquele período no Senado Federal.

Na época, o mundo celebrava a Copa do Mundo realizada na Alemanha Ocidental, país que conquistou o título em 1974. Entre muitos fatos relevantes, destaco a Revolução dos Cravos ocorrida em Portugal, que vivia uma ditadura desde 1926.

Já no Brasil, no mesmo ano, o país vivia em pleno período de ditadura militar e enfrentava, ainda, a pior epidemia de meningite da sua história. Ernesto Geisel foi eleito presidente, escolhido pelo colégio eleitoral, tomando posse em março de 1974.

Um memorando secreto da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA) diz que o referido general, a partir de 1974, sabia e autorizava a execução de opositores no período em que governava o país. O general Ernesto Geisel, com base no AI-5, impôs o “Pacote de Abril”, que, entre outras medidas, fechou temporariamente o Congresso Nacional e autorizou que um terço dos senadores fossem indicados pelo presidente da República (senadores biônicos).

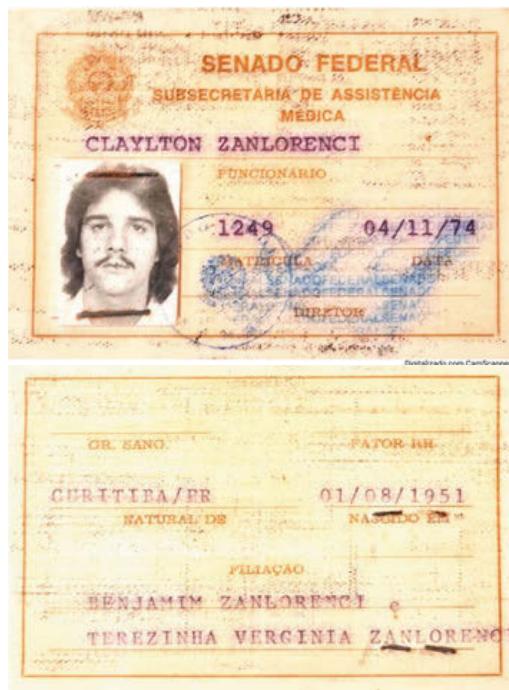


Foto do 1º crachá

A fim de evitar resistência dos parlamentares que haviam se asilados nas suas dependências, foram cortadas água e energia dos prédios do Legislativo.

Vale lembrar que o Congresso Nacional, fechado após o referido ato, foi reaberto depois, para eleger o presidente da República.

Em Brasília, na década de 70, a cidade passava por uma grande expansão urbana e habitacional. Com o crescimento, a capital precisava de equipamentos públicos à altura daquele momento. O então governador Elmo Serejo Farias decidiu construir o Parque da Cidade, que à época, levou seu nome.

### **Vida funcional no Senado**

Ao assumir a primeira lotação, no caso, no serviço de contabilidade (que funcionava no 7º andar), recebi: um grampeador, uma caneta, um lápis, uma tesoura, uma régua e um pote para guardar *clips*. Naquela época, era servido um lanche da tarde para todos os funcionários (termo usado para todos antes da Lei nº 8.112/1990) com café, chá, leite, biscoito Maria ou *cream craker*, queijo e presunto.

A tecnologia da época contava com máquinas da IBM que não tinham corretivo, e que com o passar do tempo, foram adquiridas com o recurso de correção. Já para as cópias, eram utilizados papéis carbono. As máquinas de calcular eram da marca Facit, com as quais eu tinha uma razoável habilidade; e havia também o telefone de disco, e só alguns aparelhos podiam fazer ligações externas, os demais eram apenas para ramais e receber chamadas.

Quem lembra do diretor-geral dr. Evandro, da dona Ninon, dona Maria Rondon, dona Dalva, dr. Luiz Monteiro, entre outros que marcaram época no Senado? No decorrer de minha caminhada, trabalhei nas comissões mistas e nas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), como secretário. No caso das CPIs, algumas delas efervescentes e tumultuadas, sempre causam um reflexo do momento político e social do país.

Ao longo das minhas atividades no Senado, fui designado para integrar diversas sindicâncias, comissões de inquérito administrativo, comissões de justificação e grupos de trabalho sempre pertinentes à área de atuação.

Integrei a Comissão Permanente de Licitação representando a Advocacia.

Em seguida, já como bacharel em Direito, ingressei na Advocacia-Geral do Senado e tenho gratidão pelas lições aprendidas como assistente jurídico. Foi um aprendizado constante que me permitiu ser convidado a ministrar aulas no Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), nas disciplinas de Direito Constitucional e Direito Internacional Público. Só tenho gratidão pela experiência vivida tanto na advocacia como no magistério.

### **Minha gestão à frente da Polícia do Senado**

A vida não para. Do órgão jurídico da Casa, fui designado pelo presidente Antônio Carlos Magalhães a assumir a função de diretor da Subsecretaria de Segurança Legislativa, que posteriormente foi transformada em Secretaria de Polícia Legislativa por meio da Resolução nº 59/2002, de 5 de dezembro de 2002.

Tive duas passagens pela Polícia do Senado. Em ambas procurei, com a ajuda imprescindível de muitos colegas, a formulação de novos projetos para melhoria da qualidade de atendimento do órgão.

Com o foco no lema: “Saber para prever, prever para agir”, fortaleci o serviço de inteligência da Polícia do Senado Federal.

No período de minha gestão, foi implantado o sistema de circuito fechado de televisão (CFTV) com a instalação de 140 câmeras das áreas internas e externas da Casa, as quais durante 24h monitoravam as dependências internas e externas do edifício do Senado Federal. Todas as imagens eram transmitidas para uma central, formada por 12 monitores, e ali operadores distribuídos em 3 turnos acompanhavam o trânsito de pessoas dentro e fora das dependências do Senado que à época recebia cerca de 1.600 pessoas em dias de grande movimento.

Nesse período, o sistema de última geração, o mesmo usado nos Parlamentos dos Estados Unidos e do Canadá, chegava a visualizar pequenos objetos nas mãos das pessoas, ver placas de carros na rodoviária, e permitia ainda a captação de imagens que foram usadas para investigação de crimes ocorridos dentro e fora nas redondezas.

Entre as ocorrências diárias, havia furto, manifestantes alterados, e até prostituição. Destaco a colocação de um explosivo no Túnel do Tempo, um exemplo de ameaça rotineira e que, seguindo o padrão, tudo era investigado e nunca desprezado, mesmo com muitas denúncias falsas.

Desde que o senador Antônio Carlos Magalhães assumiu a Presidência da Casa em fevereiro de 1997, houve pelo menos duas ameaças de bomba, arrombamentos e saques em terminais do Banco do Brasil.

Um dos registros mais graves foi o arrombamento do caixa eletrônico localizado na ala de acesso à Taquigrafia, e, na ocasião, os bandidos levaram o montante, consoante perícia realizada pela Polícia Civil. Conforme reportagem da *Folha de S. Paulo* de 24/6/1997, “ACM suspeita de sabotagem contra sua gestão” neste episódio, entre outros ocorridos na época de sua administração.

Diante das manifestações constantes em frente ao Congresso Nacional, algumas pacíficas, outras não – mesmo com o uso de grades de contenção, que muitas vezes eram quebradas e lançadas sobre os policiais –, a solução encontrada por nossa equipe foi a construção do espelho d’água, que precisou da aprovação do projeto pelos órgãos competentes e pelo escritório de Oscar Niemeyer, em razão de o local ser patrimônio público.

Com a necessidade de aperfeiçoamento, uma prática constante na nossa gestão, foi construído o Centro de Treinamento da Polícia do Senado, com o apoio inestimável do senador Romeu Tuma, Primeiro-Secretário à época. O Centro, atualmente, leva o nome de Pedro Ricardo Araújo Carvalho *in memoriam*.

No período em que atuei na Polícia, o Congresso recebeu a visita de 25 autoridades estrangeiras, entre as quais: o imperador Akihito, do Japão; dois presidentes da Rússia, Mikhail Kassianov e Vladimir Putin; o presidente Hu Jintao, da China; e outros.

Outro fato relevante foi a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro de 2003, diante de um público de 300 mil pessoas.

Recebi alguns elogios em decorrência de minhas atividades como diretor de Polícia.

E não menos importante, participei de diversos cursos e treinamentos no Brasil e, no exterior, em Israel, Portugal, Argentina, França e Inglaterra.

Recebi, em virtude do meu trabalho, a Medalha de Mérito Alvorada concedida pelo governo do Distrito Federal.



Posse do Excelentíssimo Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro de 2003.

## **Atividades extrafuncionais**

Fui professor de Direito Constitucional e Direito Internacional Público na UDF.

Também fui diretor de Esportes e, depois, diretor jurídico na Associação dos Servidores do Senado Federal (ASSEFE).

Sinto-me agraciado por fazer parte de um projeto que deixará para sempre registrada uma parte da memória de cada servidor que doou a sua vida servindo ao Senado Federal.

Após 13.959 dias ou 38 anos, 2 meses e 29 dias de tempo de serviço e contribuição previdenciária, aposentei-me com o sentimento de dever cumprido. O Senado Federal foi a minha grande escola, não no sentido acadêmico, de aprendizado técnico, mas humanístico, que agregado à minha participação em diversas instituições de ensino, me capacitaram profundamente para o exercício de múltiplas funções exercidas.

Nessa Casa Legislativa frequentamos uma verdadeira universidade, aprendemos sempre e muito. Algumas vezes nos deparamos com bons professores, outras com maus, mas, com certeza, o que estabelece e enriquece nossos caminhos é saber tirar proveito dessas aventuras.







## JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO

No ano de 1995, li em um exemplar do Diário Oficial da União que estavam abertas as inscrições do concurso público para o cargo de Analista Legislativo – Área Advocacia (hoje Advogado do Senado Federal) com apenas 10 (dez) vagas.

Foi assim que começou a minha história e é sempre mais seguro iniciar qualquer relato pelo primeiro passo.

Um concurso para o Senado Federal com apenas 10 vagas? A minha reação, quase uma autêntica convicção, era de que se tratava de missão muito além das minhas forças, inalcançável, prêmio destinado aos felizes mortais que tivessem alguma amizade com os deuses do Olimpo, o que, por óbvio, não era o meu caso.

Mas entre os meus defeitos, que são muitos, está a teimosia. Pensei com meus botões: já estou aqui, em Brasília (na época, como Advogado da Caixa Econômica Federal, lotado na Superintendência Jurídica), vou gastar apenas o dinheiro da inscrição e se eu não for aprovado, paciência, irei para Bahia tomar banho de mar no Porto da Barra.

Fiz o concurso. Eu, um cara latino-americano, com um pouco de dinheiro no bolso, sem amigos importantes (mas todos importantíssimos para mim) e vindo de Salvador. E fui aprovado. O Senado Federal não me pediu certificado de origem, não quis saber sobre meu sotaque nem qual seria meu sobrenome, e nem se eu tinha sangue azul ou violeta. Apenas disse: “seja bem-vindo e vamos lá”.

Ingressei na Advocacia do Senado Federal no mês de junho de 1996, fazendo o que eu já fazia, ininterruptamente, desde que me formara em Direito pela UFBA em 1984. Advogar.

Ou ao menos era o que eu pensava.

O exercício da advocacia, no Senado Federal, era outra realidade, inexplorada, algo como um mundo alternativo criado pelo engenho de Huxley e Asimov. No Senado, descobri que o direito não é só conflito, mas pode e deve ser composição de forças. Que a reflexão social, humana e política deve sempre nortear, na medida do possível, a atuação do advogado na defesa dos seus representados, até porque ninguém é uma ilha e nem vai conseguir ser jamais.

Ao advogado que porta uma espada na mão, importante, sem dúvida, na defesa intransigente da justiça, no combate ao arbítrio, venha de

onde vier, o dia a dia no Senado Federal fez despertar em mim o advogado que ouve, que medita, que compara, que dialoga e que abandona, de uma vez por todas, a veleidade tola de achar que sabe tudo e pode tudo.

A Advocacia do Senado Federal foi minha casa por anos a fio. Nela, convivi com pessoas admiráveis, como a minha saudosa amiga Herzeleide Fernandes, que, ocupando a função de advogada-geral no final de 1996, quando eu estava em estágio probatório, confiou em meu trabalho e me indicou para ser seu advogado-geral adjunto. Uma potiguar e um baiano mandando ver no Senado Federal (os não nordestinos que me perdoem).

Atuei em CPI's marcantes, como assessor jurídico, especialmente a chamada CPI dos Bancos, na qual tive uma das experiências mais incríveis e prazerosas da minha vida profissional: o privilégio de ter trabalhado por alguns meses ao lado de um dos políticos mais cultos que conheci: o saudoso senador Bello Parga, presidente da CPI.

Os amigos que cruzaram meu caminho no solo fértil da Advocacia do Senado Federal ao longo de quase vinte e cinco anos são pessoas estelares, que moram em meu coração e não pagam aluguel, dos mais antigos, aos mais novos.

Quero, aqui, deixar meu abraço e minha saudade a Alberto Cascais, Andrea Figueiredo, Hélio Rodrigues, Shalom Granado, José Exedito, Azael Souza e Helena Guimarães, os pioneiros de 1996, que comigo adentraram ao Senado Federal e nele foram conduzidos pela mão saudosa do dr. Terezo Torres, nosso primeiro advogado-geral.

O tempo, à medida que passa, vai nos enredando em saudades e, ao desfiá-lo entre os dedos, percebemos quantos já se foram e nos vem a sensação de que estamos cada vez mais sozinhos.

Mas não.

Como disse Guimarães Rosa, as pessoas não morrem; as pessoas ficam encantadas. E um dos meneios desse encanto é que a estrada sempre terá rostos novos e doces abraços, que nos abraçarão como aqueles um dia nos abraçaram.

Tive a honra – diria mesmo o ponto culminante da minha carreira – de ser o presidente da Comissão do Concurso Público realizado em 2008 para o cargo de... Advogado do Senado Federal!

Uma tarefa hercúlea com provas realizadas em diversas capitais do país. Mas valeu cada dia e noite de trabalho por longos meses. A Advocacia do Senado Federal ganhou não apenas caras novas, mas sim juristas de peso e de competência elevadíssima, dos quais me tornei admirador confesso e aluno atento.

Falo aqui, à guisa de exemplo, mas cumprimentando a todos, dos drs. Anderson Nogueira, Fernando Cunha, Fabio Fernandez, Gabrielle Tatith, Hugo Souto Kalil, Mateus Vilela, Rafael Paiva, Roberci Araújo e Romulo Gobbi.

Ocupei também, por absoluta urgência, a função de diretor-geral do Senado Federal, entre os meses de março a junho de 2009, em um lamentável episódio de crise que abalou a instituição e seus membros. A essa posição fui guindado porque, na época, já ocupava, desde o ano de

2002, a função de diretor-geral adjunto do então diretor-geral Agaciel da Silva Maia, um dos mais operantes gestores que conheci e que trazia – e com certeza ainda traz – o amor e a dedicação ao Senado Federal nas veias e no coração.

Foi uma época dura, em que ataques descabidos e oportunistas foram diariamente atirados contra mim e outros colegas.

Mas a tempestade enfim passou. E acho que dela escapei com honra, já que ao longo dos anos, quando ainda no Senado, ouvi de colegas das mais diversas áreas saudações como meu eterno diretor ou então saudades do seu tempo.

A gentileza dos colegas acalenta a alma e, por maior que seja o exagero nas expressões de amizade, levou-me a acreditar num ponto: eu caminhei pelo vale de espinhos, mas não abandonei a fé nos roseirais.

Deixei o Senado Federal em 2019 por conta de aposentadoria e em poucas oportunidades retornei à velha casa.

Quando, esporadicamente, passo pela Praça dos Três Poderes e vejo a imponente silhueta do Congresso Nacional, me pergunto: o que pensam os que hoje andam pelos mesmos corredores e salas que eu andei? Que sonhos acalentam? O que esperam desta Casa que desafia e que exige tanto dos que nela trabalham?

São perguntas que não sei responder e talvez mesmo não me caiba respondê-las.

Mas, como um ex-jogador, estou sentado nas arquibancadas, torcendo muito pelas cores do meu time e vibrando com cada gol.



*“Nada a temer senão o correr da luta  
Nada a fazer senão esquecer o medo”  
Sérgio Magrão/Luiz Carlos Sá*



## KAIRALA JOSÉ KAIRALA FILHO

Gostaria de iniciar este relato agradecendo o gentil convite e ressaltando a sensação de prazer em ser lembrado por pessoas que aprendi a admirar em meu tempo como servidor do Senado Federal.

Aliás, cabe já uma correção. Servidor do Senado sim, mas também do Estado brasileiro, de sua democracia, de seu povo, é isso que cada um que trabalha nesta Casa é, na realidade. Mas devo iniciar meu relato em uma cronologia diferente, se pretendo contar uma história completa.

Dezembro de 1963. Tudo corria como deveria ser naquele dia em Brasília até que um jovem de 39 anos, senador da República, foi fatalmente vitimado por uma bala perdida oriunda de um ato vil, covarde, desprezível, abjeto, praticado dentro do Plenário do Senado Federal. Enquanto isso, uma agora jovem viúva, mãe de três filhos e grávida de um quarto, esperava no seu hotel pelo regresso impossível de seu marido. Tudo está

bem, até que simplesmente não esteja mais. A transitoriedade, imanência do humano, até hoje perpassa minha compreensão...

Assim começa minha relação com o Senado Federal, Casa com a qual conviveria de maneira muito próxima por toda a minha vida. Graças à minha mãe e à sua capacidade de ressignificar dores e construir algo belo apesar delas, consegui diferenciar a instituição de quaisquer pessoas que por lá eventualmente passassem e a reconhecer o poder não na força das armas ou nos títulos, mas na presença de um espírito inquebrantável como o que tinha aquela mulher de aparência frágil e de pouca instrução formal, embora de uma sabedoria e inteligência imensas.

Também em um mês de dezembro, mas agora já no ano de 1984, ingressei no Senado como servidor, empossado como auxiliar de almoxarife. Naquele momento, com vinte anos de idade, cursava Odontologia na Universidade de Brasília – UNB e já havia dois integrantes de minha família trabalhando na Casa. Não posso esconder o orgulho que senti ao pensar que éramos agora três irmãos servidores da Câmara alta, na alegria de minha mãe e no que pensaria meu pai. Enorme responsabilidade acompanhada da promessa íntima de fazer valer a oportunidade, de retribuir o que me fez chegar até ali, de honrar um nome do qual me orgulho e de marcar minha passagem com os melhores frutos que conseguisse produzir.

Já no primeiro dia como servidor, apresentei-me ao diretor do antigo Serviço Médico e pedi para trabalhar lá, inicialmente na atividade de auxiliar odontológico. Porém, chegou um tempo em que foi impossível conciliar os horários, uma vez que a UnB exigia minha presença durante todo o dia. Assim, comecei a trabalhar na Farmácia que existia dentro do próprio serviço no período noturno e nos sábados para complementação de carga

horária. Conheci muita gente boa nesse período na farmácia, gente que levo até hoje como verdadeiros amigos para a vida.

Concluí o curso de odontologia no final do ano de 1986 e já em janeiro de 1987 eu me tornava um dos dentistas do Senado Federal. Tentem imaginar o que é isso para a cabeça de um jovem de 22 anos. A esperança e o medo de não corresponder. A imperiosa necessidade de confiar na minha formação e de não comprometer a minha trajetória por algum erro profissional, de nunca causar danos às pessoas que acreditavam em mim. Não foram poucas as vezes que um paciente ao adentrar meu consultório me questionava onde estava o dentista que iria atendê-lo... por sorte ou destino, muita gente já me conhecia e sabia que tudo o que estivesse ao meu alcance para um bom resultado seria feito, e assim confiaram em mim. Também me comove agora pensar no apoio que tive dos outros colegas da saúde à época. Novamente, plantei amigos naquele momento que cultivo até hoje como pessoas queridas e insubstituíveis.

Aqui é importante fixar um marco temporal definidor de minha jornada. No mês de maio de 1987, casei-me com Andréa, dentista como eu, na época, e ex-colega de faculdade, uma segunda presença feminina com extrema luz que a vida me presenteava. Entretanto, a odontologia não era para ela sua verdadeira vocação e logo também cursou medicina na UnB, enquanto nasciam nossos três primeiros filhos. Tempos corridos e maravilhosos em que tivemos que superar grandes desafios e que nos levaram à construção de uma família maravilhosa, meu maior alicerce. Hoje temos quatro filhos, um genro, uma neta e quem mais chegar.

Permaneci como dentista por quase três décadas, exceto por pequenos e curtos interregnos. Em um desses afastamentos, trabalhei nas

Edições Técnicas como diagramador da Revista de Informação Legislativa (RIL). Fiquei lá por cerca de dez meses e, ao retornar para a odontologia, estava mudado. A RIL acabou por despertar em mim a vontade de aprender mais sobre ciências jurídicas, o que me levou a uma segunda graduação, em Direito, que me foi extremamente útil pela vida.

Na prática odontológica convivi com uma gama enorme de personalidades, pois nunca tratei dentes, e sim pessoas que por algum motivo precisavam de um auxílio que meus conhecimentos pudessem prover. Sempre tive uma visão holística que me permitiu conhecer seres humanos diversos, do mais “simples” servidor a altíssimas autoridades da República. Cada um deles me ensinou algo e a todos agradeço a confiança em mim depositada. Era até divertido quando ao abrir a porta do meu consultório me deparava com faces conhecidas que precisavam de atendimentos urgentes, pois tinham dali a pouco que desempenhar papéis importantíssimos para a democracia brasileira. Pressão e desafios constantes para um atendimento rápido e eficaz. Ao pensar, por exemplo, nas conversas que tive a oportunidade de travar com constituintes de 1988... que privilégio. Difícil imaginar como é gratificante ver a democracia se desenrolar pela atuação de pessoas que há pouco estavam em minha cadeira. Com certeza, alguns momentos nem tão agradáveis para eles, mas sempre um deleite para mim.

Quando houve a decisão de encerramento do Serviço Médico, eu era chefe do SEODON, serviço de Odontologia. Foi uma época de muita angústia e preocupação, pois não se tratava só de mim, mas de todos os colegas e amigos que lá trabalhavam e agora teriam que ser realocados. Havia admissões oriundas de um concurso recente, com menos de dois

anos, e o conseqüente temor de exonerações por ausência de estabilidade. Não foram poucos os problemas até mesmo físicos enfrentados pelos profissionais de saúde como um todo. Houve intensas negociações, das quais pude participar, que levaram a soluções que, ao menos, permitiram que as pessoas pudessem seguir trabalhando. Mudanças são a única constante, pode-se dizer assim, mas o propósito de fazer o bem, e conseqüentemente de me sentir bem, continuava a me guiar.

Com a situação equacionada, fui designado para trabalhar no Serviço de Passaporte, onde exerci um cargo de chefia e fiquei por cerca de um ano. Era um trabalho interessante pelo eventual contato com as diversas embaixadas, mas extremamente difícil quando se tratava de organizar coisas como hotéis e passagens aéreas. Não me adaptei e não estava feliz ali. Se não podia mudar a direção dos ventos, deveria ajustar minhas velas. Busquei uma realocação no serviço de apoio jurídico da SEGP, na confecção de pareceres administrativos, que se mostravam muito mais estimulantes e motivadores para mim.

Pensei que lá ficaria por muito tempo, mas novamente tive a alegria de ter um trabalho reconhecido e fui convidado para ser diretor-adjunto da então Secretaria Integrada de Saúde. Lembro bem daquele telefonema, em meio à copa do mundo de 2014, quando aceitei o desafio de auxiliar na administração do SIS. Porém, novamente houve um realinhamento administrativo e o SIS deixou de ser uma secretaria para tornar-se uma parte da SEGP. Assim, após um breve período em que exerci a chefia da Junta Médica, assumia uma nova coordenação na COASAS (Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor) que englobava a Junta Médica, o Serviço de Qualidade de Vida e o Serviço de Emergência Médica. Ali estava o que

havia restado da antiga SAMS, embora com outra roupagem, bem mais modesta e integrada ao SIS e à gestão de pessoas.

Minha última movimentação se deu quando assumi a Coordenação-Geral de Saúde, agora com responsabilidades ainda maiores, pois englobava não só a COASAS, mas a gestão do nosso plano de saúde com cerca de dezessete mil vidas. Não é pequena a responsabilidade de compatibilizar os justos e legítimos interesses dos beneficiários no melhor tratamento possível com a limitação orçamentária imposta. A realidade é que a saúde não tem preço, mas tem custos. E não são pequenos. A luta para viabilizar as melhores tecnologias, os melhores hospitais e o acesso a profissionais de excelência com dispêndios assimiláveis para nossos beneficiários não era pequena. E ainda em tempos pandêmicos, com todos os receios que uma doença totalmente desconhecida poderia ocasionar aos nossos familiares, colegas profissionais de saúde, servidores da Casa, senadores, e mesmo para a saúde financeira do plano e sua consequente viabilidade.

Na sala da coordenação, havia, e acredito que ainda lá esteja, uma coleção de retratos dos gestores que me antecederam no cuidado da saúde do Senado. Não foram poucas as vezes que ao olhar aqueles quadros, que até pouco tempo não estavam em paredes, mas eram pessoas que conhecia e admirava e que por lá viviam, pensei na responsabilidade que havia assumido. O mundo realmente dá muitas voltas.

Porém, na Coordenação-Geral de Saúde pude constatar como existem servidores públicos de excelência dentro do Senado. Não só os profissionais de saúde, mas em toda a estrutura da Casa, desde a Diretoria-Geral, passando pela diretoria da SEGP e pelas diversas coordenações do SIS, até o Conselho de Supervisão, que também conta com integrantes

diretamente eleitos e que trabalham de forma voluntária e sem remuneração, empenhados e comprometidos com o funcionamento do plano.

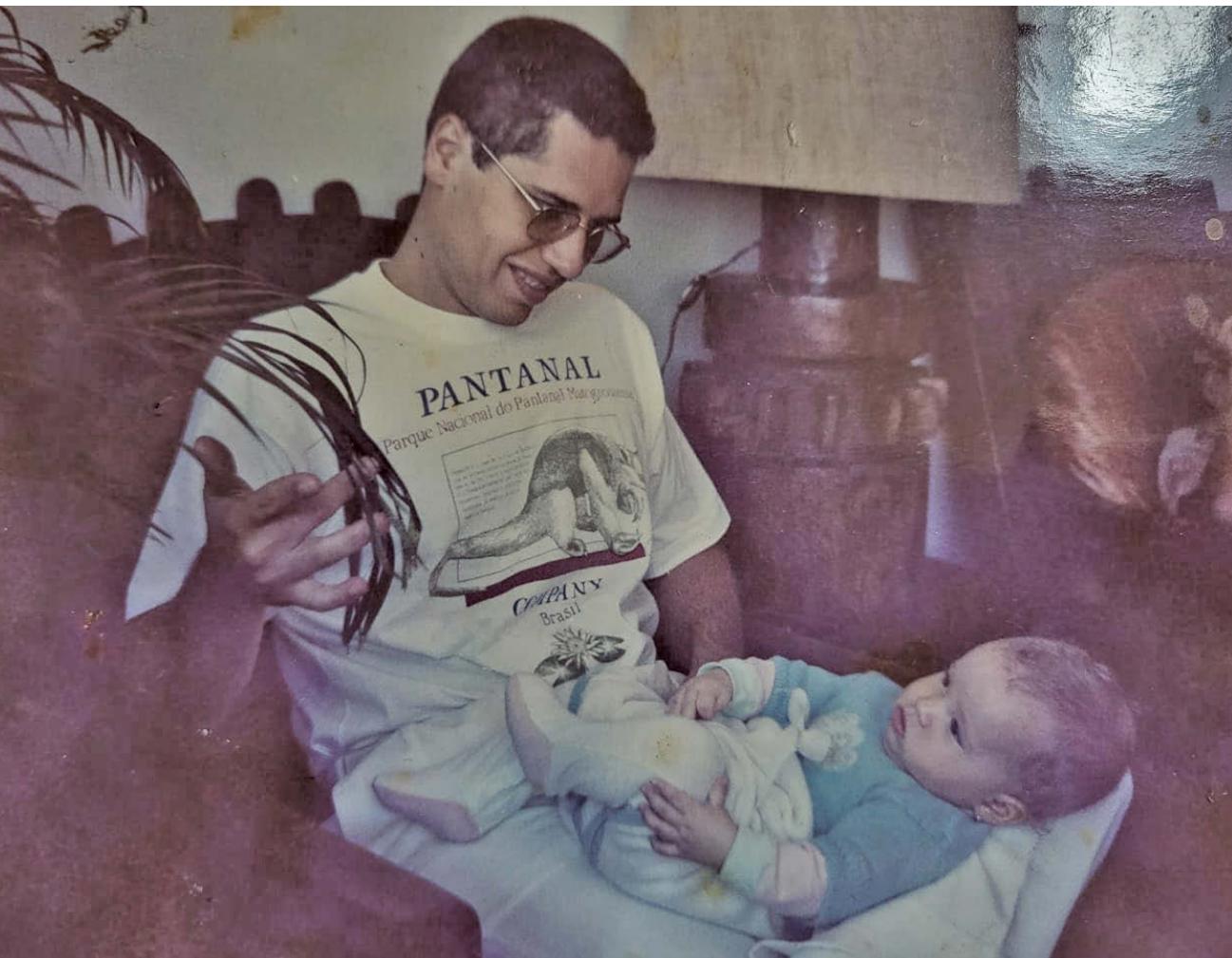
Nunca se perdeu a visão de que atrás de cada processo havia uma mãe, um pai, um filho, um cônjuge, enfim, um ser humano a ser atendido e isso sempre foi muito gratificante, embora seja também um trabalho sem tréguas. Pedir paciência a quem tem dor é sempre muito difícil, e as pessoas que nos procuravam estavam quase sempre muito fragilizadas. Acredito que esta seja a principal vantagem de nosso plano, qual seja o atendimento profissional, mas extremamente humanizado que é oferecido a todos.

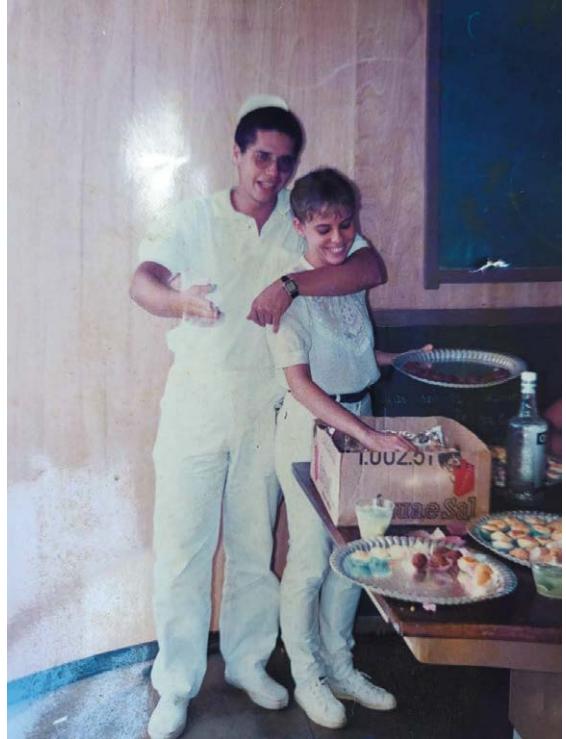


Ao me aposentar vivi um misto de angústia e de felicidade, um medo aliado à esperança, uma verdadeira ressignificação de como levar a minha vida doravante. Mas não se descubrem novas terras sem se perder de vista o porto e, para este aprendiz de tanto suor, navegar ainda é preciso. Ironicamente, o boletim de pessoal que anuncia minha aposentadoria foi assinado por mim, como diretor de pessoal em exercício. Que honra e que felicidade. Se houvessem dito tal coisa para aquele garoto que entrou como auxiliar de almoxarife, certamente se ouviriam risadas da parte dele.

Agora, passados ainda poucos meses, considero que foi uma decisão acertada, pois tive a oportunidade de receber apoio e reconhecimento que sinceramente guardo como medalhas para a posteridade. Tenho, agora, mais tempo para mim e para minha família e a felicidade de saber que pessoas extremamente competentes estão ali a cuidar de nosso plano. Seria temerário citar nomes aqui, pois certamente causaria injustiças por não poder citar todos os que o merecem. Mas todos eles que porventura chegarem até aqui se reconhecerão e saberão que falo também deles, além de imaginarem um sorriso ao fim... Viva o SIS e viva o Senado e mais do que tudo, vivam bem suas vidas.











## VICENTE LIMONGI NETTO

Meu amor pelo Senado Federal é infinito. O carinho, o respeito e a gratidão que devoto ao Senado são eternos. Aqui passei felizes décadas da minha vida. Pessoal e profissional. Lembranças maravilhosas de uma convivência magnífica. Laços de fraternidade, amizade, experiências profissionais que jamais esquecerei. Lembranças que ajudaram a forjar meu espírito. O Senado é uma oficina de ideias. Fortalece almas e espíritos. Uma universidade aberta a serviço dos servidores, dos senadores e dos brasileiros. Combato e repudio, sempre, os decaídos, irresponsáveis e recalcados que insultam o Congresso, em geral, e o Senado, em particular. O servidor, igualmente, sempre foi para mim merecedor de elogios e estímulos.

Nessa linha, publiquei matéria, assinada, no jornal Diário de Brasília, de 29 de setembro de 1974, com o título “Manancial humano do

senado é inesgotável”, em que destaco os traços marcantes de diversos servidores da Câmara Alta. Na qualidade de repórter apreciador e defensor de notícias, saí do jornal O Globo, sucursal de Brasília, onde cheguei a ocupar a relevante e honrada função de chefe de redação, direto para o Senado. Como jornalista de O Globo, eu já circulava pelos corredores e gabinetes do Senado. Minha vivência com políticos e meandros da fascinante arte da política já era imensa. Admiro todo excelente repórter que cobre política, pois é uma tarefa árdua que requer argúcia e boa bagagem de conhecimentos gerais.

Comecei trabalhando na Secretaria de Comunicação Social. Um andar inteiro no prédio do anexo, onde funcionava uma autêntica e movimentada redação, aos moldes das existentes em jornais e revistas, com repórteres, redatores, fotógrafos, locutores e radialistas. As notícias abasteciam veículos de imprensa em geral, inclusive de jornais do interior. Comecei transformando discursos de senadores em matérias, que seriam distribuídas para setoristas e comitê de imprensa. Ouvíamos os discursos pelos alto-falantes. O serviço era ágil, todo voltado para as atividades dos senadores. Outra tarefa era enxugar (reduzir) os textos das matérias para A Voz do Brasil. O noticioso era apreciado pelos senadores, pois alcançava regiões distantes do país. Gravavam entrevistas que iriam ao ar no mesmo dia ou edições posteriores. Era comum o programa destacar trechos de um discurso do senador, ilustrando com áudio algum argumento ou reflexão dele. Cabe salientar que naquela época não tínhamos celular, tablet nem computador, mandavam-se matérias por telex ou por telefone, as ferramentas de trabalho dos jornalistas credenciados no comitê de imprensa eram as mesmas. O gabinete do senador Accioly Filho, excelente

parlamentar do Paraná, tinha telex à disposição. Motoristas precisavam ir buscar as matérias nos escaninhos dos veículos.

Alguns presidentes do Senado, como Petrônio Portela, Humberto Lucena, Mauro Benevides, José Sarney, Jarbas Passarinho e Antônio Carlos Magalhães, tinham o saudável hábito de receber em seus gabinetes, meados da tarde, jornalistas habilitados. Excelente e simpática ideia. Descontraía a boa convivência. Trabalhei diretamente nos gabinetes dos senadores Humberto Lucena, Mauro Benevides, Fernando Collor e Alexandre Costa. Operosos e respeitados. Como credenciado no comitê de imprensa, pelo jornal carioca Tribuna da Imprensa, do bravo e eterno Hélio Fernandes, integrei a comitiva de senadores em viagem à Coreia do Norte, aos Estados Unidos, à Rússia e à China. Também pela Tribuna da Imprensa, cobri os amplos e fervorosos debates da Assembleia Nacional Constituinte. O trabalho extraordinário do relator-geral da futura Constituição, o então deputado Bernardo Cabral, seus relatores-adjuntos, senadores José Fogaça, Antônio Carlos Konder Reis e deputado Adolfo de Oliveira.

Fui cedido ao então Ministério do Interior para trabalhar na Suframa, onde exerci o cargo de assessor de Comunicação Social da autarquia, na gestão do economista Aloisio Campelo. Nessa época, o senador Magalhães Pinto era o presidente do Senado e o senador Dinarte Mariz ocupava a Primeira-Secretaria. Também fui assessor de imprensa do ministro da Justiça, senador Bernardo Cabral. Participei de viagens ao estado de Nebraska e ao Canadá, na comitiva do ministro da Irrigação, saudoso e operoso Vicente Fialho.

Além dos já citados e destacados senadores, também convivi de perto com outros valorosos gigantes da política. Políticos expressivos e respeitados, como Marcos Freire, Marco Maciel, Josafá Marinho, Paulo Brossard, Flávio Brito, Henrique Lá Roque, Alexandre Costa, Virgílio Távora, Valmir Campelo (autor da emenda, na constituinte que originou a criação do Fundo Constitucional do Distrito Federal), João Calmon, Fábio Lucena, Arthur Virgílio Filho e Arthur Virgílio Neto, Nelson Carneiro, Afonso Arinos, Danton Jobim, Mauricio Correa, Bernardo Cabral, Henrique Santilo, José Fogaça, Daniel Krieger, Lourival Baptista, Antonio Carlos Magalhães, Franco Montoro, Teotônio Vilela, Lauro Campos, Cid Carvalho, Gilberto Mestrinho, Albano Franco e José Richa.

## TOQUE PESSOAL

### Doutores de apelido

Vicente Limongi Netto

A Revolução, inovadamente, deu um grande impulso ao Brasil. Não se pode negar sua obra no setor das comunicações. Seu trabalho na recuperação da frota mercante e na criação da indústria naval, no desenvolvimento de nossa indústria siderúrgica, potência energética e prolongamento de nossa rede rodoviária, sua ação eficaz não pode ser subestimada. Até hoje, porém, não conseguimos alinhar com o resto dos propósitos revolucionários no setor do ensino, criando um sistema que não reformou, porque deformou a cultura brasileira. Capenama, quando Ministro da Educação, deu-nos uma reforma de alto nível. Pelo menos, providenciou um ensino adequado às necessidades do época, país e sistema. Rivadávia Correia merecia ser rotulado. A Revolução,

ao invés de racionalizar o ensino, estruturando um regime educacional viciado e de instrução, tentou popularizar o ensino universitário, criando faculdades a torto e a direito e que se tornaram meras fábricas de "senhores".

O único ponto positivo da reforma educacional de Tarso Dutra interessou a aos tubarões do ensino, não ao povo e ao país. As fals balizas do ensino, graças à qual inflacionário dos "educadores", não ajudou mais a ninguém. Sequer nos regiões mais pobres. O Mebrel é uma pilheria de mau gosto. É a escola primária e o ginásio não são mais que móbais que encontramos a gramal. Antiquamente, esmerava-se nos ensinamentos básicos. Somente os ricos e os bem dotados de inteligência seguem para as faculdades. Os burros, com dinheiro, buscavam o título de inteligentes procuravam a saber. Hoje, mesmo os pobres burros cavam somente o pergaminho. Ninguém pede gramal, de "senhores" foram reclamar "senhores". Quem tem um curriculum cheio vai longe...

Marchamos para uma época em que até para admitido de contrabando e sustinido de candidato título de doutor. A alfabetização e o ensino primário são coisas necessárias ao povo de uma nação. A especialização de aperfeiçoado. A massa precisa de instrução, para execução perfeita de sua missão. A técnica e as ciências devem ser ensinadas e praticadas. Quem não abstrá-las, possam desenvolvê-las. Sequer imitamos os norte-americanos, criando os Grandes Colegios, órgãos destinados à adaptação das jovens a trabalhos que exigem cursos rápidos. Queremos educar o povo, dando a ele em todos os detalhes, nunca fornecendo cultura e quem tem realidade mental e conhecimentos específicos a profissionais. Enfim não se programou o ensino, para grande cultura do país. Os fals tecnocratas, quiseram de converter o Brasil em paraíso de doutores de apelido.

6.0476  
TRIBUNA DA IMPRENSA

## Passarinho e Brossard elevam tradições do Senado

VICENTE LIMONGI NETTO

José Sarney e Marcos Freire na semana passada. Jarbas Passarinho e Paulo Brossard no último dia 21. Quatro discursos de expressivos políticos, que em tudo que fazem engrandecer a história as tradições do Senado do Federal.

Preocupados com o desenvolvimento socio-econômico-cultural do Brasil, discutiram bastante entre si comentem erros — exatamente porque não se contentam — não abatem de suas convicções, pontos-de-vista, valores e participação democrática.

É o mais saudável, tudo colocado e discutido em alto nível, com senadores, com a gênese, com espírito público, todos desejosos de castidade e de clareza que elevam para colaborar com os justos e pobres. Uma palavra crucial, que o chefe de Nação tem obrigação de ouvir, que não quer mais embora pouco se tenha utilizado nos últimos dias, ainda existe entre os observadores políticos uma mecha de esperança, pois como já disse Teotônio Vilela, nunca é demais sonhar.

Paulo Brossard caminhando pelo plenário, conversando, saudando e cumprimentando, fez um belo discurso ao vir. O parlamentar ganhou pulso e tomou a palavra. Fez um discurso de estropeio, da tribuna, como senador.

Ante um público espólio como este, que se tinha visto, com alguns senadores inclusive, deputados, presidente nacional e Helder de Melo, na Câmara e suplente de deputado, como Aureo Melo, galera formada por populares e senhores, bancada de imprensa com "perceiros" e repórteres de imprensa, a Câmara, todos queriam ouvir o que Brossard e Passarinho, dia 21, em um dia do 12.º aniversário do movimento de 1964.

Não decepcionaram. Os dois mostraram o que muito prezavam em relação à TRIBUNA, dando a palavra ao "Legislativo", revivendo aqui e ali a voz da Pátria, da esperança e da

personalidade do Senado, ao tratar de temas que atingem o País. Foram dois excelentes discursos, de políticos que se respeitaram mutuamente. Os debates só não foram mais completos porque o senador José Estevão também insistiu para falar, apesar de não ter um oportuno projeto, do mais alto interesse público. Estevão quis que os benefícios de cada sejam adaptados com precedores do peso do produto, evitando, assim, que o consumidor continue sendo ludibriado.

Tanto Passarinho como Brossard foram constantemente apoiados, sobretudo por Itamar Franco, José Sarney, Daniel Krieger, Marcos Freire, Wilson Carlos Torres, Teotônio Vilela, José Estevão e Franco Montoro. Os oradores e apoiadores foram unanimemente em exaltar as participações decisivas do então governador Magalhães Pinto, e do Congresso Nacional, em episódios que sublinham com a queda de João Goulart.

Quando a Jarbas Passarinho, homem público de caráter, dando ao diálogo, declarou que os 12 anos da Revolução representa uma opção pessoal, dramática, mas imperativa, a distinção das Forças Armadas para depor o governo, que se caracterizava pela incompetência no campo administrativo, e pela subleidade no campo ideológico.

Passarinho, que carregava um fidejussório, garantiu que a Revolução não pretende arrasar a sua própria instituição, observando que será o tempo e a prática que serão os responsáveis, e em grau cada vez mais amplo.



JOSÉ SARNEY

Agradeço, de coração  
reconhecido, a mensagem  
de aniversário que recebi  
do estimado amigo.

28.04.04

Abraços,  
José Sarney.

C/SEPAR-2 759/70



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

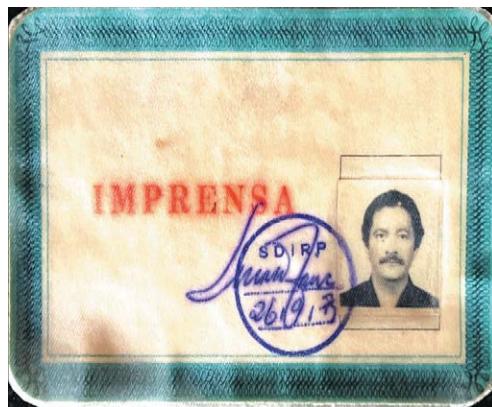
Brasília, 30 de junho de 1970

Prezado VICENTE LIMONGI

Conhecia-o como poeta, um promissor poeta, e como atuante jornalista. Foi para mim uma grata surpresa verificar que o agitado repórter e o sonhador poeta, de convivência paradoxal, escondiam, ainda, um crítico de sensibilidade aguda. Agradeço-lhe as referências a meu livro, "terra encharcada", principalmente por sua exata compreensão da nossa querida Amazônia.

Cordialmente,

Passarinho  
JANBAS PASSARINHO





Brasília, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2012

### A PALAVRA É SUA

#### O ALVO É O LEGISLATIVO

Claro que não apoio os insensatos que dirigem(?) embriagados. O que contesto é a pretensiosa e tola fúria de alinhar como motorista bêbado aquele que bebeu apenas um copo de cerveja ou um copo de vinho, com o cidadão que realmente bebeu todas. A continuar nesta linha, a boa e oportuna lei torna-se radical, deixa de ser cumprida e se desmoraliza. O exemplo de muitas outras leis brasileiras. A propósito, a hipocrisia venceu novamente. Fizeram o maior escarcéu porque um jovem e desconhecido deputado federal do Acre foi flagrado dirigindo embriagado. Deu mole, poderia ter chamado um motorista, o que só fez depois de autuado. Filmaram o parlamentar, mostraram a delegacia e a foto dele, enfim, a mídia deitou e rolou. Parecia que o deputado era um bandido perigoso. Evidente que o alvo

principal das severas e algumas até absurdas e cretinas críticas, não visavam o deputado, mas o Poder Legislativo, na usual escalada covarde, demagógica e ressentida do timeco de pseudos moralistas e franciscanos para desmoralizar o Congresso Nacional. Coisa de imbecil e infeliz que tudo leva a crer que não tem nada de mais útil para fazer. Ilustrando meu raciocínio, lembro que dezenas de pessoas famosas, como atrizes, atores, escritores, jogadores e ex-jogadores, inclusive o agora deputado Romário, já foram detidos pela polícia e pelo Detran por dirigirem bêbados, sem habilitação ou com a carteira de motorista vencida. Em nenhuma destas ocorrências, não vi nem li matérias escandalosas nos jornais muito menos nas televisões, metendo o sarrafo nos ilustres envolvidos. Realmente o Brasil é um país imbecil.

VICENTE LIMONGI NETO

# Popular

1 de 1938 por JAIME CÂMARA, JOAQUIM CÂMARA e REBOÇAS CÂMARA

OIÂNIA, QUINTA-FEIRA, 3 DE JANEIRO DE 2013

## Renan Calheiros

Gostaria de lembrar aos que são contrários ao retorno do senador Renan Calheiros à presidência do Senado que o jogo político é jogado e o lambari é pescado. Qualquer senador pode candidatar-se para disputar o cargo, mas precisa ter votos suficientes para derrotar o senador pelo PMDB de Alagoas.

O PMDB não impõe a candidatura de Renan. Pedro Simon, Luis Henrique ou outro senador do partido podem perfeitamente disputar a indicação dentro do partido com Renan. Ocorre que alguns senadores se dizem candidatos apenas para fazer marola e ganhar fatias do noticiário político.

**VICENTE LIMONGI NETTO**  
Brasília - DF

## TRIBUNA da imprensa

Fundada em 27 de dezembro de 1949

4 • Rio, Quinta-feira, 19 de março de 2003

### Samery

Tenho certeza que o novo presidente do Congresso, senador José Sarney, dará um ritmo de trabalho que valorizará o legislativo junto à população. Sarney terá competência para levar ao Brasil as melhores práticas que o legislativo toma em favor da cidadania. É todos dizem que o parlamentar não trabalha. Mas profundamente estão em todos os países. Para isso há eleições. O legislativo é a voz do povo, precisa ser respeitado e respeitado, em nome da democracia.

**Vicente Limongi Netto - Rio de Janeiro (RJ)**









## JOSE MAURICIO LIMA DE SOUZA

É uma grande honra , para mim, fazer parte desta obra intitulada “Esta é a Minha História – Relatos de Servidores Aposentados do Senado Federal”. Quero expressar minha profunda gratidão aos colegas que me indicaram para participar deste livro. Ao longo deste relato, vou compartilhar minha jornada durante o período de 1974 a 2012, durante o qual tive o privilégio de servir à Casa da Federação.

### **Participei da evolução tecnológica do Senado**

Ingressei no Senado Federal aos 19 anos, em setembro de 1974, com uma experiência de apenas 6 meses, como telegrafista, nos Correios e Telégrafos. Fui contratado como datilógrafo do Senado Federal sendo lotado na Seção de Registro e Acompanhamento de Proposições da Subsecretaria das Comissões.

Fiquei pouco tempo naquela Seção. Fui comunicado pelo novo diretor José Soares de que seria impossível conseguir compatibilizar o horário de trabalho nas Comissões com meu curso na Universidade de Brasília; e então me sugeriu procurar dona Maria Rondon, diretora de Pessoal do Senado Federal. Fui recebido por dona Rondon, que me ofereceu um horário especial: deveria trabalhar das 14h até o encerramento da sessão. Nessa época, as sessões do Senado Federal não se encerravam antes das 21h.

Fui lotado na Seção de Instrução Processual, onde o chefe era o saudoso Francisco da Chagas Monteiro, colega altamente qualificado e com muita competência em transmitir os seus conhecimentos. No Setor de Instrução Processual, nosso serviço era ler, todos os dias, o Diário Oficial da União, recortar e selecionar toda a legislação sobre os servidores públicos, e principalmente as decisões e acordos do Tribunal de Contas da União, atualizadas diariamente. Essas legislações eram coladas em papel ofício e selecionadas por temas em pasta A/Z banda larga, tornando-o um arquivo de consulta de valor inestimável.

Eu não poderia ter um professor mais qualificado no começo da minha jornada no Senado Federal.

Nessa época, nossa tecnologia se resumia a máquinas de escrever Olivetti, muita cola, tesoura e papel ofício, além do famoso papel carbono.

No final da década de 70 apareceram as primeiras máquinas Xerox, e a administração do Senado controlava as cópias com esmero, pois tinham um custo muito alto. Entre 1985 e 1990, apareceram os primeiros fax nos gabinetes dos senadores. No início da década de 90, temos que

ressaltar o esforço do Prodasen no treinamento de todos os servidores do Senado Federal em Microsoft Office, passando do sistema de terminal nos gabinetes para o sistema PC.

## **II – Organização dos servidores**

Desde que ingressei no Senado, sempre tive a motivação de participar de todos os movimentos que integrassem os servidores. Primeiro, participei, em 1975, do conselho fiscal da antiga cooperativa de alimentação do Congresso Nacional, que funcionava em frente à antiga garagem do Senado. Em 1976, entrei para a Associação dos Servidores do Senado Federal (ASSEFE). A princípio, minha contribuição foi participar dos torneios de futebol – junto ao Amauri Gonçalves, Nelson Santos, José Aauto Perissê – formamos o time da Diretoria de Pessoal, mais conhecido como Maria Rondon. Lembro dos times: da Financeira, da Engenharia, da Segurança, dos Gabinetes, da Gráfica, do Serviço Médico, Prodasen e do Serviço de Transporte.

Nos idos de 1982, fui convidado a participar da Chapa vencedora para a Diretoria da ASSEFE, que tinha como presidente Vicente Cristino, e os diretores Adolfo Eric de Toledo, Elir Simeão, Jair Antunes, e Paulo Cesar Ferreira. Nessa gestão, com o apoio do diretor-geral Lourival Zagonel, tive o prazer de participar de todo o processo – da construção à inauguração – da CRECHE/ASSEFE, reivindicação antiga dos servidores do Senado Federal.

No início do ano de 1988, sob a liderança do saudoso colega Armando Alvim, participamos da aprovação da reforma no Estatuto da

Associação dos Servidores do Senado que admitiu, pela primeira vez, que os nossos colegas da Gráfica pudessem votar e ser votados.

Foram marcadas novas eleições para abril do mesmo ano. Depois de uma disputa acirrada de três Chapas, fomos eleitos para um período de dois anos: éramos 10 diretores e 21 conselheiros, todos com muita vontade de trabalhar para o crescimento de nossa Associação. Elevamos rapidamente o número de associados que utilizavam os benefícios da ASSEFE e que passaram a frequentar com a sua família nossa sede social.

No dia 6 de outubro de 1988, um dia após a promulgação de nossa Constituição, foi fundado o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis) – primeiro sindicato de servidores públicos do Brasil, e que a antiga Constituição proibia –, em assembleia realizada no auditório Petrônio Portela, com adesão de mais de 400 servidores e o apoio da ASSEFE; Associação das Polícias do Congresso Nacional (APCN); Associação dos Servidores do Prodasen (ASCIP); Associação dos Servidores da Câmara dos Deputados (ASCADE); UNISSEF, UNITEC, PRO-PARLAMENTO E AFCTU, entidades associativas da Câmara dos Deputados; Senado Federal e Tribunal de Contas da União. Quero mencionar os colegas do Senado que participaram ativamente na fundação do Sindilegis, Francisco das Chagas Monteiro, Mauro Dantas, Otávio Simões Barbosa Filho e também destacar os colegas Afrânio Cavalcanti Melo Junior e Djalma José Pereira da Costa, que presidiram a assembleia histórica de fundação do nosso sindicato.

Sou testemunha de várias conquistas obtidas pelo sindicato que beneficiaram a todos os servidores do Senado Federal, Câmara dos Deputados e TCU nestes mais de 40 anos. Quero render homenagem aos

colegas do Senado Federal Francisco das Chagas Monteiro (in memoriam), Mauro Dantas, Eduardo Lopes e Petrus Elesbão, que presidiram nestes 40 anos nosso sindicato e os demais servidores que participaram das diretorias.

Um problema que os servidores do Senado tinham era o de serviço de saúde. Tínhamos um excelente serviço médico, mas, se os servidores necessitassem de uma cirurgia ou algum tratamento mais especializado, os recursos aportados pelo Senado para esse tipo de despesa não eram suficientes. Com o apoio da Diretoria e do Conselho Deliberativo da ASSEFE e a participação dos servidores da área médica – os doutores Pedro Luiz Tauil; Marcelo Muniz; Cantídio Lima Vieira; o dr. Joberto Sant’Anna, odontólogo; e do querido colega Nísio Edmundo Tostes Ribeiro –, enfrentamos desafios relacionados à saúde dos servidores, o que nos levou a criar o Sistema Integrado de Saúde (SIS-ASSEFE), um sistema de saúde associativo que beneficiou milhares de servidores do Senado Federal. Em 1991, conseguimos aprovar a Resolução 86/1991, que instituiu o SIS, com a ASSEFE como órgão operacionalizador.

Fomos convidados a participar de várias comissões que estudavam melhorias para os servidores do Senado tais como: auxílio-alimentação, universalização do auxílio-creche, plano de saúde e vários planos de cargos e salários.

### **Participação na política brasileira**

Em 11 de abril de 1978, por indicação da dra. Norma Toledo, chefe da Seção dos Aposentados e Inativos, fui trabalhar com o dr. Adolfo Eric de

Toledo, chefe de gabinete do senador Paulo Brossard. Antes disso, tinha que solicitar à dona Maria Rondon sua permissão, e nesse dia, percebi que ela gostava muito de mim, pois permitiu minha movimentação, mas, não antes de ficar brava e dizer que os funcionários dela, depois que aprendiam o serviço, iam todos embora. Agradei muito à dona Maria, pois um menino com 19 anos que chegou na sua diretoria, sairia um homem com 23 anos, já pai de 2 filhos.

No gabinete do senador Paulo Brossard, encontrei um excelente ambiente de trabalho. O sr. Adolfo era um excelente profissional, quem o conheceu sabe do que estou falando, tinha todas as qualidades de um chefe. Procurei absorver todos os seus ensinamentos, e durante oito anos da minha vida, esse foi o período que mais aprendi no Senado Federal.

Neste período, passei a me interessar mais pela política no Brasil, tinha muito orgulho em trabalhar no gabinete do senador Paulo Brossard, e me alegrava muito em receber vários telefonemas diariamente querendo saber qual seria o dia e hora em que o senador iria discursar da tribuna do Senado. Cansei de ver as galerias do Senado ficarem lotadas enquanto ele discursava.

Em 22 de agosto de 1979, eu estava dentro do Plenário da Câmara dos Deputados, na sessão do Congresso em que foi aprovada a Lei da Anistia, que restabeleceu direitos políticos de quem se opôs à ditadura militar no Brasil. O senador Paulo Brossard, como líder do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), fez um belo discurso.

De 10 de outubro de 1980 a 10 de março de 1981, por indicação do sr. Adolfo exerci pela primeira vez, a função de chefe de gabinete da Liderança

do MDB. Em março, novamente a convite de Adolfo Eric de Toledo, com o fim do mandato do senador Paulo Brossard, aceitei trabalhar na função de secretário no gabinete do senador Severo Gomes. Foram anos de grande aprendizado, pois o senador Severo Gomes era intelectualmente muito preparado e tinha grande experiência na administração pública. O gabinete era muito movimentado e bem frequentado, tive a oportunidade de conhecer várias personalidades brasileiras, como Ulysses Guimarães; os professores Celso Furtado e Darcy Ribeiro; os governadores Leonel Brizola, Miguel Arraes, e Mário Covas; os senadores Humberto Lucena, Nelson Carneiro, Mauro Benevides, Pedro Simon, Waldir Pires; grandes cientistas; ministros; jornalistas; artistas; indígenas; empresários; militares.

Em 25 de abril de 1984, também estive presente dentro do Plenário da Câmara dos Deputados na sessão cercada de tensão, com as galerias cheias e acompanhada por milhões de brasileiros, quando foi derrotada a proposta de emenda constitucional, conhecida como Emenda Dante de Oliveira – Diretas Já, que previa a realização de eleições diretas no Brasil para presidente da República.

O senador Paulo Brossard, em fevereiro de 1986, foi nomeado Ministro da Justiça, e fez o convite ao sr. Adolfo para que ele assumisse a chefia de gabinete do Ministério. Em conversa com ele, chegamos à conclusão de que eu deveria continuar no gabinete do senador Severo Gomes. Com a saída do sr. Adolfo, o senador Severo Gomes me honrou com o convite para chefiar o seu gabinete.

Desenvolvi com o senador Severo Gomes um relacionamento de amizade e confiança. Por determinação do senador, eleito presidente da

Fundação Pedroso Horta, órgão de estudos e pesquisas do partido MDB, nosso gabinete teve uma participação no planejamento e administração da Fundação, editando muitas publicações de cunho econômico e social e realizando seminários em todo o país.

Lembro do Seminário Internacional sobre o Poder Legislativo e o Orçamento Público, realizado nos dias 22, 23 e 24 de setembro de 1987, patrocinado pela Fundação Pedroso Horta, pelo Instituto Tancredo Neves (órgão vinculado ao Partido da Frente Liberal – PFL) e pelo National Democratic Institute For International Affairs, com apoio do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, realizado no auditório Petrônio Portela.

O seminário foi aberto pelo presidente do Senado Federal, senador Humberto Lucena, e no encerramento teve a presença do presidente da Câmara dos Deputados, deputado Ulysses Guimarães. Participei da comissão organizadora junto com os colegas do Senado José Carlos Alves dos Santos, Nereu Silva Rolim e Antônio Carlos Izac, com o apoio dos serviços de taquigrafia e dos tradutores, do Centro Gráfico do Senado Federal (Cegráf) e do Prodasen. Recebemos muitos elogios dos palestrantes, parlamentares e convidados, pelo excelente nível e organização do Seminário.

Em 1º de fevereiro de 1987, foi instalada a Constituinte com a finalidade de elaborar uma Constituição democrática para o Brasil. O senador Severo Gomes foi escolhido sub-relator do capítulo da ordem econômica, para o qual o relator era o senador Mário Covas. Foram quase dois anos de muito trabalho e dedicação, mas também de grande aprendizado, muitas audiências públicas, muitas noites trabalhando na sistematização das

emendas apresentadas pelos parlamentares. Estava dentro no Plenário da Câmara dos Deputados no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da nossa Constituição, feliz com a contribuição dos servidores do Legislativo ao resultado alcançado.

Em setembro de 1993, novamente por indicação de Adolfo Eric de Toledo, assumi a chefia de gabinete do senador Carlos Patrocínio, médico muito dedicado e estudioso dos problemas da saúde e educação do estado do Tocantins. O senador Patrocínio me deu a oportunidade de conhecer quase todo o seu estado, criado pela Constituição de 1988 e instalado em 1º de janeiro de 1989, e fui testemunha ocular do seu rápido desenvolvimento. Até os dias de hoje me orgulho de ser amigo dele e de sua família.

No começo de fevereiro de 2003, recebi um convite do senador Sérgio Zambiasi, eleito pelo Rio Grande do Sul, radialista muito consagrado no seu estado, sendo seu programa de rádio, até hoje, o líder de audiência do povo gaúcho.

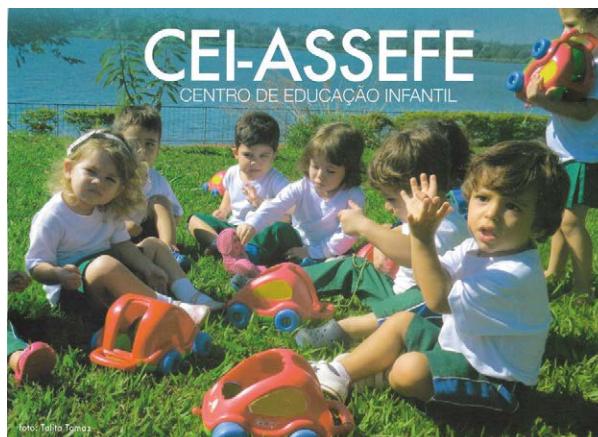
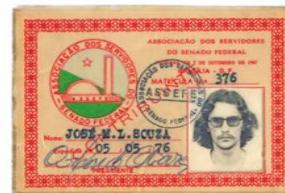
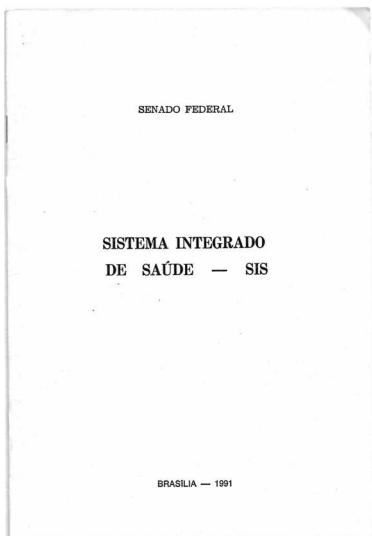
O Senador Zambiasi me proporcionou acompanhar junto com os competentes servidores da Câmara dos Deputados – Antonio Ferreira Costa Filho, secretário da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, e a consultora do Senado Federal dra. Maria Claudia Drummond, especialista em relações internacionais –, a várias reuniões na elaboração do regimento interno do parlamento do Mercosul em Montevideo.

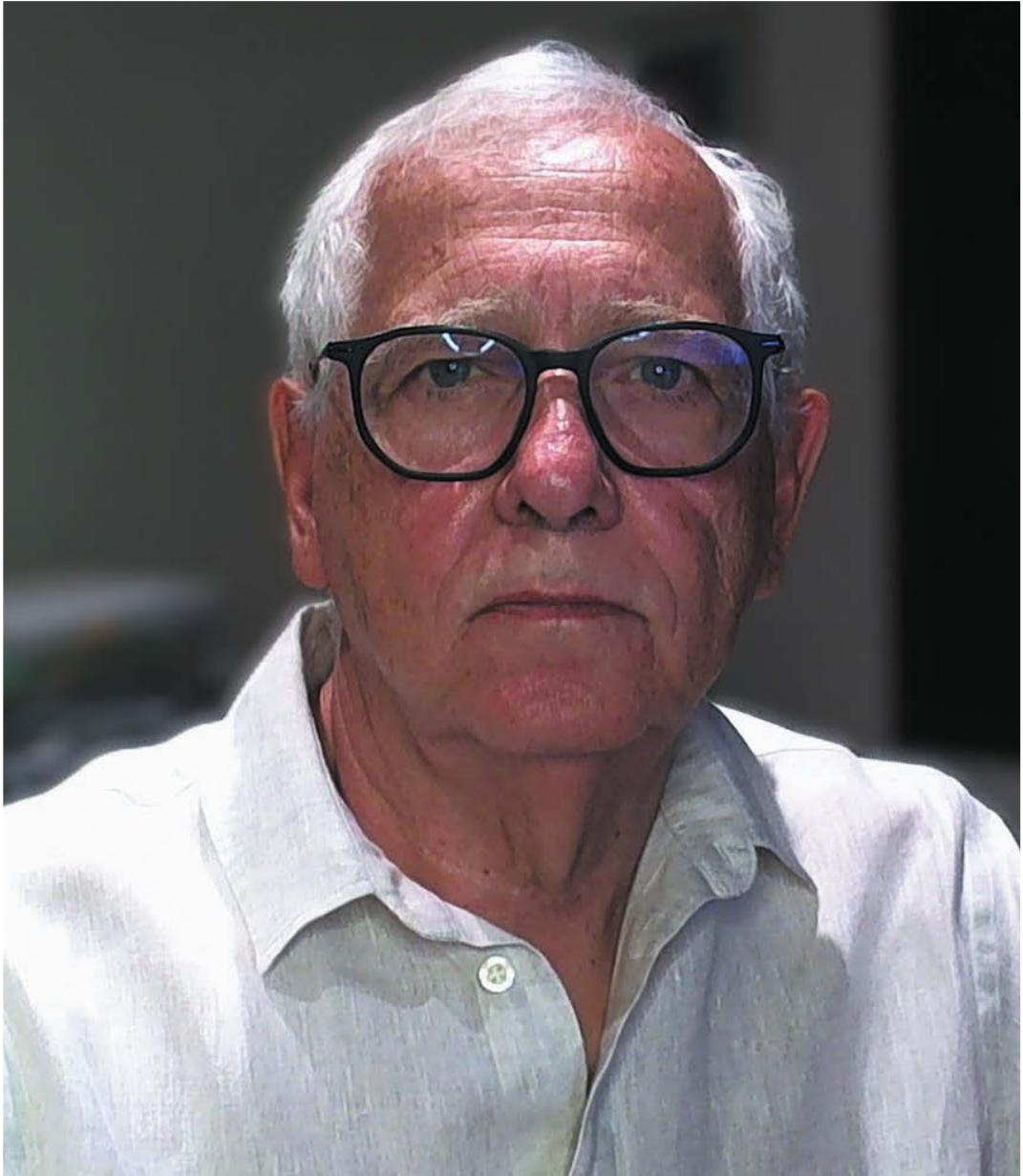
O Parlamento do Mercosul foi criado em 14 de dezembro de 2006, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rabelo, em sessão solene presidida pelo presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, coordenada pelo

presidente *pro tempore* da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM) e da seção-Brasil da Comissão, senador Sérgio Zambiasi.

Encerro meu relato com profunda gratidão por esses 38 anos de aprendizado e crescimento. Agradeço a todos os colegas com quem tive o privilégio de conviver, e aproveito a oportunidade para revelar que uma das grandes alegrias que eu tive foi que 13 dos colegas com quem trabalhei, por seus méritos próprios, alcançaram a função de chefe de gabinete. Mais uma vez, obrigado a todos.









## RUI OSCAR DIAS JANIQUES

### **Um menino, uma chave de fenda e a tartaruga**

Aos risos, minha mãe costumava repetir uma história sobre minha infância. Próximo aos meus 3 ou 4 anos de idade, ela me impediu de, utilizando uma chave de fenda, tentar retirar a cabeça de uma pequena tartaruga para fora do seu casco que insistentemente ali se refugiava e não permitia que eu a observasse. Felizmente, o indefeso animal que, como um pet, vivia no quintal de nossa casa não sofreu ferimentos, porque foi prontamente afastado daquele garoto curioso. Morávamos, então, em Resende (RJ) onde nasci.

Cresci em um ambiente que despertava muitas curiosidades. Meu pai sempre manteve em casa uma oficina repleta de equipamentos e materiais de eletrônica, onde costumávamos passar horas à noite e, quando

eu deixava, ele consertava os aparelhos elétricos e eletrônicos, nossos e dos nossos vizinhos. As chaves de fenda e alicates eram muitos e logo aprendi a manuseá-los, a sintonizar rádios, a descascar fios e fazer soldas.

Cedo, conheci os rádios *a galena* que, sem uso de eletricidade ou pilhas, sintonizavam as rádios próximas. Era preciso paciência para localizar com a ponta de um fio fino o local no cristal de galena em que existia a propriedade de retificação e, dessa forma, captar as ondas de rádio.

Dediquei muitas horas de descobertas naquela oficina. Já adolescente, lembro-me de tentar adaptar um toca-discos Torres, importado, que meu pai tinha e somente tocava discos de vinil em 78 RPM, para que tocasse os novíssimos LPs que utilizavam rotação de 33 1/3 RPM!!! Arranhei vários discos, mas pior não foi a frustração de não conseguir, mas a bronca que levei!!!!

Assim, quando chegou a época de cursar a faculdade, meu interesse pendeu para a eletrônica. Na época, morávamos em Vitória (ES). As escolas de engenharia eletrônica eram poucas no Brasil, situadas em São Paulo ou no interior de Minas Gerais. As condições financeiras não permitiam esse deslocamento e, assim, foi preciso adiar o sonho da engenharia eletrônica. Ingressei no curso de Engenharia Civil da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), que, apesar de não ser meu objetivo, me formei no primeiro lugar da minha turma.

Quando ainda cursava os primeiros anos do curso de engenharia, surgiu a informática, como era chamada pelos franceses, ou a Ciência da Computação, como assim preferiam os americanos, mas que a nossa população leiga se referia com a expressão Cérebro Eletrônico! Logo me

interessei pela computação porque misturava meu interesse pela eletrônica e o desafio de uma nova fronteira de conhecimento a ser descoberta, entendida e aplicada no dia a dia.

No final dos anos 1960 e início dos anos de 1970, começaram a ser criados os primeiros cursos formais nas faculdades. Até então, os primeiros *mainframes* eram instalados treinando as equipes com cursos introdutórios dados pelos próprios fabricantes e que consistiam em treinamento em linguagens de programação e em breve introdução à lógica. Mas algumas universidades, como a PUC e COPPE no Rio de Janeiro, iniciaram cursos de pós-graduação no nível de mestrado em Ciência da Computação, ministrados por professores formados no exterior. Surgiu a oportunidade e me candidatei a um processo de seleção da UFES para uma bolsa destinada a realizar o mestrado em Ciência da Computação nos Estados Unidos. O patrocínio era proveniente da LASPAU, organização criada pela Universidade de Harvard há 59 anos para proporcionar educação superior para cidadãos da América Latina e do Caribe, com compromisso de retornarem ao país de origem para lecionarem nas universidades. Concluído o curso de mestrado, eu retornei a UFES para lecionar como professor assistente.

### **Uma lua de mel interrompida**

No ano de 1972, ocorreu a inauguração do PRODASEN. Numa interessante coincidência, neste mesmo ano de 1972, em abril, casaram-se Rui e Maria Auxiliadora, uma história compartilhada que, como o PRODASEN, já dura mais de 50 anos. A lua de mel foi curta, porque era preciso começar o mestrado e, assim, poucos dias após a festa do casamento, parti

para Troy – Nova York, deixando para trás a esposa que cursava o curso superior e precisava encerrar seu último ano de estudos para graduar-se e não perder o esforço de 5 anos. Somente nos veríamos na véspera do Natal daquele ano.

Em Troy (NY), desde 1824, funcionava o Rensselaer Polytechnic Institute (RPI), uma universidade muito conceituada em engenharia, que ostenta o título de ser a mais antiga universidade de língua inglesa nessa área. Troy fica muito próxima da cidade de Albany, capital do estado de Nova Iorque, onde, por sua vez, se situa um dos *campi* da Universidade de Nova York (SUNY). SUNY tinha um convênio com o Senado Federal para formação de servidores em cursos de pós-graduação. A proximidade das duas cidades permitia que as poucas dezenas de brasileiros que moravam na região se encontrassem socialmente, algo que fazíamos quando os estudos permitiam.

Num desses encontros, ouvi sobre o PRODASEN e sobre os seus projetos pioneiros de organizar a legislação federal e os acórdãos dos tribunais superiores, de forma a permitir a rápida recuperação por meio do assunto a que se referiam. Entendia o quanto esse projeto era desafiador! Naquele instante da tecnologia, sistemas de tratamento de textos eram um desafio muito além das expectativas mais otimistas. Fazer tratamento de textos era algo ainda pouco explorado, porque demandava muitos ciclos de máquina para qualquer operação mais simples. Ainda que a velocidade de processamento dos computadores surpreendesse as pessoas, eles ainda eram muito lentos para tratar textos de forma eficiente.

Finalizado o curso de mestrado em Ciência da Computação, no final de 1973, eu e minha esposa retornamos ao Brasil, trazendo, com apenas

3 meses, a primeira das nossas três filhas. Iniciei, então, a carreira de professor assistente da engenharia na UFES. Mas tive de dividir minhas atividades de professor com a função de diretor do Núcleo de Processamento de Dados da UFES, para a qual fui designado pelo reitor.

Nos anos seguintes vários convites me foram feitos para trocar Vitória por Brasília vindo para o PRODASEN. A carência de pessoal em computação no Brasil era muito grande e se recrutava profissionais da área em todos os cantos do país. Em 1977, conheci pela primeira vez o PRODASEN, quando estive em Brasília para resolver algumas pendências ligadas ao meu retorno ao RPI para frequentar pós-graduação em nível de Doutorado.

### **Chegou a hora de mudar**

Já se passavam 3 anos no curso de doutorado, quando novamente o PRODASEN cruzou em minha trajetória profissional. O curso de doutorado avançava; tinha completado os créditos exigidos, obtido a aprovação no exame de qualificação e assim me foi autorizado dar continuação ao trabalho de pesquisa para escrever a tese de doutoramento. Contudo, o tema proposto pelo orientador não me agradava e, nesse momento, surgiu novamente a possibilidade de me juntar ao corpo técnico do PRODASEN.

Autorizado pelo ministro da Educação, eu, já então professor adjunto da Universidade Federal do Espírito Santo, fui colocado à disposição do PRODASEN para prestar serviços técnicos.

O curso de doutorado ficou para ser finalizado no futuro, o que nunca ocorreu, porque o PRODASEN me encantou e me absorveu em

inúmeros desafios profissionais. Coordenador, diretor executivo em duas oportunidades, diretor de divisão de duas divisões diferentes, assistente de diretor, substituto do diretor executivo e diretor executivo adjunto foram funções que ocupei graças à confiança que em mim depositaram a alta administração do Senado Federal, mas também vários colegas de trabalho. Sou grato a todos que me proporcionaram essa grande honra e satisfação profissional.

### **Estado da arte de 50 anos atrás**

Há mais de 50 anos, o PRODASEN vem escrevendo uma história que engrandece e honra o Senado Federal, sempre na fronteira do uso mais recente da tecnologia. Tendo ocupado diversas posições na administração do PRODASEN, me honra dizer que, pelo menos, uma pequena parte dessa história eu ajudei a escrever, como participe de um corpo técnico e administrativo, que sempre se mostrou competente e dedicado no enfrentamento de muitos desafios.

Elegi alguns pedaços dessa história de mais de 50 anos de sucesso que gostaria e espero que não sejam esquecidos e asseguro: confirmam em fatos as qualidades desse grupo de servidores.

### **As polonetas e o computador**

A primeira vez que o computador foi utilizado para facilitar os trabalhos dos senhores senadores numa Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi em 1983, em que as relações comerciais Brasil/Polônia eram investigadas. A imprensa se referia a essa CPI como “das Polonetas”. Nas

audiências, muitos depoimentos foram colhidos e surgiu a necessidade de se comparar as afirmações de vários depoentes, aparentemente contraditórias entre si.

A CPI solicitou a ajuda do PRODASEN e em prazo de dias, como necessário, uma base de dados foi criada contendo referências aos depoimentos prestados. Pelo assunto e outros termos, diferentes depoimentos eram recuperados e seus conteúdos comparados.

Um dos órgãos da imprensa ao noticiar o feito colocou em sua reportagem o título Computador Político, com certeza movida pelo ineditismo do fato. O computador participava pela primeira vez de uma área importante do trabalho parlamentar do Senado Federal, protagonista inédito em um tema nacional.

### **Um novo *mainframe* – comprado a prazo e refrigerado à água**

Em final de 1982, o PRODASEN instalou um novo *mainframe*. A intensa demanda pelos seus serviços esgotou rapidamente a capacidade de processamento do *mainframe* existente, que apesar de expandido em diversas ocasiões, não poderia mais crescer sem a troca de sua unidade central de processamento. A situação era grave e tinha levado a administração a transferir o trabalho de analistas e programadores no desenvolvimento e testes de sistemas para as noites e madrugadas deixando a quase total capacidade das máquinas para uso exclusivo dos usuários durante o dia. Era um enorme problema, mas um problema bem-vindo, porque mostrava o sucesso do projeto PRODASEN que se consolidava.

O Conselho de Supervisão participou intensamente da proposta técnica, discutindo e aprovando os estudos técnicos bem elaborados, feitos em tempo recorde pelos técnicos do PRODASEN. As justificativas eram robustas e indicavam a necessidade inadiável do crescimento da capacidade computacional. Um novo modelo de *mainframe* IBM 3083 acabara de ser lançado e suas características se encaixavam de forma perfeita às nossas necessidades.

O valor era muito acima do que comportava o orçamento do PRODASEN, mas com a participação do Conselho de Supervisão, os recursos financeiros necessários para aquela aquisição foram viabilizados, mas exigiu o pagamento em duas parcelas, uma em 1982 e a outra no ano seguinte. Portanto, a prazo!

O reconhecimento público de um órgão sério, conhecido pela excelência e seriedade, permitiu que as barreiras orçamentárias e financeiras fossem ultrapassadas mesmo em órgãos fora da esfera da administração do Senado Federal. Como diretor executivo, acompanhado por representante do Conselho de Supervisão, estive pessoalmente na Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) do Ministério da Fazenda para discutir o projeto e viabilizar os recursos orçamentários e financeiros necessários, sendo muito bem recebido.

Os novos processadores utilizavam uma recente e inovadora tecnologia de refrigeração por meio de água gelada que circulava entre os seus componentes. Em um local vizinho à sala do computador, uma infraestrutura foi montada para produzir, armazenar e bombear água gelada. Essa infraestrutura era provida de redundância para garantir o

ininterrupto fornecimento de água gelada que poderiam causar danos aos componentes do processador por alta temperatura.

A transferência perfeita de todos os sistemas para o novo *mainframe* ocorreu num único final de semana, sem impactar o uso pelos usuários na segunda-feira. Um feito só possível graças a um planejamento perfeito e uma execução sem erros. Em janeiro de 1983, os senadores Jarbas Passarinho, presidente do Senado Federal, e Itamar Franco, terceiro secretário e presidente do Conselho de Supervisão, descerraram a placa comemorativa da inauguração do IBM 3083.

## **O atendimento aos gabinetes dos senhores senadores**

No início dos anos de 1980, o PRODASEN ainda não tinha chegado com seus serviços aos gabinetes dos senhores senadores. A aquisição do novo mainframe permitiu expandir os nossos serviços nessa direção. Quando alguma informação presente nos computadores do PRODASEN era demandada pelos gabinetes de senadores, a pesquisa era solicitada aos órgãos, que alimentavam as informações nas bases de dados que levavam os resultados impressos ao gabinete. Existiam “terminais de computador” apenas na Presidência e na Primeira-Secretaria. Havia uma forte demanda para que os gabinetes fossem incluídos no atendimento do PRODASEN. Não era algo trivial, porque sabíamos que a solução não consistia na simples instalação de um terminal em cada gabinete, como muitos acreditavam.

Optou-se pela instalação na ponta de equipamentos que no futuro poderiam ser utilizados em processamento de texto e elaboração de

planilhas. Daí o uso de microcomputadores, cuja fabricação tinha sido iniciada recentemente por empresas brasileiras. Num primeiro momento, esses microcomputadores apenas emulavam terminais ligados à rede cabada, mas se tinha em perspectiva torná-los unidades autônomas para uso em processamento de texto e planilhas, a fim de atender aplicações próprias de escritório como demandadas pelos gabinetes. A instalação desses microcomputadores constituiu uma grande novidade não apenas porque era o início da distribuição do processamento para as pontas, mas também porque, pela primeira vez, utilizávamos em grande escala produtos produzidos pela indústria nacional.

Cada gabinete sendo uma unidade administrativa por si só tem suas próprias necessidades de serviço, com tratamento e sigilo próprios de suas informações. As informações dos gabinetes precisavam residir em bases de dados separadas, o que significava ter pelo menos uma base para cada gabinete. Até então, tínhamos poucas bases de dados, segregadas umas das outras e suas atualizações eram feitas por sistema *batch* à noite. Se essa configuração fosse utilizada, teríamos de administrar mais de 64 bases de dados, o que não era viável para as nossas operações diárias e não atenderia aos requisitos mínimos de uso dos gabinetes.

Para solucionar esses e outros problemas foi planejado e executado o Projeto PROTEUS.

O corpo técnico do PRODASEN trouxe as soluções técnicas para esses problemas de forma que as 64 bases de dados constituíssem uma única base de dados, segmentada por suas próprias autorizações de acesso, como instâncias individualizadas por gabinete. Igualmente, se desenvolveu uma engenhosa solução que fazia com que as bases de

dados refletissem seus conteúdos completos, incluindo as atualizações feitas recentemente, sem precisar aguardar o processamento *batch*. Essa solução conhecida como CACR dos gabinetes também foi utilizada por inúmeros setores administrativos para controle de suas próprias correspondências.

Além do CACR, o sistema MEMORIA na plataforma Natural/Adabas foi desenvolvido especificamente para gabinetes de forma a permitir que pequenas bases de dados pudessem ser criadas, por meio de parâmetros, conforme a necessidade específica do gabinete. Por vezes era uma coleção de fotos que precisava ser referenciada para mais fácil recuperação futura, outras vezes uma coleção de artigos de jornais e revistas e outra ainda de discursos ou falas. Quaisquer dessas necessidades eram atendidas pelo MEMORIA, configurando-se a aplicação *on-line*, ao lado do usuário, disponibilizando os campos por ele nomeados, para imediato uso.

O sistema TEIA foi outra aplicação desenvolvida voltada aos interesses dos gabinetes. Naquela época, não dispúnhamos de internet, tampouco da Rádio e TV Senado. Mas conteúdos noticiosos eram distribuídos por agências de notícias por meio da rede nacional de Telex que era um meio rápido de envio.

Utilizar a disponibilidade imediata das notícias no Telex para a rede de terminais de computador do PRODASEN se tornou um desafio para os técnicos. Era preciso captar os caracteres do Telex e convertê-los em tempo real para o computador. O desafio foi vencido com o desenvolvimento de um *hardware*, dispositivo eletrônico, que fazia a conversão e entregava a uma aplicação que gravava o conteúdo em uma base de dados para a imediata disponibilidade nos terminais do PRODASEN. Uma grande

inovação técnica, na época sem precedentes, porque pela primeira vez a nossa rede dispunha de informação em tempo real.

A inclusão dos usuários de gabinete no atendimento do PRODASEN trouxe também o desafio de como tornar mais eficiente o atendimento ao usuário. Dessa forma, surgiram os gerentes de contas de gabinete. A atividade de gabinete é muito dinâmica, com características muito peculiares, o que demandou adotar-se um atendimento quase pessoal, desempenhado por um técnico designado especificamente para atender a um pequeno grupo de gabinetes.

Para preencher essa nova função, foi feita uma seleção interna, para identificar pessoas com perfis técnico e pessoal adequados. A experiência foi muito positiva mantendo-se por muitos anos essa forma de atendimento aos gabinetes.

### **A importância de uma equipe competente e disposta a desafios**

Refletindo sobre uns poucos fatos da história do PRODASEN, não é possível deixar de reconhecer o sucesso do PRODASEN ao longo destes mais de 50 anos. E que este sucesso está diretamente dependente de se dispor de profissionais competentes, mas que nutrem uma quase paixão pelo que fazem e dispostos muitas vezes a sacrificarem o próprio conforto para finalizar um relatório ou uma aplicação. Na maioria das vezes, de maneira incógnita aos olhos de muitas pessoas.

Vários são os depoimentos que estão registrados nesta Casa que mostram a grande dedicação e zelo de servidores do PRODASEN, por exemplo, durante os trabalhos da Constituinte de 1988! Mas são igualmente

inúmeros os casos semelhantes de dedicação em outros momentos na vida do PRODASEN.

Por fim, relembro aqui um fato que clarifica um pouco mais o sentimento dessa equipe de servidores. Era início dos anos 2000 e por lapso, ou não, um ato estabelecendo uma nova estrutura administrativa suprime a sigla PRODASEN como designação do órgão. Já na manhã do dia de publicação do ato, uma equipe com escadas já retirava as letras com o nome PRODASEN, que há anos nos identificava na fachada da pequena entrada situada na Avenida N2.

O nome PRODASEN era sinônimo de órgão sério, pioneiro no desenvolvimento de muitas tecnologias usadas no Legislativo, tecnicamente competente, ético em todos os sentidos e comprometido em servir. Suprimir o nome pelo qual éramos amplamente conhecidos no Brasil e no exterior era como destruir parte da nossa própria identidade, construída com árduo trabalho ao longo de muitos anos. Da noite para o dia, retiraram parte do nosso próprio nome.

Iniciamos um trabalho de convencimento da Alta Administração para trazer de volta o nosso nome, mostrando o quanto se perdia ao suprimir uma marca que era sinônima de competência. Graças a um esforço conjunto, conseguimos recolocar as letras removidas de volta na fachada. Guardo com justo orgulho ter tido a oportunidade de rascunhar a justificativa do ato apresentado pelo primeiro-secretário que nos recuperou o nome PRODASEN.

Este é o PRODASEN que conheci. Um PRODASEN no qual trabalhei mais de 36 anos. Na verdade, não considero que ali trabalhei se entender

esse termo como um tempo de muita dureza, desprovido de prazer, cansativo e inoportuno. Pelo contrário, esse foi um tempo de muita motivação, de muitos desafios, tempo criativo e de muito prazer, partilhado de igual maneira com inúmeros amigos. Costumava dizer que o dia em que vir ao PRODASEN não foi por prazer, melhor será não vir. O PRODASEN fez meus dias serem merecedores de serem vividos.

Muito obrigado!





CIÊNCIA E SAÚDE



Janiques, diretor-geral do Prodasen: ousado projeto piloto

TECNOLOGIA

**Computador político**

O IBM do Senado investiga as "polonetas"

Centro de Informática e  
Processamento de Dados do Senado Federal  
PRODASEN

Aquisição e Instalação do Computador IBM-3003,  
no ano de 1982, inaugurado em janeiro de 1983,  
sendo a Comissão Diretora constituída por:

Presidente:	Jarbas Passarinho
1º-Vice Presidente:	Passos Póro
2º-Vice Presidente:	Gilvan Rocha
	Cunha Lima
1º-Secretário:	Jorge Kalume
2º-Secretário:	Itamar Franco
3º-Secretário:	Jutahy Magalhães
4º-Secretário:	







## ANTÔNIO VANDIR DE FREITAS LIMA

### **Uma vida, um ideal.**

Pensar nesses tantos anos em que eu passei em corredores, dependências, salas de estudo, auditórios, plenários, comissões, biblioteca, viaturas etc. é relembrar tantos sonhos, conquistas e um concurso público que se tornou, ao fim, o meu ideal de vida. Sob a concha côncava da democracia, vejo desfilar todos os bons e maus momentos vividos. Passando pelo Túnel do Tempo (corredor que liga o Plenário do Senado a seus anexos; nome retirado de uma antiga série de tv homônima dos anos de 1970) sinto *déjà-vu*, sinto saudades, sinto banzo de amigos e ranço de antigos embates. Como tudo na vida passa, a minha humilde marca no tapete azul vai esmaecendo, pouco a pouco...

No início da década de 1990, eu estava em uma crise financeira e existencial. Nem a epistemologia de Jean Piaget, o existencialismo de Paul Sartre, tampouco o humanismo de Carl Rogers, que eu havia lido com afinco na faculdade de Pedagogia da Católica de Taguatinga, ou as teorias behavioristas, ou a gestalt terapia (é isso mesmo, nada de Paulo Coelho ou os *self-help books* de agora; no máximo uma lembrança boa e adolescente de Lobsang Rampa); nada me trazia resposta sobre o porquê de a minha vida ter chegado a uma encruzilhada. Seria eu um cão de Pavlov salivando as minhas próprias ilusões? Trabalhei no famigerado Serviço de Nacional de Informações – o temido e odiado SNI; hoje, com as reformulações trazidas pela Constituição de Ulysses Guimarães, bem mais aceito e compreendido pela sociedade, repaginado e adequado ao Estado Democrático de Direito com o nome de ABIN-Agência Nacional de Inteligência (não é esse o espaço adequado, visto ser este texto um esboço, esforço, de biografia; mas a mudança de “Informações” para “Inteligência” perfaz o cerne de toda a grande mudança por que passou o Órgão auxiliar da Presidência da República, por meio do Gabinete de Segurança Institucional – GSI). Trabalhava no setor de segurança, chamado pela doutrina militar de “segurança orgânica”. Mas o presidente caçador de marajás, Fernando Collor, subiu a rampa do Palácio do Planalto e começou a sua faxina, expurgou do governo servidores que não tinham passado por concurso público, ou seja, não tinham estabilidade. A sua guante vingadora pesou sobre o SNI, alvo preferencial de sua sanha reformista. O presidente José Sarney, seu antecessor, não fizera nenhuma mudança significativa, envolto na difícil tarefa de trazer estabilidade econômica para o país. Então, fui demitido de uma forma abrupta e sem nenhum aviso. Entendo que o presidente Collor estava correto, pois o SNI tinha se tornado uma espécie de

“bastilha francesa”, um símbolo a ser derrubado. Ao terminar o meu curso de Pedagogia, eu fiz uma pós-graduação em Letras pelo UniCeub (1997). Fui trabalhar como professor temporário na antiga Fundação Educacional do Distrito Federal. O ofício de professor era prazeroso e gratificante, mas o salário era humilhante, e eu estava com casamento marcado. Falei para a minha noiva: “Voltarei para o serviço público, mas entrarei agora pela porta da frente! Estudei bastante, ocupando todo o meu tempo disponível. Eu queria uma carreira na área da Segurança Pública, pois gostava de luta, de ação, de armas, de atirar. Passei nos concursos da PMDF e no da PCDF; mas também tinha feito concurso para Segurança do Senado Federal e, quando fui chamado, a minha mãe e, também, a minha mulher pediram que eu optasse por esse último, pois tinham receio do risco inerente às polícias. Tomei posse em 14 de fevereiro de 1995 e foi um dia de grande orgulho e alegria! Aqui começa o meu ideal de vida, por quase três décadas, que foi o de elevar a segurança do Senado Federal, na condição legal de Polícia Legislativa Federal.

No dia da posse, o chefe da segurança, Francisco Pereira da Silva, o folclórico índio, deu-me as boas-vindas e disse-me em tom grave: “Existe um certo sindicato por aí, fique longe dele, não se filie”! Dito assim, de chofre e sem externar a razão. Ao sair da sala, procurei o telefone do Sindilegis, liguei para que me enviassem uma ficha de filiação. No meu primeiro dia de trabalho, eu já era filiado ao sindicato. Não aceitaria nunca que ninguém me dissesse o que devo ou não fazer de minha vida civil. Na vida de servidor público, devo fazer somente o que está descrito em norma, mas na vida privada posso fazer tudo o que não for defeso em lei.

A luta pelo reconhecimento da função policial já existia. Para tanto, os colegas já teriam criado uma associação que confeccionava carteiras que lembravam as insígnias de outras polícias. A Associação das Polícias do Congresso Nacional (APCN), abrangendo Câmara e Senado, fora criada em 1985, momento de transição política. Fui presidente e vice-presidente por diversas vezes ao longo desses anos. Revezávamos eu e o policial da Câmara, Francisco de Assis de Moraes, na presidência da APCN, mas tínhamos um acordo, cada um trataria de temas que fossem exclusivos de cada Casa Legislativa. Por meio da APCN, e em constante parceria com o Sindilegis, fomos trilhando o caminho que nos levou a, em 2002, finalmente alcançarmos a regulamentação da Polícia Legislativa Federal; com a discriminação das atividades típicas, do poder de polícia e da função de polícia jurídica cartorária. Somos hoje a única polícia de ciclo completo, compreendida como a polícia que atua em todas as áreas policiais, unindo a atuação de policiamento ostensivo, preventivo, com a atuação investigativa e persecutiva.

Por eu ter trabalhado no SNI, o diretor Claylton Zanlorenci, um legalista que trouxe credibilidade à Segurança do Senado, resolveu nomear-me chefe do Serviço de Inteligência. Diferente do Serviço de Inteligência existente na polícia hodierna, a minha função acumulava também algumas atividades hoje atribuídas à Delegacia, Serviço Judiciário da Polícia do Senado. Nesse período, eu fiz uma pós-graduação na área de Inteligência Estratégica na Faculdade Albert Einstein (FALBE) em 2004, sob a orientação de um dos maiores entendidos no tema, o coronel Marcos Antônio dos Santos. Também fiz vários cursos na ABIN e com representantes internacionais. A Inteligência é uma nobre arte, apanágio dos nobres. A Arte da Guerra, de Sun Tsu, está para a Inteligência, como O Príncipe, de

Maquiavel, está para a Ciência Política. Em 2009, em parceria com o policial legislativo Robson José de Macedo Gonçalves e o delegado de Polícia Civil Miguel Lucena Filho, escrevemos e publicamos o livro *Inteligência Estratégica – Os Olhos de Argos*. Com a saída do diretor Claylton e a chegada do novo diretor, Pedro Ricardo, o mais longevo de todos, ficando por mais de treze anos na direção, eu sofri severas perseguições, quer por meu trabalho no Serviço de Inteligência, quer por minha atuação na APCN em que, por vezes, tinha que fazer defesa de colegas. Também atuava no Sindilegis como membro do Conselho Fiscal. A questão do assédio moral no serviço público é muito espinhosa e de difícil detecção, além do fato de envolver estruturas de poder que se retroalimentam, tornando o assediado isolado e sem voz. Sobre esse problema, eu escrevi um pequeno texto em forma de parábola que foi publicado na *Revista Phoenix*, edição nº XII, 2009, editada pelo Sindicato dos Delegados de Polícia Federal:

#### A PARÁBOLA DO BOM SERVIDOR PÚBLICO

Era uma vez um bom servidor público.

Era um servidor laborioso, estudioso, dedicado,  
cheio de senso de justiça e de espírito público.

De tão dedicado e probo  
era admirado e respeitado.

De tão probo e dedicado  
era odiado e rejeitado.

Mas seguia a sua vida de servidor público,  
pois essa era a sua missão,  
já que fora aprovado em certame, como reza a Constituição.  
Claro que além dos eventuais inimigos,  
o bom servidor tinha grandes amigos,  
a ele assemelhados, todos probos, todos dedicados.  
Um dia fatídico, quando seus inimigos giravam a roda da fortuna,  
digo, a roda dos infortúnios,  
o bom servidor foi empurrado para o fundo de um fosso imundo.  
Seus grandes amigos, probos e dedicados,  
ficaram um pouco revoltados  
e diziam do absurdo que era aquele estado;  
repetiam isso sempre que podiam, é claro que bem baixinho,  
agachando-se discretamente à beira do fosso;  
depois, seguiam em frente.  
O bom servidor ficava muito comovido com a manifestação,  
mas continuava no fosso, curtindo uma fossa, com os ex  
crementos causando-lhe náuseas.

Um belo dia, como são belos os dias finais das fábulas,  
um desafeto passa pelo fosso e o reconhece,  
repete as mesmas coisas que os amigos diziam,  
aqueles probos e retos e dedicados amigos,  
porém, o desafeto além das palavras joga-lhe uma corda e diz:  
sobe, bom servidor, o que ainda fazes aí no fundo desse fosso?  
O bom servidor responde:  
estou a ouvir os bons conselhos dos meus grandes amigos,  
todos probos, todos dedicados, todos retos e retilíneos,  
empertigados...  
Então o bom servidor aceita a corda e sobe,  
tentando respirar o ar da sua decência.  
Ao chegar ao rés do chão, o mesmo chão de todos os outros  
mortais,  
ouve a reprovação dos grandes amigos,  
envergonhados por ele ter aceito a corda,  
já não o acham tão bom servidor assim;  
melhor tivesse se enforcado com essa corda,

melhor tivessem os escrementos sufocado o ar de sua  
decência...

Mas o bom servidor continuou andando,  
tentando adivinhar o chão que ele havia conquistado no certame  
constitucional,  
querendo crer que ainda era um chão azul,  
um chão reto, probó;  
como eram retos, probos e dedicados os seus grandes amigos!

Seguindo em minha luta pela emancipação da gloriosa Polícia do Senado, que tecnicamente existe desde a primeira Constituição brasileira, em 1824, ainda no Brasil Império, escrevi vários textos e artigos na *Revista Phoenix*, no jornal do Sindilegis, em veículos de grande circulação, bem como trabalhos acadêmicos. Em 2017, fui eleito tesoureiro-geral da International Police Association (IPA), com representação em mais de 60 países. Por meio da IPA-Brasil, a nossa Polícia Legislativa tem representação e assento em Congressos Internacionais. Em 2013, defendi o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) perante banca no Centro Universitário UNIEURO, no curso de Direito, com o tema A Legitimidade da Atuação da Polícia do Senado Federal Ante o Princípio da Separação dos Poderes.

Foram muitos os momentos em que tive que vir a público fazer a defesa de nossa polícia, por nós, entendido como a defesa da própria

autonomia do Legislativo Federal. Poderia citar vários, por exemplo, quando em 2007 houve um confronto físico entre um Policial Legislativo e um Deputado Federal na porta do Plenário do Senado. O Policial cumpria à risca a determinação de que somente senadores poderiam adentrar àquela Sessão. Publiquei, então, em 29 de setembro de 2007, no *Jornal de Brasília*, um texto intitulado Sobre Gramas e Elefantes, constatando a não-paridade de armas entre os dois contendores. Ou quando um jornalista do *Correio Braziliense*, Ugo Braga, estranhou ao ver um Policial Legislativo usando botas pretas, por nós chamadas de coturno, e escreveu um áspero artigo, que recebeu o título As Botas Negras da Polícia Legislativa, em 8 de setembro de 2008. Escrevi uma humilde missiva em forma de réplica para o experiente jornalista que publicou uma resposta, que nos serviu de desagravo. Em 15 de setembro do mesmo ano, ele publica artigo começando assim: “Pois me chega uma correspondência do policial legislativo Antônio Vandir de Freitas Lima, muito polida e educadamente, ele pede que eu publique argumentos contrários à minha própria tese...” E prossegue: “Quer, nas palavras dele, fazer o resgate do sentido histórico da Polícia Legislativa. É justo e eu passo a fazê-lo – para tanto, pincei, in verbis, os principais trechos da carta.”

1) “O poder de polícia dos agentes de segurança do Congresso Nacional não surge de um capricho de servidores ciosos de poder. É atribuição constitucional prevista nos artigos 51 e 52, que estabelecem as competências privativas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente. (...) Aliás, desde a primeira Constituição do Brasil (Império, 1824), todas as Constituições repetiram a disposição de uma polícia própria para o Legislativo.”

2) “O espírito que norteava o poder constituinte originário era o da consagração da independência entre os poderes da República. Sabidamente é o Executivo quem detém o maior poder, como o controle das Forças Armadas e da Polícia Federal, o chamado ‘monopólio da violência do Estado’. Para um Legislativo autônomo não se pode conceber um policiamento, de qualquer natureza, de órgão externo aos seus quadros. Qualquer tentativa nesse sentido atenta contra a harmonia; quebra o sistema de pesos e contrapesos, baluarte das modernas democracias.”

3)“(A Polícia Legislativa) Não é uma afronta ao Estado Democrático de Direito, pois não intervém nas questões político-partidárias ou de Governo. Ao contrário, concorre apenas para que se permita o pleno funcionamento das funções legislativas.”

4) “Se existem coturnos que pisam duro, que sejam substituídos pela pelica da temperança, o couro da tolerância, os solados almofadados da urbanidade e da cooperação. Se há um serviço de Inteligência; que ele sirva para o planejamento estratégico, para o auxílio nas decisões administrativas, para a feitura de cenários operacionais, para a futurição. Que não sirva a grupos encastelados na função pública. Que não seja autofágico, que não sirva à manutenção do poder pela intimidação e pela invasão da privacidade das pessoas. Que não invada sigilos protegidos por Lei. Que seja regulado e regulamentado. Em suma, que os atos da Administração Pública sejam atos públicos; motivados e justificados, garantindo-se total transparência.”

Conclui, então, o mui decente e competente jornalista: “Amém, grande Antônio, amém.”

A minha aposentadoria deu-se em 20 de dezembro de 2021. Eu já havia passado no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil em 2012, pois era permitido, não sei se ainda o é, fazer o exame ainda cursando o 9º semestre. Como o Estatuto da Ordem proíbe aos policiais o exercício da advocacia, dei entrada na carteira de advogado somente após a aposentadoria. No dia 27 de janeiro de 2022, tornei-me advogado sob o número OAB-DF – 69791. Com colegas advogados da Câmara dos Deputados, criamos a L&DS – Lima & Daher Segatto Advocacia e Assessoria Jurídica. Em setembro de 2023, concluí a pós-graduação em Advocacia do Direito Negocial e Imobiliário na Escola Brasileira de Direito (EBRADI).

Este pequeno espaço, à guisa de autobiografia, não comporta o relato cabal de tantos outros momentos que vivi e que atuei na defesa da nossa Polícia Legislativa. Jesus Cristo disse: Porque onde estiver o seu tesouro, ali estará o seu coração (Lc 12,34). O meu tesouro está na Polícia Legislativa do Senado Federal, na qual o meu coração pulsou ininterruptamente por décadas; amando, sofrendo, lutando e apaixonando pela causa da nossa independência e pelo reconhecimento da sociedade. O nosso legado está visível no profundo sentimento de dever e de compreensão da missão constitucional da Polícia Legislativa que se arraigou nos novos policiais. Não dá para falar da minha história funcional sem falar da minha luta e paixão na construção dessa carreira no Legislativo Federal. Qualquer tentativa de ruptura institucional, que venha ferir a independência e o funcionamento do nosso Parlamento, causa-nos revolta, mas nos move à resistência e à resiliência em nossa trincheira moral. A democracia, o Estado Democrático de Direito, a tripartição dos Poderes, o ideal de Montesquieu, o *Checks and Balances System*, continuam existindo e funcionando e a simples imagem de uma viatura da Polícia Legislativa Federal

estacionada em frente à rampa do Congresso Nacional surge simbolicamente como a constatação dessa verdade.

Antônio Vandir de Freitas Lima.  
Policia! Legislativo do Senado Federal.  
Matrícula SF-52374.









## **LEDA MARIA SALES BRAUNA BRAGA**

Meu nome é Lêda Maria Sales Braúna Braga e sou servidora do Senado Federal, aposentada desde 2016. O objetivo deste relato é compartilhar minhas impressões sobre uma parte da minha vida profissional nessa Casa.

Eu ingressei no Serviço Médico do Senado Federal por meio do 1º concurso público para servidores da área de saúde, no final de 1992. Sempre havia trabalhado em hospitais e em UTI (Unidades de Terapia Intensiva), mas, diante do desafio da realização do concurso, resolvi me candidatar.

Qual não foi minha surpresa ao ser aprovada no referido certame, uma vez que estava terminando meu mestrado e todo o meu tempo livre era dedicado à conclusão dele.

Vivenciei, então, um longo período de reflexão. Estava em dúvida se deveria deixar o Hospital Universitário de Brasília (HUB), onde eu trabalhava desde que cheguei à cidade no final de 1978, e onde eu era concursada como cardiologista e intensivista. Lidava com estudantes da graduação e residentes. Era um trabalho apaixonante!

Entretanto, tomei coragem e decidi me arriscar em outros mares e, assim, tomei posse em 20/4/1993 na antiga Secretaria de Assistência Médica e Social (SAMS). E isso foi um gesto realmente de grande acerto em minha vida!

Eu fui muito bem acolhida por todos e, embora a atividade do Senado Federal estivesse primordialmente voltada para o desempenho dos mandatos dos senadores, os servidores eram muito valorizados e reconhecidos.

Naquela época, o serviço médico era pequeno e localizado no prédio da Biblioteca. Contava com um setor de emergência onde eram atendidos os servidores da Casa em situações de saúde que demandavam atendimento rápido. Havia também os ambulatórios de algumas especialidades e o Posto Médico do Plenário, onde eram atendidos os senadores. Muitas vezes, tivemos oportunidade de realizar intervenções consideradas vitais, naquele momento, para importantes membros ocupantes de mandatos legislativos no Senado Federal.

A equipe de plantonistas era sempre composta por um cardiologista, duas pessoas da área da enfermagem e um motorista. Muitas vezes saímos de lá já tarde da noite, pois só podíamos fechar o posto de

atendimento quando terminava a atividade dos parlamentares e o presidente já havia se retirado de seu gabinete.

Exerci a chefia do Serviço de Laboratório de Diagnósticos da então Secretaria de Assistência Médica e Social (SAMS), sendo responsável, por muitos anos, pelo Posto do Plenário.

Em 2010, atendendo a um pedido do então presidente do Senado Federal, José Sarney, assumi a direção do Serviço Médico que, naquela ocasião, contava com fisioterapeutas, dentistas, psicólogos, excelente equipe de enfermagem e médicos de várias especialidades. Foi um enorme desafio e sou eternamente grata ao ex-presidente Sarney pela confiança em mim depositada. Nesse período, participei do grupo que realizou o segundo concurso do Senado na área da saúde.

Tive a oportunidade de dinamizar e incrementar o atendimento oferecido no ambulatório da SAMS em suas diversas especialidades, sempre contando com o apoio do então presidente Sarney e de todos os servidores do setor. Realizamos muitos atendimentos nas mais diversas áreas da saúde (medicina, odontologia, enfermagem, fisioterapia, psicologia), proporcionando mais conforto e segurança para os funcionários do Senado, pois os atendimentos eram feitos com hora marcada, por bons profissionais e sem a desvantagem do deslocamento para clínicas ou hospitais, o que resultava em diminuição do absenteísmo ao trabalho.

Confesso que nem tudo foram flores. Atuei também no período mais difícil vivido pela SAMS: o desmonte de suas instalações no ano de 2013. Foi uma época muito conturbada, porque, em um serviço de saúde, são necessárias tomadas rápidas de decisão (e que nem sempre são

fáceis). Tivemos que reduzir drasticamente o nosso quadro de pessoal, e doar para o Distrito Federal nossos equipamentos (gabinetes de odontologia, oftalmologia, ecografia e radiologia). Felizmente, conto hoje com a certeza de que saí fortalecida e com minha missão cumprida da melhor maneira que poderia ter sido feita naquela situação.

Fui também servidora concursada da Câmara dos Deputados, tendo exercido minhas atividades como chefe da Cardiologia, desde minha admissão em 1997 até minha aposentadoria no final de 2016.

Atualmente, retomo a docência, atividade que amo e que suspendi ao tomar posse no Senado, no Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB), no curso de medicina.

Naveguei por outros mares, fui muito feliz e retomei ao antigo e calmo mar do princípio da jornada.









## EDUARDO AUGUSTO LOPES

### **Meu caminho passa pela Constituinte: recordações de um servidor aposentado do Senado Federal**

Adentrei os corredores do Senado Federal como servidor em 1982. Era um jovem cheio de sonhos no alvorecer da década de 80, ansioso por, de algum modo, contribuir com o presente e o futuro do Brasil. Em 1985, enquanto celebrava a conclusão do curso de jornalismo, um convite especial cruzou meu caminho: assumir a missão de auxiliar na produção e edição do *Jornal do Servidor*, sob a orientação do editor-chefe, Manuel Vilela de Magalhães, e do então diretor-geral, Lourival Zagonel. Foi nesse exato instante que minha jornada se encontrou com a Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal (SEGRAF), um elo que se iniciava e que marcaria a minha história como servidor da Casa e como cidadão engajado com o destino do Brasil.

Conheci a Gráfica em uma época em que a tecnologia dava seus primeiros passos, com uma incipiente mudança, à medida que os linotipos cediam espaço aos menos primitivos processos de offset. Foi nessa encruzilhada que, junto aos meus colegas, desbravávamos a produção audiovisual e vislumbrávamos uma maior velocidade de impressões. No entanto, desprovidos de celulares, internet e softwares modernos de programação, boa parte dos procedimentos ainda dependiam das mãos, lápis e olhares atentos.

O meu primeiro contato com a Gráfica do Senado já havia sido suficiente para me encher de orgulho, ao perceber a contribuição importante do meu trabalho para a construção de uma instituição mais forte e para a integração dos servidores da Casa Legislativa. Contudo, a minha caminhada seria preenchida por capítulos ainda mais significativos.

Em um momento que se revelaria emblemático para minha carreira e para a própria nação, lancei-me em uma nova empreitada junto aos colegas da SEGRAF. No ano de 1987, aceitei um novo desafio e, hoje, orgulho-me em contar que fiz parte da história. Envolto na atuação da Assembleia Constituinte, que redefiniria os alicerces da nação por meio de uma nova Constituição, mergulhei profundamente na concepção, elaboração e edição do Jornal da Constituinte, um compromisso que mudou completamente a minha vida.

Na era das máquinas de escrever, havia a necessidade de que alguém transformasse as letras datilografadas em uma linguagem gráfica repleta de caracteres, tipografias, fontes e diagramação próprias. Nesse cenário, atuei com a missão de servir à Assembleia Nacional Constituinte, coordenando o intercâmbio entre os produtores de conteúdo, os editores

e os profissionais de diagramação; composição; arte; paginação; fotolitagem; e de operação de impressora, que também estavam envolvidos no projeto. Equipado com lápis e papel, desprovido de modernos softwares, mas guiado pela diligência e pela vontade de realizar, delimitava os espaços onde entrariam os textos e as imagens.

A publicação, de grandes proporções e com uma tiragem semanal de milhares de exemplares, tinha o propósito de difundir as notícias da Constituinte a todos os cantos do país. Era um desafio que demandava um esforço imenso e incansável de toda uma equipe, mas a dedicação desprendida era recompensada pela sensação de estar participando ativamente de um momento crucial na história do Brasil.

Os finais de semana, que para muitos eram momentos de descanso, tornaram-se dias comuns de trabalho intenso. Eram três turnos - manhã, tarde e noite - de devoção ao cumprimento do dever. Afinal, era preciso que tudo estivesse pronto para que, a cada segunda-feira, uma vez por semana, caminhões partissem carregados de exemplares, etiquetados e embalados, levando a publicação para todos os cantos do país. Em uma época em que o jornal impresso tinha uma importância fundamental e figurava como uma das poucas fontes de informação sobre os principais acontecimentos no país, a Gráfica e os colegas servidores que nela trabalhavam desempenharam um papel fundamental na produção e disseminação desse material.

Depois dessa rica experiência, atuei em diversos gabinetes de senadores, tendo uma relação muito próxima com a Gráfica na produção de publicações de interesse parlamentar.

Hoje, olhando para trás, sinto um imenso orgulho por ter sido não apenas testemunha, mas parte integrante e um protagonista nesses capítulos da história do Brasil e do Senado Federal. As recordações daqueles anos vividos nos corredores do Senado e, por um período, nos domínios da Gráfica, são tesouros que carrego gravados em minha memória. Minha passagem pelo Senado Federal não significou apenas o acúmulo de experiência profissional, mas foi uma jornada de aprendizado, crescimento pessoal, dedicação à população brasileira e de contribuição para o presente e o futuro da nação.

Ao compartilhar minha história neste livro, espero que as palavras escritas transmitam a paixão, o esforço e a dedicação que permearam cada momento da minha atuação no Senado Federal. Que esta narrativa seja um testemunho do impacto que a atuação de cada um de nós, servidores, pode ter nos desdobramentos da política nacional e dos rumos do país.







## HELIO LOPES DE AZEVEDO

No dia 1º de novembro de 1984, fui agraciado com a contratação no Centro Gráfico do Senado Federal. Passei os dois meses anteriores na função de estagiário e, enfim, veio a contratação, mudando minha expectativa de vida.

Para ser sincero, até então, eu não havia entrado em uma gráfica, e isso me chamou muito atenção, pois vinha de uma profissão totalmente diferente. Trabalhava com turismo, sempre viajando e livre para desempenhar minhas funções. No início, confesso que foi muito difícil essa mudança, devido à rigidez de horário e à liberdade que estava acostumado. No entanto, com o passar do tempo, fui me descobrindo e absorvendo desafios dentro da área de impressão Offset, minha primeira seção de trabalho.

Contando com a boa vontade dos profissionais da área, fui adquirindo conhecimentos, fazendo cursos na área gráfica: tintas, chapas de impressão, fotolitos, papéis, impressor em máquinas Offset etc. Muitos deles ministrados por fabricantes ou seus representantes em Brasília, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Os diretores do Cegraf, sempre procurando profissionalizar o corpo técnico, nos proporcionavam cursos, palestras e viagens para troca de experiências, como:

Na escola Senai Theobaldo de Nigris, na Imprensa do Estado de São Paulo (IMESP), na Expoprint, entre outros.



Em 1988, foi promulgada a nova Constituição brasileira. Tive o prazer de participar da impressão dos primeiros exemplares que foram entregues ao presidente da Constituinte e ao Plenário do Congresso Nacional.

O Cegraf havia adquirido duas máquinas impressoras Offset de grande formato para a impressão da primeira demanda com

aproximadamente 1.000.000 de tiragem. Ficamos por meses em quatro turnos de trabalho diários, incluindo fins de semana e feriados, para atender a entrega dos livros.

Em seguida, continuamos a modernização do nosso parque gráfico, com novos equipamentos para escanear grandes formatos, máquinas para cópias de chapas, uma impressora Rotativa Cromoset (MAN Roland) com 4 cores de impressão, que possuía capacidade de 45.000 impressos por hora, máquinas de acabamento e suprimentos de qualidade existentes no mercado.

Com aquisição da máquina rotativa Cromoset, deu-se início à impressão do Jornal do Senado, no ano de 1996, com uma tiragem de 13.200 exemplares por dia, sendo impresso na madrugada para circulação nas primeiras horas da manhã. O sucesso foi tão grande que, em seguida, teve sua tiragem aumentada para 45.000 e foi oscilando sempre para mais, conforme a demanda.

Com o surgimento das redes sociais, essa demanda foi caindo, até que, no ano de 2019, o Jornal do Senado teve sua redução de tiragem para 4.172 exemplares e, na sequência, foi extinta sua publicação em papel, ficando somente no meio digital.

Dando continuidade a atualizações de equipamentos, passamos a investir em máquinas para área de impressão digital, que trariam maior resultado e qualidade com redução de prazo de entrega das demandas, em pequenas tiragens, formando assim uma gráfica rápida digital. Para essa renovação, foi preciso muito estudo, reuniões em busca dos melhores equipamentos para atender a nossa demanda. Assim, conseguimos

contratos com empresas que nos forneciam os equipamentos, os insumos e a mão de obra, pois, a essa altura do campeonato, um grande número de funcionários havia se aposentado.

Uma das experiências que tive o prazer de participar foram as visitas de alunos das escolas públicas e das particulares, das faculdades e visitantes de outras gráficas que tinham admiração pela Segraf.



Outra participação anual que ocorria era o Natal Solidário, coordenado por servidores e colaboradores da Casa, com a arrecadação e distribuição de toneladas de mantimentos para creches e asilos cadastrados. Era muito gratificante.



Nesse período de 36 anos de dedicação, na agora SEGRAF do Senado Federal, passei por várias funções e setores, sendo promovido para encarregado de setor, chefe de setor, coordenador de seção e, por último, tive a alegria e o reconhecimento de assumir a Coordenação Industrial, responsável por dois turnos de trabalho com aproximadamente 280 servidores e colaboradores em todo o fluxo de trabalho industrial.

Em agosto de 2016, tinha chegado meu tempo de aposentadoria, que já estava nos planos. Só que fui indicado para assumir a Coordenação Industrial, assim tive mais oportunidades de contribuir para continuar atualizando equipamentos e buscando mão de obra especializada no

mercado de Brasília, já que enfrentávamos mais aposentadorias de nossos técnicos.

Após seis anos de dedicação à Coordenação Industrial da Segraf, achei que tinha chegado a minha tão esperada hora de aposentar e iniciar outro rumo a minha vida. Em dezembro de 2022, despedi-me dos colegas e amigos que trilharam esses anos ao meu lado, assim sendo, deixo meu agradecimento a todos os funcionários, chefes de serviço, coordenadores, diretores e colaboradores com que tive orgulho de trabalhar nesse órgão fantástico chamado Secretaria de Editoração e Publicação do Senado Federal, onde cada dia tinha um diferencial a ser cumprido.

Em 2023, na abertura do Programa Jovem Senador, fui homenageado em Plenário pelo trabalho dedicado juntamente com equipe da Secretaria Comunicação Social durante todos esses anos.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Entrega de homenagem pelo senador Paulo Paim e pela diretora da Secretaria de Comunicação do Senado Federal, senhora Érica Ceolin, ao servidor aposentado Hélio Lopes de Azevedo.





## INAIARA DE SOUZA GOLOB

Ingressei no Senado Federal, por concurso público, em outubro de 2012, para o que viria a ser minha primeira e única experiência como servidora pública. Já havia trabalhado por 36 anos, sempre na iniciativa privada e/ou como profissional liberal. Mesmo com toda a experiência profissional adquirida em quase quatro décadas de trabalho, aquela era uma vivência completamente nova e eu tinha muito a aprender.

Graduada em Letras (Português-Inglês) e em Psicologia, com especializações em Terapia Cognitivo-Comportamental e Neuropsicologia, e mestrado em Neurociências do Comportamento, minha primeira lotação foi no Serviço de Tradução e Interpretação, da então denominada Secretaria de Informação e Documentação (SIDOC). Apesar da enorme importância daquele serviço para a Casa e de já ter atuado como tradutora em alguns momentos de minha carreira, logo desejei conhecer mais e estar mais próxima do serviço à sociedade.

Assim, fui trabalhar no recém-criado Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que passei a chefiar pouco depois. O Serviço representava, à época, parte da concretização, na Casa, do atendimento ao disposto na Lei de Acesso à Informação (LAI). Sancionada em 2011, e com vigência em maio de 2012, a LAI representou um dos principais avanços em direção à transparência pública na história do Brasil, já que seu texto instituiu a publicidade como regra e o sigilo como exceção. A LAI foi criada para garantir aos cidadãos o direito de acesso à informação pública. Ela foi um divisor de águas na cultura de transparência na administração pública brasileira, permitindo o aumento da participação social qualificada. Estar ali naquele momento tão especial da vida democrática me trouxe a oportunidade de vivenciar de perto uma grande mudança cultural no país.

Deixando o SIC, fui para a chefia de gabinete da “nova SIDOC”, que passou a se chamar Secretaria de Gestão de Informação e Documentação (SGIDOC), mais moderna e reformulada, de modo a atender às crescentes demandas tecnológicas na área. Nesse momento, tive o privilégio de participar de uma das maiores mudanças realizadas pelo Senado no âmbito do trabalho administrativo – a eliminação de documentos administrativos em papel. Essa mudança foi operacionalizada no escopo da SGIDOC e afetou toda a Casa, gerando um trabalho gigantesco para todos os servidores envolvidos com sua implementação. Desde a campanha para “vender” a novidade aos colegas de toda a Casa e mostrar seus benefícios e sua enorme economia de tempo e recursos em curto, médio e longo prazos, passando pelo treinamento no uso do sistema de gestão arquivística de documentos, pelo qual toda a tramitação de documentos passaria a ser realizada, até à sua total implementação, muito esforço – braçal, intelectual e relacional – foi empregado. Para nossa alegria, tudo valeu a pena.

O Senado vive hoje uma realidade completamente diferente, mais ágil e eficiente, livre de documentos físicos, de carrinhos circulando pelos corredores da Casa com processos extensos e pesados, conduzidos por mensageiros, e com uma redução de gastos nunca pensada em custos de papel e impressão, para citar apenas alguns. Ter participado desse processo é, para mim, motivo de orgulho.

Ainda na chefia de gabinete da SGIDOC, recebi o convite para trabalhar na Ouvidoria, onde poderia atuar de forma mais próxima da sociedade e de seus anseios. A Ouvidoria do Senado Federal é um órgão cujo titular é um senador ou uma senadora, escolhido(a) pela Presidência do Senado para um mandato de dois anos. Sempre disposta a aprender, aceitei o desafio, sem imaginar o que viria pela frente. Na Ouvidoria, pude conhecer de perto como se dá a participação popular por meio daquele canal de comunicação, quais os temas de maior interesse, o perfil das pessoas que interagem de forma cidadã, além de alguns casos bizarros, dos quais pouparei o leitor. É um órgão extremamente vivo e pulsante, que se comunica com toda a Casa, abrangendo as esferas administrativa e legislativa. Ali, cada dia de trabalho é único e, muitas vezes, surpreendente, o que nos apresenta desafios ao raciocínio e à tomada de decisões.

O ano de 2016 nos trouxe o processo de impeachment da então chefe de Estado. O Senado Federal exerceu sua competência constitucional de julgar a presidente da República, o que impactou a rotina de inúmeros setores da Casa e transformou as habituais horas de trabalho em dias infundáveis de muita atividade e efervescência. Houve pouco descanso durante aqueles meses, mas cada um de nós sabia de sua responsabilidade no processo e perante a sociedade, e seguimos com disciplina e

determinação. Na Ouvidoria, como se pode deduzir, o volume de trabalho se multiplicou de forma preocupante. A população participou ativamente durante todo o período – opinando, questionando, criticando, elogiando, sugerindo, como deve ser em uma democracia. Foram necessárias medidas extraordinárias para atender à demanda aumentada com a mesma equipe. Sobrevivemos. Nós da Ouvidoria, o Senado como um todo, e o país.

Ao final de seu mandato como ouvidora, a senadora titular do órgão me convidou a chefiar seu gabinete. Honrada com o convite, que provavelmente representava o reconhecimento da realização de um bom trabalho na Ouvidoria, lá fui eu para mais uma experiência totalmente nova, desta vez, na atividade-fim do Senado, o “centro da tempestade”. Na sequência daquela função, tive a oportunidade de chefiar os gabinetes de outros dois senadores. Aprendi que um gabinete parlamentar é um universo independente, com regras próprias – formais ou não – e peculiaridades às quais não me adaptei. A política, em seu sentido mais amplo, atravessa todo o ambiente, incluindo a equipe. O desejo de destacar-se perante o parlamentar, por parte da equipe, ocasionalmente prevalece sobre escolhas mais técnicas e racionais. A competição muitas vezes supera a cooperação. Sendo eu muito mais técnica do que política, não me enquadrei. Passei por três gabinetes, sempre achando que, daquela vez, seria diferente. Não foi. Assim, mesmo tendo o reconhecimento e o respeito dos senadores cujos gabinetes chefiar, não me sentia feliz e desisti de cada um, seguindo em busca de mais prazer e leveza no trabalho.

Foi quando recebi um convite para retornar à SGIDOC, por onde iniciei no Senado. Convite aceito, voltei a chefiar o SIC e prestar informações aos cidadãos, em atendimento à LAI, acreditando que me aposentaria ali.

Quando achava que nenhuma novidade se apresentaria, um novo desafio surgiu e o abracei com muita disposição. Mais uma lei de proteção aos cidadãos havia sido promulgada e estava prestes a entrar em vigor, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). O Senado Federal precisava implementar as determinações da nova lei e, para tal, instituiu um grupo de trabalho (GT), do qual fui convidada a participar, juntamente com colegas altamente qualificados, de diversas áreas do Senado. Foi um trabalho enriquecedor, momento de muito aprendizado, no qual foram discutidas propostas de ações de adequação à LGPD. Entre os diversos produtos gerados por recomendação do GT, foi publicada a Política Institucional de Proteção de Dados do Senado e a cartilha eletrônica sobre a LGPD, esta última voltada à comunidade interna. Uma das determinações legais era a indicação de um encarregado de dados, responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador (Senado), os titulares de dados (cidadãos) e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Tive a honra de receber o convite para ocupar essa função, assumindo a recém-criada Coordenação de Informação, estrutura da SGIDOC, e me tornando, dessa forma, a primeira encarregada de dados do Senado Federal.

A nova função demandava muito estudo e trabalho. Foram necessárias incontáveis horas de leitura, participação em cursos, seminários e palestras com especialistas, reuniões com diversas áreas da Casa para apresentar as novas exigências legais e discutir a adoção de procedimentos para atendê-las. O resultado desse trabalho foi tão extenso quanto tangível. Entre outros tantos exemplos, foram veiculadas matérias para orientação ao público interno; a LGPD foi tema da Roda de Leitura, da Biblioteca do Senado; fizemos uma roda de conversa sobre o tema, com a presença de especialistas renomados; juntamente com o Instituto

Legislativo Brasileiro (ILB), foi desenvolvido e disponibilizado um curso a distância sobre a LGPD; elaboramos e publicamos o Plano de Proteção de Dados Pessoais do Senado Federal. Interagir com pessoas e estudar são grandes paixões em minha vida. Por isso, e por poder contar com colegas queridos, extremamente qualificados e comprometidos, posso dizer com tranquilidade que essa foi a função mais prazerosa e gratificante que exerci no Senado.

Em momentos diferentes de minha passagem pelo Senado, tive também a oportunidade de lecionar no ILB, no Programa de Formação Gerencial. Ali, entre alunos e os demais facilitadores, passei a conhecer muitos colegas de outras áreas e construímos algumas boas amizades.

Ao se aproximar o momento de me aposentar, e com base em experiências anteriores bem-sucedidas na iniciativa privada, sugeri que fosse realizado um processo de transição para a sucessão na função de encarregado de dados. Assim, entreguei o cargo ao meu competente sucessor meses antes de me aposentar, para que essa substituição pudesse se dar de forma suave e fluida para o próprio, seus subordinados e superiores. E assim foi. Considero essa a forma ideal de realizar sucessões planejadas, ressaltando que, para tal, é preciso pôr o bem comum acima da vantagem individual.

Foram muitas mudanças de lotação dentro do Senado, o que considero algo positivo. Só assim, no curto período de uma década, pude aprender muitas coisas novas e conhecer diversas áreas, seu funcionamento e respectivas peculiaridades. Isso me trouxe uma ampla visão da Casa.

Com 47 anos de trabalho e ainda ativa no atendimento clínico em Psicologia, minha verdadeira paixão profissional, sigo buscando satisfação em tudo o que faço. Passamos muito tempo de nossas vidas no trabalho. Particularmente no serviço público, é possível permanecer décadas trabalhando em uma mesma instituição. Por essa razão, é fundamental que tenhamos prazer também no trabalho.

Agradeço o convite para participar deste interessante projeto que, por meio de histórias individuais, conta uma parte da história do Legislativo brasileiro e do Brasil. Deixo aqui também o meu agradecimento a todas as pessoas com quem trabalhei, muitas das quais contribuíram para aprimorar meu desempenho, e outras para fortalecer meu caráter. De alguma forma, todas me ensinaram algo.









## JOÃO RIOS MENDES

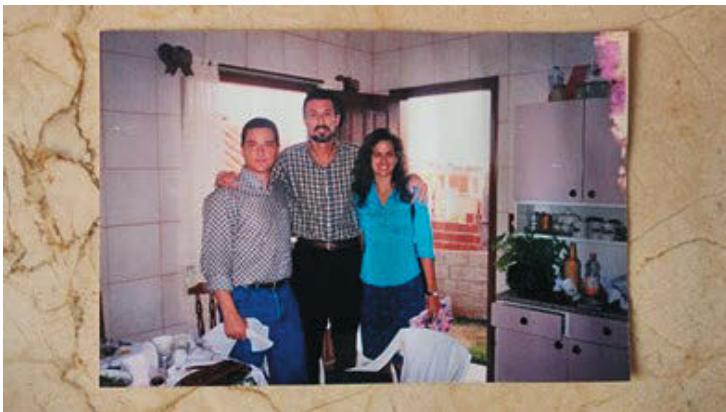
Cheguei ao Senado Federal em 1992, pelo concurso de datilógrafo. A primeira mudança na minha vida foi usar terno e gravata, a bem da verdade, era meu sonho trabalhar de terno e gravata! Mas isso não foi por acaso. Naquela época eu namorava minha mulher e certa vez ela disse que achava lindo homem de terno e gravata. Foi então que me vi na obrigação de passar naquele concurso.

Como todo novato, cheguei assustado com o tamanho daqueles corredores, a beleza do Plenário e seu imponente tapete azul.

Seguindo o conselho do filósofo grego Aristóteles, tratei de ter por perto amigos que me ajudassem a crescer. Felizmente, no primeiro momento, eu, Fábio Liberal, Izaias Abreu, Luciano Brasil, Thais Caruso, Vandrécia, e outros que chegaram depois, formamos um grupo coeso e forte. Estávamos sempre juntos em festas e passeios e também ao

planejar o futuro. Futuro, o que dizer desse senhor sem pressa que se diverte com nossas angústias? E, quando pensamos que o encontramos, ele dá mais uns passos à frente!

As fotos abaixo são de um almoço na minha casa por volta de 1994.



Wanderley Rabelo, Luciano Brasil e Vandrécia.



Izaias Abreu e Wagner Friaça.

O Senado permitiu-me momentos gloriosos tanto na vida profissional como pessoal. O primeiro cargo de mais relevância foi na Administração do Serviço Médico, depois vieram as chefias de gabinete. Na mudança do administrativo para o legislativo, conheci outro Senado, outro ritmo... enfim, a essência do Poder Legislativo.

Foi assim ao longo dos meus trinta anos nesta Casa, fortalecendo amizades, firmando parcerias, enfrentando desafios e maravilhado com as novas descobertas. Por falar em descobertas, foi por meio dos colegas Jarbas Mamede e Pedro Fortes que conheci a mágica da fotografia. A partir da oficina que eles ministraram, apaixonei-me pela câmera escura e a fotografia tornou-se um hobby e agora, aposentado, virou minha profissão.

Foi pela fotografia que fiquei mais conhecido no Senado, pois, graças ao apoio da amiga e diretora-geral Ilana Trombka, iniciei a Oficina de Fotografia Inclusiva com pessoas com deficiências, além disso, também foram ministradas oficinas para outros servidores. Nessa jornada não posso deixar de fora os amigos Cláudio Cunha e Célia França, pois foi com eles que dei os primeiros passos nessa nova realidade.

## Chegando ao trabalho



João Rios

Foi no Senado que fiz minhas primeiras exposições de fotografia, individual e coletiva.

Ao longo desses trinta anos, o Senado deu-me amigos, aperfeiçoou meu trabalho nos cursos de pós-graduação e palestras com especialistas, experiências imprescindíveis para minha formação profissional. A convivência com colegas de outros estados acrescentou-me vivências, saberes e amizades. Se soubermos aproveitar essas experiências, podemos minimizar os conflitos e as turbulências emocionais.



Oficina de Fotografia Inclusiva em 2018, no ILB.

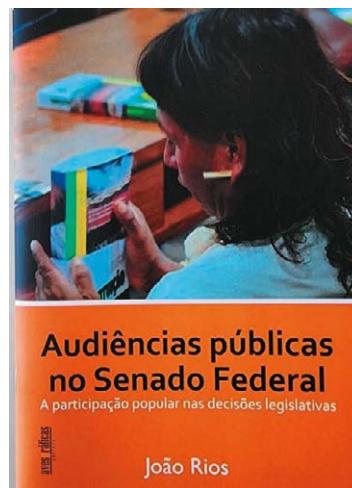
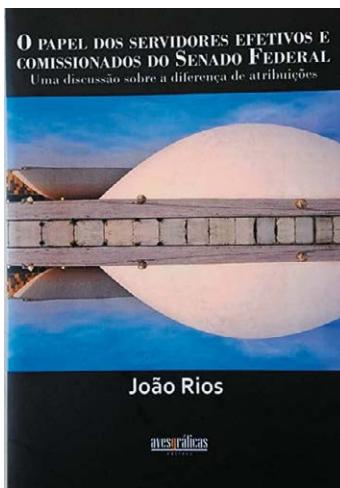
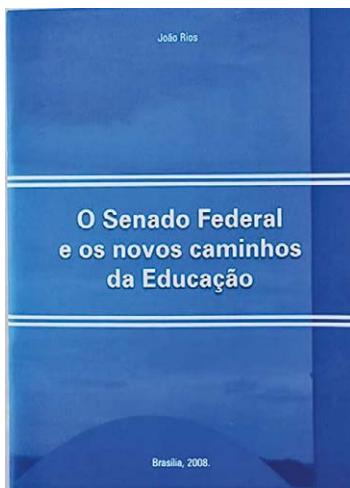


Oficina de Fotografia de Natureza no Bosque dos Constituintes e arredores do Senado, em Comemoração à Semana do Meio Ambiente, em 2014.

Nas noites de insônia, ou nas cadeiras dos plenários, aproveitei para refletir sobre alguns assuntos que me chamaram a atenção e acabei por publicá-los para que possam ser lidos em qualquer época. Foram eles “O Senado Federal e os novos caminhos da educação”, em 2008, “Audiências públicas no Senado Federal: a participação popular nas decisões legislativas”, em 2017, e “O papel dos servidores efetivos e comissionados do Senado Federal: uma discussão sobre a diferença de atribuições”, em 2018.

No ramo da fotografia, dediquei-me aos jardins do Senado. Nos anos de 2015 a 2018, fotografei os pássaros e as flores dos jardins do Senado. Esse trabalho recebeu o título de “Chegando ao trabalho”, pois as fotos foram feitas na minha chegada pela manhã. São pássaros que

visitam o jardim e flores bem cuidadas pelos colegas do Viveiro do Senado e da Manutenção.

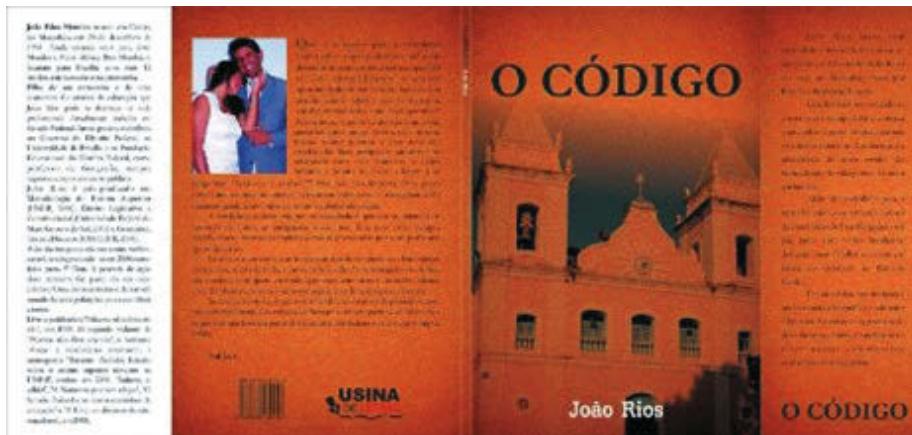


Alguns casos pitorescos são inesquecíveis. Não dá para esquecer meu amigo Paulo Ricardo Meira. No dia do lançamento do meu livro “As belezas que nos cercam”, a editora entregou o livro em cima da hora do lançamento. Como o Ricardo estava de carona comigo, fomos até a editora e ele me ajudou a carregar as caixas de livros até o carro e depois me ajudou também no Casa Park, onde foi o lançamento. Como ele é todo certinho, engomadinho, foi muito hilário vê-lo desfilando no Casa Park com as caixas na cabeça. Sem o Ricardo, eu teria chegado atrasado no evento e todo suado. Desde então eu só o chamo de “meu carregador favorito”.



Paulo Ricardo Meira, após enxugar o suor.

Enveredei também pelo mundo da literatura romântica. Escrevi o livro “O Código”, de 2012, que traz a história de um casal de jovens que enfrenta os desafios da juventude para ficarem juntos. À medida que os desafios vão crescendo, eles se modificam. Até que...!







## LIZETE DE ALMEIDA CASTRO

Minha história começa em Belém, cidade onde nasci, há nove décadas bem vividas! Estudei e me formei na Escola Normal, que hoje se chama Instituto de Educação do Pará. Ainda jovem, aos 16 anos, emancipei-me ao ser nomeada pelo estado como professora primária no Grupo Escolar Pinto Marques, no qual passei a dar aulas durante a semana.

Aos sábados, trabalhava no escritório do notável advogado e jurista, professor Orlando Chicre Miguel Bitar — da Universidade Federal do Pará, autor de obras na área jurídica —, prestando-lhe serviços de taquigrafia. Esse professor gostava muito do meu trabalho e me aconselhava a prestar concurso público do Senado Federal para lá exercer a profissão de taquígrafa, que aprendi com o meu pai, o prof. Ramiro Olavo Ribeiro de Castro. Vale dizer que meu pai era o representante, no Pará, da Organização Taquigráfica Brasileira. Após seu falecimento precoce, passei a assumir

a responsabilidade daquela organização nacional no meu estado e, como ele dava aulas de taquigrafia, dei continuidade a esse ensino.

Seguindo o conselho do dr. Bitar, procurei informar-me do próximo concurso para o cargo de taquígrafo no Senado Federal. Brasília despontava como a nova capital do Brasil, e o concurso do Senado traria, pela primeira vez, novos profissionais da taquigrafia a esta cidade. Após inscrever-me para prestar tal concurso, vim para Brasília com entusiasmo num avião Constellation, da Panair, para fazer provas de conhecimentos diversos – inclusive provas práticas de apanhamento taquigráfico – que consistiam de ditados em alta velocidade e outro registro em sessão ao vivo no Plenário. Finalizado o certame, apenas seis candidatos de diversos lugares do Brasil foram aprovados. Eu fiquei em primeiro lugar na classificação geral.

Ao tomar posse no cargo de taquígrafo para trabalhar no então Serviço de Taquigrafia do Senado Federal, em 1963, senti-me honrada em fazer parte do quadro funcional dessa Casa Legislativa, com representantes dos estados brasileiros. Inicialmente, os pronunciamentos orais dos senadores, nas sessões, eram registrados pelos taquígrafos em pé, com lápis e blocos de papel adequados que eram fornecidos. Geralmente, devíamos nos aproximar do orador para escutá-lo com nitidez, pois a tecnologia de som era precária, motivo pelo qual os microfones falhavam com frequência. Além disso, era função do taquígrafo anotar os nomes dos oradores e aparteantes. Eu me sentia muito responsabilizada e valorizada no meu trabalho, sobretudo por designar fé pública ao consignar instantaneamente, por meio de grafia técnica de sinais, importantes discussões e decisões na história política do Brasil.

Eu exercia a minha profissão no plenário do Senado Federal em sessões ordinárias e extraordinárias, fossem calmas ou agitadas, e em sessões não deliberativas, como as preparatórias e solenes das mais variadas, tais como: posses dos senadores; visitas de chefes de Estado (que vinham ao Brasil por diversos motivos); comemorações dos parlamentares em efemérides históricas nacionais etc.

De igual modo, eu também trabalhava em sessões do Congresso Nacional, que eram conjuntas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, realizadas no plenário da Câmara por ser mais espaçoso para acomodar os parlamentares de ambas as Casas. Nessas sessões, havia revezamento dos serviços taquigráficos do Senado e da Câmara. O registro da taquigrafia também era realizado nas diversas comissões do Parlamento Nacional.

Nosso trabalho era distribuído aos profissionais em períodos que chamávamos de “quartos”, para as entradas na Sala de Sessões. O taquígrafo-revisor permanecia por dez minutos, acompanhado de taquígrafos que se alternavam por tempos menores. Após essas entradas, retornávamos ao espaço do Serviço de Taquigrafia para decifrar os signos e escrever os discursos, utilizando máquinas de datilografar, que foram sendo renovadas até chegar às elétricas de última geração e aos computadores modernos de hoje. Posteriormente, deixamos de taquigrafar em pé e passamos a registrar os sinais sentados a uma mesa no recinto das sessões, bem de frente para os parlamentares, de modo que fossem avistados. A essa altura, a tecnologia dos microfones estava mais aperfeiçoada.

Fui promovida ao cargo de taquígrafo-revisor e, posteriormente, à chefia da Supervisão de Redação, na qual permaneci até aposentar-me.

Minha função nessa chefia era fazer a supervisão final das notas taquigráficas, já revisadas pelo taquígrafo-revisor que acompanhava os taquígrafos em sessão, e dar-lhes a versão de redação final, com linguagem escorreita e fidelidade. Só após essa supervisão, as notas taquigráficas eram encaminhadas para publicação, seguindo disposição do Regimento Interno.

Por muitas vezes, ao encerrar-se o expediente normal, havia convocação de sessões extraordinárias pela Presidência, em que tínhamos que dar conta do nosso serviço, e essas sessões geralmente se estendiam até a madrugada, de modo que regressávamos para casa no dia seguinte. Nesses casos, lanches eram providenciados para os funcionários. Eu tinha, então, que administrar bem o meu tempo, pois fazia o curso de direito na Universidade de Brasília.

Algum tempo depois, tive a satisfação de ver um dos meus irmãos, o Lityerse, ingressar no quadro funcional daquele Serviço, após ser aprovado em concurso público para o cargo de taquígrafo.

Vizinho ao espaço do então Serviço de Taquigrafia, situava-se o Serviço Médico do Senado Federal, reconhecido como excelente por todos. Eu o frequentava de vez em quando porque minha mãe, Leonor de Almeida Castro, era paciente dos competentes médicos dr. Evilásio Veloso e dr. Luciano Vieira, a cujas memórias rendo gratidão. Anos mais tarde, tive o prazer de ver o meu irmão Lício, médico pediatra, fazer parte, mediante concurso de provas e títulos, daquele Serviço Médico, extinto há alguns anos.

Sobre os diretores do Serviço de Taquigrafia, presto homenagem ao primeiro que conheci, ao ser empossada, prof. José Campos Brício, e

também às diretoras Maria Thereza de Andrade, Dalva Ribeiro Vianna, e demais que os sucederam. Minha homenagem se estende a todos os queridos colegas de profissão e outros funcionários daquele Serviço.

Lembro-me de acontecimentos relevantes que presenciei durante esses anos, como o desempenho da nossa função nas sessões da Assembleia Nacional Constituinte em todo o período pelo qual se estendeu, de 1987 a 1988, e que tanto trabalho nos proporcionou.

Também me recordo das festas de confraternização de fim de ano, sempre concorridas em nosso Serviço. Os funcionários participavam delas com alegria nesses momentos, com lanches e brincadeiras, ficando a palavra franqueada a quem quisesse.

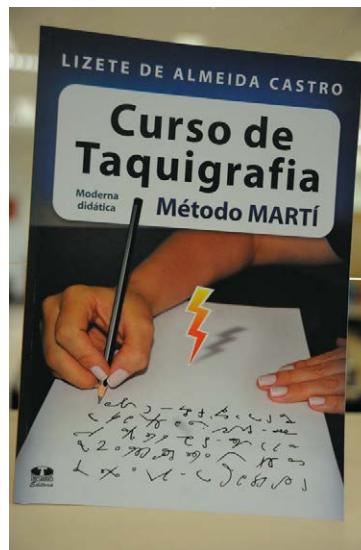
Como servidora em atividade, participei dos congressos nacionais de taquigrafia promovidos pela Associação Brasileira de Taquígrafos (ASBRAT), e de um congresso internacional, no Chile. Em quase todos eles, compareci oficialmente, junto com alguns colegas. Nessas ocasiões, apresentávamos trabalhos escritos de interesse profissional ou para explicar como era o funcionamento da taquigrafia no Senado Federal.

Em meio a tantos momentos agradáveis, não posso deixar de mencionar um acontecimento triste, em 1963, que presenciei justamente no horário em que estava exercendo meu trabalho no Plenário do Senado Federal. O senador Arnon de Melo, do estado de Alagoas, pouco depois de iniciar seu discurso, sacou uma arma e atirou na direção de seu opositor político – senador Silvestre Péricles, do mesmo estado –, tendo uma bala atingido mortalmente o senador José Kairala, suplente pelo estado do Acre. Seguindo o instinto de sobrevivência, eu me escondi embaixo de

uma mesa. Logo chegaram outros funcionários para também se esconderem, mas não cabiam todos. Foi angustiante!

Após aposentar-me, fui convidada a participar da implementação do serviço de taquigrafia na Câmara Legislativa do Distrito Federal, onde atuei por alguns anos. Lecionei sobre esse ofício e pude dedicar-me à publicação do livro didático de taquigrafia, de minha autoria, intitulado Curso de Taquigrafia – Método Martí. O seu lançamento ocorreu festivamente na Biblioteca do Senado Federal, com a presença de parentes, amigos e colegas de profissão.

Foi prazeroso para mim, ao longo dos anos, como servidora no Senado Federal, anotar discursos memoráveis, tanto nas sessões no Plenário do Senado Federal, como nas sessões do Congresso Nacional. Os pronunciamentos de improviso dos mais altos parlamentares do Brasil constam nos anais dessas Casas Legislativas devido ao trabalho dos taquígrafos, que os registram, na íntegra, mediante essa técnica de escrita instantânea à fala. Cito alguns nomes desses senadores e deputados, por lembrar-me deles neste momento: Afonso Arinos, Ulysses Guimarães, Paulo Brossard e os meus conterrâneos Renato Franco, Gabriel Hermes, Jarbas Passarinho e Catete Pinheiro. Os dois últimos exerceram com denodo a presidência do Senado Federal.



Tenho gratidão pelo Senado Federal, pois nele pude exercer profissão tão útil e amada por mim, sobretudo por ser integralmente vinculada ao atributo mais nobre e peculiar do homem: seu pensamento expresso em palavras.





*"NÃO É ASSIM QUE A BANDA TOCA, FILHO!"*



## MARCELO SILVA CORRÊA

Quem estava em Brasília em meio à Assembleia Nacional Constituinte sabe que a cidade era uma verdadeira chaleira em ebulição... os ruídos eram intensos e os gritos saiam de todas as gargantas até então sufocadas pelo recém exaurido regime militar. Em meio às infinitas reivindicações populares, embaladas ao som de Paralamas do Sucesso, Capital Inicial e Legião Urbana, havia pessoas como eu que, mesmo vibrando e festejando com as mudanças sociais, vislumbravam oportunidades de ascender socialmente.

Eu me sentia vitorioso, vindo de uma família humilde e tendo chegado a 3º Sargento da Aeronáutica ainda muito jovem. Assim como muitos candangos que aqui chegaram desde a década de 60, eu vim para Brasília em dezembro de 1986, solteiro e sem família. Fui lotado no Serviço de Proteção Aéreo de Brasília (SRPV) e minha função era dar manutenção aos

equipamentos eletrônicos de segurança de voo do 6º Comando Aéreo de Brasília (caramba, isso era muita responsabilidade para um 3º Sargento, com apenas 18 anos de idade!).

Mas já com 24 anos de idade e apaixonado pelo curso de direito, ao ler um edital de concurso para agente de segurança do Senado Federal, vi uma excelente oportunidade de deixar a caserna e partir para o serviço público civil, em que a advocacia seria uma real possibilidade e não um mero sonho acadêmico.

Vinte e cinco vagas e 80 mil candidatos, uma apostila comprada na Rodoviária do Plano Piloto e trinta e poucos dias de estudos em meio às atividades do dia a dia da caserna. Eram quase impossíveis as minhas chances, mas só dependia de mim! E não é que passei para o cargo de agente de polícia e segurança do Senado Federal!

Das 25 vagas, é bom mencionar, que já nos anos 90, três mulheres foram aprovadas conosco e que aqui quero destacar: Aires, Jussanan e Cláudia. Jovens mulheres e guerreiras no Serviço de Segurança e posteriormente na Polícia do Senado Federal.

Nunca vou me esquecer que estando na sede social da Associação dos Servidores do Senado (ASSEFE), em plena confraternização da categoria – e eu já tendo sido eleito diretor jurídico da Associação de Polícia do Senado Federal (APCN) –, recebi um efusivo afago no rosto, um “carinho” por assim dizer, de um pai que lhe quer bem, mas que quer deixar bem claro que é ele quem dita as regras.

A mão pesada e rechonchuda era do então todo poderoso Francisco Pereira da Silva, vulgo Índio, chefe da Segurança do Senado Federal, que,

ao ser confrontado por um jovem segurança (nós éramos chamados de Menudos à época) que lhe exigia melhores condições de trabalho para a classe, respondera: **“Não é assim que a banda toca, filho!”**

O Índio era ao mesmo tempo odiado e temido por muitos na Casa inteira. Considerado o 82º senador, tendo em vista a sua proeminência dentro do Senado Federal, poucos se atreviam a contestá-lo. Eu, ainda que intrépido, via no chefe Índio uma figura, que mesmo sendo rude, projetava a então Segurança do Senado Federal ao *status* e importância que todas as Constituições do Brasil, desde o Império, lhe conferiram (ao menos juridicamente): a que detinha o poder de polícia exclusivo no Senado Federal!

Afirmo categoricamente que o sr. Francisco Pereira da Silva, o Índio, tem o seu lugar de destaque em nossa história! E ousou dizer que a admiração e estranheza entre mim, então diretor jurídico da APCN e o chefe do Serviço de Segurança, o Índio, eram recíprocas. Isso talvez tenha sido crucial para, junto com outros dois valorosos amigos, Carlos Brown e Danilo Rurik — ambos recém concursados como eu —, termos sido escolhidos e nomeados para uma comissão especial, a fim de que elaborássemos o primeiro estudo visando especificar e detalhar o alcance e atuação da Polícia Legislativa no âmbito do Senado Federal.

Essa Comissão é histórica e, sem falsa modéstia, foi uma virada de chave para que a Segurança do Senado se tornasse o que hoje é a Polícia do Senado Federal. No início, tínhamos apenas uma vaga ideia de nossas atribuições. Basicamente, controlávamos as portarias, o funcionamento das comissões e Plenário e a integridade do patrimônio físico do Senado Federal. Nosso equipamento mais importante era um rádio comunicador enorme, que mal conseguíamos carregar.

Nossos estudos nos deram visibilidade e reconhecimento e, a partir deles, foi editada e aprovada a Resolução nº 59/2002, que definitivamente transformou a Segurança do Senado em Polícia do Senado Federal.

É minha obrigação destacar que a Polícia do Senado Federal deve muito aos seguranças que aqui estavam quando nós, garotos sem qualquer aptidão policial, chegamos em 1993. Lembro, como se fosse hoje, quando a psicóloga que nos avaliou no curso de formação da Academia de Polícia Militar do Distrito Federal afirmara que, se fosse para ela reprovar quem não se enquadrava no perfil policial, todos estariam reprovados!

Éramos meninos de faculdade, alguns formados, mas a maioria em formação. Havia militares como eu, mas, em grande número, meros estudantes, dos mais variados cursos: veterinária; agronomia; psicologia; economia; direito; contabilidade; administração, enfim, que nunca tiveram contato com uma arma de fogo ou técnicas de combate. Adquirimos uma miríade de conhecimentos e visões de futuro que, amalgamados com a experiência dos que aqui estavam, nos tornou capazes de compreender as peculiaridades da atuação policial em uma casa política, onde as autoridades são efêmeras e a instituição deve ser preservada a todo custo. Afinal, o Legislativo e o Senado, em especial, representam a democracia que se renova constantemente, parte importantíssima da República do Brasil, vibrante e viva.

Atualmente, a Polícia do Senado Federal é, juntamente com a sua coirmã, a Polícia da Câmara dos Deputados, sem sombra de dúvida, a polícia mais bem capacitada, técnica e mais bem equipada do Brasil, quiçá do mundo! Temos o melhor capital humano e os melhores recursos

operacionais para a atuação firme e imprescindível que a Constituição Federal nos conferiu.

Como servidores de Estado e agentes policiais, com previsão constitucional, reconhecidos pelo Senado Federal e pelo Tribunal de Contas da União, hoje temos uma carreira sólida e amplamente valorizada, em que pese ainda termos algumas batalhas a serem travadas. Entre elas, precisávamos que nossos cargos fossem transformados de técnicos para analistas, em virtude da grande responsabilidade e preparo que somos obrigados a assumir e desempenhar. Outra importante necessidade é a de nos equipararmos às demais polícias, no que diz respeito a figurar no rol da Segurança Pública, art.144 da Constituição Federal. Não exatamente nesse mesmo artigo, visto que a nossa atuação tem alcance na sociedade, mas de uma forma indireta e que permite o funcionamento do Legislativo Federal, o qual, por sua vez, presta uma importante contribuição para a coletividade. Seria o caso de se positivar as nossas atividades típicas em um artigo constitucional, garantindo assim a paridade de direitos em relação às demais polícias.

Essa é uma luta que os novos e valorosos membros devem buscar junto aos senadores, como justo reconhecimento pelos relevantes serviços prestados pela Polícia do Senado Federal.

Em março de 2014, após 22 anos de efetivo serviço na Polícia do Senado Federal, resolvi me aposentar, e com o sentimento de dever cumprido e um orgulho imenso de ter feito parte dessa história, parablenizo a todos os que hoje e sempre contribuíram e contribuem com essa nobre missão!

Marcelo Silva Corrêa – Policial Legislativo Aposentado, Mat. 4979 – SF.

Advogado, Especialista em Controle de Constitucionalidade pela Universidade de Brasília em conjunto com a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis).







## MARIA JOSÉ BEZERRA DA SILVA

Iniciei minha carreira profissional como sargento do quadro feminino de graduados, na área da saúde, da Força Aérea Brasileira (FAB), atuando por 10 anos. Ingressei no Senado Federal, por meio de concurso público, na área de saúde, como Técnico Legislativo, em 16 de fevereiro de 1993. Na manhã daquele dia, pedi desligamento da FAB e cheguei para tomar posse uniformizada. Foi magnífico, um dos dias mais felizes da minha vida, fui conhecer o meu local de trabalho e me apresentar para iniciar as atividades na Secretaria de Assistência Médica e Social (SAMS). Uma colega de trabalho pegou o meu boné (parte integrante do meu uniforme) e pediu para tirar uma foto, perdi o contato visual e ela resolveu passear pelo Senado com ele, confesso que fiquei apavorada, as regras eram rígidas em relação ao uso indevido, de terceiros, do uniforme ou parte dele, passado o episódio, isso foi motivo de graça e descontração. O ambiente era agradável e descontraído, trabalhávamos em escala e o serviço funcionava 24 horas, com muitas

especialidades médicas, serviços de imagem, exames cardiológicos, sala de pequena cirurgia, sala de curativos, sala de preparo e esterilização de material médico hospitalar, atendimento ambulatorial, pronto atendimento com plantões diurnos e noturnos, inclusive aos finais de semana, e, quando necessário, fazíamos atendimento em domicílio e remoção para unidades de saúde de maior complexidade. Tive a felicidade de conhecer muitos parlamentares e ex-parlamentares e o poeta Darcy Ribeiro que em um atendimento domiciliar fez uma breve poesia com o meu nome (pena que ele não escreveu). No plantão noturno, o Senado nos oferecia uma pequena refeição (na época, não existia *delivery*). O serviço médico funcionava na Ala Filinto Muller e posteriormente foi transferido para o bloco 17, na SEGRAF.

Na época, no auditório Petrônio Portela, eram exibidos filmes a cada 15 dias, sempre às sextas-feiras, no intervalo do almoço, com entrada franca para todos os colaboradores da Casa, era um momento de descontração e aprendizado.

Encantava-me o cenário político, homens e mulheres elegantes nos corredores, conversas interessantes, repórteres e personalidades diversas e eu ali, entre eles, vivendo, convivendo, criando relacionamentos e amizades. As amizades duram até hoje e a minha identidade se mistura com a história do Brasil, da república, do Senado Federal, dos políticos, dos fornecedores, dos visitantes, dos servidores e dos colaboradores eventuais. Nos 30 anos, enquanto servidora ativa, divorciei-me, casei-me, criei 2 filhos, nasceu um neto e tantas coisas boas que somente posso sentir gratidão pela vida bem vivida.

Quantas mudanças aconteceram e tantas adaptações, aprendizados, histórias, modernização, cargos, crescimento, ganhos, perdas e

sobretudo fé no que virá, passei a não mais proferir a frase “no meu tempo”, pois todo tempo era o meu tempo e foi bom. Confesso que sinto saudade das pessoas, dos que partiram, do clima organizacional, das festas juninas, dos aniversariantes do mês e da confraternização do final de ano, entre outras.

E a minha carreira, no Senado Federal: trabalhei na antiga Secretaria de Assistência Médica e Social (SAMS), na Secretaria do Sistema Integrado de Saúde (SIS), na Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP) e, durante um breve período, na Secretaria de Relações Públicas, especificamente na Coordenação de Visitação Institucional (COVISITA). Fui chefe de serviço (Serviço de Ressarcimento do SIS, Serviço de Administração da SAMS, Serviço de Gestão de Estágios e Serviço de Atendimento ao Usuário, da SEGP), coordenadora (coordenadora de Fiscalização e Controle do SIS – COFISC e coordenadora da Visitação Institucional) e diretora da Subsecretaria de Fiscalização e Controle. Todas essas posições me trouxeram experiências na gestão de pessoas (gestão de equipes), gestão de processos, bem como aprendi a lidar com autoridade em diversas situações.

Sou conhecida como Maria José do SIS (diziam que eu era brava e assertiva, porém justa e humana), Zezé da enfermagem da SAMS, Maria, Majô e, finalmente, Zeza do estágio, ou do Seatus, ou da Covisita (dependia do tempo e do lugar).

Lembro-me quando fui convidada pela diretora Socorro de Santa Brígida para exercer um cargo de chefia pela primeira vez, me bateu uma certa insegurança e um medo de não ser capaz, o convite foi para a Secretaria do Sistema Integrado de Saúde e eu liderei a auditoria de

enfermagem do SIS, foi um trabalho que rendeu economicidade para o Senado Federal, ficamos conhecidos por ser o primeiro plano de saúde no Brasil a falar sobre a obrigatoriedade das entidades de saúde pagarem por seu equipamento de proteção individual, pois os custos eram repassados ao plano de saúde. Vencemos essa batalha e espalhamos a notícia em encontros e congressos relacionados ao tema. Algum tempo depois fui convidada para ser diretora da subsecretaria pelo diretor Claudio Cunha, meu primeiro “casamento profissional” e, depois de uma das reformas administrativas, segui como coordenadora. Foram muitos feitos no SIS, mudanças de tabelas de procedimentos, valores, acréscimos de novas parcerias, novos procedimentos, negociações com os credenciados e profissionalização dos peritos em sistemas de saúde.

Meu momento triste foi quando foi extinta a Secretaria de Assistência Médica e Social e vários colegas, médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, foram cedidos para a Secretaria de Saúde, o SIS fundiu com a antiga SAMS, e eu fazia parte desse projeto, participei do abraço à SAMS, da despedida do conforto e eficiência no atendimento médico, do convênio com o Saúde Caixa e da perda de parte da nossa autonomia. Como sempre, quando temos mudanças inesperadas, somos capazes de nos adaptarmos e recriarmos, no final deu tudo certo.

Conseguí ser feliz em todos os tempos, não o tempo todo. Embora percebesse que os novos tempos traziam a melhor gestão dos processos, treinamentos, visão sistêmica, modernização, informatização, acesso à informação, compromisso com a comunidade e principalmente o Senado saindo na vanguarda em todo o país, sentia falta do aconchego de outrora, da família Senado, da informalidade e da facilidade de encontrar quem faz

e o que faz. Tudo se profissionalizou, “manualizou”, informatizou e eu vi antigos colegas que não conseguiram alcançar.

Em 2016, me aposentei pela primeira vez. Reverti minha aposentadoria em 2018 a convite do então diretor da SEGP, Paulo Meira, assumindo a chefia do Serviço de Gestão de Estágios, de volta para um futuro recheado de oportunidades (dizem que eu revolucionei o setor). Confesso que foi um novo modelo de gestão, em que pessoas, humanização e felicidade no trabalho foram o meu foco, aliados a processos eficientes e eficazes. No SGEST, fiquei conhecida no Senado inteiro, foi um setor muito marcante na minha vida, trabalhando com estagiários, jovens aprendizes, supervisores e tutores de jovens; tive o melhor coordenador de todos os tempos, um jovem com a idade do meu filho, Matheus Carrion. Em seguida assumi o SEATUS, que presente maravilhoso eu recebi do diretor Gustavo Ponce e da Beatriz Izzo, juntamente com o meu parceiro Ciro de Freitas Nunes, meu segundo “casamento profissional”; pude conviver com os meus antigos colegas aposentados e verdadeiramente pude exercer no fim de carreira a dita “experiência”, adquirida com os meus acertos e erros durante toda a minha vida laboral, pois enfrentamos a pandemia de portas abertas, fomos o lugar de conforto, resolução de problemas e atendimento ao usuário. Passei um breve período na COVISITA e participei da posse presidencial e da posse dos novos senadores, senti puro fascínio. Aposentei-me em junho de 2023.

Como eu me descreveria na minha vida laboral: como uma profissional, comunicativa, criativa, dedicada e proativa. Quanto à competência, deixo a história contar, sei que desenvolvi habilidades e conhecimentos necessários e dei o meu melhor para o Senado Federal. Ainda busco

novos desafios e aprendizados na vida, não exatamente no âmbito profissional, mas como pessoa e cidadã brasileira. Sou grata a Deus, ao meu filho Artur, a minha filha Daniele, meu neto Júlio César, a minha família, aos meus amigos, aos meus colegas de trabalho, aos meus chefes, coordenadores e diretores pela oportunidade de aprender e ensinar o amor, afinal a minha maior missão enquanto estive na Casa e enquanto estiver nessa vida é amar as pessoas. Eu tenho a honra de anunciar que eu também sou o Senado Federal.

Maria José Bezerra da Silva.





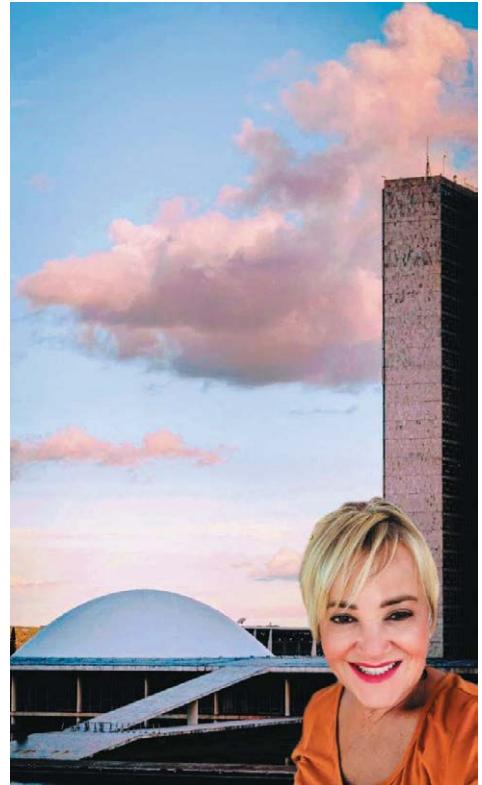


13º CONGRESSO BRASILEIRO DE PERÍCIAS MÉDICAS  
1º CONGRESSO BRASILEIRO DE MÉDICOS PERITOS DO INSS  
1º CONGRESSO BRASILEIRO DE AUDITORIA EM SERVIÇOS DE SAÚDE

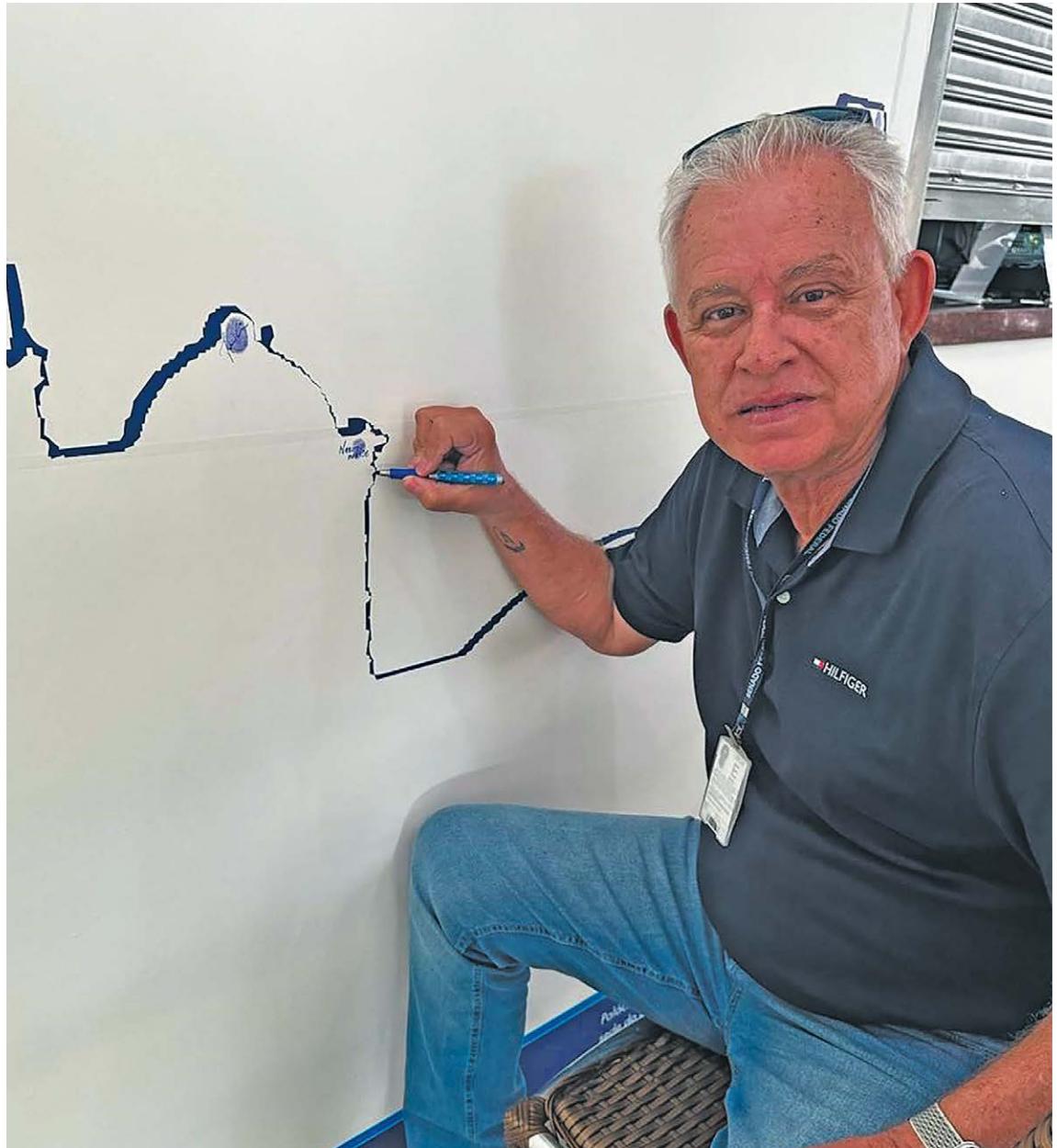
JOÃO PESSOA, PB, 15 A 18  
DE OUTUBRO DE 2003  
CENTRO DE CONVENÇÕES JOSÉ LUIZ  
DO REGO - ESPAÇO CULTURAL













## NARCISO MORI JUNIOR

Eu entrei no Senado em dezembro de 1984. Fui trabalhar na função de serviços gerais até março de 1985. Em seguida, fui para a Sustel, onde realizava a parte de operação de áudio. Trabalhei ainda nas comissões e na Voz do Brasil nesse período. Aprendi a gravar na Voz do Brasil.

Na Constituinte, trabalhei na Comissão de Sistematização. No meio da Constituinte, eu fui nomeado para ser chefe do Setor de Operações e nós terminamos a cobertura da Assembleia Nacional Constituinte fazendo tudo o que foi preciso.

E, nesse período, aconteciam também as comissões mais importantes, como a dos Anões do Orçamento. Em 1991, eu fui nomeado diretor da Sustel (Subsecretaria Técnica de Eletrônica). Nesse período, a gente só mexia com áudio, acertos dos equipamentos da presidência, plenário e comissões. As comissões só tinham o áudio como registro das reuniões.

Na época da Constituinte, havia um jornal da Assembleia Nacional Constituinte que era gravado em vídeo e colocado na TV nacional. Nesse período, entre 1991 e 1992, começou a especulação acerca da criação de uma central de vídeo no Senado para cobrir o que acontecia nas comissões e no plenário. E então foi criada uma comissão para montar essa central de vídeo. Eu fui nomeado junto com a Marilena, a Célia Ladeira, o Aguinaldo e a Regina. Esta disponibilizou a parte do Prodasen, porque era de lá, para poder fazer a licitação. E foi isso que foi feito. A gente fez a comissão, definimos o que teria de equipamento e abrimos uma licitação.



A licitação foi encerrada no final de 1992. No dia 31 de dezembro de 1992, nós fechamos a licitação para começar a montar a central de vídeo, que era no lugar da central telefônica que tínhamos adquirido, ela foi instalada numa sala pequena do subsolo, perto da Sustel. E assim foi criada a Central de Vídeo.

Com isso, a gente montou a central, comprou equipamento e um monte de coisas. Fomos caminhando, até que em 1995, com a chegada do Fernando César Mesquita e com a Lei das TVs a cabo, criou-se uma brecha para se ter uma TV do Legislativo. E, então, foi criada a TV Senado. E com isso, nós tivemos que comprar mais equipamentos e muitas outras coisas. Nesse período da Central de Vídeo, acontecia a posse do Collor, que foi cassado.

De 1985 a 1990 foi o Sarney. De 1990 a 1992 foi Collor, mas aconteceu o *impeachment* dele. Entrou o Itamar Franco. Depois o Fernando Henrique Cardoso, depois o Lula e depois a Dilma. E depois da Dilma entrou o Bolsonaro. Desses aí, eu só não participei do governo Bolsonaro. Participei também do *impeachment* da Dilma. Entrou o Michel Temer. E nesse período, nós fomos modernizando, contratando funcionários para a TV Senado e montamos também a Rádio Senado FM. Fomos melhorando a parte de internet e todas essas coisas. Foi montada uma torre de transmissão no Colorado, na Torre de TV Digital, onde fica o transmissor da TV Senado. E agora, em 2023, a transmissão da Rádio Senado FM está sendo transferida para a torre do Colorado, porque antes ficava na Torre de TV.

Em 1985, foi noticiada no Fantástico a morte do Tancredo Neves, nós fomos comunicados em um domingo à noite e convocados para o Senado, pois nossa parte era de áudio. Com os elevadores desligados, nós tivemos que subir os 28 andares de escada para ligar o transmissor.

Em 1988, aconteceu a Assembleia Nacional Constituinte. Eu trabalhava na Comissão de Sistematização de 0h até as 7h da manhã. E, nesse meio, eu virei chefe do Setor de Operações. Nós comandamos 12 comissões e 24 subcomissões da constituinte. E mais a Comissão de Sistematização.

Em 1990, ocorreu a posse do Collor, que é outro fato marcante. Em 1991, eu fui nomeado diretor da Sustel. Em setembro de 1992, aconteceu o *impeachment* do Collor, que foi cassado e perdeu os direitos políticos.

Em 1992, aconteceu o caso do José Carlos dos Santos que armou o sequestro e a morte da mulher dele. Eu fui chamado, porque minha

área era de telefonia, grampo, etc. Nesses casos importantes, nós colocávamos os gravadores para gravar as ligações para ajudar a Polícia Federal. Eu fui chamado para a residência dele no Lago Norte para instalar o gravador. Ele estava muito tranquilo, não chorava. Achei bem esquisito. Dois dias depois, descobriram que ela tinha mandado matá-la. Voltamos à casa dele porque ele teve que mostrar onde estava o dinheiro escondido. Ele batia num lugar e apontava onde era para quebrar a parede. Quebra aqui, quebra ali...apontou três lugares e havia cerca de 3 milhões de dólares lá.

Em 1993, houve o caso do PC Farias. Ele foi preso em Londres, trazido para o Brasil e ficou no comando da Polícia Civil, aqui em Brasília. Os senadores foram lá gravar com ele. Nós estávamos começando a receber os equipamentos da TV e não tínhamos nem cinegrafista nem nada. Fomos eu e o Idáquio fazer essa gravação com o PC Farias. Foram quatro dias. E todo dia após gravar e dispensar os senadores, ele pedia almoço para mim, para o Idáquio e para ele. Ele só pedia coisa boa.

Em 1995, ocorreu a inauguração da TV Senado. Esse fato é algo que tenho no meu currículo e estou deixando para a população brasileira, esse foi um fato muito importante, porque a TV começou a mostrar a realidade do Senado. O que o Senado votava, o que os senadores falavam. O nosso grande problema era o que chegava na imprensa, geralmente chegava meio distorcido. A TV Senado acabou com esse meio campo de não chegar o que era certo, o que foi um grande marco para toda a população brasileira.

Já em 1998, aconteceu a morte do deputado Luís Eduardo Magalhães, que era um dos candidatos à presidência da República. E o pai dele era o ACM, o qual era do Senado.

Em 2000, teve aquele famoso painel do Senado. Aquela confusão com o ACM, com o Prodasen, com o Arruda. A cassação do Luiz Estevão ocorreu nesse meio, por isso teve aquele episódio do painel. O que gerou esse painel: a renúncia do ACM e posterior posse do Jader Barbalho. Logo depois, o Jader teve que renunciar também por conta das acusações das rãs.

Em 2016, sucedeu o *impeachment* da Dilma. Então, pediram para eu voltar da aposentadoria, por conta dele. Foram oito dias virando a noite trabalhando, até dormíamos na minha sala. A gente fazia a manutenção do Plenário às 6h da manhã, quando acabava a sessão. O nosso medo era que o sistema não aguentasse esse tempo todo, mas aguentou bem. Ocorreu tudo tranquilamente.

E então, em 1997, efetuou-se a inauguração da Rádio Senado, que é outro marco importante na história do Senado e para a população. Ela conseguiu pegar uma grande área do Centro-Oeste e era subordinada à minha diretoria, que abrangia TV, rádio e telefonia. E teve também a transformação da Central Telefônica, que foi toda modernizada. O espaço que hoje é o antigo estúdio da TV, antes era a Central Telefônica. E a central nova cabia numa sala pequena.

O que existe de diferente do Senado de hoje para o da minha época é que havia menos funcionários e as decisões eram muito rápidas. Reunia-se a mesa diretora, decidia-se e fazia-se as compras. Hoje, a Lei

de Licitações está mais rígida. Outro ponto é que, nos dias de hoje, você anda pelo Senado e quase não conhece ninguém, porque há muitos funcionários que só vão às terças-feiras, quartas-feiras e quintas-feiras para acompanhar os senadores. Na nossa época, havia mais servidores do Senado que comissionados. O que eu posso dizer é que o Senado foi uma escola muito boa onde eu aprendi muito.

Eu fiquei até 2001 como diretor da Sustel. Modernizamos o Plenário, as comissões, a parte de áudio e telefonia também, que foi a parte que ficou sob a minha gerência por um período. Nós tivemos que trocar todos os telefones do Senado e fazer todo o cabeamento novo. Com isso, aconteceram várias comissões importantes, de que eu participei. Como, por exemplo, a do funcionário do Senado, José Carlos, que a esposa faleceu, e eu participei ativamente dos pronunciamentos.

Nós viajamos muito para acompanhar as comissões, principalmente para o Norte e o Nordeste, como a da Sufram, e muitas outras que a gente também fazia. Na verdade, eu participei muito de todas essas partes do Senado. Em 2001, eu fui para o Interlegis, com o dr. Florian. Nós modernizamos as salas de aula, criamos as aulas remotas por antenas parabólicas, etc.

Em 2006, fui chamado de volta para trabalhar com a TV para cuidar da parte de operações, dos funcionários terceirizados e de instalação. Nesse período, nós participamos ativamente quando a TV Senado começou a participar do *pool* de transmissão das posses presidenciais. Nós trabalhamos intensamente nisso. Às vezes, não tínhamos nem equipamentos para entrar e pedíamos emprestados alguns equipamentos. Foi quando instalamos a câmera no 28º andar.

Em 2012, eu voltei para a Sustel para ser chefe de gabinete do Aguinaldo. Houve a reformulação administrativa de algumas coisas do Senado e, em 2013, o Aguinaldo se aposentou e eu assumi de volta a Sustel. A partir daí, participamos das coisas mais importantes, como de licitações e até do *impeachment* da Dilma. Eu me aposentei em 2015. Em fevereiro de 2016, a Virgínia juntamente com a Ilana me chamaram para voltar, e eu voltei. Iria acontecer o *impeachment* da Dilma e estavam receosos com o som do Plenário, que era um sistema antigo, mas confiável. E eu voltei por causa disso.

Fiquei até 2017, ou 2018, não me lembro muito bem, e fui trabalhar na Quarta-Secretaria, que era a do Perrella, fiquei por dois anos lá. Essa Quarta-Secretaria virou a Segunda-Secretaria com o senador Heinze. Aposentei-me novamente nesta secretaria em dezembro de 2022.

O Senado, para mim, foi maravilhoso, porque me deu todas essas oportunidades. Quem imaginaria que eu teria essa chance toda de ser diretor, de participar dessas ações importantes para o Brasil. Tudo ocorre dentro do Senado. Imagina a gente participando de posses, de *impeachments*, de presenciar brigas em plenário de senador com senador. Isso para mim é uma coisa maravilhosa, eu me sinto muito honrado de ter participado ativamente dessas situações e ter criado uma carreira muito boa dentro do Senado, com vários amigos importantes. Até hoje, aonde eu vou, as pessoas conversam comigo. Então, não tenho palavras para dizer o quanto foi bom para mim. Esta Casa para mim é maravilhosa. Não posso reclamar de nada do Senado e de ninguém, porque fiz uma carreira dentro dele. O que eu pude fazer, eu fiz. E com o apoio de várias pessoas, de vários funcionários meus. Não vou citar o nome de ninguém, porque posso

esquecer alguém e aí fica chato, mas todos que trabalharam comigo foram pessoas muito importantes.

Eu tive a oportunidade também de ajudar outras pessoas a criarem uma carreira. Isso foi legal também, porque essa chance me foi dada na época que nós montamos a TV, pois em Brasília não tinha material humano para a gente contratar 100, 200, 300 funcionários. E com isso, nós fomos criando e pegando pessoas que trabalhavam em outras funções e fomos trazendo para a TV. A maioria dos atuais funcionários foram formados dentro da TV Senado. Se a TV Senado tem todas essas pessoas trabalhando e modernizando a TV, elas são fruto da época que nós montamos e possibilitamos que fosse dada essa chance para essas pessoas.

Passei por vários diretores-gerais. Hoje é a Ilana. Quando eu era diretor, ela entrou no Senado e virou diretora da Subsecretaria de Relações Públicas. E eu já era diretor. Para você ver como é bom isso, conhecer um monte de pessoas, um monte de gente. E é isso. Sou muito grato ao Senado por tudo que eu pude e tive a oportunidade de fazer. Conheci minha esposa dentro do Senado, a Michelle, que eu amo. E hoje estamos casados há oito anos. Temos uma história para contar. Toda vez que eu vejo alguma coisa do Senado, eu começo a recordar o passado e ver como a gente trabalhava e era feliz dentro do Senado.

Obrigado.  
Narciso Mori Jr.







## PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO (*in memoriam*)

AUTORIA: ALEX ANDERSON COSTA NOBRE

Pedro Ricardo Araújo Carvalho nasceu no Rio de Janeiro, em abril de 1965. Filho do seu Enedino e da dona Jandira, migrou com os pais para Brasília no ano de 1975. Aqui fez sua vida, formou-se em contabilidade pelo Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), casou-se com a Vera Lúcia, entrou para o quadro de servidores do Senado Federal por concurso e criou seus filhos.

O Pedro Ricardo tomou posse no Senado Federal em 5 de abril de 1993, exatamente 15 dias antes de mim. Fomos contemporâneos de concurso público e convivemos nessa Casa Legislativa desde o início de nossas carreiras. Lembro-me que ele logo começou a ser chamado pelos colegas de Pedrão, em virtude de seu porte físico, com 1,90m de altura,

chamava atenção por onde passava. Desde que começou a trabalhar, ele sempre foi um servidor atento ao que se passava no Senado Federal, no que dizia respeito à segurança da Casa em particular, nosso principal foco, mas também no que se referia a outras instâncias administrativas e legislativas.

Naquela época, início da década de 1990, o Senado era bem diferente do que é hoje. Tinha menos unidades administrativas, havia menos espaços físicos também. O prédio do Interlegis, por exemplo, não existia. A TV Senado e toda a estrutura de comunicação ainda eram um mero projeto. Naquele tempo, o quadro de servidores era mais enxuto, de forma que os colegas se conheciam mais, trocavam mais experiências, conversavam e interagiam com mais frequência. O Pedrão sempre foi uma pessoa muito comunicativa, gostava de conversar, de estar a par dos acontecimentos do seu local de trabalho e, nesse ambiente, começou a fazer amizades e se destacar entre os colegas. No trabalho do antigo serviço de segurança, começou a ser muito atuante na área do policiamento interno do Senado Federal, motivo pelo qual foi um dos primeiros “novinhos” do concurso de 1992 a ser nomeado supervisor de área. Com o passar do tempo, após demonstrar sua capacidade de trabalho e sua dedicação na função, tornou-se chefe do Serviço de Policiamento.

Também começou a participar de entidades vinculadas à nossa categoria, como a Associação da Polícia do Congresso Nacional (APCN), da qual foi diretor de Esportes. Participou ativamente das atividades do clube da Associação dos Servidores do Senado Federal (ASSEFE), local onde jogou futebol por muitos anos nos campeonatos organizados pela entidade.

Um tempo depois, foi trabalhar com a segurança de autoridades e compôs uma das primeiras equipes de segurança do presidente do Senado Federal, na época o senador José Sarney. Nos anos em que trabalhou na equipe aproximada, Pedro Ricardo consolidou sua reputação de servidor extremamente profissional, demonstrando liderança e dedicação ímpar ao trabalho, tendo muitas vezes que dobrar plantões (inclusive durante as férias), para atender da melhor maneira à execução do serviço.

Todo esse empenho foi determinante para que em março de 2005 fosse nomeado diretor da Secretaria de Polícia Legislativa do Senado Federal (SPOL). Na oportunidade, tive o privilégio de estar ao seu lado como titular da então Subsecretaria de Proteção a Autoridades (hoje Coordenação). Pedro Ricardo foi diretor da SPOL de março de 2005 a janeiro de 2019. Nessa trajetória, sempre trabalhamos em conjunto, sendo que nos quatro anos finais de sua gestão ocupei a Coordenação-Geral da Polícia do Senado e pude acompanhar mais de perto a sua rotina de trabalho.

Ninguém ficava indiferente à convivência com o Pedrão, porque ele tinha ideias próprias, uma personalidade forte e uma firmeza em defender seus pontos de vista que conseguia convencer facilmente qualquer plateia com suas posições e argumentos embasados. Esses traços de personalidade faziam com que algumas pessoas não fossem muito simpáticas ao seu comportamento, mas é notável que a maioria dos colegas gostava de trabalhar com ele, pela sua positividade, pela sua vontade de realização e por dar respaldo ao trabalho bem-feito.

O Pedro Ricardo sempre foi uma pessoa muito ligada à sua família. Casou-se ainda jovem, aos 23 anos, com Vera Lúcia, com quem teve

dois filhos: Rafael e Amanda. Após o concurso do Senado Federal, tendo alcançado um maior nível de estabilidade financeira, Pedrão dedicou-se a criar os filhos, construir sua casa tão sonhada, e ter um porto seguro para descansar do trabalho estressante diário. Ele dava total prioridade à convivência com a família. A rotina do trabalho muitas vezes entrava pela noite, e às vezes, inclusive, invadia os fins de semana quando havia algum evento de grande vulto que impactasse o Congresso Nacional. Mesmo isso não impedia que o Pedrão dedicasse momentos ao longo da jornada de trabalho para conversar com a Vera e saber como estavam as “crianças”. Ele fazia questão de acompanhar a vida escolar dos filhos, mesmo quando o trabalho era exaustivo. Quando em férias, sempre viajava com toda a família reunida e gostava muito de visitar o Rio de Janeiro, sua cidade natal e local onde seus pais voltaram a morar. Aliás, o Pedro tinha uma ligação especial com seu pai, Enedino, funcionário aposentado dos Correios, a quem acolheu em sua casa quando este veio morar em Brasília para fazer um tratamento médico. Seu Enedino era diabético e o Pedrão, sorrindo, relatava aos amigos uma anedota de que o “velho” saía escondido para comer sonho na padaria, voltava com os lábios sujos de açúcar, e ainda negava veementemente que estava comendo o doce.

Desde que ingressou no Senado Federal, Pedro Ricardo alimentava o desejo de contribuir para transformar o antigo Serviço de Segurança em um órgão de polícia, como mandava a Constituição de 1988. O Pedrão fez desse desejo sua maior obstinação profissional. Trabalhou ativamente essa questão com os senadores com quem tinha contato em suas atividades de trabalho, juntamente com outros colegas agentes de segurança. Esse esforço culminou com a promulgação da Resolução nº 59/2002, do Senado Federal, instrumento primeiro de regulamentação de nossa

Polícia. Mas o trabalho somente estava começando. E ele sabia disso. Começou a batalhar para ter na polícia do Senado um diretor que fosse de nossa própria carreira. E isso aconteceu justamente com a sua nomeação em março de 2005.

Como diretor da Polícia do Senado Federal, Pedro Ricardo começou a trabalhar para tornar a instituição uma referência em polícia legislativa no Brasil com a regulamentação de diversos procedimentos, com ênfase na organização da unidade de polícia de investigação, que passou a registrar as ocorrências policiais decorridas nas próprias dependências do Senado e a instalação de inquéritos policiais e termos circunstanciados. Houve um intenso trabalho para consolidar essas novas atribuições, e hoje tais competências são amplamente reconhecidas por todos os órgãos judiciários com o acolhimento de nossas peças investigativas. Além disso, o Pedrão trabalhou incansavelmente para aparelhar a polícia do Senado e instrumentalizar os policiais para o exercício pleno de suas funções. Viaturas policiais caracterizadas foram adquiridas, armas de choque, pistolas, uniformes policiais, e após os grandes protestos ocorridos no ano de 2013, equipamentos completos de controle de distúrbio civil também passaram a fazer parte de nossa logística. Concomitantemente, os policiais foram capacitados com cursos próprios para o desempenho de suas atividades, tais como: tiro policial, defesa pessoal, proteção a autoridades, controle de distúrbio civil, inteligência, abordagem policial, entre vários outros. Quando deixou a Diretoria, em fevereiro de 2019, após quase 14 anos de gestão, a Polícia do Senado Federal estava completamente consolidada e reconhecida interna e externamente, realizando o chamado ciclo completo de polícia

(ou seja, hoje, ela realiza desde o policiamento ostensivo até a investigação criminal).

Nesse período de Diretoria, posso afirmar com certeza que um dos maiores desafios do trabalho para o Pedro foi organizar o esquema de segurança do processo que culminou com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016. Foram vários meses de preparação, com a realização de inúmeras reuniões com os órgãos de segurança envolvidos, bem como com unidades administrativas federais e distritais. Tudo isso resultou em uma semana intensa de trabalhos no mês de agosto daquele ano, sendo que no dia da votação do *impeachment*, a sessão plenária durou quase 24 horas, com vários momentos de tensão para a segurança. Apesar disso, os trabalhos do plenário do Senado transcorreram normalmente e não foi registrada nenhuma ocorrência de relevância.

O Pedro Ricardo, como gestor, sempre teve uma característica marcante: ele queria mostrar o trabalho realizado primeiro para depois fazer seus pedidos à administração. E era assim que orientava seus subordinados, sempre dizendo: “Vamos fazer nosso trabalho da melhor maneira possível, vamos mostrar do que somos capazes com os meios que temos, porque depois, com experiência e conhecimento, poderemos exigir melhorias para as nossas atividades”. Sempre que podia, ele defendia as prerrogativas da Polícia do Senado. Lembro-me de várias ocasiões, às vezes de forma tensa, em que ele foi firme e resoluto na defesa de nossas atribuições quando outros órgãos queriam usurpá-las. E foi nessa toada que a Polícia do Senado se tornou uma unidade policial técnica e preparada, com notório reconhecimento.

Em 21 de outubro de 2016, fomos surpreendidos às 6h da manhã com uma operação da Polícia Federal. Essa operação tinha como alvo quatro policiais legislativos do Senado Federal, e o Pedrão era um deles. Ele foi detido temporariamente, com base nos depoimentos de dois colegas policiais legislativos. O Pedro sempre acreditou na justiça e dedicou sua vida profissional a servir e proteger. Ser acusado e preso por um crime que não cometeu foi devastador para ele. Ele sentiu que sua integridade e reputação estavam sendo manchadas, e que sua confiança no sistema que tanto defendeu estava sendo abalada.

A prisão injusta deixou marcas profundas no Pedrão. Ele passou por momentos de angústia e incerteza, questionando-se constantemente sobre como e por que aquilo estava acontecendo com ele. Além disso, teve que lidar com o estigma e o julgamento de amigos, familiares e colegas de trabalho. No entanto, apesar disso, o Pedro manteve sua fé na justiça e lutou para provar sua inocência. Ele sabia que tinha sido vítima de uma situação injusta e estava determinado a limpar seu nome e restaurar sua dignidade. E isso realmente aconteceu, anos depois, com sua absolvição de todas as acusações, mas, infelizmente, o Pedrão não estava mais entre nós para desfrutar dessa vitória.

Em abril de 2021, na ativa da Polícia do Senado Federal, ele foi detectado com covid-19 e dias depois, foi internado em um hospital de Brasília. Após lutar por vários dias contra a doença, o Pedrão nos deixou precocemente, no dia 30 daquele mês, exatamente uma semana após ter completado 56 anos de idade. Sua partida precoce causou grande comoção entre os amigos do Senado Federal, inclusive entre os senadores que lamentaram muito a sua perda.

Em 2022, na gestão do presidente Rodrigo Pacheco, o Senado Federal homenageou o Pedrão nomeando o local de treinamento da Polícia Legislativa como “Academia Pedro Ricardo Araújo Carvalho”, por meio da Resolução nº 48/2022. Hoje, os policiais legislativos treinam contemplando essa justa homenagem a um de seus valorosos representantes.

Como legado, o Pedro Ricardo deixou uma marca de bons serviços prestados ao Senado Federal e de dedicação integral e carinho à Polícia dessa Casa do Legislativo, unidade na qual trabalhou ininterruptamente durante 28 anos. Ficaram marcadas nos colegas, amigos e familiares a determinação e a garra do Pedrão, incansável em sua vontade de fazer da Polícia do Senado uma referência para o Brasil.



“ Nessas poucas linhas, presto uma homenagem à memória de um homem incrível, meu amado marido Pedro Ricardo que nos deixou prematuramente devido à Covid-19. Pedro foi um marido amoroso, um pai dedicado, um amigo leal e um funcionário exemplar, sempre disposto a estender a mão para ajudar os outros.

Desde o primeiro dia em que nos conhecemos, Pedro me impressionou com seu coração generoso, sua inteligência afiada e seu senso de humor contagiante. Ele tinha a capacidade incrível de iluminar qualquer sala com seu sorriso e fazer as pessoas se sentirem à vontade ao seu redor.



Em nosso lar, ele era o pilar da família, sempre pronto para ouvir, aconselhar e compartilhar risadas e alegrias. Ele tinha uma paixão pela vida e aproveitava cada momento, sempre buscando aprender algo novo e explorar novas possibilidades.

Como pai, era incrivelmente amoroso e presente. Ele se orgulhava de seus filhos e se dedicava a apoiá-los em todas as suas conquistas e desafios. Seu amor e orientação sempre foram uma fonte de força e inspiração para nossos filhos.

A perda do Pedro deixou um vazio imenso em nossas vidas, mas seu legado de amor, bondade e coragem permanecerá conosco para sempre. Ele nos ensinou a enfrentar as adversidades com força e a encontrar esperança mesmo nos momentos mais sombrios.

Celebramos 33 anos de casados em janeiro de 2021 em uma atmosfera de amor e cumplicidade. Desde o início, Pedro sempre foi um marido maravilhoso, e juntos compartilhamos os momentos mais preciosos de nossas vidas. Juntos, enfrentamos altos e baixos, sempre apoiando um ao outro e crescendo juntos como um casal.

O Pedro, com seu espírito aventureiro, sempre amou a natureza e tinha uma paixão especial pela pesca. Nos fins de semana, ele frequentemente se aventurava para seus lugares de pesca favoritos, onde encontrava paz e tranquilidade. De minha parte, sempre incentivei a paixão do Pedro pela pesca, entendendo o quão importante era para ele ter esse tempo para si mesmo e para se reconectar com a natureza.

Para o Pedro a pesca não era apenas um hobby, mas também uma forma de expressão e um refúgio. Ele gostava de compartilhar suas histórias de pesca com a família, que ouvíamos com entusiasmo, apreciando o brilho em seus olhos quando ele falava sobre suas aventuras. Mesmo nos dias em que a pescaria não

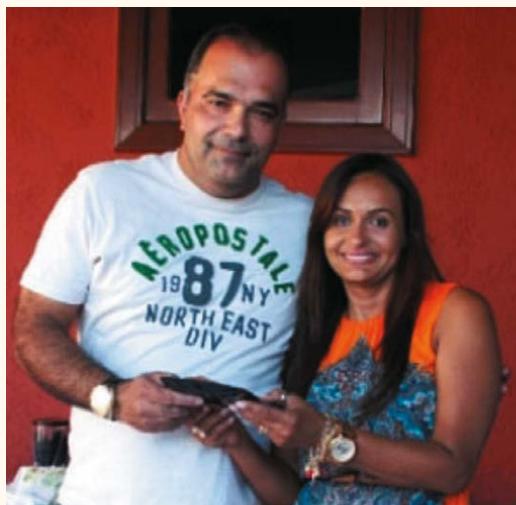
era tão bem-sucedida, Pedro sempre voltava para casa com um sorriso no rosto, grato pela experiência e pela oportunidade de fazer algo que amava.

Nosso casamento foi uma prova do poder do amor e do compromisso. Juntos construímos uma vida repleta de memórias felizes, apoio mútuo e respeito. E, acima de tudo, soubemos como nutrir os interesses e paixões um do outro, tornando nosso relacionamento ainda mais forte e significativo.

Hoje, enquanto nos lembramos do Pedro, celebramos sua vida e honramos sua memória. Que seu espírito continue a viver em nossos corações e que sua luz guie nosso caminho.

Descanse em paz, meu amor, você será eternamente lembrado e amado. ”

### **Vera Lucia de Melo Carvalho**







## PETRUS ELESBÃO LIMA DA SILVA

Sou Petrus Elesbão Lima da Silva, filho de Manoelina de Jesus Lima da Silva (dona Santinha) e Francisco Elesbão. Como técnico legislativo, trabalhei a maior parte da minha vida na antiga Gráfica do Senado Federal, que hoje é conhecida como Secretaria de Editoração e Publicações do Senado (SEGRAF). No total, acumulei 35 anos de contribuição à Casa. A minha jornada começou na Seção de Fotomecânica e culminou no cargo de coordenador-geral de produção da Gráfica. Depois, fui para a 1ª Secretaria do Senado. De lá, me tornei diretor da Secretaria de Estágio. Em seguida, trabalhei no gabinete do senador Fernando Collor, onde me aposentei. Guardo muitas lembranças de todos esses anos, em que vivenciei diversas experiências. E tem uma história em especial que eu desejo compartilhar com os colegas.

Lembro-me vividamente de um capítulo marcante, um período em que o suspense permeava os corredores da instituição. Era início de mandato de um novo presidente do Senado e começou um burburinho sobre mudanças em equipes e em cargos de direção. A “rádio-peão” da Gráfica, apelido inspirado nas fofocas que circulavam, ganhou vida, alimentando a incerteza que se transformou em uma saga de muita confusão: cabeças iriam rolar. (Quiprocó formado. Risos). Coincidentemente, nesse mesmo período, fazendo parte do projeto de modernização, a Gráfica do Senado adquiriu uma guilhotina, equipamento usado para refilar o papel a ser usado pelas impressoras. A informação de que a guilhotina havia chegado se espalhou rapidamente pelos corredores do Senado e desencadeou rumores e especulações sobre mudanças na direção da Casa. A notícia se transformou em um boato de grandes proporções. O medo da guilhotina, literal e metafórico, pairava sobre todos, até que a verdade se revelou: o novo equipamento cortaria papel, não cabeças.

Trabalhar na Gráfica do Senado era bastante intenso, porque éramos um dos setores de toda a Casa que não tinha como parar. Ou seja, trabalhávamos em três turnos: manhã, tarde e noite,



sendo que o turno noturno muitas vezes se estendia até 7h do outro dia. Sempre tinha muito serviço, principalmente no noturno – turno em que eu trabalhei por muitos anos – devido à impressão da Ordem do Dia. Para que a sessão do Senado Federal pudesse ser aberta, obrigatoriamente, a Ordem do Dia tinha que ser distribuída aos senadores.

A minha vida no Senado também é entrelaçada com a Associação dos Servidores do Senado Federal (ASSEFE) e o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), entidades nas quais ocupei a Presidência. Tenho uma história singular com o Sindilegis, que defende os servidores da Câmara, do Senado e do TCU. Sou filiado desde a criação do Sindicato, que ocorreu no dia 6 de outubro de 1988. Filiei-me porque sei da importância dos sindicatos.

Quando me tornei presidente do Sindilegis, encaramos muitos projetos que queriam ceifar os direitos dos servidores. À época, vivenciamos uma situação inédita no Brasil, porque precisávamos conviver e contornar três crises simultâneas: a política, a econômica e a moral. Digo isso – e aqui parafraseio o jornalista Arnaldo Jabor – porque comparo essa crise generalizada com um poço de areia movediça: “Em qualquer lugar que se pisa, se afunda”. Assumimos o Sindilegis com todos esses desafios a serem enfrentados. Por isso, nossa estratégia foi trabalhar com a verdade, transparência, gestão estratégica, e parcerias.

Grandes mudanças foram feitas durante a minha gestão e quero citar algumas, como a mudança da sede do Sindilegis, onde aliamos economia e conforto ao associado. Também mudamos a logo do Sindilegis, durante o aniversário de 30 anos, para contemplar os símbolos da Câmara, do Senado, e do TCU. E criamos o prêmio Gente que

Inspira, que é uma forma de reconhecer e dar visibilidade aos servidores das três Casas que trouxeram iniciativas de boas-práticas. No total, mais de 20 pessoas já foram agraciadas e homenageadas por nós por suas brilhantes ideias.

Durante meu mandato também enfrentamos duras batalhas. A luta contra a reforma da previdência foi a mais difícil e durou um ano inteiro. Eu não conseguia parar de pensar nos prejuízos que aquele projeto traria para os colegas próximos a conquistarem um direito tão importante, como é a aposentaria; nas pensões, que seriam reduzidas para mais da metade; no aumento das alíquotas previdenciárias e, conseqüentemente, a redução da remuneração de servidores e trabalhadores de todo o país. Foram quatro anos de mandato em que enfrentamos muitas pedreiras, mas tive uma diretoria que me acompanhou o caminho inteiro e, juntos, trabalhamos para trazer as melhores mudanças possíveis para o nosso filiado e todos os servidores.

Fui presidente da ASSEFE por dois mandatos. Uma das histórias das quais me orgulho foi ter recebido, em 2015, o prêmio Casos de Sucesso, concedido pela Confederação Brasileira de Clubes (CBC), que representa mais de 3.000 clubes e associações do Brasil todo. A premiação foi um reconhecimento à Creche da ASSEFE, à época, como uma entre as três melhores instituições do país. A CEI-ASSEFE era uma instituição tradicional, respeitada e reconhecida como uma das melhores em educação infantil, não só pela estrutura de funcionários e profissionais de alto nível, mas também pela metodologia diferenciada, pelo funcionamento em tempo integral, com nutricionista e pediatra à disposição.

Atualmente, encaro o desafio de presidir o Clubs – Clube de Benefícios do Servidor Público. A missão é árdua, mas igualmente gratificante, pois traz uma série de vantagens a mais de 30 mil servidores. Saber que contribuo para levar benefícios que geram economia significativa aos filiados me deixa extremamente gratificado.

Sou pai de um rapaz maravilhoso, o Petrus Pompeu, que a gente chama carinhosamente de Pepe; e tenho ao meu lado minha grande companheira, Virgínia, com quem já vivi tanta coisa. São eles a maior motivação da minha vida, o combustível que me move para continuar lutando por algo em que realmente acredito.

Como cidadão e servidor público, acredito que a sociedade deva ser ouvida e respeitada. E que seja razoável, humana, porque quando falamos de “servidores públicos” não estamos falando de “números”, mas de pessoas, de vidas, do futuro dos nossos filhos e netos. Sejamos, pois, a medida do Sindicato ativo e competente que queremos e que os nossos representados merecem: combativos, serenos, transparentes, seguros nas negociações e, sobretudo, intransigentes na defesa dos interesses dos servidores do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União. Parafraseando o mestre Rui Barbosa: “Quem não luta pelos seus direitos não é digno deles”.







*“Sou do mundo  
Sou Minas Gerais”*



## ANTONIO JOSÉ BARBOSA

Os versos da conhecida canção criada por integrantes do “Clube da Esquina” estão, aparentemente, fora do lugar. Afinal, que sentido eles podem ter em um texto que pretende contar a experiência e as lembranças de um aposentado servidor do Senado Federal? Há, no entanto, razões de sobra para que eles estejam aqui.

Lembro, inicialmente, que eles foram introduzidos em texto acadêmico por um grande historiador brasileiro, José Murilo de Carvalho. O autor teve a ideia de usar a expressão “mineiros da diáspora” para identificar-se, o que também faço agora. Também me identifico como mineiro que trilhou distintos caminhos até se fixar em Brasília.

Nasci em uma pequena cidade da Zona da Mata, Guidoal, em meados dos anos 1950. Para ser mais preciso, em 1954, mesmo ano do suicídio de Getúlio Vargas. Registrar as origens parece-me necessário para

contextualizar minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional, até chegar à Consultoria Legislativa do Senado. Na minha terra natal, fiz o primário e o secundário, meus primeiros contatos com o alfabeto e com tudo o que me permitiu elaborar uma leitura do mundo, ainda que naturalmente superficial.

Nasci num tempo em que a política ocupava lugar privilegiado na mente dos brasileiros. Não por outra razão, entre o fim do Estado Novo getulista, em 1945, e o advento da nova ditadura, em 1964, o Brasil viveu uma rica, complexa e pedagógica experiência democrática. Experiência assinalada por uma até então desconhecida vivência de democracia, autêntico aprendizado do significado da participação política. Ainda que crises de variada dramaticidade tenham marcado o período, o certo é que, nos primeiros anos da década de 1960, o país estava “irreconhecivelmente inteligente”. Nas ruas, nas fábricas, nos lares, nas escolas, nos sindicatos, nas universidades, enfim, em todo e qualquer espaço se praticava a discussão política, num ambiente de progressiva polarização ideológica.

Impossível esquecer os primeiros dias de abril de 64. Com meus dez anos, mantive vivo o que testemunhei em casa: minha mãe agitava freneticamente o dial a espera de que algum de seus filhos, residentes no Rio de Janeiro, manifestasse seu apoio ao presidente João Goulart nos microfones da *Rádio Nacional* ou da *Mayrink Veiga*, antes que os estúdios fossem ocupados pelos golpistas. Foi em vão, mas ficou o exemplo da luta pela legalidade democrática.

Nasci em família simples, condição que não a impedia de interessar-se por política. Nosso ninho cívico era o Partido Social Democrático, o PSD, o qual, aliás, nada tem de semelhante com o que veio depois. O partido era muito forte em Minas, tanto política quanto eleitoralmente. Algumas

de suas principais lideranças adquiriram projeção nacional. Seriam os casos de Juscelino, condutor da modernização de Belo Horizonte, do estado e do país; Tancredo Neves, o grande liberal de irrepreensível carreira na vida pública; de José Maria Alkmin, companheiro de JK desde a meninice em Diamantina; dos Bias Fortes, em Barbacena, em duradouro confronto com os Bonifácio Andrada; do senador Levindo Coelho e de seu filho Ozanam Coelho, chefes políticos em minha comarca, Ubá.

Desde muito cedo, aprendi a conviver com a política. Em época de campanha eleitoral, sobretudo, crescia meu entusiasmo na defesa de “meus” candidatos pessedistas, cujos maiores adversários na região eram o Partido Republicano (PR) e a União Democrática Nacional (UDN). Criança ainda, participei de importante ato político-partidário, um grande comício em Ubá do candidato ao governo de Minas pelo PSD, Tancredo Neves, que acabou derrotado pelo oponente udenista, Magalhães Pinto. Foi minha primeira derrota eleitoral, a primeira de uma série que parece infundável.

Como era comum no interior do país – os grotões, como dizia Tancredo, as eleições municipais, bem mais que as estaduais e nacionais, carregavam impressionante carga de passionalidade. Guidoal não fugia a esse cenário de acirrada disputa. Passei toda a infância e boa parte da adolescência experimentando essas emoções. Até que, chegada a juventude e tendo completado 18 anos (à época, idade mínima para se alistar como eleitor), lancei-me no embate eleitoral. Foi assim que, sem nada gastar e abusando da vocação para a elogiada oratória, participei de todos os comícios e fui eleito vereador. Consegui a proeza de ser o segundo mais votado, tendo obtido algo em torno de 10% dos votos do total de eleitores do município.

Cerca de duas décadas depois, já servidor do Senado, pretendi voltar a ser vereador em minha cidade. Docemente constrangido, aceitei alterar o plano e ser indicado candidato a vice-prefeito. Integrei uma chapa de aliança entre PSDB e PFL (cheguei a ouvir do senador Marco Maciel, que viria a ser vice-presidente nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, que minha pequena cidade, encravada entre serras e vales na mata mineira, tinha se antecipado na formação da aliança partidária nacional que viria ocupar o Palácio do Planalto). Erro fatal. Foi a maior derrota eleitoral que Guidoval conheceu. Ali prometi a mim mesmo encerrar a carreira de candidato, promessa que cumpri e cumprirei por toda a eternidade. Jamais, no entanto, permiti que esmorecesse em mim o interesse pela política, pela democracia participativa.

Também aos 18 anos, entrei na Universidade Federal de Juiz de Fora para cursar a graduação em História. Hoje tenho clareza quanto à escolha do curso: era o desejo de compreender a política brasileira e mundial. No Brasil, a ditadura que asfixiava as liberdades ampliava o arbítrio e sufocava a democracia; no mundo, a guerra do Vietnã e o espírito de 1968 embalavam os melhores sonhos de uma juventude inconformada com a brutalidade e a generalizada intolerância. Logo no início do curso, iniciei minha carreira na docência, atividade que exerci por cerca de meio século.

Foi assim que, instado por parentes e amigos, inscrevi-me no concurso público de provas e títulos para o cargo de assessor parlamentar do Senado Federal. O certame foi difícil, tendo ocorrido ao longo de um ano. Para minha sorte, as provas eram discursivas, à exceção de Processo Legislativo, que era objetiva, na qual obtive a gloriosa menção de 0.0. Lembro-me vivamente da prova de português, na qual me saí

razoavelmente bem e, principalmente, da de discurso, certamente a razão maior de minha aprovação.

Embora aprovado, eu integrava o grupo de candidatos cuja classificação ultrapassava o número de vagas oferecidas. Foi uma desgastante luta para que pudéssemos ser chamados, batalha liderada por alguns abnegados colegas e que contou com o apoio do diretor da Assessoria, o grande Edgar Lincoln de Proença Rosa. Assim, em 1988, tomamos posse e pudemos acompanhar a tramitação final do processo constituinte que culminou com a promulgação da “Constituição Cidadã”, segundo a perfeita e feliz definição dada por Ulysses Guimarães.

De Assessoria Parlamentar para Consultoria Legislativa muitos passos foram dados no sentido da efetiva profissionalização do trabalho oferecido aos senadores. No meu caso, do princípio ao fim no exercício da função de consultor, atuei no Núcleo de Pronunciamentos. Que aprendizado! Como historiador de formação e veterano professor, a mim era endereçada, quase sempre, solicitação para elaboração de discursos relativos a fatos históricos e a datas comemorativas. Não raro, era escolhido para a elaboração de discursos que tinham a educação por objeto. Confesso que muito aprendi com os colegas revisores. Graças a eles, melhorei minha capacidade argumentativa, a escrever de modo mais conciso e, sobretudo, a não ofender em demasia o vernáculo.

Alguns trabalhos, que fugiam da rotina e da mesmice, deixaram-me feliz. Eles me deram a possibilidade de tratar os temas propostos com clareza e, muitas vezes, esgrimindo pontos de vista que também eram os meus. Algumas ocasiões foram particularmente generosas para comigo. Nesse sentido, destaco determinados trabalhos que me

gratificaram enormemente. Busco na memória já não tão ativa alguns desses momentos.

Em primeiro lugar, um fato que me marcou profundamente. Eram meus primeiros dias de trabalho quando um esbaforido assessor do senador Marco Maciel chegou trazendo parte do material que seria utilizado em instantes pelo senador, que já se preparava para subir à Tribuna. A tarefa era revisar o discurso que, felizmente, estava datilografado, pois que apenas uma ou duas pessoas conseguiam traduzir os hieróglifos manualmente redigidos pelo representante de Pernambuco. Com um detalhe: as folhas chegavam aos poucos, mesmo porque estavam sendo datilografadas no gabinete do senador. Creio ter vencido o desafio. Marco Maciel gostou tanto que, a partir daí, e ao longo de seu mandato, inclusive na vice-presidência, escolheu-me como seu redator permanente. O trabalho foi tão intenso que, quando de sua eleição para a Academia Pernambucana de Letras, avancei no que o bom senso determinava e, em tom de chiste, disse-lhe que me sentia participante de sua posse.

Certo dia, fui indicado para escrever um texto para o senador Lúcio Alcântara, justamente para registrar a passagem de um ano de falecimento do grande senador, educador e antropólogo Darcy Ribeiro. Na hora de redigir, veio uma inspiração que lembrava a letra de belíssima canção de J. Alf: “o inesperado faça uma surpresa”. Nunca me esqueci do modo como iniciei o discurso: em vez do tradicional “Senhoras e senhores senadores” comecei o texto de forma nada usual. Era assim: “É a saudade de Darcy Ribeiro que me traz a esta Tribuna hoje”. Só depois vinha a saudação de praxe.

Uma grande emoção quem me proporcionou foi o senador Pedro Simon, conhecido pela bela oratória e que quase sempre fazia seus pronunciamentos de improviso, especialmente nas sessões matutinas de sexta-feira. Seu gabinete havia solicitado um discurso longo e denso que sintetizasse o cenário educacional brasileiro. Aproveitei minha experiência de professor e de uma década como técnico em assuntos educacionais do MEC para elaborar o texto. Simon o leu na íntegra! Foi forte a emoção ao ouvi-lo.

É com carinho que me recordo de alguns encontros com o senador Artur da Távola. Sempre gentil, ele jamais pediu a minuta de um discurso. Queria tão somente que fossem anotados alguns itens, à guisa de lembrete, para serem por ele utilizados em seu discurso. Com meu quase conterrâneo José Alencar, depois vice-presidente da República, uma experiência constrangedora ao me apontar crasso erro de português que eu cometera no texto que elaborara.

Lembro, com carinho, das incontáveis palestras e dos inúmeros cursos ministrados no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). De igual modo, conduzido pelas mãos sempre solícitas de Florian Madruga, aproximei-me da Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas (Abel), que me deu segurança e incentivo para percorrer o Brasil falando da história política do país.

Por fim, mas não menos importante, é com carinho que me lembro de muitos, muitos colegas com os quais convivi em duas décadas de trabalho na Conleg. Dois momentos me são extremamente gratos recordar. Em primeiro lugar, o encontro das manhãs de sextas-feiras na saleta que fazia as vezes de ponto do café. Ali nos encontrávamos para discorrer

sobre os mais variados temas, particularmente os referentes à História. Ouvidos atentos acompanhavam a explanação e, ao cabo, avultavam os comentários, sempre atenciosos e pertinentes. Também às sextas, ao fim do expediente, chegou o momento sagrado de encontro na sala do caríssimo Antonio Olímpio, amizade antiga, desde os tempos da UFJF, que as circunstâncias da vida nos permitiram reatar. As conversas descontraídas eram regadas a deliciosas cachaças, assunto do qual o anfitrião era e é notável conhecedor.

Orgulhosamente, passei todos esses anos contribuindo com o sistema de comunicação social do Senado Federal. Considero-me “sócio fundador” da rádio, da tv, da agência e do jornal. Fiz deles meu palco predileto para falar de história política do Brasil, seus êxitos e dissabores. Uma dádiva para mim foi a possibilidade de conhecer mais profundamente o Arquivo Histórico do Senado e de usufruir da extraordinária biblioteca da Casa.

O sentido único da palavra saudade, na língua portuguesa, no que a difere dos demais idiomas, é que ela traduz algo de bom, que nos compraz em recordar. É o que sinto em relação ao Senado. Sentimento de afetiva gratidão que, por certo, me acompanhará para sempre!



Foto: Roque de Sá/Agência Senado.





## JOSÉ MENDONÇA DE ARAÚJO FILHO

Sempre gostei de ouvir e de contar histórias. E estou me controlando para não ir muito longe nesta gostosa missão de falar um pouco sobre minha passagem pelo Senado Federal. Afinal, quantos vieram antes de mim e fizeram grandes e importantes feitos pelo Brasil. Falar na primeira pessoa cria a necessidade de domar o EU, que, aqui, espero que diminua para que a história seja a rainha e não eu o rei. Meu pai aposentou pela Câmara dos Deputados nos idos de 90. Quando criança, eu frequentava o local de trabalho dele, no gabinete do antigo PMDB, onde o inesquecível Ulysses Guimarães ia escrevendo a história do Brasil. Havia tanto o que ser feito, principalmente pelo fato de o Brasil ser uma jovem democracia. Lembro daquele homem grande, de olhos bem azuis, olhando para mim e cobrando as notas da escola. Tinha a voz vibrante e a forma como falava era um misto de exigência, carinho e esperança. Não esqueço disso. Ele demonstrava ter uma forte confiança na juventude e no futuro do País.

Recordo-me de sempre dizer a ele e ao meu pai que um dia trabalharia no Congresso. Essa é mais uma lembrança muito querida e tão distante. E o sonho foi realizado. Tomei posse no dia 30/5/86 e fui trabalhar na Diretoria-Geral com o dr. Lourival Zagonel. Antes, eu tinha trabalhado por quase 5 anos na Procuradoria-Geral da República, quando era procurador-geral o ministro Sepúlveda Pertence, a quem cito, também, como homenagem.

Sabendo de minha formação jurídica, o dr. Zagonel encarregou-me da análise de processos. Havia o desejo da Administração em criar um novo Senado, novos órgãos, e que a instituição pudesse se comunicar melhor com o povo brasileiro. Esse período foi um divisor de águas. O antigo Senado Federal cedia ao novo. Havia o desejo de construir uma administração mais célere, moderna e inovadora, esse espírito nunca abandonou nossa instituição. Eu guardava o intenso desejo de trabalhar na Advocacia. Não demorou muito para conhecer o advogado-geral à época, dr. Alberto Moreira Vasconcelos, um homem muito culto, educado e de um sorriso largo e igual para todos. Tomei coragem, fui falar com ele e revelei minha intenção. Tempos depois eu estava trabalhando na Advocacia, no 24º andar, Anexo I. Quando Brasília recebia as grandes tempestades parecia que o prédio virava um pêndulo, e nem se via a cidade lá de cima.

Meus pais não gostaram muito dessa altura. Esperavam que eu subisse na vida, mas não dessa forma. De lá, eu passei a ter um novo olhar sobre o meu Brasil e também de minha cidade natal. Cada dia descobria, lá de cima, um lugar de minha amada Brasília. E aí começaram as grandes transformações em minha vida funcional. Mais por conta da generosidade do dr. Alberto, fui nomeado para diversas comissões de processo

administrativo, licitação e outras. Iniciamos o trabalho de organizar melhor as comissões, criar procedimentos, normas e padrões de conduta que pudessem permitir aos nossos sucessores uma forma de trabalho mais eficiente e de resultados. Nascia, podemos dizer assim, o controle pleno do exercício do poder vinculado, sem, jamais, esquecer do poder discricionário, o lado humano da Administração.

Tive a oportunidade de iniciar outros estudos em nosso antigo CEDESEN (atual ILB), que era muito bem coordenado pelo querido Caio Torres, pai de nosso amigo, Eduardo Torres. Que tempo de aprendizado e formação de amigos! Naqueles idos colocamos as primeiras pedras para uma futura Universidade do Legislativo e cursos voltados não só para nossa comunidade quanto para o público externo. Criamos as primeiras parcerias. Ali passei a entender melhor o País, nosso Senado Federal e as imbricadas soluções políticas. Logo cedo aprendi que a política era para os senadores, representantes da Federação e, a nós, cabia criar e disponibilizar todos os instrumentos para que a autoridade pudesse exercer o mandato com maestria.

No CEDESEN, tornei-me não só aluno quanto professor e, bem depois, orientador e examinador de banca. Formamos parceria com os outros Poderes, estados e municípios. Levamos o nome de nossa instituição para as Assembleias Legislativas e mostramos que a Casa tinha um corpo técnico de primeira linha, reconhecido por inúmeras autoridades, até mesmo estrangeiras. O Senado Federal abria-se para ensinar e, muito mais, para aprender.

O Senado Federal, entre as tantas oportunidades a mim dadas (sou eternamente grato), permitiu-me o mestrado, cuja dissertação foi

sobre Medida Provisória Legislativa, tema classificado depois pela UnB em concurso e publicado nos anais daquela Universidade. Penso ter deixado um tijolo na academia para ser analisado se ele serve ou não para alguma construção futura.

Trabalhei com vários outros advogados da instituição, como o dr. Pedro Cavalcanti, dr. Alexandre Dupeyrat Martins e dr. Tereso. Fui convocado para trabalhar no primeiro processo de *impeachment* e devo confessar que deu frio na barriga. Era algo jamais tratado no País. Como trabalhar em algo inédito? Era um grande grupo de trabalho envolto na parte técnica, pois a questão política estava sob a responsabilidade dos representantes da Federação. Fomos incumbidos de construir os procedimentos o “como fazer” mais detalhados para o efetivo cumprimento da Lei nº 1.070, de 10/4/50, considerando que ela nunca tinha sido aplicada para o caso decidido pelo Parlamento.

Logo depois fui trabalhar no PRODASEN, onde, junto com servidores do mais alto nível (muitos formados pelo ITA e outros em universidades de renome nacional e internacional) enfrentamos o denominado “bug do milênio”, a criação da “Fábrica de Softwares” e do Interlegis, participando da equipe de negociação com a dra. Bernadete, advogada do BID, enquanto ocupava o cargo de diretor jurídico do Prodasen, na gestão da amiga dra. Regina Célia, como diretora executiva, e o diretor do projeto, dr. Armando Nascimento Cerchi. Naquela época, vivia-se o medo de, com a virada do milênio (1999/2000), os computadores não compreenderem a mudança e, assim, pudessem gerar uma pane generalizada em todo o planeta. O mundo inteiro vivia a corrida por uma rápida solução. O Prodasen, com a Fábrica de Software e outras medidas vitoriosas, colocou o Senado

em vanguarda. Servimos de referência para vários órgãos do governo e até para outros Países. Meses depois do enfrentamento dessa questão, essa fabulosa empreitada nos fez descer no meio da Floresta Amazônica (Tefé) para implantação de um dos polos do Projeto Interlegis, um dos primeiros. Acompanhamos o nascimento e o crescimento dessa valiosa história de nossa Casa. Foram dias muito profícuos, e que não pararam.

Como aprendi com os amigos do PRODASEN! Imaginem conciliar a ciência do Direito, sempre muito formal, exigente e pouco flexível, com a ciência da Tecnologia da Informação (TI), que a cada semana mudava, como acontece até os dias atuais, e cada vez com maior velocidade. Aprendi logo o que significava “estado da arte”, “log”, “bug” e outros termos curiosos. Também aprendi a conciliar a necessidade urgente de atualizar e customizar nossos equipamentos com a rigidez da Lei de Licitação da época. O próprio TCU ainda estava avançando nessa área.

Quando algum concorrente em processo licitatório ajuizava mandado de segurança questionando decisões do PRODASEN/Senado Federal no processo de contratação, lá íamos conversar com o juiz da causa para explicar a decisão do órgão. E eu sempre alertava aos colegas que deveriam falar o português claro e leigo para o magistrado, nada de terminologia técnica. Como homens e mulheres muito inteligentes iam além, pediam licença ao magistrado para mostrar, no computador daquela autoridade, o que o novo produto representaria para o Senado e o País. O (A) colega sempre dava um show, sentava-se na cadeira do juiz e mostrava primeiro os problemas pela falta daquela tecnologia, depois, as soluções que ela traria se fosse adquirida. Por diversas vezes, os juízes chamavam os encarregados de TI do Tribunal e pediam que fizessem o mesmo que nós.

Outro fato, ainda mais divertido e curioso, foi o que aconteceu em Palmas/TO em 18/10/2005 (naquela época, um estado e uma capital ainda em franca formação e quando da instalação da Escola do Legislativo do Estado de Tocantins). Convidado a falar sobre licitação em um auditório repleto de vereadores, deputados, e até com a presença do presidente da Assembleia Legislativa, deputado César Halum e do governador Marcelo Miranda, fiz a opção de comparar as compras/contratações públicas com a realidade de um condomínio. O tempo e cronograma para essa fala seria: a) de 8h a 10h abordar sobre os princípios básicos da licitação; b) o café seria das 10h às 10h30; e, por fim, c) de 10h30 a 12h seria para tirar dúvidas, tecer comentários e outros. Como de hábito, sempre pedia que, na hora do café, aqueles que quisessem fazer alguma observação, me procurassem. Foi a melhor decisão, e logo saberão o porquê.

Portanto, eis que tive uma imensa surpresa em minha aventura de comparar a forma de compra/contratação pelo condomínio e a Administração Pública, explicando que o condomínio, como comunidade gerida por grupo escolhido pelo voto, deve agir, sob todos os aspectos, pelo regimento e demais normas aprovadas por essa coletividade, e que o mesmo deve fazer o administrador público, haja vista que, quando vão adquirir algum produto/serviço, tanto o síndico quanto o administrador público devem abrir oportunidade para todos que tenham interesse em contratar.

No horário do café, um vereador aproximou-se e pediu para falar. Ele identificou-se como agente da polícia federal e me informou que estava exercendo o mandato de vereador e, por essas experiências, estava acostumado a viajar pelo País. Por mais que achemos estar preparados, a vida

sempre nos surpreende. Ele foi direto ao assunto e disse: “o senhor fez uma comparação interessante entre a Administração Pública e o condomínio na compra ou contratação de um serviço. Bem didático o seu exemplo, mas que em Palmas não se aplica por um motivo bem simples”. Confesso que fiquei perplexo e extremamente curioso sobre o porquê de ali não se cumprir a lei, foi a primeira ideia a surgir. E a resposta que veio a seguir dividiu minha experiência no antes e depois do que ouvi. Rindo ele lecionou: “porque em Palmas não tem prédio e as pessoas daqui não estão acostumadas com esta figura jurídica do condomínio, mas se o senhor utilizar a palavra cooperativa, ao invés de condomínio, penso que atingirá seu objetivo”. Assim fiz logo após o café. Agradei, de público, a ajuda daquele servidor exemplar e fiz a substituição das palavras, ao que ouvi todo o auditório comentar: “ah... agora entendi”. Ainda me encontro rindo ao escrever essa estória. Como é gratificante e legal aprender todos os dias.

E a vida segue, numa bela manhã de início de expediente, fui convidado a presidir uma Comissão de Inquérito que dizia respeito a problema gravíssimo de servidor, com possível implicação de pena de demissão. Fiquei pensando em nomes para ajudar-me nessa difícil missão e, ao pegar o elevador, encontrei meu dileto amigo Doraci Reis, um servidor bastante experiente na área, equilibrado e muito justo. Não hesitei em convidá-lo e, pela primeira vez, ele negou. Meu semblante era de pura surpresa e ele foi logo emendando à frase anterior: “Mendonça, esta semana eu aposento”. Foi um misto de alegria por ele e também de grande reflexão, pois, naquele momento, vislumbrei a cena de uma fábrica onde os produtos acabados vão saindo e bem atrás vem outra sequência. Depois dele, seria eu. A minha “sequência” era a próxima. Naquele dia, minha

ficha “caiu”. Então tomei consciência de que meu tempo também estava findando depois de tantos anos no Senado Federal.

A partir desse descortino ofereci-me para recepcionar os novos funcionários e identifiquei-me com o Tiago, um soteropolitano legítimo, um rapaz que sabe conciliar inteligência com humildade. Fizemos um “bem bolado”. Ele me ensinaria as últimas novidades em tecnologia, estudos e outros avanços e eu tentaria passar-lhe algumas experiências para ajudá-lo na caminhada que se iniciava no Senado. Essa mentoria ajudou-me bem mais do que espero ter contribuído com meu jovem amigo.

Era chegada minha hora de partir e, como sempre digo, fui baixando “meu aviãozinho teco-teco”. Fui aos poucos desaparecendo-me de todas as atribuições e voltando às atividades básicas, permitindo, assim, que a nova geração pudesse ter seu espaço, como um dia meus antecessores, de forma elegante e grata, fizeram comigo. Pousei meu pequeno avião e outro me esperava, uma nova identidade, uma nova vida.

Como diz o professor da USP Joel de Souza Dutra: “devemos ter outra identidade para quando nos aposentarmos, a fim de dar sentido à vida”.

Minha efetiva identidade agora é a advocacia. Sigo minha vida com minha esposa, e muito feliz. Os filhos “voaram”, pegaram seus “aviões”, tenho ainda meus pais para cuidar com amor, e o primeiro netinho já me desafia, e como é bom “perder” para ele. Agora curto os amigos da *bike* de João Pessoa, a turma do mergulho, espalhada pelo mundo, a galera das trilhas de *Jeep* e, vem aí, uma nova tribo, a da motocicleta. *Carpe Diem*. E chega, não é mesmo? Isso aqui não pode ser uma biografia.

Minha imensa gratidão a Deus, à Nossa Senhora, à minha família e a vocês queridos amigos do Senado Federal. E sabe o que digo numa hora dessas? Nada, já disse tudo. Fui...







## ANTÔNIO FLÁVIO TESTA

Entrei no Senado em 1984 e fui trabalhar na Gráfica, na área de expedição, na diretoria industrial. A organização do trabalho era modelo industrial, muito bem organizada, mas mecanizada.

Algum tempo depois, fui designado encarregado pelo setor de treinamento dos servidores. Essa experiência foi muito marcante para mim, pois tive contato direto com administração de RH. Fui chamado, pelo dr. Lucena, então diretor executivo da Gráfica, e falou que me daria aquela oportunidade, pois achava que eu tinha potencial, pela minha formação acadêmica.

À época, eu já era graduado em sociologia, política e antropologia. Mas não tinha experiência em administração de RH. Na prática, foi um mundo novo que se descortinou para mim. Aproveitei muito as oportunidades que surgiram. Comecei a estudar bastante tudo que podia sobre

treinamento de pessoal. Foi a partir dali que me especializei em gestão pública. Fiz vários cursos e especializações. Concluí o curso de especialização em Gestão Pública – CIPAD pela FGV e meu trabalho de conclusão de curso foi sobre a Gráfica, no qual abordei as transformações gerenciais que ocorriam velozmente naquela organização.

Conheci muita gente boa e competente, a partir do universo de treinamento de pessoal. Algum tempo depois, fui encarregado da área de comunicação institucional da Gráfica, pelo mesmo diretor. Minha experiência nesse setor foi enriquecedora. Tanto pelas pessoas com quem convivi, como pelo aprendizado profissional.

Naquele período, a Gráfica do Senado passava por muitas transformações organizacionais e a automação era uma realidade.

Na área de treinamento tivemos mudanças importantes. Naquela época só havia um técnico que sabia usar a máquina de escrever elétrica no nosso setor, a famosa IBM. E havia uma demanda por datilógrafos em vários outros setores. A Diretoria autorizou um programa de formação de datilógrafos.

Foi contratada uma renomada escola de datilografia para treinar servidores. Muitos aproveitaram a oportunidade; outros, não. Muita gente não percebia que o próximo passo seria a formação de digitadores, pois a computação viria inexoravelmente.

Em 1986, fui requisitado para um gabinete no Senado, do senador Jamil Haddad (RJ). Depois, fui para o gabinete do senador Hugo Napoleão (PI). Trabalhei também com o senador José Bianco (RO). Mais

recentemente, trabalhei com o senador Sergio Zambiasi (RS), fui chefe de gabinete do senador Eunício Oliveira (CE) e assessoro atualmente o senador Chico Rodrigues (RR).

Anos depois, tornei-me chefe de gabinete da Secretaria de Comunicação Social (Secom), dirigida por Fernando César Mesquita.

Um caso interessante aconteceu, quando eu já estava na Secretaria de Comunicação Social do Senado e o processo de modernização e automação exigia adaptações e treinamento para bem utilizar os computadores.

Esse caso enigmático foi o depoimento de um amigo jornalista, já bem antigo na profissão. Ele me disse: “Levei muito tempo para me adaptar ao barulho das máquinas Olivettis, pois sou do tempo da Parker 51. Com ela, escrevia bem. Mas, com o tempo, me adaptei a usar a máquina Olivetti. Agora, com a introdução do computador nas redações, estou pensando em voltar a usar minha Parker 51”. Claro que falava em tom de desabafo. Mas, no fundo de sua alma, havia uma angústia ao perceber que as mudanças tecnológicas aconteceriam velozmente e o processo de adaptação humana não aconteceria na mesma velocidade. E isso ocorreu em praticamente todas as áreas, o que significou mudança cultural, de atitudes e posturas gerenciais e profissionais.

Houve outro caso interessante. Com a decisão de mudar o *design* das áreas de trabalhos e da adoção de baias e áreas abertas para as pessoas interagirem, muita gente teve dificuldade, pois seu espaço físico, querendo ou não, denotava um pouco de poder e prestígio.

Fui incumbido de gerenciar esse processo de reorganização na Comunicação Social, que foi um setor que cresceu muito e rapidamente. O convívio entre profissionais de imprensa, rádio, TV, internet, relações públicas, administração, manutenção, estagiários e prestadores de serviços nem sempre foi tranquilo. Havia muitas idiossincrasias e até preconceito entre os profissionais.

Casos interessantes ocorreram. Alguns gestores alegavam que a cadeira, a mesa, a secretária, o ramal de telefone, enfim, todo o aparato era propriedade dele. Houve quem alegasse que iria reclamar com o presidente, pois estava se sentindo desprestigiado. Muitos outros casos hilários ocorreram.

Na realidade, apenas refletiam uma crise de visão entre pessoas que viam a organização com olhos estanques, focados no passado, enquanto a realidade mudava rapidamente. Aqueles que souberam aproveitar os espaços abertos por processos transformadores intensos e carentes de novos profissionais especializados progrediram.

A mudança geracional dos anos 90 foi significativa. A mentalidade do Senado, pelo menos, nas áreas em que trabalhei, foi se adaptando rapidamente aos novos tempos. Do papel às nuvens, da caneta Bic aos aplicativos digitais; de mão de obra ao cérebro! Tudo isso ocorreu em poucas décadas.

O Senado, de forma geral, sempre ofereceu os melhores treinamentos para seus servidores. E a capacidade de inovar e produzir foi amplificada significativamente graças ao esforço dos servidores e à visão estratégica de muitos diretores. Não todos, claro!

O Senado havia passado por uma reengenharia organizacional, que resultou na Resolução nº 9/1997.

Estudei detalhadamente aquela Resolução, pois previa um novo Senado, capaz de enfrentar os desafios das grandes transformações advindas, sobretudo das telecomunicações e do avanço da informatização dos processos gerenciais.

Naquela época, eu estudava intensamente as transformações que ocorriam. À noite e nos finais de semana, ministrava aulas nos cursos de graduação em administração e comunicação em várias faculdades e universidades. Participei de inúmeras bancas de mestrado e doutorado.

Na Secom, fui o precursor da área de *marketing* com ênfase em administração, não apenas publicidade. Tive oportunidade de organizar o livro *Comunicação e Marketing Político* publicado pela Secretaria de Editoração e Publicações (SEGRAF). Esse livro abordou toda a discussão da evolução da comunicação social no Senado Federal, desde o antigo Dim-Dom até o advento da TV, Rádio, e Agência Senado. E traz também a compilação de toda a legislação afim. Esse estudo foi muito trabalhoso e teve a participação de colaboradores de várias áreas. Foi referência bibliográfica em cursos do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

Foi muito bom trabalhar sob o comando de Fernando Mesquita, um executivo visionário que, com apoio dos presidentes Sarney e Antonio Carlos Magalhães, montou uma equipe competente e teve recursos e condições políticas para inovar na gestão da Comunicação Social.

A Comunicação do Senado transformou processos e inovou na articulação entre senadores e o público, facilitando a divulgação das atuações parlamentares nos seus estados. Também a Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen) colaborou bastante para a modernização, com treinamentos específicos e o oferecimento de *homepages* para os senadores.

A maioria desconhecia a informática e o seu potencial. Fui incumbido de visitar todos os gabinetes e conversar com chefes de gabinetes e assessores de imprensa sobre os serviços que a Comunicação oferecia aos senadores. Publicou-se um catálogo de serviços. Não creio que ainda hoje os gabinetes usem todo o potencial da Comunicação Social, tampouco do Prodasen e, sobretudo, do Interlegis.

Esse projeto, inicialmente comandado pelo inovador Armando Nascimento, previa a estruturação de uma rede digital ligando as câmaras de vereadores, tribunais de contas e assembleias legislativas ao Congresso, sobretudo ao Senado federal, que era o gestor responsável junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Na Secom, realizamos muitos trabalhos relevantes. Naquele período, colaborei bastante com a área de treinamento do Senado, o ILB. Lá ministrei inúmeros treinamentos sobre *marketing* pessoal, liderança, análise organizacional, e gestão do tempo. Tive muitas turmas e o aproveitamento e *network* foram ótimos. Colaborei bastante com a formação do Programa de Desenvolvimento Gerencial, em sua fase inicial. Fui professor, orientador e avaliador do MBA em Políticas Públicas. Colaborei como avaliador de artigos para publicação na Revista de Informação Legislativa em muitas edições.

A relevância do trabalho que desenvolvemos nas várias áreas em que atuei no Senado foi marcante. Primeiro, porque o processo legislativo, em todas as suas etapas, está vinculado à governabilidade, ou seja, é a partir da relação do cidadão com o parlamento que, numa democracia, as decisões estruturais são tomadas, com a elaboração das leis que regularão tanto o comportamento social como o funcionamento dos diversos setores da economia.

Sempre atuei nas áreas de comunicação, treinamento, educação e gestão, com foco no desenvolvimento pessoal e humano, cujo reflexo na organização incidia no aprimoramento dos processos e na humanização das relações entre pessoas, tanto internamente como com o cidadão.

Nos gabinetes em que atuei, pude perceber a importância de estarmos preparados para atender às demandas sociais e ouvir a população e de propor projetos e ações educacionais e comunicacionais para aperfeiçoar a democracia.

Finalizando, creio que dois momentos marcantes para mim, no Senado, foram: como encarregado de treinamento no antigo Cegraf (atual SEGRAF), pude verificar a mudança de mentalidade e o avanço da automação dos processos. E os esforços que foram feitos para que o Cegraf acompanhasse as demandas advindas da automação de processos e seu impacto no processo legislativo. Foi realmente marcante. Acrescento também a experiência na chefia de gabinete da Comunicação Social. Lá, acompanhei a passagem de vários diretores, com visões diferentes sobre como gerenciar uma secretaria tão estratégica e fundamental para a democracia brasileira. Finalmente, meu curto período como diretor do Interlegis me mostrou o quanto interesses políticos e pessoais não

republicanos atrasam o avanço de nosso país. A integração digital entre todos as instituições legislativas, nos três níveis, teria avançado bastante se houvesse vontade política e visão estratégica.

No Senado, aprendi muito. E agradeço àqueles que me proporcionaram experimentar e aprender a servir ao público.









## REGINA CÉLIA PERES BORGES

### Introdução

Sentido-me honrada pelo convite para escrever um capítulo da segunda edição do livro “Esta é minha História”, agradeço e louvo a iniciativa da produção dessa obra, fruto da parceria entre a Diretoria-Geral do Senado Federal e o Sindilegis.

A história que contarei aqui não é o registro da vanguarda da tecnologia da informação de uma época, é o registro de um ímpeto transformador, da busca incessante por soluções capazes de transformar a realidade. Esse ímpeto, que foi fundamental para os resultados obtidos em minhas gestões como diretora do Prodasen, perpassou o tempo. O Órgão

já nasceu vocacionado a ousar, inovar, desbravar caminhos para modernização e fortalecimento do Poder Legislativo Nacional.

Agreguei a este texto alguns vídeos, que permitirão uma viagem no tempo e maior materialidade aos relatos. Para os leitores dessa obra no formato digital, basta clicar nos *links* à medida que eles forem surgindo no corpo do texto; para os que estiverem lendo no formato físico, os vídeos estarão disponíveis em canal do Youtube acessível por meio do QR code abaixo.



### **Meu caminho no Senado Federal**

Ingressei nos quadros do Prodasen em 1º de dezembro do 1975. Entrei como programadora e, na sequência, tornei-me analista de sistemas, gerente de contas, Diretora de Desenvolvimento de Sistemas e Diretora-Executiva. Embora tenha me sentido muito realizada em todas as funções técnicas que exerci no Prodasen, para o presente propósito, contarei a minha história como gestora.

Torna-se obrigatório destacar que tudo o que foi realizado durante as minhas gestões foi fruto do conhecimento, entusiasmo e integração de esforços do corpo funcional do Prodasen, nas suas mais diversas competências. Como numa orquestra, atuamos em cooperação e harmonia, tendo cabido a mim a honra da regência. Reconheço e agradeço a importância de cada um desses colegas, me abstendo de citar nomes para não cometer omissões. Acrescento que foi fundamental o apoio da alta ad-

ministração do Senado Federal e dos senadores, assim como o concurso dos diretores e servidores do Senado e de parceiros especiais da Câmara dos Deputados.

### **Diretora de Desenvolvimento de Sistemas (1989-1991)**

No início de 1989, William Sérgio Mendonça Dupin assumiu a Diretoria-Executiva do Prodasen e me indicou ao então Presidente do Senado, Senador Nelson Carneiro, que me nomeou Diretora de Desenvolvimento de Sistemas.

Era a primeira legislatura após a promulgação da Constituição de 1988, que mudou o modelo institucional do País, ampliando de forma expressiva as prerrogativas do Poder Legislativo. Para exercer plena e efetivamente os poderes que haviam conquistado, as duas Casas do Congresso precisavam se adaptar. A necessidade de adaptação foi sentida também pelo Prodasen, que procurou se repensar, se instrumentalizar, para atuar no novo cenário. Foi um período muito desafiador para o Prodasen, que, além da necessidade de intensificar o suporte ao Parlamento, precisava se adequar à grande revolução tecnológica que estava em curso em âmbito global. O modelo de processamento centralizado em computador de grande porte (*mainframe*), acessado por terminais sem capacidade de processamento, até então adotado pelos grandes centros de processamento de dados, inclusive o Prodasen, foi dando lugar a modelos de processamento distribuído.

O Prodasen passou a fazer várias adaptações. Adaptou carreiras técnicas, métodos e processos de trabalho, estrutura organizacional e

distribuição de espaços físicos. Implantou, como experiência piloto de distribuição do processamento, uma pequena rede de microcomputadores para editoração de textos no Centro Gráfico do Senado Federal - CEGRAF. Essa experiência, que foi desafiadora, teve seu papel para orientar as experiências posteriores.

Tive participação ativa na gestão do William. Entendo que a grande mudança comandada por ele preparou o terreno e lançou sementes para as realizações que viriam depois.

### **Diretora-Executiva (1991-1993)**

Diante de sérios problemas de saúde do William e nomeada Diretora-Executiva do Prodasen pelo então Presidente do Senado Federal, Senador Mauro Benevides, coube a mim a missão de consolidar a reestruturação do órgão.

Com muitos propósitos e desafios pela frente e contando com total apoio da alta administração do Senado, fomos à luta.

Empreendemos processos de planejamento estratégico, gestão de projetos e treinamento do pessoal, especialmente aqueles voltados para microinformática e redes.

**Prospecção de soluções** – Para promover a atualização do parque computacional, lidamos com as dificuldades inerentes ao pioneirismo, pois não existia no Brasil rede de comunicação de dados de grande porte, com processamento distribuído. Então, constituímos uma comissão de servidores, da qual eu participei e que foi capitaneada pelo Primeiro-Secretário, Senador Dirceu Carneiro, com o objetivo de prospectar, nos

Estados Unidos, soluções tecnológicas emergentes e conhecer o estágio da informatização de Casas Legislativas americanas. Fomos ao Congresso dos Estados Unidos, onde visitamos o Senado, o CRS (*Congressional Research Service*) e o CBO (*Congressional Budget Office*). Fomos ao Senado Estadual de Michigan, porque era referência na aplicação de tecnologias de informática ao Processo Legislativo. Fomos, ainda, ao Centro IBM de Suporte a Imagens, ao Centro IBM de Redes e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, que acabara de implantar uma ampla rede de processamento distribuído, numa arquitetura condizente com a nossa realidade. As visitas foram muito proveitosas e nos ajudaram a vislumbrar caminhos.

**Migração para processamento distribuído** – Iniciamos a descentralização do nosso parque computacional instalando uma rede básica (*backbone*) em fibra ótica, redes setoriais e microcomputadores. Com essa nova configuração, cada setor do Senado Federal passou a ter capacidade de processar seus próprios dados e comunicar-se com qualquer outro setor ou com o computador central. Os sistemas de informação de todos os setores da Casa foram sendo adaptados às novas tecnologias. [Video-1 https://regina.peres.nom.br/video01](https://regina.peres.nom.br/video01)

**Troca do Computador Central (*mainframe*)** – Nessa ocasião, ainda não havia como prescindir do *mainframe*, pois os importantes sistemas de informação do Congresso Nacional tinham sido concebidos para esse ambiente e a migração para uma plataforma totalmente distribuída teria que ser feita paulatinamente. Porém, como o *mainframe* já estava com sua capacidade de memória e de processamento esgotadas, foi necessário atualizá-lo. Migrou-se para um computador central que, em relação ao anterior, duplicou a capacidade de memória, quase triplicou a capacidade

de processamento e proporcionou diminuição do consumo de energia e do espaço físico ocupado. **Vídeo-2** <https://regina.peres.nom.br/video02>

**Intercâmbio de informações** – O Prodasen lançou um CD-ROM com a base de dados NJUR (Normas Jurídicas), numa solução inovadora para a época, e assinou convênios de intercâmbio de informações com importantes órgãos do Poder Executivo e Judiciário.

**Sistema VIP - Voz e Imagem dos Plenários** – Existia no Senado Federal um sistema de comunicação interno, com caixas de som distribuídas por todo o prédio, conhecido como Dim-Dom. Por meio dele, o público interno tinha acesso a áudios das sessões do Plenário, avisos, notícias e músicas. Como tratava-se de solução precária, de aplicação limitada, havia o desejo de substituí-lo por um circuito interno de televisão.

Quando visitamos o Centro IBM de Suporte a Imagens, conhecemos um dispositivo, ainda em processo de desenvolvimento, chamado F-coupler, que, acoplado a uma rede de comunicação de dados, possibilitaria a transmissão de sinal de vídeo simultaneamente aos dados. Isso significava que poderíamos ter uma rede privativa de TV a cabo, utilizando a mesma rede de dados que estávamos implantando. E, melhor ainda, os microcomputadores, que estavam sendo adquiridos para substituir os antigos terminais, seriam usados como monitores de TV. Constatamos, dessa forma, que poderíamos implantar o aspirado circuito interno de TV, com pequeno gasto adicional ao que estava previsto para a implantação da rede de dados. Desenvolvemos, então, o Sistema VIP – Voz e Imagem dos Plenários, que passou a transmitir ao vivo, para todos os setores da Casa, as imagens dos plenários do Senado Federal e da Câmara dos Deputados,

das comissões e a programação da Secretaria de Comunicação Social e dos canais externos de TV.

Foi um projeto inédito, inclusive internacionalmente, com grande repercussão no Congresso Nacional, nos órgãos de imprensa, nos setores de tecnologia da informação e comunicação. O que hoje é trivial, foi uma realização de vanguarda, que rendeu ao Prodasen o prêmio “Personalidade de Informática do DF - 1993”, conferido pela Sociedade de Usuários de Informática e Telecomunicações - SUCESU-DF e a mim a Medalha do Rio Branco, distinção conferida pelo Itamaraty por serviços meritórios prestados ao país. [Vídeo-3 https://regina.peres.nom.br/video03](https://regina.peres.nom.br/video03)

**Central de Vídeo do Senado Federal** – A Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal estava empenhada em criar uma Central de Vídeo, mas, como havia dificuldades burocráticas a serem enfrentadas, o Prodasen, que tinha vasta experiência em aquisição de equipamentos, foi instado a cooperar e conduzir o processo aquisitivo dos produtos e serviços necessários. Para especificação do projeto básico, houve grande interação nossa com os colegas das áreas de Comunicação Social e de Telecomunicações do Senado Federal, especialmente com Marilena Chiarelli, Agnaldo Scardua e Narciso Mori e, juntos, efetuamos as aquisições necessárias à implementação do projeto. A Central de Vídeo, somada ao circuito interno de TV, trouxe novas perspectivas para a função de comunicação da Casa.

**Processo de elaboração do orçamento** – O Prodasen deu relevante contribuição para o Congresso Nacional no alcance da sua autonomia, em relação ao Poder Executivo, na elaboração da Lei Orçamentária. Para abordar esse tema, trago trechos de um trabalho desenvolvido por

Oswaldo Maldonado Sanches, que era Assessor de Orçamento da Câmara dos Deputados e respondeu pela coordenação técnica do assessoramento à Comissão Mista de Orçamento, entre 1992 e 1995.

“Numa reunião da Chefia da AOFF com o Deputado Messias Góis, então eleito Presidente da CMO para o período 1992/1993 e com o Senador Mansueto de Lavor, Relator-Geral do Orçamento para 1993, sobre a apreciação do projeto de Lei Orçamentária, foi aventada a possibilidade de se assumirem os riscos de fazer o ‘fechamento’ do Orçamento – a integração das alterações promovidas por emendas no projeto original enviado pelo Poder Executivo, de modo a produzir o respectivo ‘Autógrafo’ para envio à sanção pelo Presidente da República – inteiramente no âmbito do Parlamento”.

Sanches relata, ainda, que ele e outros Consultores de Orçamento da Câmara e do Senado, que participavam da reunião, foram questionados sobre a concreta viabilidade do “fechamento” do Orçamento no Congresso Nacional e responderam que “daria muito trabalho, poderia resultar em alguns atrasos, mas que valia a pena correr o risco para assegurar a autonomia do Parlamento” e que, para isso, seria imprescindível o concurso do Prodasen.

Foi-me apresentado, então, aquele desafio, que aceitei prontamente, tanto pela sua relevância, quanto pela certeza de que a nossa equipe, extremamente qualificada e experiente em matéria orçamentária, daria conta do recado. Sanches, com o concurso de outros assessores, fez a ligação entre a Comissão Mista de Orçamento e o Prodasen, especificando e acompanhando os trabalhos demandados, cujos resultados ele assim define: “Desenvolvimento, implantação e subsequentes

aprimoramentos de um conjunto de sistemas integrados para o apoio à Apreciação de Matérias Orçamentárias pelo Congresso Nacional... Esse abrangente sistema, delineado para propiciar o seguro e rápido processamento dos milhares de emendas que eram formalizadas, sobretudo aos Projetos de Leis Orçamentárias Anuais – que tinham chegado ao absurdo de 70.000 emendas em 1991 – foi constituído de vários módulos, com especial relevância para o realizado em 1994 com vistas a permitir maior padronização e segurança na formalização de emendas”. Esse esforço conjunto permitiu que o fechamento do Orçamento passasse a ser realizado inteiramente no âmbito do Congresso Nacional.

**Comissões Parlamentares de Inquérito** – O Prodasen teve atuação relevante em algumas Comissões Parlamentares de Inquérito, como na CPI da Previdência, do PC e do Orçamento.

Sem deixar de atender às demandas de rotina, o Prodasen se mobilizava por inteiro para apoiar os trabalhos das CPIs. Trabalhávamos em ritmo frenético, fazíamos mutirões e vigílias, tínhamos uma relação constante com a mídia, observávamos com rigor o sigilo das informações, recebíamos pressões diversas, até ameaça de bomba no nosso prédio. Apertávamo-nos em pequenos espaços, para dar lugar a servidores do Senado, da Câmara dos Deputados e técnicos de intuições diversas que se juntavam àquele esforço. Os auditórios do Prodasen ficavam dedicados à digitação, organização e conferência de milhares de documentos. Desenvolvíamos sistemas específicos, processávamos grande volume de dados, fazíamos cálculos, cruzamentos, tabulações, consolidação de informações de toda natureza, imprimíamos infinidade de relatórios. Documentos importantes ficavam sob a nossa guarda. Reunimo-nos

com diretores do Senado, para sincronização das ações. O gabinete e a sala de reunião da Diretoria-Executiva ficavam à disposição do presidente e do relator da comissão em pauta, para que pudessem 'se reunir com assessores e outros parlamentares, discutir pautas, apreciar documentos, tomar decisões e concentrar esforços, especialmente nos momentos que antecediam à emissão do relatório final que, normalmente, acontecia após noites de vigília. Ao final de cada CPI, era gratificante constatar a relevância da atuação do Prodasen para o alcance dos resultados. [Vídeo-4 https://regina.peres.nom.br/video04](https://regina.peres.nom.br/video04)

**Além de encantar, o Prodasen cantava** – Por iniciativa de colegas nossos, foi criado o coral do Prodasen, que trazia melodia e leveza ao nosso cotidiano e abrilhantava as nossas celebrações, especialmente as natalinas. Na solenidade em que recebemos o prêmio Personalidade de Informática do DF - 1993, o canto de nossos colegas mostrou que, além da atuação técnica, éramos unidos por sensibilidade e companheirismo.

### **Diretora-Executiva (1993-1994)**

A partir de 1993, no início da gestão de cada Mesa Diretora, a Associação dos Servidores do Prodasen (ASCIP) passou a realizar eleição para formação de lista tríplice, a ser apresentada ao novo presidente do Senado Federal, com indicação dos nomes preferidos pelo corpo funcional para dirigir o Prodasen naquele biênio.

Era facultado aos candidatos apresentarem seus planos de gestão. Em todas as vezes que participei, fui distinguida com a preferência da

expressiva maioria dos colegas e, em seguida, nomeada pelos Presidentes Humberto Lucena (1993) e Antônio Carlos Magalhães (1997).

Durante a presidência do Senador Humberto Lucena, além do desenvolvimento de novos sistemas para a Comissão Mista de Orçamento, o Prodasen se dedicou, quase que exclusivamente, ao apoio à CPI do Orçamento. Ao término daquela CPI, exaurida pelo esforço que me fora exigido, solicitei desligamento do cargo.

### **Diretora-Executiva (1997-2001)**

Em fevereiro de 1997 voltei para a Diretoria-Executiva do Prodasen, nomeada pelo então Presidente Antonio Carlos Magalhães. Em meu plano de gestão, destaquei a importância de ações que concorressem para aprimorar o regime democrático e fizessem pleno uso da Internet, recurso recém implantado no Senado Federal pelo Prodasen, na gestão do Marco Antonio Pais dos Reys.

**Interlegis** – Havia uma antiga aspiração das Casas Legislativas do país, que era a cooperação e troca de experiências entre elas. Essa aspiração ficava evidente nas frequentes visitas que o Prodasen recebia de Casas Legislativas de todo o país, interessadas em conhecer as soluções desenvolvidas para modernização do Senado Federal e em estabelecer política de cooperação. Iniciativas de encontros voltados para troca de experiências entre Casas Legislativas eram frequentes, e algumas dessas iniciativas chegaram a se institucionalizar como o ANDAL, Associação Nacional para o Desenvolvimento das Atividades Legislativas, fundada 1987, sob a liderança do então diretor-geral do Senado Federal, o colega

Lourival Zagonel. Depois, veio o Enial – Encontro Nacional de Informática Aplicada ao Legislativo, iniciativa de Casas Legislativas estaduais e municipais, que teve sua primeira edição em Brasília em 1996 e continuou tendo novas edições anuais.

O advento da Internet foi o “ovo de Colombo” que propiciaria a criação de uma rede permanente de comunicação e informação, interligando Casas Legislativas de todo o país, tanto para modernizá-las individualmente, quanto para a modernização do Poder Legislativo como um todo. Nascia o Interlegis.

O programa foi apresentado ao Presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e ao primeiro-secretário, Ronaldo Cunha Lima, na primeira visita que fizeram ao Prodasen, em março de 1997. Ambos se entusiasmaram com o Prodasen e com o projeto Interlegis, cuja viabilização passaram a apoiar. [Vídeo-5 https://regina.peres.nom.br/video05](https://regina.peres.nom.br/video05)

Importante registrar que o Senador Geraldo Melo, então Vice-Presidente do Senado, também foi um grande incentivador e apoiador de nossas atividades, especialmente do Interlegis.

O Programa contou com financiamento do BID - Banco Interamericano do Desenvolvimento, em rubrica de modernização do estado. A apresentação do Projeto Interlegis ao presidente do BID, Enrique Iglesias, se deu na residência oficial do presidente do Senado, no dia 15/7/1997. Além do presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, participaram dessa apresentação o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o vice-presidente da República, Marco Maciel, o vice-presidente do Senado, Senador Geraldo Melo, o

presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer e muitas outras personalidades políticas e governamentais. O presidente do BID demonstrou grande interesse pelo Projeto Interlegis e se comprometeu a analisar a possibilidade de financiá-lo.

O lançamento do Interlegis aconteceu no dia 17 de julho de 1997, em solenidade no plenário do Senado Federal, conduzida pelo presidente e pelo primeiro-secretário da Casa, com participação expressiva de parlamentares e servidores do Poder Legislativo de todo o país. [Vídeo-6 https://regina.peres.nom.br/video06](https://regina.peres.nom.br/video06)

A partir daí, passamos a fazer sucessivas reuniões para alinhar técnica e politicamente o projeto e criamos comissão técnica para avançar no seu detalhamento. Atuamos no complexo e exigente processo para formalização do empréstimo junto ao BID, na implementação dos primeiros produtos e serviços que seriam oferecidos pelo Interlegis, na sensibilização das Casas Legislativas de todo o país, na criação de toda infraestrutura tecnológica prevista no projeto, na construção do prédio que abrigaria o Programa. Diante de todos os benefícios vislumbrados com a implantação do Interlegis, foi crescente a onda de entusiasmo e determinação para sua viabilização e, durante a gestação do projeto, novas ideias e possibilidades foram sendo consideradas e agregadas a ele, que foi se enrobustecendo a cada dia. [Vídeo-7 https://regina.peres.nom.br/video07](https://regina.peres.nom.br/video07)

Além de intensas atividades de treinamento, foi realizado grande número de seminários e congressos para divulgação e esclarecimentos sobre o programa, entre eles o 1º Seminário Nacional do Interlegis, realizado em Salvador, Bahia, em novembro de 1999, contando com quase mil participantes. [Vídeo-8 https://regina.peres.nom.br/video08](https://regina.peres.nom.br/video08)

Em fevereiro de 2001, no final da gestão daquela Mesa Diretora do Senado Federal, inauguramos o edifício sede do Interlegis e, em seguida, deixei a Diretoria-Executiva do Prodasen e a Diretoria Nacional do Interlegis, que exercera desde 1999, como requisito protocolar do acordo com o BID. Quando deixei a gestão do Programa Interlegis, ele estava completamente operacional, dotado dos recursos e condições necessárias para sua continuidade e consolidação, como por exemplo: edifício sede do Interlegis pronto e operacional; rede, com equipamentos de vídeo conferência, interligando a sede do Interlegis com as Assembleias Legislativas e Câmara Distrital do DF, com o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Tribunal de Contas da União; 27 salas de multiuso nas Assembleias Legislativas e Câmara Distrital do DF; roteiro detalhado para execução do programa, consignado no documento pactuado com o BID; 600 Câmaras Municipais sendo equipadas com estação de trabalho, composta por um microcomputador, *softwares*, uma impressora laser e conexão de rede; Unidade Executora do Programa (UEP) implantada; Casas Legislativas de todo país demonstrando grande interesse em se integrar ao Programa Interlegis, haja vista que, nos anos seguintes, o número de adesões de Casas Legislativas ao Interlegis ultrapassou a marca de 4.000; disponibilidade de recursos financeiros decorrentes do financiamento do BID, num valor previsto para custear toda a primeira fase do Programa, que foi efetivamente concluída em 2006, sem ter esgotado os recursos financeiros disponíveis. [Vídeo-9 https://regina.peres.nom.br/video09](https://regina.peres.nom.br/video09)

O vídeo a seguir, produzido logo após a minha saída, retrata o estágio em que deixei o Programa Interlegis.

[Vídeo-10 https://regina.peres.nom.br/video10](https://regina.peres.nom.br/video10)

**Recursos tecnológicos diversos** – A adoção pelo Prodasen do processamento distribuído, iniciada em 1991, foi se dando paulatinamente com a migração dos sistemas do computador central para servidores de rede, sendo que a efetiva desativação do *mainframe* só aconteceu em 2005.

Durante todos os anos em que dirigi o Prodasen, incorporamos e atualizamos recursos computacionais de toda natureza. Para dar uma ideia de algumas dessas incorporações, vale citar: robô para operação das fitas magnéticas; sala cofre, para aumentar a segurança do parque computacional; *Data Warehouse*, para cruzamento e rastreamento de informações; *Workflow*, para digitalização de documentos e controle de sua tramitação; biblioteca digital.

**Bug do Milênio** – Simultaneamente à implementação do Programa Interlegis, houve importante esforço do Prodasen para solucionar o chamado “bug do milênio”, expressão referente ao risco de ocorrer erro nos sistemas de computação na virada do milênio.

No Prodasen, ainda em 1997, foi planejada a substituição de alguns sistemas mais antigos e para tanto foram incorporadas tecnologias de modelagem de processos e de produtividade no desenvolvimento de sistemas. Porém, pela constatação da impossibilidade de desenvolver novos sistemas na velocidade requerida, concluiu-se por equacionar o problema do bug do Milênio, essencialmente, pela conversão e substituição de linhas de códigos dos sistemas existentes. Além disso, foi feita aquisição de novas versões de *softwares* básicos, aquisição/troca de equipamentos e plano de contingência. Foram feitas correções de 10.500.000 linhas de código, sendo que 5.700.000 foram convertidas e 4.800.000 foram

substituídas. O Prodasen optou por resolver a questão internamente, embora tenha sido necessária a contratação de alguns técnicos externos, especialmente veteranos, uma vez que boa parte dos técnicos mais novos na Casa não tinham pleno domínio das linguagens utilizadas nos sistemas mais antigos. A virada do século transcorreu sem percalços nos sistemas computacionais do Prodasen.

**Laboratório Vivo do Legislativo (LVL) e Fábrica de Software** – Em 1998 foi implantado o Laboratório Vivo do Legislativo, que utilizava uma tecnologia chamada *Fábrica de Software*, cujo processo se desenvolveria em duas fases. A primeira destinada a modelagem e aprimoramento dos processos de trabalho e a segunda destinada a produção, de forma semiautomática, dos códigos para automação dos processos modelados na primeira fase. A prática mostrou que a tecnologia da *Fábrica de Software* não estava madura o suficiente para produzir códigos como um desdobramento natural da primeira fase. Entretanto, no que se referia a modelagem e racionalização de processos, a tecnologia mostrou-se muito competente, tendo sido aplicada em vários trabalhos desenvolvidos para o Senado Federal, notadamente, no amplo processo de modernização desenvolvido junto à Subsecretaria de Pessoal, na gestão de João Carlos Zogbi. Os processos do setor foram desenhados e representados na tela dos computadores, com simulação do seu funcionamento, possibilitando ajustes e aprimoramentos, reduzindo excessos e corrigindo insuficiências, garantindo eficiência e economia. Houve muito entusiasmo e participação dos servidores da Subsecretaria de Pessoal nesse trabalho. Como vários servidores deram depoimentos para um jornalzinho do LVL (1999), copio aqui parte da fala do então Chefe de Serviço de Atendimento ao Usuário, Evandro Luis Perissê: “As mudanças irão permitir mais rapidez,

objetividade e simplicidade. É inadmissível que continuássemos a depender de fichinhas escritas à mão para atender às demandas dos servidores do Senado. Agora poderemos dar mais atenção ao usuário, em vez de termos a maior parte do tempo consumida pelas rotinas internas.”

Para concluir o meu relato, reporto-me ao tempo em que atuava como analista de sistemas ou gerente de contas e adorava modelar processos junto a quem os executava, desvendando os caminhos que percorriam, identificando percursos mais eficazes e racionais. A “tecnologia” de que eu dispunha para fazer aqueles trabalhos era a minha arcaica régua de fluxograma, mas aquela atuação me fascinava por sentir que estava contribuindo, ainda que modestamente, para melhorar o mundo a minha volta. Foi movida por esse sentimento, que atuei por tantos anos, em diferentes funções, na busca de melhoria para o Senado Federal e, em última análise, para o país. Apesar de adversidades, foram anos venturosos e desafiadores, que deixaram saudosas lembranças e muita gratidão a todos que fizeram parte dessa história.

Vídeo-11 <https://regina.peres.nom.br/video11>



Senador Dirceu Carneiro com troféu recebido pelo Prodasen.



Presidente Mauro Benevides, no Palácio do Planalto, com diretores do Senado Federal.



Em treinamento na IBM - Gávea.





## ROBSON AURELIO NERI

Gostaria de agradecer ao estimado colega Paulo Meira pelo convite para falar um pouco sobre minha experiência no Senado. Aqui ingressei em 1989, por meio de concurso para o Prodasen, e me aposentei em 2015. Sou muito grato à Casa, nesses 26 anos aprendi muito e fiz grandes amigos. Dedicarei este relato apenas ao que acredito ter sido minha contribuição para o Senado, esperando que pelo menos desperte a curiosidade de quem o lê. Contarei sucintamente como desenhei e como foi implementado o Sistema de Governança Corporativa e Gestão Estratégica do Senado Federal, até onde tenho conhecimento, o primeiro da Administração Pública direta brasileira.

Escrevo na primeira pessoa do singular por orientação editorial, mas muitos colegas contribuíram para o projeto que criei. Não tive como fugir da armadilha de citar alguns nomes, por terem sido

fundamentais, mas, certamente, minha memória me traiu e deixei de citar importantes companheiros. Aqui é que assumo a inglória tarefa de tentar me desculpar. Logicamente, este não é um documento técnico, mas uma breve descrição da minha experiência como servidor da Casa.

Bom, tenho a mania de querer organizar tudo que aparece na minha frente e, há algumas décadas, descobri que, na realidade, eu não era mais o engenheiro formado no ITA em 1980, mas um gestor obstinado por mudar e melhorar a realidade em que eu trabalhava. Quando caiu a minha ficha, com seis anos de formado, larguei meu emprego na Presidência da República, com ótima perspectiva profissional na área de Defesa e com experiência internacional, e fui para o vale do silício fazer o mestrado em Stanford, na Califórnia, buscando o estado da arte em administração e em gestão de tecnologia. Troquei meu Honda Civic zero km (o equivalente da época) e um salário excelente por uma bicicleta usada e uma bolsa de estudos da Capes, e foi a melhor decisão da minha vida. Abriu minha visão empresarial a fórceps. Voltei ao Brasil com todo o gás. Minha primeira empresa, em 1988, chamava-se Start-up, quando praticamente ninguém por aqui tinha a mínima noção do que significava. Eu estava me preparando para montar meu “grupo empresarial”. Sim, eu era audacioso e destemido. De repente, meu pai aparece com a notícia de que haveria concurso para o Senado e sugeriu que eu concorresse. Espontaneamente eu jamais iria me submeter a trabalhar em serviço público, onde eu não poderia dar vazão às minhas ideias e trabalhar, “onde ninguém fazia nada” (ignorância, hoje, ainda comum Brasil afora). Mas a insistência foi tanta que acabei fazendo e passando no “famigerado” concurso. Pai é pai!

Quando me chamaram para tomar posse, minha tendência era declinar da vaga, mas terminei persuadido, dessa vez, pelo argumento materno de que eu deveria assumir e experimentar por uns seis meses, e, caso não gostasse, desistiria com mais conhecimento de causa. Mãe é mãe! Então, entrei para os quadros do Prodasen, possuído pelo espírito do empreendedorismo, mas jogado na gaiola da 8.112 pintada com a 8.666. “Não ia prestar”.

Como todo novato, não me deixaram sentar na janela e me colocaram para ser gerente de contas da folha de pagamento da Câmara dos Deputados, pois eles ainda não tinham o Prodasen deles.

Apesar de ser um sistema difícil, de um setor menos prioritário, eu trabalhava como “louco”. Comecei a inventar planos de contas, visitas regulares ao cliente e a importunar os analistas veteranos dizendo como configurar seus programas. Isso não despertava grande simpatia de alguns colegas mais antigos, mas meu trabalho foi reconhecido: Regina Borges, que logo assumiu a direção do Prodasen, me convidou para coordenar o Núcleo de Planejamento e Orçamento da Assessoria da Diretoria Executiva, sob a batuta de Sirley Conde.

Na época, tive a oportunidade de fazer um curso em “Gestão pela Qualidade Total” na Universidade de Miami. Era o estado da arte em gestão. Voltei “com a corda toda”, trazendo na mala modernos conceitos que foram logo colocados em prática. Na época, conseguimos mudar a lógica da elaboração orçamentária anual que, até então, repetia a proposta do ano anterior com pequenos ajustes. Fizemos o orçamento ser decorrência do planejamento. O planejamento funcionou na prática no Prodasen da época. A Diretoria-Executiva definia as diretrizes para o órgão junto

à Comissão Diretora e ao Conselho de Supervisão (existente à época) e os diversos setores do Prodasen desenvolviam seus planos de ação. Chegamos a ter todos os projetos do órgão cadastrados na ferramenta “Project” da Microsoft, com todos os recursos materiais necessários e seus custos. No “Project”, todas as pessoas foram associadas aos projetos e atividades de que participavam. Com isso, o orçamento era gerado quase que automaticamente. Fortalecemos a Comissão de Planejamento (COPLAN), com representantes de cada área do Prodasen, que tratava e integrava os planos de projetos. As reuniões de diretoria eram sustentadas com informações que estavam consolidadas para todos os projetos: prazos, custos, pessoas. Essas reuniões costumavam contar com a presença do primeiro secretário, que presidia o Conselho de Supervisão do Prodasen. Além disso, as informações consolidadas eram apresentadas para o corpo de servidores. Esse nível de controle impressionou, à época, até o presidente do Senado.

Todos sabem que o Prodasen foi o berço de inovações que resultaram em grandes saltos tecnológicos e institucionais para Senado e, muitas vezes, com importantes impactos para o Brasil (outros depoimentos podem detalhar isso). Nos primórdios da criação do Prodasen, as principais cabeças foram aos Estados Unidos estudar o parlamento americano e trouxeram importantes consultorias de gestão. A profusão de soluções transformadoras só foi possível, portanto, pela visão e pela competência de seus dirigentes e servidores, bem como pela autonomia que o órgão gozava, à época, com relação à administração do Senado.

Posteriormente, já mais perto da janela, assessorando diretamente a diretoria, vi que, mesmo com os grandes avanços no planejamento,

eu sentia necessidade de algo mais abrangente, o que eu chamava de Programa de Excelência Organizacional. A perda de autonomia administrativa do Prodasen, entretanto, comprometeu essa perspectiva. Tal mudança foi um divisor de águas na história do Prodasen, cuja capacidade empreendedora, no meu entendimento, entrou em declínio.

Mas, apesar do novo cenário “estrutural”, eu não desistia. Entrava e saía ano, entrava e saía diretor, eu seguia perseverando na tentativa de implementar o tal programa de excelência na gestão do Prodasen. Frente aos insucessos, concluí que precisava mudar de estratégia. Decidi assumir uma postura menos ortodoxa e tentar sensibilizar diretamente os servidores do Prodasen. Comecei a fazer reuniões públicas na lanchonete para falar sobre gestão e mandava e-mail para todo mundo sobre o tema. Eu parecia um religioso andando com um livro debaixo do braço e fazendo pregações. Percebia ironia em alguns colegas, quando eu passava distribuindo os *flyers* e os convidando para os encontros. Destaco, como exceção, as iniciativas do colega Luiz Tostes que, ao lado de José Augusto Parreira, Postiga e Mario Aguiar, realizaram brilhantes trabalhos de planejamento estratégico não só no Prodasen, como também em algumas outras secretarias do Senado. Participaram em algumas ocasiões, também, Patrícia Cunha e José Coelho. Outra iniciativa de relevância ocorreu quando os colegas Rita Leal e Robison Castro desenvolveram o sistema ProResultados para a Diretoria-Geral.

Pouco depois, surgia a temática de Governança de TI. Comecei a estudar o assunto junto com os que hoje se tornaram os bam bam bans no TCU (Daniel Jezini, Marisa Alho, Mauro Giacobbo) e na Câmara dos Deputados (Patrícia Almeida, Sérgio Falcão, João Marciano). Consegui

convencer a diretoria a criar o Escritório de Governança e o Programa de Governança do Prodasen (eu ainda não sabia que Governança de TI era competência da alta administração da Casa, portanto não poderia ficar no Prodasen).

Em determinado ponto, para dar mais visibilidade à iniciativa, consegui permissão para colocar minha mesa no “aquário” do Prodasen (onde, mais tarde, durante a pandemia da covid-19, os senadores fariam votação remota).



Foto: O Escritório de Governança do Prodasen (antes de ir para o “aquário”)



Foto: “Aquário” do Prodasen

Então, estava eu literalmente na vitrine. Não tinha como fechar os olhos para “governança”. Entretanto, mais dois anos se passaram e não consegui evoluir o tanto que eu queria, apesar de toda a minha “pregação” e convicção quanto à importância daquele projeto para a instituição. Sentia-me uma voz isolada no deserto. Compreendi que, para ajudar o Prodasen a aprimorar sua gestão, seria necessário sensibilizar a alta

administração do Senado, a quem o órgão tornara-se subordinado. Eu diria que o desafio até então ambicioso, tornou-se audacioso.

Ao estudar governança de TI, cheguei à governança corporativa! Assunto que ainda não era do domínio da elite técnica do serviço público nacional. Ninguém falava sobre isso. O assunto ainda estava restrito à iniciativa privada e a empresas públicas. Ideias de outro mundo! Devorei alguns livros sobre o assunto e vi claramente sua aplicação na administração pública direta, com os devidos ajustes. Percebi nitidamente o papel do Legislativo na governança pública do Estado, embora ninguém estivesse vendo. Notei claramente que era isso de que precisava o Senado em sua administração e reparei que ninguém via isso. Observei, então, um grande e instigante desafio o qual decidi abraçar: sensibilizar o Senado para implementar governança corporativa na sua administração.

Passei, então, a aprofundar meus estudos e a desenhar protótipos de um modelo integrando governança corporativa e gestão estratégica, duas lacunas críticas na administração do Senado. Praticamente nada encontrei na literatura nacional, nem na internacional, sobre governança para a administração pública direta. Procurei interlocutores, assessores de órgãos públicos de excelência, também estudiosos no assunto, mas todos ainda estavam focados em governança de TI, planejamento estratégico e gestão de projetos. Só que isso era apenas parte do problema. Faltava muito. E, além do mais, não tinham uma abordagem sistêmica nem integrada. Restou-me a alternativa de criar o modelo. Defini uma arquitetura, a mais abrangente possível, para conseguir ter a visão do todo e ver como integrar as partes. Com essa visão sistêmica, poderia definir como realizar uma implementação progressiva. Apresentei meu modelo a

colegas do TCU, que ainda não tinham despertado para essa nova seara. Demonstraram, entretanto, interesse na arquitetura proposta. Parte dela foi aproveitada na arquitetura desenhada por eles em seus modelos de governança para a administração pública, anos depois.

Pronto. Terminado o desenho técnico, faltava o “detalhe”: aplicar uma técnica que não havia sido testada em nenhum outro lugar, e que, se aceita, traria uma mudança estrutural ao Senado. Montei meus power-points, coloquei meu terno de domingo e fui bater na porta de cada dirigente da alta administração da Casa: — Bom dia, meu nome é Robson e estou com algumas ideias para melhorar a administração do Senado. Você poderia me ouvir por alguns minutos? Percorri DGER (Gazineo), SGM (Cláudia Lyra), CONLEG (Bruno Dantas e Paulo Viegas), CONORF (Fabio Gondim), SECOM (Ana Novelli), SCINT (Shalom) e ADVOSF (Bandeira). As reações foram variadas, desde uma “aceitação reflexiva” até efusivos apoios. Felizmente quase todos entenderam o que expliquei e perceberam os grandes benefícios que o “projeto” traria ao Senado. Ouvi mais de uma vez desse alto escalão que, se eu conseguisse implementar, seria uma “revolução” na gestão do Senado. Entretanto, era unanimidade o “se eu conseguisse”. Seria uma mudança grande demais para uma cultura conservadora. Os dirigentes até apoiariam, mas não teriam como me patrocinar. Eu precisaria de algo mais.

Arrisquei mais uma prova de fogo, uma apresentação aos consultores da Casa. Consegui a presença de muitos e alcancei meu objetivo: a reunião começou em meio à incredulidade e curiosidade, mas terminou com entendimento e sem nenhuma objeção aparente. Parti, então, para convencer o chefe de gabinete da Primeira Secretaria, Maurílio Avelar, e o chefe de gabinete da Presidência, Sergio Pena.

Acabei conquistando dois amigos e um forte patrocínio. As recomendações de José Mendonça e Afrânio Moreira foram fundamentais. Era necessário, agora, transformar a minha ideia em um projeto de “gente grande”. Consegui que fosse criada, pelo primeiro secretário, uma comissão integrada por esses dirigentes, além da Doris, representando os chefes de gabinetes parlamentares. Então, com apoio de minha colega Claudia Nogueira, apresentei um relatório com a estratégia para implementar o sistema de governança no Senado.



COMISSÃO ESPECIAL  
PARA ESTRATÉGIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO SENADO FEDERAL  
(ATO DO 1º SECRETÁRIO Nº 24, de 2009)

Relatório Final

Nome	Matr.	Cargo	Assinatura
Maurício Lemos de Avellar Filho	218458	Presidente	
Robson Aurélio Nen	10507-0	Vice-Presidente	
José Alexandre Lima Gazineo	53330	Membro	
Claudia Lyra Nascimento	27766	Membro	
Sergio Francisco P. de O. Penna	4553-6	Membro	
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho	5642-2	Membro	
Fabio Gondim Pereira da Costa	5480-2	Membro	
Bruno Dantas Nascimento	56069	Membro	
Shalom Einstoss Granado	53871	Membro	
Ana Lucia Coelho Romero Novelli	54000	Membro	
Doris Marize Romariz Peixoto	3886-9	Membro	
Cláudia Lopes C. Góes Nogueira	10535-4	Secretária	

Tabela - Signatários do relatório com a estratégia para implementação de governança no Senado – 2009.

Nessa oportunidade, Maurílio ligou para o diretor do Prodasen “informando” que eu passaria a trabalhar com ele para implementar o projeto da Governança. Mandou colocar uma mesa ao seu lado e me pediu para buscar minhas coisas no Prodasen. Poucos minutos depois, ao chegar à minha sala, fico sabendo que o projeto tinha sido abortado, que eu não mais iria para a Primeira Secretaria e que não haveria mais “governança”. Bom, não tendo mais o que fazer, restava-me voltar a me dedicar unicamente ao Prodasen. Mas, como o mundo dá muitas voltas, uns dois anos depois, soube que teria surgido um impasse no contexto da reforma administrativa em vigor. Foi dito que esse era um assunto da alçada da governança e, ao questionarem quem entendia desse assunto, meu nome foi citado. Fui chamado à Diretoria Geral, cuja titular era Doris Peixoto, a primeira diretora-geral do Senado, que me apresentou a situação e eu sugeri linhas de ação. Essencialmente seria o sistema de governança. Cada vez que a diretora me chamava em meio a um furacão, eu saía correndo do subsolo, onde fica o Prodasen, até o 3º andar das torres gêmeas. Chegava tão esbaforido que mal conseguia articular minhas ideias. E ela me perguntava insistentemente: Isso vai funcionar? Você garante???? Eu respondia que funcionaria se ela patrocinasse o “projeto” e se enfrentássemos as grandes resistências que, certamente, encontraríamos nos quatro cantos do Senado.

Aos poucos fui conquistando sua confiança. Fui instalado em uma das salas de sua assessoria, me permitindo despachar sempre que necessário, inclusive nos corredores, no elevador, a caminho da Presidência, por exemplo. A rotina da Doris, como diretora-geral, era absolutamente frenética, insana. Só problemas de primeiríssima grandeza. Mesmo assim, ela assumiu o risco e resolveu patrocinar, para valer, o projeto.

Aceitou todas as minhas propostas, não sem antes me escrutinar sobre cada vírgula, sempre sob os implacáveis olhares de seus escudeiros Rosa Vasconcelos e Walter Valente. Foi instituído finalmente, em 2011, o Sistema de Governança Corporativa e Gestão Estratégica do Senado Federal. Pude, então, montar a equipe do Escritório de Governança, pilar do sistema. Eu trouxe experientes colegas do Prodasen: Patrícia Cunha, Karla Kalume, José Coelho, Marcelo Cunha, Keny Villela e Mário Aguiar. Garimpei, entrevistei e selecionei os melhores servidores recém-ingressos para mais funções-chave: Wennder Fidelis, Adriano Torres, Gabriela Borges, Rolf Regehr, Fernanda Campello, Helio Marçola. Outras indicações fundamentais foram incorporadas: Clara Delgado, Carlos Eduardo Neves (Kaká), Marcus Vinícius Amaral e Priscilla Rabelo. Convenci cada um deles a embarcar na dura e inédita jornada de mudar a gestão no Senado, sob a tutela de Doris. Eu via o brilho no olhar deles!



Conseguimos, pela primeira vez no Senado, ter núcleos dedicados a cuidar institucionalmente de governança corporativa, gestão de riscos, segurança da informação, governança de TI, estratégia, projetos, processos, cultura organizacional, sustentabilidade e responsabilidade social, informação organizacional e gestão estratégica de pessoas.



Figura: arquitetura temática do sistema de governança corporativa e gestão estratégica do Senado Federal - 2011.

Em algumas dessas frentes conseguimos avançar bem. Optei pelo GESPÚBLICA, com adaptação para o modelo de gestão da Casa e, sobre ele, criamos a primeira Agenda Estratégica da Administração do Senado. Desenvolvemos o Plano Estratégico do Senado, o programa e a política de Gestão de Riscos Organizacionais, o programa de Gestão Corporativa de Segurança da Informação e a Política de Responsabilidade Socioambiental.



Figura: Modelo de Gestão do Senado com os Critérios de Excelência para a administração da Casa (adaptado do GESPÚBLICA. Inclui Projetos e Tecnologia da Informação como critérios de excelência).

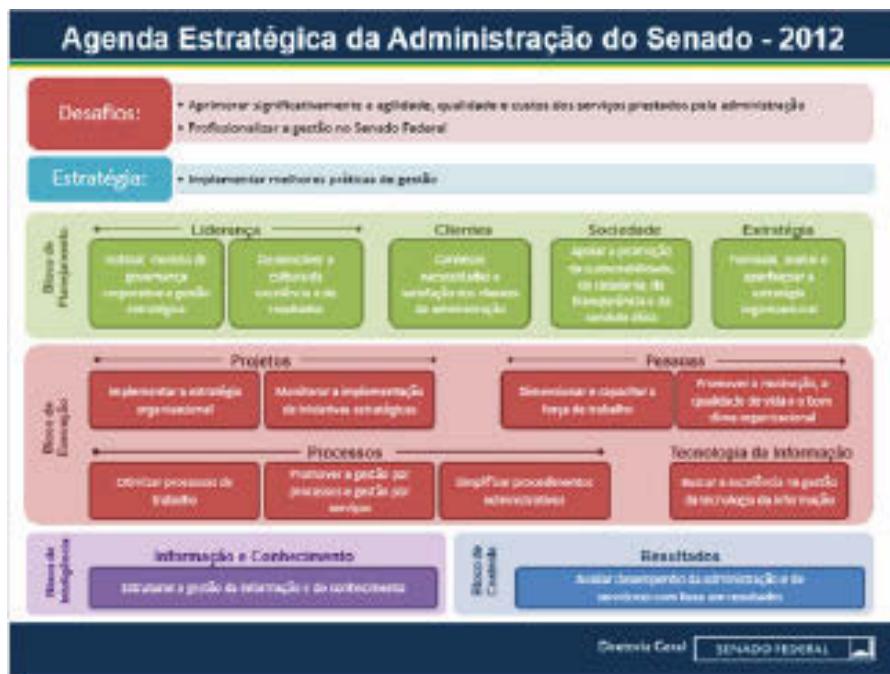


Figura: Agenda com objetivos estratégicos da Administração do Senado para 2012.

Iniciamos a gestão de portfólio de projetos, começando pelo Prodasen. Em uma das reformas administrativas do Senado, montamos um projeto para reduzir o número de secretarias de quase 30 para 12, o que não foi tarefa fácil. Conseguimos chegar em umas 14. Doris sempre me blindando das enormes pressões recebidas.

Montamos a rede de assessoramento em gestão, com um escritório setorial de gestão em cada secretaria, todos trabalhando

articuladamente com o Escritório de Governança, para implementar projetos de melhoria organizacional em toda a Casa.

### Escritórios Setoriais de Gestão

Unidade	Chefe do Escritório Setorial de Gestão
SGM	JULIANA CAROLINA SANTOS MARTINS
CONORF	LUCIANO BRASIL DE ARAÚJO
CONLEG	ROBERTA LIMA BARRETO
SECOMS	FERNANDO LUIZ BRITO DE MELO
SCINT	MARCOS JOSÉ DE CAMPOS LIMA
ADVOSE	LEONARDO SOUZA DE OLIVEIRA
ILB	JOÃO MARCELO DE CASTRO NOVAIS
PRODASEN	ALEXANDRE COELHO BATISTA JÚNIOR
SAFIN	HUMBERTO GAUCHE
SEGRAF	GISELLE CLÁUDIO SANTOS
SADCON	MARCOS HOFF HOMEIM
SERH	ANA LUCIA GOMES DE MELO
SIS	CLEBER DA SILVA ALVES
SPOL	JÚLIO CEZAR PONTE
SPATR	JOSEFINA VALLE DE OLIVEIRA PINHA
SINFRA	ANDERSON PALMA
SGIDOC	LETICIA MALTA ARAUJO

Figura: Escritório Setoriais de Gestão e seus responsáveis.



Foto: Mesa de abertura da 1ª reunião da Rede de Escritório de Gestão do Senado Federal: diretor da Secretaria de Controle Interno, Aires Neves Jr.; diretor do ILB, Helder Rebouças; diretora-geral, Doris Peixoto; chefe de gabinete da 1ª Secretária, Gustavo Mendonça; consultor-geral de Orçamento, Luiz Perezino; e consultor-geral Legislativo, Paulo Mohn.



Foto: Eu no apoio (na audiência: Kk, Coelho, Gabi, Marcelo e Hélio).

Com enorme dedicação de todos nós, conseguimos fincar alguns alicerces e plantar algumas sementes. A essa altura, o Escritório de Governança já tinha assumido o status de Diretoria-Geral Adjunta, que tive a honra de conduzir.

O ritmo dos nossos trabalhos era frenético, buscando dar corpo a tantas frentes estratégicas ao mesmo tempo. Preferi atuar dessa maneira, em vez de fazer uma implantação paulatina, porque não sabia quando

teríamos uma nova janela de oportunidade que permitisse fazer tantas mudanças estruturais na maneira de gerenciar o Senado.

**Total de Ações/Iniciativas por Domínios (12)**

Subprograma de Estratégia, Projetos e Orçamento
Subprograma de Gestão Estratégica de Processos e Arquiteturas Organizacionais
Subprograma de Governança Corporativa da Tecnologia da Informação
Subprograma de Gestão de Riscos Organizacionais e Segurança Corporativa
Subprograma de gestão da informação gerencial
Subprograma de Gestão Estratégica da Responsabilidade Socioambiental
Atividades administrativas do Escritório de Governança e Gestão Estratégica
Subprograma de Gestão do Conhecimento
Subprograma de Comunicação Gerencial
Gestão Estratégica de Pessoas e Cultura Organizacional
Subprograma de Gestão da Mudança Organizacional
Desenvolvimento da Rede de Assessoramento de Gestão
Subprograma de Gestão por Competência

Tabela: Frentes de atuação estabelecidas.

Eu usava todo o meu arsenal de convencimento e não parava de sonhar. Faltava articular e delinear papéis com a auditoria interna. Idem na articulação e fortalecimento do controle social da administração. Os planos para uma segunda fase incluíam, ainda, “projetos” que extrapolavam a governança da administração do Senado, buscando voos pela governança pública, por exemplo, implementando a gestão estratégica de riscos da Praça dos Três Poderes.

Em setembro de 2013, sob uma nova presidência do Senado, Doris entrega seu cargo e, em seguida, sou substituído. O leme foi passado a novas lideranças e fechei um ciclo de 19 anos dedicados a “uma” causa no Senado – governança e gestão. Algum tempo depois me aposentei.

Fiquei no Senado um pouco mais do que os seis meses que minha mãe sugeriu. Como muitos trabalhos, esse também opera e operará em ciclos de relevância. Valeu a pena plantar a semente que já tem dado frutos. As possibilidades que o caminho da governança abre são múltiplas e benéficas para o Senado e para o Brasil. Agradeço pelo fato de o projeto estar se desenvolvendo cada vez mais e espero que a Comissão Diretora reconheça sua centralidade na governança pública do Brasil, assessorada pelo Escritório de Governança.

## O que fizemos: sensibilização e persistência

**Estratégia 1** Sensibilizar diretoria do Prodasen  
como? Conversando: Qualidade, gestão

Teórico

Sem resultados relevantes  
após perda da autonomia

10 anos  
1994-2007 (+3 fora)

**Estratégia 2** Mobilizar servidores do Prodasen

Maluco

Como? Gov TI, Fóruns de discussão

Sem resultados relevantes

2 anos  
2007-2009

**Estratégia 3** Mobilizar a alta administração

Teórico,  
maluco,  
Impertinente

Como? batendo de porta em porta

**Resultados:**

5 anos  
2009-2013

- A- GT de primeiro escalão propondo "estratégia de governança e gestão para o Senado"
- B- 2 anos sem nada
- C- oportunidade na DGER
- D- 2 anos estruturando Escritório de Governança

## Ao instalar Comitê de Governança Corporativa, Renan Calheiros prioriza redução de gastos

Da Redação | 30/04/2013, 20h03



O presidente do Senado, Renan Calheiros, instalou nesta terça-feira (30) o Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica do Senado Federal, instituído pelo Ato 16/2011 pela Primeira Secretária. O comitê, que é presidido pelo 1º secretário da Mesa, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e coordenado pela Diretoria-Geral da Casa, tem como objetivo tornar o Senado cada vez mais transparente para a sociedade, explicitando o planejamento estratégico que a administração seguirá nos próximos anos.

Após a instalação, foi realizada a primeira reunião de trabalho com Renan, que pretende fazer encontros mensais para acompanhar as ações implementadas.

Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/04/30/ao-instalar-comite-de-governanca-corporativa-renan-prioriza-reducao-de-gastos>

## Senado aprova planejamento estratégico para promover racionalização e transparência

Dois dias Senado | 17/04/2013, 19h11



Fica de fora uma referência em gestão pública e aproximar ainda mais o Senado da sociedade, a Comissão Direitos da Casa aprovou nesta quarta-feira (17) o Planejamento Estratégico do Senado Federal. Composto pelo Mapa Estratégico Institucional para o período de 2013 a 2022 e o Plano de Metas da Administração para o período de 2013 a 2016, o planejamento tem como objetivo conferir continuidade administrativa ao Senado ao servir como "um norte" para a instituição nos próximos anos.

### Governança Corporativa

Mapa Estratégico Institucional do Senado Federal  
2013 - 2023

**Visão de Futuro** Ser referência em transparência, legalidade e eficiência, com alta qualidade na prestação de seus serviços, comprometendo-se com a participação da sociedade, comprometendo-se com o Senado Federal, o Brasil e o mundo, promovendo o desenvolvimento sustentável e a inovação por meio da adoção de tecnologias inovadoras.

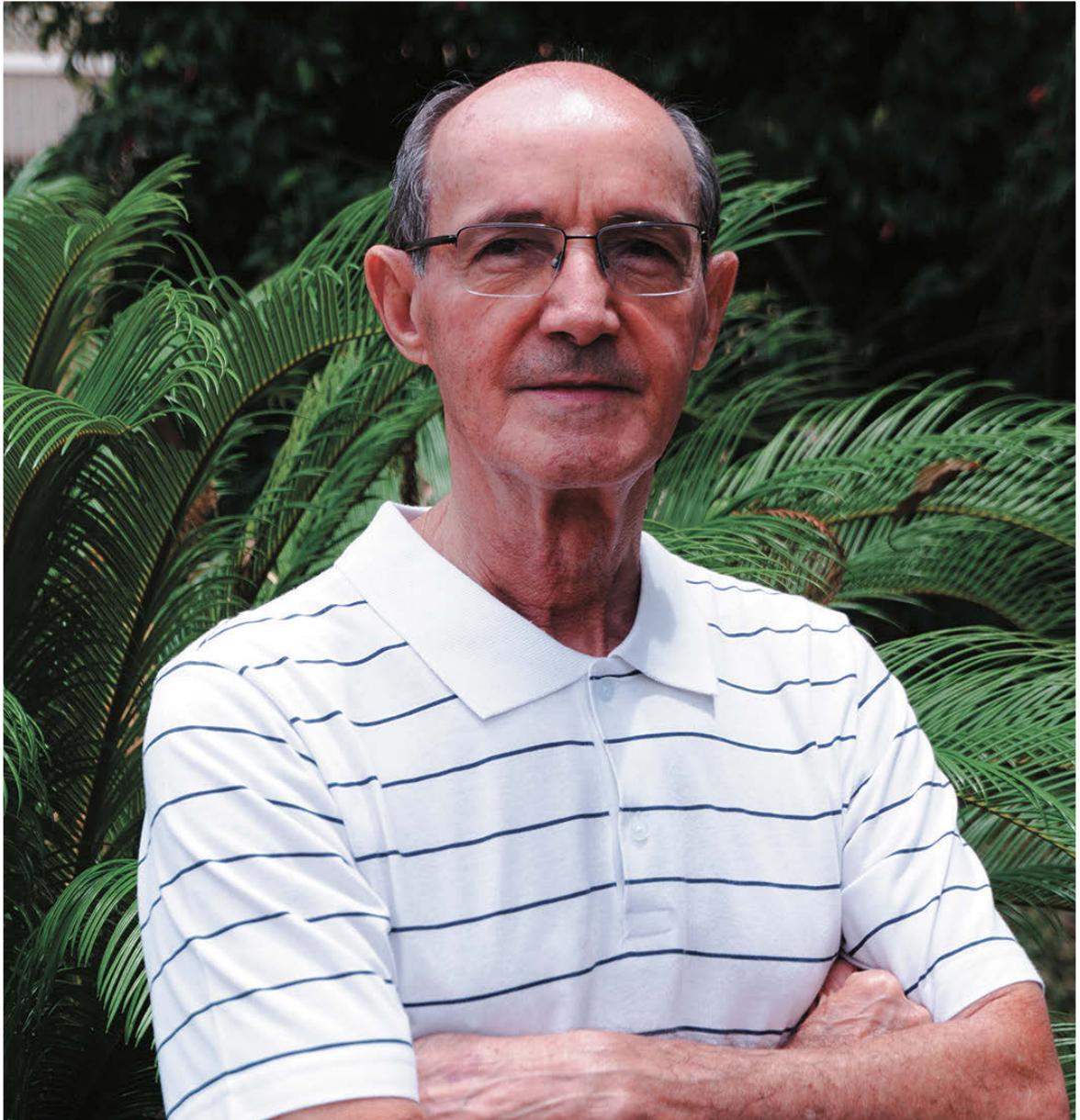
**Missão** O Senado é representado pelo Conselho de Administração e no âmbito legislativo, pelo Senado Federal, pelo Senado da Câmara dos Deputados, pelo Senado do Distrito Federal e pelo Senado do Município de Brasília.

**Estratégia**

Estratégia	Objetivos Estratégicos			
	Sociedade	Transparência	Legislativo	Gestão de Recursos Humanos
Sociedade	Realizar ações de divulgação, promoção de transparência e prestação de serviços.	Desenvolver o processo de transparência, com foco em acessibilidade e eficiência.	Realizar o planejamento e a gestão estratégica de recursos humanos.	Promover a inovação tecnológica, promovendo a participação da sociedade.
Transparência	Realizar o planejamento estratégico de transparência.	Desenvolver o processo de transparência, com foco em acessibilidade e eficiência.	Realizar o planejamento e a gestão estratégica de recursos humanos.	Promover a inovação tecnológica, promovendo a participação da sociedade.
Legislativo	Realizar o planejamento estratégico de transparência.	Desenvolver o processo de transparência, com foco em acessibilidade e eficiência.	Realizar o planejamento e a gestão estratégica de recursos humanos.	Promover a inovação tecnológica, promovendo a participação da sociedade.
Gestão de Recursos Humanos	Realizar o planejamento estratégico de transparência.	Desenvolver o processo de transparência, com foco em acessibilidade e eficiência.	Realizar o planejamento e a gestão estratégica de recursos humanos.	Promover a inovação tecnológica, promovendo a participação da sociedade.

Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/04/17/senado-aprova-planejamento-estrategico-para-promover-razionalizacao-e-transparencia>







## SEBASTIÃO DA SILVA AZEVEDO

### **De tipógrafo a operador de fotomecânica**

Eu era tipógrafo, com formação técnica pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) do Rio de Janeiro. Trabalhei por três anos em tipografias daquela cidade como compositor manual. No início de julho de 1971, recebi um convite do senador Danton Jobim para vir para Brasília. Aceitei na hora. Entrei na Gráfica do Senado no dia 28 de julho de 1971 e fui efetivado no dia 1º de setembro daquele mesmo ano, como auxiliar de paginação.

À época, a Gráfica estava implantando um novo sistema de impressão (impressão *offset*) e a diretoria vigente, a despeito da minha formação e experiência como tipógrafo, me designou para exercício numa unidade desse novo sistema de impressão (acho que foi em razão da minha idade).

Fui lotado na Seção de Fitolito, onde trabalhei como retocador de fitolito, copiador de chapas de *offset* e fotógrafo gráfico. Nessa época, as publicações oficiais (jornais e avulsos) eram impressas pelo sistema tipográfico, mas havia muitos outros trabalhos para impressão *offset*, os quais denominávamos obras. Lembro-me de um órgão conveniado – Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) – que trazia as solicitações de serviços mormente às sextas-feiras para serem entregues na segunda-feira subsequente. O cumprimento do prazo era na base da extensão da jornada de trabalho para sábado e domingo, às vezes virávamos a noite. Era bem cansativo, mas nunca faltamos com os compromissos assumidos pela Gráfica.

### **Desenvolvimento na carreira**

No Setor de Fotografia, além do trabalho habitual, eu me dediquei ao aperfeiçoamento na profissão. À época nem a Gráfica do Senado e nem o mercado de Brasília dominavam as técnicas de reprodução de fotografias em cores. Nesse ínterim, a Gráfica comprou um projetor para seleção em cores, um densitômetro, filtros de cores e filmes pancromáticos. Dois antigos funcionários fizeram alguns testes, mas não foram bem-sucedidos (ambos eram alunos da UnB e deixaram a Gráfica um tempo depois).

Então, eu e o meu colega Sebastião Vilas Boas, com base em manuais técnicos, retomamos os testes. Percebendo o nosso entusiasmo, a diretoria nos enviou a São Paulo para um curso na Kodak e um em estágio numa gráfica paulista, a Laborgraf. Isso foi em meados dos anos 1970. Logo que voltamos, começamos a colocar em prática os aprendizados. Não foi fácil! Eram muitos controles e o método de revelação dos filmes

de seleção de cores era artesanal. Mas seguimos em frente e a reprodução de fotografia em cores tornou-se uma realidade na Gráfica do Senado.

## **Tempos difíceis**

No final dos anos de 1970 e início de 1980, a Gráfica passava por maus momentos no tocante à administração dos recursos humanos. Os salários estavam defasados e havia um hiato entre a diretoria e os servidores. Alguns profissionais chegaram a deixar a Gráfica do Senado em busca de melhores oportunidades na iniciativa privada (uns conseguiram voltar). Para exemplificar a dimensão desse momento, apresento a seguir dois exemplos de cunho pessoal: eu era estudante de comunicação social no Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB) e fui habilitado a receber uma bolsa de estudo da Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF) como estudante de poucos recursos financeiros. Outro fato pessoal que marcou essa fase foi uma decisão da diretoria industrial da época que resolveu transferir o meu horário de trabalho para o turno noturno. Fui ao diretor, falei do curso, da bolsa, mas não houve condescendência. Resultado: tranquei a matrícula no CEUB e perdi a bolsa de estudo.

Cheguei a pensar em me afastar da Gráfica por um tempo, tive até um aceite em uma gráfica de um órgão de informação, com salário até maior, mas exigiam que eu me desligasse totalmente da Gráfica do Senado. Pedi um dia para pensar, coloquei a cabeça no travesseiro e uma luz divina me orientou a permanecer na Gráfica do Senado. Hoje é até estranho lembrar certas passagens, mas o país era outro e o Senado também. Nessa época, a Gráfica era um órgão supervisionado do Senado

Federal, com estrutura administrativa e quadro de pessoal e salários específicos, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e legislação complementar, inclusive era terminantemente proibida a cessão de servidores da Gráfica ao Senado Federal.

Outro tempo difícil foi o episódio do Trem da Alegria, no final de 1984, quando tivemos os salários suspensos por três meses e o risco de fechamento da Gráfica. Esse processo é um fantasma totalmente caduco que de vez em quando volta a nos assustar.

### **A grande mudança**

No início de 1981, a então diretoria da Gráfica foi destituída em sua totalidade, cedendo espaço a uma nova composição. Para a função de diretor executivo foi designado o servidor do Senado, dr. Marcos Vieira, que introduziu na Gráfica uma nova filosofia administrativa, voltada para a valorização do servidor como profissional e como ser humano. Além de ótima administração, o dr. Marcos legou alguns ensinamentos, como: “Eu acredito demais na sorte e quanto mais eu trabalho mais sorte eu tenho”. Para as funções de diretor industrial, diretor administrativo e diretor adjunto foram designados, respectivamente, os seguintes servidores da Gráfica: Francisco Marçal, Geraldo de Brito e Mário César (Capim). No curso dessa diretoria várias ações foram desenvolvidas, a exemplo do primeiro Plano Diretor do Órgão, um novo Plano de Classificação de Cargos e melhorias nas instalações físicas e ambientais. Além de cursos, palestras e seminários, o dr. Marcos promovia e incentivava eventos de confraternização entre os servidores, dando origem ao que veio a ser chamado posteriormente “família Cegrafiana”.

Esse espírito de companheirismo e senso profissional repercutiu em todas as unidades de serviço da Gráfica, e nesse contexto eu fui nomeado chefe da Seção de Fitolito. Nessa função eu promovi o aperfeiçoamento das técnicas de montagem de fitolito, fiz aquisição de novos equipamentos e cursos profissionalizantes. Conseguimos também institucionalizar os setores de execução dos serviços fotomecânicos, que passaram a ter uma chefia para cada setor, com gratificação. Na época, um trabalho importante que eu fazia como chefe de seção era a descrição técnica dos materiais a serem adquiridos e depois realizava os testes de qualidade para seleção das melhores propostas. Havia muito trabalho, mas exercido com muito empenho e companheirismo.

O bom relacionamento entre os servidores excedia os limites do local de trabalho e nesse clima amistoso formamos até um time de futebol, com o nome da Seção, para participar do campeonato da Associação dos Servidores do Senado Federal (ASSEFE). Fomos lanterna, mas nos divertimos muito.

Em agosto de 1983, eu fui nomeado assistente de produção para trabalhar na Seção de Coordenação, unidade que tinha como atividades precípuas coordenar e prestar assistência técnica a todas as ordens de serviço em tramitação, exceto publicações oficiais. Posteriormente, essa unidade de serviço foi denominada Coordenação Geral de Produção e, na atual estrutura, Serviço de Produção Industrial Gráfico.

Em outubro de 1984 voltei à chefia da Seção de Fitolito para dirimir alguns conflitos, onde fiquei até dezembro de 1986. Em janeiro de 1987 fui nomeado assistente de divisão - DI e dois meses depois renomeado supervisor de Controle, com lotação, novamente, na Seção de Coordenação.

## Os trabalhos da Constituinte

Foi um período muito intenso. A demanda de trabalho e o desafio de atender aos prazos estabelecidos eram superiores ao que imaginávamos ser a capacidade produtiva da Gráfica. Nessa época, eu era supervisor de Controle e prestava serviço na Seção de Coordenação. Não estava envolvido diretamente com os trabalhos da Constituinte, atribuição essa exercida pela Seção de Publicações Oficiais, mas acompanhava o processo produtivo e colaborava no planejamento da preparação dos originais no tocante à reprodução fotomecânica. Além dos trabalhos da Constituinte, havia o Jornal da Constituinte, informativo em formato tabloide editado semanalmente, com circulação nacional.

Todos os servidores da Gráfica, das atividades mais corriqueiras às do mais alto escalão, foram participantes dessa jornada de suporte aos trabalhos de elaboração da nova Constituição brasileira. Mas alguns tiveram participação relevante, a exemplo do então diretor-executivo da Gráfica, dr. Agaciel Maia, pela liderança e capacidade administrativa; outro foi o servidor Pedro Alves Ribeiro (Pedro Goiano), a cabeça pensante que tornou viável atender a tão grande volume de trabalho. E dentre as muitas soluções técnicas criadas por ele destaca-se um gabarito para paginação das propostas da Constituinte, em que era possível reunir várias propostas numa mesma página. Depois era só fotografar, reduzindo a paginação para o tamanho da página a ser impressa e, a seguir, montar e imprimir. Dito assim parece simples, óbvio, mas só quem viu acontecer sabe a dimensão desse artifício técnico. Caso fossem utilizados os originais da forma como fornecidos, além do aumento dos gastos de materiais, haveria sim o risco de não atender a demanda em tempo hábil. Destaque

também para o servidor Eurípedes Alves Ribeiro (Maninho) e sua equipe, que coordenaram todas as fases do processo de impressão dos trabalhos da Constituinte, sem prejuízo das atribuições habituais de publicações oficiais (jornais e avulsos).

Outra participação evidente e visivelmente marcante foi a do servidor da Seção de Artes, Cosme Coelho Rocha, o artista que criou a capa da nova Constituição brasileira. Rocha conseguiu sintetizar na capa da nossa Carta Magna o nascimento de um novo Brasil, fruto do consenso político e participação de todos os brasileiros.

### **Criação da Unidade de Planejamento Gráfico**

Um recorte importante nesse período de trabalho na Seção de Coordenação foi na chefia do servidor Carlyle Coutinho Madruga, que trouxe a ideia de criar postos avançados dos serviços de coordenação junto às oficinas. Após reunião com os coordenadores, concluiu-se pela efetivação do alvitre em dois segmentos distintos do processo industrial gráfico: um para as áreas de preparação dos originais técnicos e o outro para as áreas de execução da produção. No primeiro segmento, o mister era coordenar as fases de formatação, revisão e arte; e no segundo, as fases de pré-impressão, impressão e acabamento.

Para coordenar o primeiro segmento, foram indicados técnicos que já haviam trabalhado naquela área e, para o segundo, fomos designados eu e o servidor Max Bassan. Eu tinha uma visão geral do processo gráfico e conhecia bem os recursos de pré-impressão (fotomecânica e fotoeletrônica), e o Bassan era um excelente profissional de acabamento. Nossa missão:

analisar os originais técnicos e verificar as solicitações das ordens de serviço quanto ao formato, tiragens, cores, forma de impressão e acabamento, bem como o nível de urgência. Com base nesses dados realizávamos o planejamento gráfico, ou seja, definíamos o sistema de impressão, a máquina impressora, a forma como o trabalho deveria ser montado (pré-impressão), o cálculo da quantidade de papel a ser utilizado, a requisição do papel, os cortes, as dobras e a forma de acabamento da obra, entre outros.

Nesse ínterim, visando agilizar os serviços e um melhor aproveitamento dos insumos gráficos, realizamos uma série de padronizações no âmbito dessas áreas de produção, cujas anotações deram origem a um manual técnico, que veio a ser denominado Manual de Planejamento Gráfico. Esse manual foi muito útil tanto para nós, que o criamos, como para os outros técnicos que vieram se juntar a nós posteriormente, bem como para as chefias e operadores da área.

### **Assessoramento à diretoria industrial**

Em fevereiro de 2001, o servidor José Farias Maranhão foi nomeado diretor industrial da Gráfica. Inteligente, carismático, sagaz, exímio conhecedor dos recursos de acabamento e com vasta experiência em gestão de pessoal. Foi chefe do Serviço de Acabamento por mais de 30 anos, com marcante atuação.

Assim que tomou posse, o sr. Farias me convidou para ser o seu assessor industrial. A princípio eu resisti, pois estava satisfeito e motivado com os trabalhos de planejamento gráfico, principalmente porque sempre gostei do “chão de fábrica” e o local de trabalho me proporcionava

um estreito contato com todas as chefias e operadores de produção (e por conseguinte, uma permanente troca de informações e enriquecimento profissional). Todavia, entre uma conversa e outra acabei aceitando o convite do diretor Farias, na condição de ser por pouco tempo.

Como assessor industrial, eu atendia aos usuários que procuravam aquela diretoria para tratar de serviços gráficos, participava de reuniões com as chefias para dirimir dúvidas sobre questões técnicas de serviços ou materiais, fazia ou auxiliava as chefias na descrição de equipamentos e materiais para aquisição, acompanhava os estoques de matérias-primas e providenciava a sua reposição aos níveis de segurança em função da demanda de trabalho, entre outros. Papel era o insumo que requeria maior atenção, pois além da variedade de itens, tanto o consumo quanto o custo de aquisição eram volumosos.

Além das demandas técnicas, eu realizava outros trabalhos — fruto da criatividade e entusiasmo do diretor Farias —, a exemplo do Catálogo de Máquinas e Equipamentos Gráficos, realizado no âmbito da Comissão Especial nº 42/2001, do diretor-geral do Senado, da qual eu participei ativamente. Nesse catálogo, além do nome de cada equipamento, o modelo e a data de aquisição, constavam os parâmetros técnicos inerentes à sua utilização. Fizemos também o Cegrafinho (Um livro em ação), uma revista em quadrinhos criada para ser distribuída às pessoas que visitavam a Gráfica (principalmente colegiais), cuja minha participação foi a ideia do produto e a descrição do processo gráfico. A ilustração foi do servidor José Tadeu Alves, da Seção de Artes. Paralelamente, eu fui membro de Comissão de Licitação, gestor de um contrato de terceirização de mão de obra e presidente da Comissão de Promoções da Gráfica.

Foi um período bem intenso. O Farias é uma ótima pessoa, um líder de verve motivacional inesgotável, cheio de entusiasmo e muito humano no trato com os subordinados. Ele transformava uma simples reunião em um evento. Era um administrador nato, extremamente detalhista e fervoroso no tocante à qualidade de tudo o que fosse realizado no âmbito da sua diretoria. Certa vez, mostrei a ele uma frase motivacional antitabagista: “Vamos preservar a saúde dos talentos desta área”. Imediatamente ele mandou arte-finalizar a frase, fazer um cartaz e distribuir em todas as seções da Gráfica. Enfim, foi uma parceria gratificante. Aprendi muito com ele, inclusive lições de vida.

Em 2011 eu resolvi voltar à coordenação. Acho que foi saudade do “chão de fábrica”, do manuseio e dos desafios de acompanhar os serviços gráficos, dos originais ao acabamento. Assumi a chefia do segundo turno dessa unidade de serviço e coloquei em prática todo o meu empenho e experiência profissional. Esforçava-me em exercer as minhas atribuições com empenho em relação aos trabalhos gráficos, boa relação com os colegas e solicitude com os usuários. Penso que cumpri a contento esses requisitos.

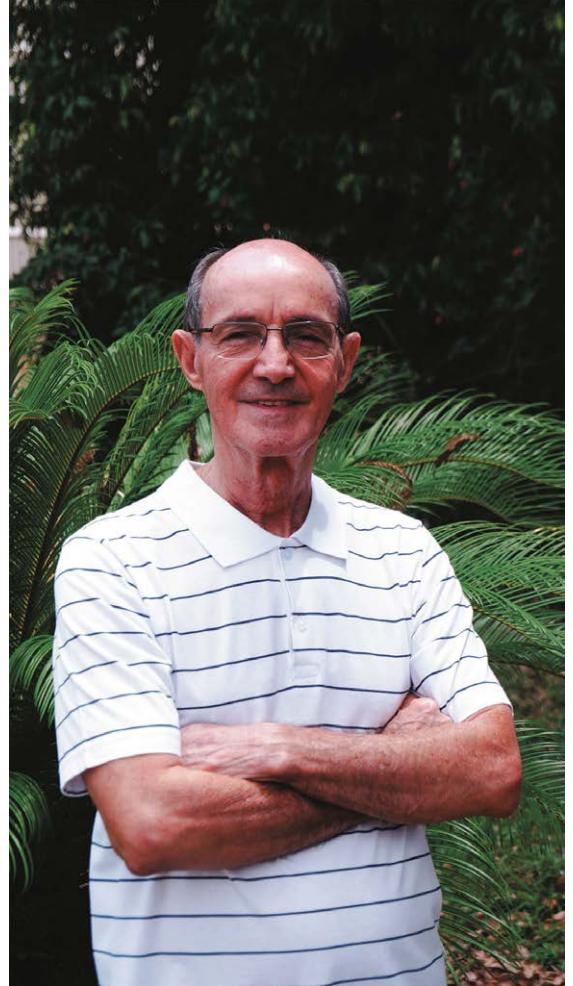
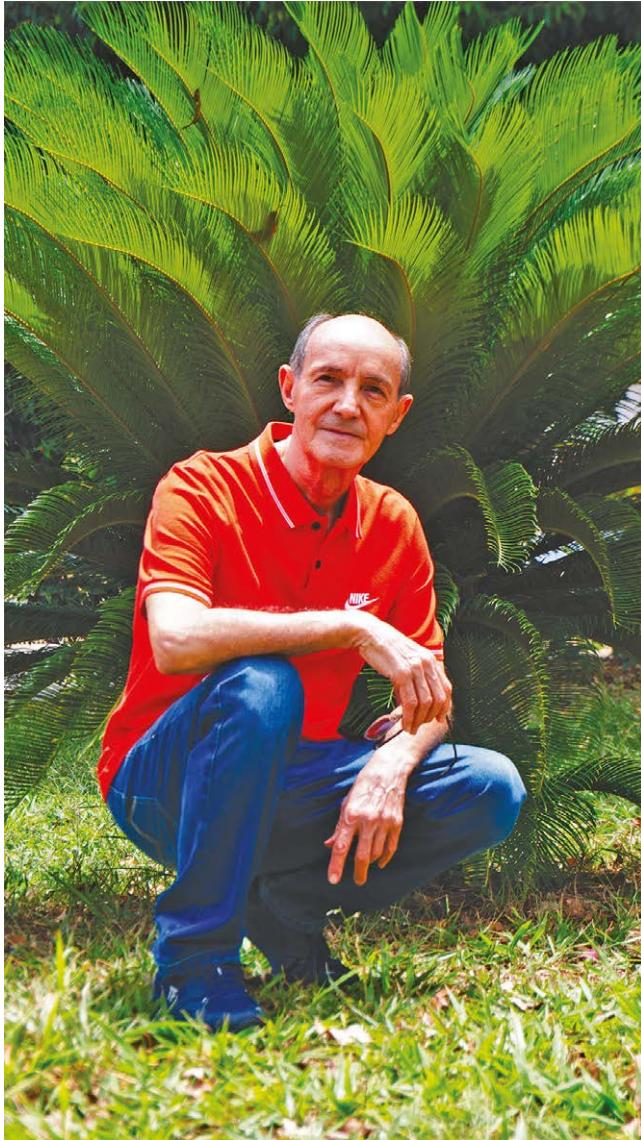
### **Final da jornada**

No início de 2013, eu comecei a perceber o meu momento de parar. Além do tempo na Gráfica do Senado, tinha três anos da iniciativa privada e mais uns dois anos e meio de tempo pelo exercício em atividade insalubre, totalizando uns 47 anos de tempo de trabalho para fins de aposentadoria. Quanto à idade, poderia estender um pouco mais, mas...

Em 22 de outubro de 2013, eu entrei com o pedido de aposentadoria. O processo andou rápido e a minha solicitação foi deferida e publicada no Boletim de Pessoal do dia 18 do mês subsequente.

Olhando para o passado, vislumbro, com orgulho, o meu labor profissional e um profundo respeito e agradecimento aos colegas que comigo ombream. Enfim, a Gráfica do Senado foi parte importante da minha vida, a minha realização, a execução do livro da história que Deus escreveu para mim.

Nota: Dos anos de 1980 a 2013 as nomenclaturas dos empregos da Gráfica do Senado passaram por várias denominações, inclusive o nome da Instituição (Cegraf, SEEP, SEGRAF). Em razão disso, as referências dos cargos citados, em várias passagens, não conferem com os cargos da estrutura administrativa atual.









## SIMONE BASTOS VIEIRA

Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960, a mudança da capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central deveu-se à determinação do presidente Juscelino Kubistchek. O plano piloto, concebido por Lúcio Costa, em forma de cruz ou de um avião, com o eixo norte-sul arqueado, foi o vencedor do concurso público para o traçado urbanístico da moderna capital. O arquiteto Oscar Niemeyer, responsável pelo planejamento arquitetônico de vários prédios, criou uma Brasília monumental e única.

Por trás dessa empreitada, estavam pessoas que afluíram para o Planalto Central, dos vários cantos do país, em busca de um objetivo comum: participar de um projeto que mudaria o Brasil e suas vidas. Operários, engenheiros, arquitetos, mestres de obra, além de famílias inteiras, empresas públicas e privadas, todos com seus sonhos individuais e institucionais fizeram surgir de forma coletiva a nova capital.

O Senado Federal participou do processo com a transferência do Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, para sua nova sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília. O acervo da biblioteca foi disponibilizado aos usuários, em agosto de 1960 (*Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho: 180 anos*, 2006. p.41). As publicações foram devidamente encaixotadas sob a orientação de duas bibliotecárias, Adélia Leite Coelho e Elsita Campos da Paz (idem, p.44), que posteriormente dirigiriam a biblioteca.

Em 1957, meus avós, tios e pais, Orestes Kunze Bastos e Eneida Borges Manzan, uma família pioneira que abraçou o ideal de JK, fundaram a primeira farmácia da nova capital, que se chamava Noturna, na Avenida Central do Núcleo Bandeirante. Posteriormente, em 1960, sob as agulhas, linhas e a máquina de costura de minha avó Elza junto com tia Ruth, foi aberta a primeira *boutique* de Brasília, com roupas inspiradas nos traços contemporâneos da cidade, a Ma Griffe Boutique.

Nesse contexto de pioneirismo candango, fui crescendo junto com a nova capital. Quando completei cerca de 16 anos, comecei a trabalhar na *boutique*, no período da tarde. Na Ma Griffe, as mulheres mais representativas da sociedade de Brasília eram as compradoras, entre elas, as diretoras da Biblioteca do Senado Federal, as senhoras Adélia Leite Coelho, responsável pela lei que regulamentou a profissão de bibliotecário no Brasil, e Pérola Cardoso Raulino, professora do curso de Biblioteconomia na UnB.

Passados quase dois anos, em que eu trabalhava na loja, portanto, estava com 17 e poucos anos de idade, comentei com a dona Adélia (diretora da Biblioteca do Senado), que foi à *boutique* comprar roupa, que eu estava cursando Biblioteconomia na UnB e meu sonho era ser estagiária no Senado Federal. Ela pediu que eu fosse à biblioteca com meu

certificado de matrícula e o boletim curricular para ela analisar. Ao sair da entrevista com a dona Adélia, eu dei início a minha carreira profissional, como estagiária na Biblioteca.

A Biblioteca do Senado foi meu verdadeiro aprendizado de como ser uma bibliotecária. Fiquei no estágio durante o período de meados de 1978 até o final de 1980. Por cerca de três anos, tive a oportunidade de conhecer cada serviço: guarda de livros nas estantes, aquisição de publicações, catalogação, empréstimo e devolução de livros, pesquisa bibliográfica e indexação de revistas científicas nas áreas de Ciências Sociais, mais especificamente do Direito.

A atividade de análise da informação por assunto foi a que mais aguçou o meu interesse na Biblioteconomia. A chefe da Seção de Indexação, bibliotecária Maria Lúcia Vilar de Lemos, foi uma mestra para todas nós que trabalhávamos com ela. Ela me ensinou a compreender a importância de indexar as palavras-chaves relevantes de um documento para posteriormente recuperá-lo, com precisão, nas bases de dados. Ressalto que a nossa biblioteca foi uma das pioneiras do Brasil a ser automatizada, chamava-se Sistema de Administração de Biblioteca-SABI, desenvolvido em 1979. (*Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho: 180 anos, 2006. p 52-53*).

Em dezembro de 1980, formei-me e fui trabalhar no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, de maio de 1981 a outubro de 1984. Durante esse período fiz o mestrado em Biblioteconomia, na UnB. A dissertação defendida tem o título: Análise comparativa entre indexação automática e manual da literatura brasileira de Ciência da Informação, cujo orientador foi o Prof. dr. Jaime Robredo, um dos precursores dos sistemas de informação automatizados no país. O meu tema de

pesquisa estava diretamente relacionado à minha vivência como estagiária na Biblioteca do Senado Federal.

Logo após finalizar o mestrado, fui contratada, em 23 de novembro de 1984, como analista legislativo administrativo e fui lotada na Biblioteca do Senado Federal. A profa. Pérola Raulino era a diretora à época e me designou para a Seção de Indexação.

O período da Assembleia Nacional Constituinte de 1987 foi de grande responsabilidade para a Biblioteca do Senado Federal e um grande marco em minha vida. A Constituinte foi convocada e todas as bibliotecárias foram requisitadas para dar apoio em pesquisas de análise comparativa sobre direito constitucional e nas questões legais, na doutrina e na jurisprudência dos temas das comissões e subcomissões parlamentares relativos aos capítulos da nova constituição que estava sendo elaborada naquele período, e que, por seu caráter bastante inovador, recebeu o epíteto de “Constituição Cidadã”.

Os servidores receberam treinamento específico sobre processo legislativo. Fui escalada para trabalhar com o deputado constituinte Antônio Delfim Netto, na comissão da Ordem Econômica, sob a coordenação da sra. Sara Figueiredo, uma das maiores especialistas em processo constitucional de nosso país. A Constituição de 1988 foi promulgada e pude presenciar, no plenário do Congresso Nacional, esse momento histórico. Depois da promulgação, ocorreu outra etapa, também muito significativa, o tratamento das informações para registro e recuperação de todos os documentos produzidos pelo parlamento constituinte e pelo povo brasileiro. Mais uma vez, a indexação dessas informações foi uma tarefa impressionante.

No final de 1989, fui cursar o doutorado em Ciência da Informação, na Universidad Complutense de Madrid, no departamento de documentação. A tese foi defendida em outubro de 1994, sob título *La recuperación automática de información jurídica*, cujo tema foi a minha experiência na análise das informações na Constituinte de 1988. Foi aprovada com louvor e por unanimidade.

Retornei em seguida às minhas atividades na Biblioteca e por intermédio do Ato nº 35/96, de junho de 1996, o excelentíssimo senador José Sarney, presidente do Senado Federal à época, me designou para exercer a função de diretora da Subsecretaria de Biblioteca, cargo em que permaneci até me aposentar, em 19 de dezembro de 2012.

Os dezesseis anos à frente da direção da Biblioteca foram de muitos desafios e várias realizações. A virada do século 21 e a chegada da era da informação trouxeram grandes mudanças paradigmáticas nas bibliotecas e centros de informação, possibilitando a implantação de bases de dados digitais com acesso ao texto completo, som e imagens, além da adoção de inovações disruptivas como o uso de internet, buscadores, *links* e aplicativos que nos remetem a qualquer lugar e a qualquer informação, em tempo real, sem fronteiras físicas ou de conteúdo.

Destaco alguns projetos desenvolvidos em minha gestão que foram marcos enquanto fui gestora na biblioteca. Em 1997, fomos precursores em disponibilizar, na internet, o catálogo geral da biblioteca, incluindo livros, revistas, recortes de jornais e obras raras. Fizemos a filiação da Biblioteca do Senado Federal à Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) sob nº de registro BR 1001, divulgando, com grande expressividade, as ações e o acervo da biblioteca e ao mesmo

tempo promovendo a atualização do conhecimento sobre as inovações tecnológicas da área.

Apresentei ao excelentíssimo presidente, senador Antônio Carlos Magalhães, e ao primeiro-secretário, senador Ronaldo Cunha Lima, em 1998, um projeto realçando a necessidade de a biblioteca prosseguir no caminho da ampliação de serviços e da automação das informações. Na ocasião, a proposta causou uma grande celeuma entre alguns senadores e diretores, mas foi acatada. Assim, o espaço físico da Biblioteca foi ampliado em cerca de 3.500 metros quadrados, modernizando as instalações e aumentando a capacidade de crescimento do acervo.

Dando continuidade ao citado projeto, foi implantado um novo sistema de automação da biblioteca, em dezembro de 1999, com formatos bibliográficos internacionais e interfaces Web. Instala-se a Rede Virtual de Bibliotecas Congresso Nacional (RVBI) com uma nova plataforma de gerenciamento da informação e de base de dados multimídia e a participação inicial de catorze instituições dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

Em 2001, começou o desenvolvimento da Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF), onde, também, fomos vanguardistas em disponibilizar acervos digitais no país. A 1ª versão da BDSF disponível ao público ocorreu em novembro de 2006. Atualmente, a BDSF contém mais de 340 mil documentos de domínio público, dividindo-se entre livros, obras raras, artigos de revista, notícias de jornal, produção intelectual de senadores e servidores do Senado Federal, legislação em texto e áudio, entre outros.

(BDSF, <https://www2.senado.leg.br/bdsf/page/sobre>)

O ano de 2004 foi o de resgate da história da Casa e de nosso país, quando se iniciou a higienização e restauração do acervo de obras raras e dos recortes de jornais. Esse acervo volumoso, com mais de três milhões de itens, reúne documentos que registram acontecimentos marcantes para elaboração de leis e discursos, que hoje se encontram entre as peças mais notórias da historiografia brasileira.

O Senado Federal, ainda em 2004, passou por uma reforma administrativa. Depois de muito debate entre senadores e diretores consegui que a Biblioteca alcançasse uma melhor estrutura administrativa. Por meio do Ato da Comissão Diretora nº 12, a Subsecretaria de Biblioteca foi transformada em Secretaria de Biblioteca, criando a Subsecretaria de Pesquisa e Recuperação de Informações Bibliográficas, (SSPES) e a Subsecretaria de Processamento Técnico de Informações Bibliográficas (SSPTEC), além de onze serviços distribuídos entre as duas áreas e o preenchimento das novas vagas de bibliotecário por concurso público. Foi um momento de júbilo administrativo para todos nós.

A biblioteca completou 180 anos em 2006. Nasceu em 18 de maio de 1826, quando o Visconde de Cairu manifestou a necessidade de criar “a Livraria do Senado”. Vários eventos foram realizados, mas o principal foi o lançamento do livro que narra o passado do Poder Legislativo e como atuou a Biblioteca do Senado nesse contexto, intitulado Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho: 180 anos - 1826/2006. Levantou-se a cronologia da formação do acervo, da estrutura administrativa e funcional. Descobri o quanto esse acervo possui uma verdadeira riqueza desde os tempos do Império.

Em março de 2008, ocorreu a celebração dos 100 anos para reverenciar a memória do ex-presidente, bibliófilo e patrono da Biblioteca do Senado Federal, excelentíssimo senador Luiz Viana Filho. Em 1997, a biblioteca adquiriu seu acervo particular, repleto de obras de grande valor. Vários eventos foram preparados: digitalização de obras selecionadas e incluídas em texto integral na biblioteca digital, além de uma exposição virtual dessas obras. Posteriormente, em 2010, foi publicado o Catálogo de Obras Raras e Valiosas da Coleção Particular Luiz Viana Filho.

Nos anos subsequentes até 2012, a minha preocupação como gestora foi consolidar a RVBI, incorporando nas nossas bases de dados, de forma cooperativa, acervos de mais quinze instituições; aumentar os serviços de digitalização do nosso próprio acervo para o crescimento da BDSF e realizar assinaturas de bases de dados internacionais de Direito e de outras áreas para fornecer conteúdo de qualidade às atividades legislativas.

O meu papel enquanto bibliotecária do Senado Federal se centrou no principal usuário, o senador, visando a suprir suas necessidades de informação nas comissões parlamentares e no plenário, bem como as questões pertinentes ao processo legislativo: na elaboração de projetos de lei, acompanhamento de matérias em tramitação na Casa, discursos, pareceres e outros.

O objetivo foi oferecer serviços de informação com confiabilidade das fontes e flexibilidade para usar múltiplos meios de acesso. Em especial, segurança para garantir a confidencialidade das informações solicitadas, considerando os distintos pontos de vista que os partidos políticos poderiam solicitar sobre uma mesma informação.

A equipe de bibliotecários e técnicos foi primorosa em sua capacidade de se adaptar à era da informação digital, com competência e dedicação. Isso me possibilitou desenvolver os projetos de modernização administrativa e de serviços de informação digital de relevância para a Casa. Ressalto, mais especificamente, a colaboração da bibliotecária Helena Celeste Vieira, vice-diretora da biblioteca, a qual veio a assumir a direção quando me aposentei. Nesse contexto, o Prodasen foi um grande parceiro, assim como os diretores-gerais e os presidentes da Casa durante esses dezesseis anos como diretora.

Iniciei minha vida no Senado Federal como estudante de Biblioteconomia em 1978 e fiz minha trajetória profissional com cerca de 30 anos nessa Casa legislativa, quando me aposentei em 2012. Testemunhei os anos de abertura política do país, o crescimento e a transformação do Senado em uma instituição contemporânea incorporando as novas tecnologias de informação e a comunicação a serviço do cidadão. O plenário era palco de defesa do povo e do Brasil de forma calorosa e em altíssimo nível de debates. Alguns discursos eram verdadeiras aulas de direito constitucional, de cidadania e de respeito às instituições públicas e privadas.

Minha história aconteceu, exclusivamente, em um único órgão da Casa, na Biblioteca do Senado Federal, onde aprendi que a democracia e a preocupação com a construção da cidadania pressupõem o direito a informação. Todo o aprendizado desses anos me possibilitou continuar minha trajetória como professora de Biblioteconomia na Universidade de Brasília. Assim como as antigas diretoras da Biblioteca do Senado Federal, pude transmitir aos alunos a vivência da prática e a beleza teórica de ser uma profissional que disponibiliza o conhecimento.









## SIMONE FIGUEIRA DOURADO

No momento em que cheguei ao Senado, em dezembro de 1984, percebi o mundo de oportunidades que estavam por vir. Era tempo em que os corações estavam cheios de esperança e de desejo por um Brasil mais feliz e livre. O Senado Federal agora era o meu local de trabalho e a gratidão passou a acompanhar toda a minha trajetória. Tinha sorte, como dizia meu pai, Stoessel Dourado, e tinha as bênçãos dos céus, palavras da minha mãe, Heliane. A eles a minha gratidão e honra. Muito do que fui e fiz nessa Casa foi fruto do que aprendi com eles. Levei comigo, em todos os locais, por que passei, o sorriso da minha mãe, que me abria as portas. Era uma espécie de “cartão de visitas”, conforme mencionou uma instrutora de um dos muitos cursos que fiz no antigo Centro de Desenvolvimento do Senado (CEDESEN). Do meu pai, carrego a entrega e o desejo de aprender, bem como a abertura para o mundo, para as inovações, desafios e mudanças. Tenho um legado de muitas bênçãos também dos avós e até do

bisavô. Todos eles me influenciaram muito e, dessa fonte de água potável, nasceu Simone Figueira Dourado: uma pessoa curiosa, questionadora, corajosa (o suficiente para enfrentar os medos), desbravadora, atenta aos chamados da vida e com um olhar crítico e criativo sobre o mundo.

Estar no Senado àquela época era um privilégio, uma oportunidade de acompanhar *in loco* as decisões que impactavam a sociedade. E trabalhar diretamente com um parlamentar era uma experiência única e marcante. Atender aos eleitores, responder as cartas, contribuir para a realização de sonhos – tudo isso era possível quando se fazia parte de um gabinete parlamentar. O trabalho era desenvolvido usando as máquinas de datilografia, o telefone/fax, o Diário do Senado/Congresso, e ouvindo o sistema de som interno Dim-Dom, já que as sessões e informes para servidores e órgãos da Casa eram ali veiculados em tempo real. Um computador foi instalado dentro do gabinete e, com a ajuda de um gerente de contas, competente profissional enviado pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen), fui apresentada às novas tecnologias disponíveis, uma revolução à época para o acompanhamento das matérias e normas jurídicas (Matérias em Tramitação - MATE, Normas Jurídicas - NJUR, etc), um diferencial importante para subsidiar os discursos do “meu” senador, e atender ao seu eleitorado. Sentia muita alegria quando o via resolver os problemas de pessoas que vinham ao seu gabinete à procura de trabalho ou de uma ajuda para o estado. O trabalho no gabinete me inspirava. Eram grandiosos os momentos de aprendizagem quando se trabalha com um político atuante e inteligente.

Voltando à minha trajetória no Senado, considero que essa pode ser dividida em quatro fases:

## 1. Um propósito para tudo

A primeira, eu diria que foi quando tomei consciência de que trabalhar com um propósito torna a vida muito mais gostosa e todos os dias que conseguia ajudar alguém, fosse por meio do meu atendimento, de uma cartinha para a obtenção de um emprego, da prestação de um serviço, eu me sentia feliz. O senador Marcondes Gadelha era um visionário, sempre à frente das discussões, promovia constantemente seminários com a presença de palestrantes renomados. Eu me orgulhava de poder colaborar para a realização de todos aqueles eventos impactantes para o país. Naquele gabinete, acompanhei discussões importantes, aprendi sobre doutrinas políticas e sobre a realidade do povo brasileiro. Foi um tempo de crescimento e muitas descobertas. Trabalhava no 26º andar do anexo I, de onde se via o mais lindo céu de Brasília, com pessoas inesquecíveis, como o querido Bené (Benedito Barros), homem simples, paraibano de grande inteligência política, com quem aprendi muito.

Uma vez fui indicada pelo senador para participar de um curso em Sintra, Portugal, na Academia Internacional Liberdade e Desenvolvimento, com jovens do mundo inteiro, em que o tema central era a democracia. Uma experiência riquíssima e inesquecível. Hospedada na Quinta da Ribafria, construção do século XVI, conheci pessoas de várias culturas e aprendi para a vida. O senador Gadelha dizia que eu deveria sempre fazer o que gosto e ele contribuiu muito para isso. Nos tornamos amigos eternos: ainda hoje colaboro com os seus escritos e até dou palpites. Recentemente, eu o ajudei a concluir um livro, agora já com toda a tecnologia de um *Mac*, onde ele, gentilmente, me fez um agradecimento, com a promessa de escrever mais dois ou três romances.

## 2. Uma visão de futuro

Viver a dinâmica de um gabinete parlamentar é maravilhoso, porém, trabalhar na administração da Casa é especialmente gratificante. Fazer parte da equipe de Relações Públicas do Senado Federal, na década de 90, um órgão subordinado à Secretaria de Comunicação Social, foi uma experiência marcante que só me traz boas lembranças. Tive a honra de trabalhar com pessoas incríveis, inteligentes, criativas, gente que estimulava a equipe e imprimia qualidade ao trabalho. A sensação era de viver uma revolução nas comunicações, em que a busca pela qualidade na prestação dos serviços era evidente em todas as áreas da Casa, e a Coordenação de Relações Públicas aperfeiçoava e criava programas que contribuíam para o relacionamento entre a Casa e os servidores, e entre a Casa e a sociedade. Participei ativamente do aprimoramento do Programa de Visitação do Congresso Nacional e acompanhei o nascimento do vitorioso programa Serviço 0800 - A Voz do Cidadão. Para a visitação, da qual fazia parte, introduzimos o *tour* em novos idiomas - inglês, francês e espanhol.

A oportunidade de chefiar o então Serviço de Eventos me encheu de orgulho, pois ali pude contribuir com a introdução dos *checklists* necessários para cada solenidade, sessões especiais e solenes, recepção de chefes de Estado estrangeiro, e até uma posse presidencial. Um dos trabalhos mais significativos de que participei, juntamente com todos os colegas da Relações Públicas e do Cerimonial da Presidência, foi a posse do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, uma solenidade intensa em responsabilidades, aprendizagem e crescimento pessoal. Outro evento, não menos significativo, e tomado de forte emoção, foi o velório do

deputado Luiz Eduardo Magalhães, em abril de 1998, quando fui chamada às pressas durante a madrugada, cerca de meia-noite aproximadamente, para comparecer ao Senado e ajudar na cerimônia fúnebre. Muitas providências foram solicitadas e passamos a noite no Salão Negro, onde os Dragões da Independência já estavam perfilados à rampa do Congresso, para conferir honras de chefe de Estado.

Dessa época, além dos momentos solenes que presenciei, guardo na memória a importância daquela Casa, como palco de grandes cerimônias, cuja pompa e protocolos foram incorporados à primeira edição do Manual de Eventos, do qual participei.

Mesmo sem conhecer a existência da visão 360, pois ainda não se falava dessa modernidade, tinha a consciência da importância dos relacionamentos e de que era preciso conhecer cada ângulo daquela Casa, me atualizar, profissionalizar e caminhar junto, de forma a prestar um bom serviço ao Senado e à população.

Realizei muitos cursos na intenção de prestar um bom serviço. Especializei-me em *marketing*, pela FGV, e fiz toda sorte de cursos para ser digna de ser chamada de Relações Públicas do Senado Federal, mesmo sem ter a formação. Valeu demais! Boas lembranças dessa época, dos colegas, e do nosso diretor Vinicius Becker, que orquestrava os trabalhos como um verdadeiro maestro, motivando todos a fazer o melhor. Sempre.

### **3. Um sonho possível - Educação para todos!**

Que sorte a minha! Não é que consegui a minha tão sonhada vaga no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), a Escola do Legislativo?! Um novo

mundo adentrava o meu coração e tomava conta de mim. Precisava estar à altura. Cheguei praticamente no início da corajosa investida que o Senado lançava em direção ao ensino a distância. Mundo novo, cheio de desafios, mas pleno em possibilidades. Tive a honra de ser convidada pela diretora da Coordenação de Pesquisa e Desenvolvimento, Estudos e Projetos do ILB para trabalhar no aprimoramento, desenvolvimento, coordenação e tutoria de cursos que eram veiculados pela internet e, também, pelos canais internos de TV ou pela TV Senado. Podem imaginar ambiente mais provocador que esse? Estava muito motivada em poder contribuir para um Senado melhor e um mundo mais igualitário, com acesso à educação gratuita, além de conviver com os grandes educadores da Casa. O céu era o limite para um órgão com pessoas de visão de progresso, imaginação, criatividade e vontade de crescer.

Mãos à obra! Fomos beber de todas as fontes para aprender a fazer igual, melhor, com qualidade e responsabilidade. Era grande a nossa vontade de realizar. Uma das figuras marcantes nesse processo de aprendizagem foi o professor Alaciel Maia, consultor do Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), contratado pelo Interlegis, especialista em educação a distância. Ele me apresentou as Taxonomias de Bloom, uma das teorias de aprendizagem para auxiliar no planejamento e aprimoramento do processo educacional, muito útil para a definição de objetivos. Passei então a fazer o desenho instrucional de vários cursos ofertados pelo ILB.

Quando penso que tudo de bom aconteceu comigo nessa Casa, tive o privilégio de fazer um *Master Ingénierie des Médias pour l'Éducation*, na Université de Poitiers, França, onde presenciei o que havia de melhor

em desenvolvimento de formações midiaticizadas. Lá estagiei no *Centre National d'enseignement à distance* (CNED), onde tive a oportunidade de trabalhar no desenvolvimento de um conteúdo sobre simetria molecular para estudantes do ensino médio. Fato curioso é que eu fui a única estudante a receber uma carta de agradecimento e elogios pelo importante trabalho executado por ocasião do estágio no CNED, e que o diretor do meu curso fez questão de ler em voz alta no primeiro dia de retorno às aulas. Podem imaginar a minha alegria e sentimento de dever cumprido? Mas alegria mesmo senti quando apresentei o meu trabalho de conclusão aqui no Senado, pelo Interlegis, em sua primeira videoconferência com a França, sala aberta ao público, cujo tema tratava da necessidade do profissional de ergonomia no meio da equipe desenvolvedora de cursos a distância, de forma que estes fossem mais acessíveis e inclusivos.

O tempo passou muito rápido! No auge dos meus 40 anos, a maternidade chegou. Me vi mãe, mulher e profissional. O Senado esteve ao meu lado em todo o tempo. Quanto aprendizado! Muita gratidão ao Senado e a todos que confiaram em mim.

Tudo que aprendi lá fora compartilhei com a equipe. Em bem pouco tempo vi a passagem dos primeiros 1000 alunos à distância para os 100 mil alunos inscritos e, em 2014, fui agraciada com a função de Coordenadora de Treinamento. Confesso que eu estava amedrontada com o convite, mas recorro à sabedoria da nossa diretora do ILB, Elga Lopes, que me tranquilizou dizendo: "Eu quero que você seja feliz!" A frase me trouxe autoconfiança e a coragem necessária para o momento.

A procura pelos cursos à distância do Senado Federal, desenvolvidos pelo ILB, só crescia e logo alcançou a marca do milhão de inscritos!

Era um grande feito, motivo de muita comemoração. Me orgulhava da equipe, do trabalho, do alcance e dos benefícios que a educação à distância proporcionava para os servidores do Legislativo brasileiro. Um trabalho realizado por uma equipe multidisciplinar, com professores, tutores, coordenadores, profissionais de diversas mídias, estagiários, e tantos outros para o atendimento ao público interno e externo. Naquela época, chegamos a fazer uma pesquisa desafiadora – com 70 mil participantes, para saber se estavam satisfeitos – e obtivemos a resposta de que 98% dos entrevistados aplicavam os conhecimentos aprendidos no ILB no ambiente profissional. Daí em diante as parcerias internas e externas só cresciam, imprimindo ritmo de modernidade, com educação de qualidade para os servidores e para o público em geral. A Presidência da República enviou a sua equipe para conhecer a nossa plataforma de educação; a Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED) passou a nos convidar regularmente para os seus congressos nacionais e internacionais, para falar sobre a nossa experiência; o criador do Moodle, Martin Dougiamas, parabenizou a equipe pelos trabalhos desenvolvidos no ILB.

Não bastasse a alegria de ver o trabalho tomar dimensões gigantescas, fui coroada com um convite da nossa diretora-geral, Ilana Trombka, para participar de um curso que impactou profundamente a minha atuação no Senado, o Amana-Key, dirigido a líderes de organizações públicas, com temas que abordavam não só a criatividade para superar desafios, visão 360, como também questões sobre liderança, humanização e tecnologia. Como sempre, todo aprendizado absorvido era repassado aos colegas e transformado em benefícios para a Escola.

Posso dizer que vi um Senado arrojado, moderno, humanizado e muito atuante!

#### **4. Uma realidade a ser experimentada**

Saí do Senado, mas o Senado não saiu de mim. Ainda estou conectada. É a minha Casa. Me sinto segura e à vontade. Ser servidor público é mais que prestar serviços à população, é transformar a sociedade por meio de um trabalho prazeroso, criativo, responsável e pleno de sentido de vida. Tenho boas lembranças do trabalho realizado e vitorioso, mas lembro, principalmente, das pessoas que dividiram espaços comigo, das descobertas partilhadas, dos encontros memoráveis, das reuniões vibrantes, da gentileza das pessoas que arrumavam e limpavam o nosso ambiente de trabalho, dos risos fáceis entre colegas e das trocas diárias de conhecimentos. Alguns colegas se tornaram amigos para a vida e seguimos juntos em cafés, viagens e comemorações. O Senado me fez melhor. Cada dia trabalhado foi dia abençoado.

O tempo da aposentadoria não só me permitiu realizar uma estimulante especialização em logoterapia e análise existencial, a ciência cujo foco é a busca pelo sentido de vida, como uma nova graduação, agora em gerontologia, que concilio com uma terapia alternativa que mistura dança e arte. Já tenho novos planos. Pretendo ajudar pessoas a encontrar sentido de vida, seja para uma aposentadoria mais feliz, seja para um envelhecimento mais saudável. Estou convicta de que esse período da vida pode ser muito interessante e gratificante também, a depender das nossas escolhas e valores. O tempo agora é nosso e temos total liberdade para decidir sobre o que devemos e podemos realizar. E, saibam,

podemos muito! Temos uma sabedoria e experiências conquistadas que podem nos levar aonde quisermos.

O trabalho voluntário com presos, egressos e dependentes químicos, que me acompanha há mais de 20 anos, me faz mais consciente de quem sou nesse mundo. Recentemente colaborei na execução de um concurso literário na Penitenciária de Valparaíso (GO), com a participação de 188 apenados, cujo resultado me fez refletir sobre a capacidade do ser humano de autotranscender – mesmo em situações de extrema aflição, em que nada podemos fazer, ainda assim é possível encontrar um motivo para lutar e seguir em frente. Esse movimento de desviar o olhar de si mesmo, em direção a algo ou alguém, é um bom caminho para o encontro com o sentido de vida. Nesse aspecto, o Senado me ensinou muito. Em todos os lugares por onde passei, vi um propósito maior no trabalho que executava. Isso sempre foi motivador.

Continuo na busca pelo aprimoramento pessoal, um vício herdado. Semana passada concluí o curso de extensão da Universidade do Envelhecer (UniSER/UnB), com duração de dezoito meses, para a linda tarefa de ser um educador político social em gerontologia. Hoje, daqui da Bienal de Artes de São Paulo – Coreografias do Impossível, inspirada pela criatividade e beleza das obras, escrevo o meu relato que tanto me honra. Trabalhar no Senado Federal é expressar o artista que temos em nós, olhar de dentro para fora e de fora para dentro, sem limites para a imaginação, conscientes de que o mundo pode ser melhor por meio das nossas mãos.

Gratidão a todos!



1985 - No gabinete parlamentar.



1995 - Na Relações Públicas.



2016 - Martin Dougiamas, criador do Moodle, parabeniza o ILB.



2017 – Trilha de conhecimento para servidores do Legislativo.



2023 - Da Bienal, escrevo o meu relato.



2023 - Da Bienal, escrevo o meu relato.







## TERESA ROMANO CAVALCANTI PIRES

Desde sempre o Senado Federal fez parte da minha vida, cresci vendo meu pai, Afrânio Cavalcanti Melo Junior, trabalhando todos os dias. Eu e meus irmãos achávamos o máximo quando entrávamos de férias e ele nos levava no último andar, onde era permitido subir para olhar para a cidade, ver o espelho d'água com os cisnes, que lá de cima pareciam pontos brancos na água, passear no Túnel do Tempo, dentro do plenário, da biblioteca, do serviço médico, no corredor das janelas redondas etc.

Meu Deus, que lembranças maravilhosas!

Hoje, eu tenho consciência disso, andava por lá como se fosse a extensão da minha casa, sentia-me tão à vontade que nunca poderia imaginar que um dia fosse trabalhar nesse lugar tão importante para a sociedade brasileira.

No dia 31 de julho de 1984, começou a minha trajetória profissional, fui contratada no Centro Gráfico do Senado Federal e, como havia passado na semana anterior no curso de Administração de Empresas na Faculdade Católica de Brasília, lotaram-me na Seção de Contabilidade no Setor Contábil. Lembro que existia uma máquina industrial para os registros contábeis que era alimentada com umas fichas enormes rosas e verdes em que eram lançados os valores a serem debitados e creditados e, quando apertávamos a tecla “Total”, ela descarregava esses valores nas fichas.

Já no ano seguinte houve uma reestruturação administrativa dentro do Senado Federal e conseqüentemente na Gráfica. Com essas mudanças, foi nomeado um novo chefe para a Seção de Contabilidade, o saudoso Celso Aparecido Rodrigues, que me convidou para ser sua secretária, pois no meu currículo havia um curso de datilografia em máquina eletrônica e secretariado; exerci essa função até 1991.

Nesse período, aprendi tudo o que era possível aprender sobre a estrutura física e administrativa da Gráfica. O que me chamava mais atenção, mesmo trabalhando na área administrativa, era o parque gráfico com máquinas industriais de grande porte e de ponta, trabalhando noite e dia sem parar para poder atender toda a demanda que era solicitada.

Até hoje, nesse período, o momento mais importante que tive o privilégio de presenciar foi a impressão da Constituição de 1988; essa foi e será, para sempre, um marco em minha vida.

Em meados de 1991 fui convidada para trabalhar no Setor de Execução Orçamentária, ao qual competia coordenar o detalhamento orçamentário dos créditos destinados à Gráfica, examinar previamente a

conformidade legal, a documentação relativa à despesa a ser empenhada; proceder a emissão, ao reforço e à anulação do pré-empenho e de notas de empenhos; analisar e ajustar os empenhos sujeitos à inscrição em “Restos a Pagar”; acompanhar a execução de empenhos visando a identificar necessidades de reforço ou anulação; acompanhar a legislação relativa à sua área de atuação; e realizar o orçamento, onde, chefiada por Giselle Cláudio Santos, pude aprender tudo sobre o que se refere a parte orçamentária de um órgão, a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações e orçamento. Esse setor me ensinou muito sobre os insumos gráficos (papeis, tintas, químicos), tipos de equipamentos gráficos, material de expedientes, peças de reposição, serviços etc.

Enquanto trabalhava nesse Setor, o Senado Federal implementou o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), implantado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) vinculada ao Ministério da Fazenda. Tivemos que nos adequar e essa nova realidade, vale ressaltar que tanto nós, da Gráfica, quanto a equipe do Senado Federal contribuimos para algumas alterações no sistema, como o pré-empenho que era um procedimento utilizado no nosso sistema, que efetuava o bloqueio orçamentário durante um período pré-determinado conforme o tipo de licitação, que não existia no SIAFI.

Em julho de 1994, quando o Centro Gráfico (CEGRAF) já havia se tornado Serviço Gráfico (SEGRAF), a Seção de Contabilidade se tornou Coordenação-Geral de Contabilidade e Administração e Orçamento, e eu chefiava a Seção de Execução Contábil, que tinha como finalidade a conformidade de gestão, mediante a análise dos lançamentos dos atos e fatos contábeis, verificando a existência de documentação que suporte

essas operações registradas no SIAFI e a observância da legislação vigente. Lembro que o Governo Federal, com o então Presidente Itamar Franco, lançou uma nova moeda, o Real, culminando o programa de estabilização que vinha acontecendo desde maio de 1993. A particularidade dessa mudança era que toda a base monetária brasileira deveria trocar de acordo com a paridade estabelecida de CR\$ 2.750,00 para cada R\$ 1,00, ou seja, todos os contratos, empenhos, pagamentos, faturas, etc. deveriam ser recalculados. Nosso coordenador, à época Cláudio Alves Cavalcante, reuniu a equipe e informou as diretrizes a serem tomadas e como seriam efetuadas as alterações. Nessa hora, descobri o que significa ter uma equipe responsável e unida.

Nós sabíamos que a Seção de Execução Orçamentária era a seção que seria mais sobrecarregada, pois tinham que anular todos os pré-empenhos e empenhos já emitidos e lançá-los novamente, que em sua grande maioria tinham mais de cinquenta itens a serem digitados. Além disso, teriam que efetuar os cálculos item a item. Então, toda a equipe se prontificou a ajudar.

Além das minhas atribuições na Seção de Execução Contábil, fui por diversas vezes presidente da Comissão de Almoxarifado, que tinha como objetivo atualizar e aprimorar as normas e procedimentos da seção de almoxarifado para garantir que esteja em conformidade com as recomendações e regulamentos estabelecidos, além de revisar e atualizar o manual existente, considerando documentos e rotinas praticadas pela seção.

Em 12 de abril de 2010, por meio do Ato da Comissão Diretora (ATC) nº 3 “Disciplina a gestão de compras e contratações, material e patrimônio,

orçamentária, financeira e contábil do Senado Federal, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações – SEEP e da Secretaria Especial de informática – PRODASEN, passa a ser exercida unicamente pelas áreas correspondentes do Senado Federal.”, ou seja, houve uma nova reestruturação administrativa. Nessa época, a coordenação era chefiada por Giselle Cláudio Santos e eu continuava como chefe da Seção de Execução Contábil. Todos os servidores foram chamados à Direção da Gráfica com o então diretor Florian Augusto Madruga que nos indagou se gostaríamos de continuar na gráfica ou se gostaríamos de nos juntar a equipe do Senado, especificamente na Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade. Eu prontamente disse a ele que era ceografiana e não tinha a menor vontade de trocar de casa, logicamente não desmerecendo a equipe do Senado, que era composta por pessoas maravilhosas e competentes, só não gostaria de sair da gráfica, local onde me sentia mais à vontade. Disse também que me colocaria à disposição da equipe do Senado Federal no período de transição para quaisquer dúvidas e esclarecimentos das minhas atividades.

Depois dessa transição, fui chamada pelo sr. Florian para chefiar o Setor de Convênios e Faturamento (SECFAT), órgão ligado diretamente à direção, que tem como atribuição executar as atividades de controle das cotas de produtos gráficos prestados a senadores e unidades da Casa; controle dos convênios de serviços com outros órgãos públicos; cobrança dos serviços gráficos prestados a terceiros; execução de recálculo; encerramento dos serviços executados; arquivamento de ordens de serviço e execução de outras atribuições correlatas.

A partir desse momento, comecei a ter contato direto com o parque gráfico, a entender como realmente funcionava a indústria gráfica do Senado Federal apaixonei-me. Fiquei encantada como funcionava todo o processo de elaboração a partir da abertura das ordens de serviços que eram solicitadas pelos gabinetes e pela área administrativa; com convênios que eram realizados com outros órgãos, como Câmara dos Deputados, Tribunal de Contas da União, etc. até a entrega desses serviços.

Fui me aprofundar com a metodologia de trabalho e com quais áreas industriais o SECFAT interagia, e foi aí que eu descobri o quão grande a gráfica era. Já sabia da importância de atender os parlamentares e as áreas administrativas; da relevância da venda das obras produzidas por nós e da grandiosidade física, mas não percebia a integração entre as áreas.

Por sempre trabalhar na área administrativa com números, responsabilidades e controles de todo o funcionamento contábil, não tinha percebido, até aquele momento, a grandiosidade da gráfica, principalmente a da área industrial. A partir desse momento, fui me envolvendo com as áreas e com as pessoas que trabalhavam na indústria, apaixonando-me pelo que via e com o que estava aprendendo.

Em fevereiro de 2017, o diretor-executivo da Gráfica, sr. Fabricio Ferrão Araújo, convidou-me para ser a coordenadora-geral da Gráfica. Eu disse a ele que não poderia aceitar, pois já estava em meus planos solicitar a minha aposentadoria em julho daquele ano. Disse ainda que não achava certo ocupar um cargo de tanta importância com tão pouco tempo de experiência. Mesmo assim, ele pediu para eu ocupar o cargo, argumentando que iria fazer algumas alterações humanas e precisaria do meu conhecimento e da minha acessibilidade junto aos servidores e terceirizados.

Então, aceitei prontamente e acredito ter atendido a todas as expectativas depositadas em mim.

Hoje, tenho orgulho de ter sido, mesmo que por um breve período, a primeira MULHER coordenadora-geral da Gráfica do Senado Federal.

Sinto-me uma mulher privilegiada, pois, durante trinta e três anos, trabalhei na área administrativa com muita retidão, honestidade, compromisso e comprometimento, sempre dando o melhor de mim como pessoa e como profissional.

Agradeço a todos que passaram pela minha trajetória e me ensinaram a ser a profissional que fui e a pessoa que sou. Agradeço a todos que me serviram água, café e me ajudaram a amenizar os dias mais cansativos. Agradeço pelas amizades que fiz e que ainda conservo. Agradeço àqueles amigos que não estão mais aqui e fizeram muita diferença na minha vida.

E, acima de tudo, agradeço por ser ceografiana!

Sinto-me honrada por ter trabalhado na Gráfica do Senado Federal.







“ ... nosso reconhecimento e gratidão a todos eles, que se dedicaram – e se dedicam, como cidadãos – à construção e à defesa da instituição Senado Federal.”

Senador **Rodrigo Pacheco**



## Ficha Técnica

### Concepção e planejamento:

***Ilana Trombka***

Diretora-Geral do Senado  
Federal

***Marcio Tancredi***

Diretor-Executivo de Gestão  
do Senado Federal

***Beatriz Balestro Izzo***

Diretora da Secretaria de  
Gestão de Pessoas do  
Senado Federal

***Rafael André Chervenski  
da Silva***

Diretor da Gráfica do Senado  
Federal

***Alison Souza***

Presidente do Sindilegis

***Roberto Willian Martins Silva***

Coordenador de Benefícios  
Previdenciários / SEGP

***Andréa Filgueiras de Paula  
Azevedo***

Coordenação de Benefícios  
Previdenciários / SEGP

### Organização e contatos pelo Senado:

***Gisele Braatz Araujo***

SEGP

***Paulo Ricardo dos  
Santos Meira***

SEGP

### Organização, entrevistas e preparação dos relatos pelo Sindilegis:

***Marcos França***

Chefe de Gabinete da  
Presidência

***Luísa Dantas***

Gerente de Comunicação

***Tiago Vaz***

Gerente de Inovação e  
Tecnologia

***Raissa Aires***

Jornalista

***Alessandra Galvão***

Jornalista

### Concepção gráfica e produção pela Gráfica do Senado:

***Camila Sena Hott***

***Leonardo Correa Matoso***

***Tatiana Nassif Derze***

***Raquel Caetano Alves***

***Sheila Veras de Oliveira***

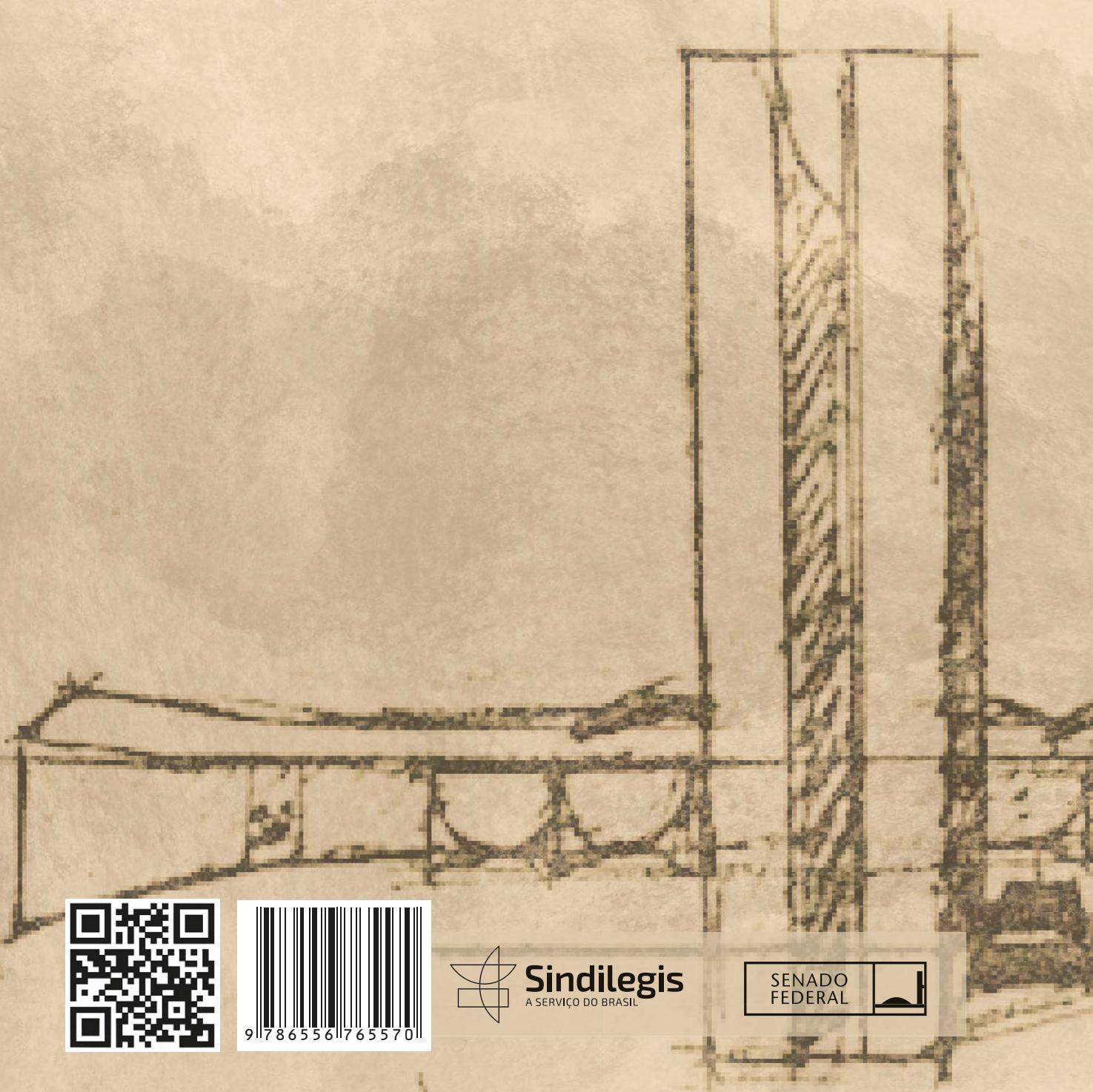
***Vanessa Cândido Rodrigues***

***Joana D'arc da Silva Macedo***

SEGRAF

Secretaria de Editoração  
e Publicações





**Sindilegis**  
A SERVIÇO DO BRASIL

